



O Ideário Patrimonial О идеарио

Humanização Patrimonial

O Ideário
Patrimonial
О идеарио

www.cta.ipt.pt

N. 11 // dezembro 2018 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

CONSELHO CIENTÍFICO

Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro

Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora

Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova

Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal

Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar

Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem®, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183-1394

Latindex folio nº 23591

ANOTADA DA ERC

REGISTADA NA INPI

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	07
Ilustrar com Deleite o Património Histórico José d'Encarnação	08
De la patrimonialisation à la muséalisation des ressources identitaires dans la vallée du Zat Abdelilah Lissaneddine e Hicham Saddou	16
Priape ou le paradoxe de l'ithyphallisme inutile Cyril Dumas	27
Las Personas de la Tercera Edad. Unos Grandes Olvidados por la Divulgación Científica Juan F. Gibaja, Miriam Cubas, Jesús Floro, Araceli González, Vanessa Guzmán, Santiago Higuera, Niccolò Mazzucco, Millán Mozota, Ariadna Nieto, Xavier Oms, Olga Palma, Antoni Palomo, Gerard Remolins e Silvia Valenzuela	40
Ações de Educação e Sensibilização ao Patrimônio Histórico Cultural em Pedro II, Piauí – Brasil Elaine Ignácio e Keyla Frazão	55
Dois Modelos de Intervenção Patrimonial em Centros Históricos: Cidade-Arquivo e Cidade-Arquivo-Vivo João Victor Camara e Alice Duarte	71
The communitarian cinema in Montes de Maria: memory and cultural heritage in the Colombian post-conflict Maurizia Mezza	82
Concetto di Spazio-Ambiente negli Studi sulla Prossemica Annaluana Tallarita	98
Arquivos Fotográficos – preservação e conservação de memórias sociais Joaquim Pombo Gonçalves	115
Restauros Realizados pelo Estado Novo no Distrito de Braga: uma abordagem histórica através da imprensa local Pedro Ricardo Coelho de Azevedo	134
Lo Sperimentalismo Letterario nel Romanzo Moderno Americano Paola Tine'	147
Os Correios em Leiria, Batalha, Porto de Mós, Nazaré, S. Martinho do Porto, Alcobaça, Óbidos, Caldas da Rainha, Atouguia da Baleia e Peniche no século XIX - [1818-1888] Miguel Portela	157

EDITORIAL

Editorial

Este número 11 da “O Ideário Patrimonial” é composto por articulistas de várias Nações.

Ele ultrapassa fronteiras geográficas já que, para além dos artigos portugueses, é-lhe acrescentado uma mais-valia preciosa para o Conhecimento Inclusivo; contribuições ilustres vindas de Marrocos, do Brasil, da Austrália, de Itália e de Espanha, concorrem para um Conhecimento Transdisciplinar dos conceitos sobre PATRIMÓNIO, em vários pontos geográficos do Planeta.

Tais títulos: *Ilustrar com Deleite o Património Histórico; De la patrimonialisation à la muséalisation des ressources identitaires dans la vallée du Zat; Priape ou le paradoxe de l'ithyphallisme inutile; Las Personas de la Tercera Edad. Unos Grandes Olvidados por la Divulgación Científica; Ações de Educação e Sensibilização ao Patrimônio Histórico Cultural em Pedro II, Piauí – Brasil; Dois Modelos de Intervenção Patrimonial em Centros Históricos: Cidade-Arquivo e Cidade-Arquivo-Vivo; The communitarian cinema in Montes de Maria: memory and cultural heritage in the Colombian post-conflict; Concetto di Spazio-Ambiente negli Studi sulla Prossemica; Arquivos Fotográficos – preservação e conservação de memórias sociais; Restauros Realizados pelo Estado Novo no Distrito de Braga: uma abordagem histórica através da imprensa local; Lo Sperimentalismo Letterario nel Romanzo Moderno Americano; Os Correios em Leiria, Batalha, Porto de Mós, Nazaré, S. Martinho do Porto, Alcobaça, Óbidos, Caldas da Rainha, Atouguia da Baleia e Peniche no século XIX - [1818-1888]*, introduzem o leitor em ambientes essencialmente simbióticos, próprios da socialização, contribuindo para a disseminação do Conhecimento Inclusivo adentro de todas as comunidades, tornando-as em Agentes do Património.

A dinâmica militante das contribuições, aparentemente sem conexão entre si, demonstra que todos eles pretendem, em variados graus de aprofundamento, trilhar um caminho, (que abandona decisivamente o Tempo das Catedrais), dando lugar nos inícios do século XXI, à **Humanização Patrimonial**, difundida através das tecnologias hoje disponíveis.

Todavia, todo o trabalho sobre a Humanização Patrimonial, conjugado e organizado metodologicamente, é árduo e geracional.

Ao assumir a ruptura com os “antigos e tradicionais costumes académicos”, o nosso trabalho complexifica-se ainda mais, pois, como todos sabemos, a transformação de Mentalidades é um processo contínuo, inteligente, emotivo, missionário.

A primeira premissa da Humanização Patrimonial, implica que o intuito do Transmissor deriva da necessidade da existência de Receptor.

Dado o primeiro passo com a publicação deste número, receberemos por parte dos Receptores, questões relacionadas com o tipo de Cultura de uma determinada Comunidade, com a relação Homem – Meio Ambiente – Território, com as singularidades individualizadas, com as práticas colectivas, etc., oferecendo-lhes um cariz de Dignidade Patrimonial.

Tomar, 4 de Dezembro de 2018

ILUSTRAR COM DELEITE O PATRIMÓNIO HISTÓRICO

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Rua Eça de Queiroz, 89

Pampilheira

P – 2750-662 Cascais

jde@fl.uc.pt

Ilustrar com Deleite o Património Histórico

José d'Encarnação

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 18 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

A propósito de um romance que tem Peniche por cenário e onde se compendiam, de certo modo, as múltiplas lendas que correm sobre essa localidade, que foi ilha há muito tempo, procura mostrar-se como se torna aliciante entrelaçar os patrimónios – o imaterial, o histórico e o arqueológico – a fim de mais eficazmente se promover a sua preservação e valorização.

Palavras-chave: Peniche, Morraçal da Ajuda, olarias romanas, ânforas, *L. Arvenius Rusticus*.

ABSTRACT

A novel where the scenery is the city of Peniche, an Atlantic Portuguese port and an ancient enigmatic island, and where the various patrimonies – the legends, the history, the archaeological evidences... – are always present can show us that we can also use the literature to have an excellent contribute to give value and to preserve the memories of the Past.

Key-words: Peniche, Morraçal da Ajuda, Roman pottery, amphoras, *L. Arvenius Rusticus*.

1.Introdução

Contém o livro *A Baleia que Engoliu um Espanhol*, da autoria de Marco Neves (vd. **Figura 1.**), mui saborosos ingredientes para aliciante romance, se outros se lhe acrescentarem: uma herança inesperada, um tesouro escondido, sinuosas grutas inacessíveis, um enigmático manuscrito... «Pronto!», dir-se-á, «Está tudo estragado! Romance de capa e espada, cheio de rodriguinhos... Que falta de imaginação ou que imaginação tão infantil!». O certo é que vem apresentado como «um louco livro de aventuras que nos leva em busca dum tesouro escondido numa antiga ilha portuguesa e reconta, pelo caminho, algumas histórias da nossa história»!

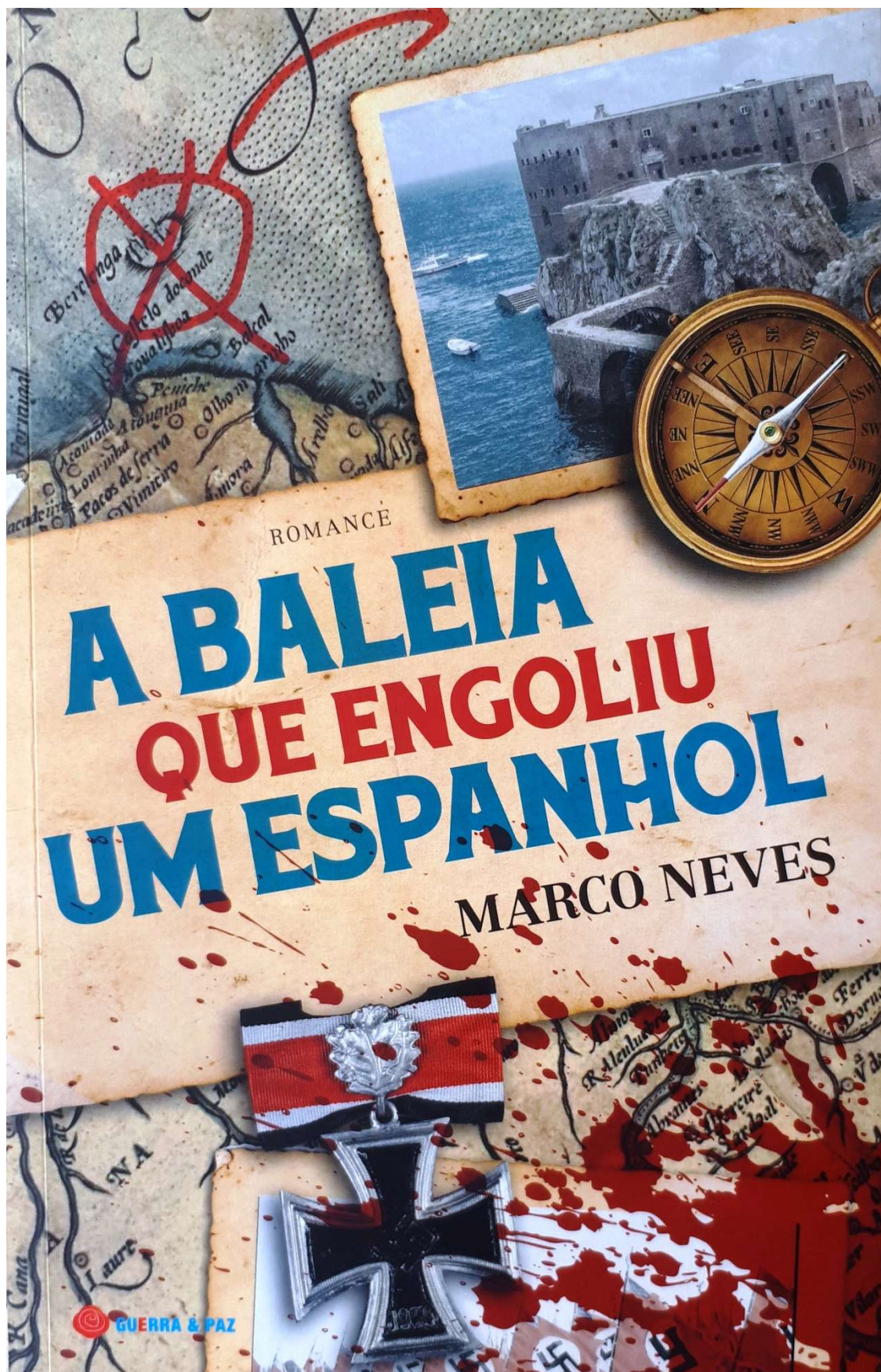


Figura 1. Capa do livro de Marco Neves. Fonte: O Autor

Tempo é, por conseguinte, de sadiamente evitar conclusões precipitadas e de tomar consciência, por outro lado, de que também com relevantes dados se pode entretecer apetecível enredo para jovens e para graúdos. A isso meteu ombros Marco Neves, ousadamente, sublinhando bem que é «ficção», é «romance». Assim. Como quem não quer a coisa.

Cumpre-me não desvendar a história nem se há-de explicar aqui como é que a baleia «veio dar uma ajudinha à padeira de Aljubarrota», para se usar a expressão do autor. Importa, contudo, garantir que Marco Neves veio dar, assim, muito apreciável “ajudinha” para, doravante, se passar a ver com outros olhos – os de ver mesmo! – a verídica história milenar, que, em Peniche, se metamorfoseou em rico património cultural.

É claro que evocar Peniche nos incita de imediato a referir o seu forte, símbolo da repressão do Estado Novo. O forte perpassa pelas páginas do romance, e nós, os que prezamos o património, pugnamos para que ele seja, de modo especial, um lugar de memória, centro cultural onde se mantenha vivo um quotidiano que almejamos irrepetível.

Outros se lembrarão da frase «amigos de Peniche», para classificar quem, na obrigação de ir em auxílio de outrem, depressa de tal se esquece, por estar a usufruir de mais agradável bem-estar. Remonta a expressão ao conhecido episódio da luta pela independência, em relação aos que, tendo desembarcado em Peniche, deveriam ter ido, em 1580, ajudar as tropas do Prior do Crato lutar contra a invasão filipina e... pelo caminho se ficaram...

Célebres ficaram também – e Marco Neves colhe daí boa inspiração para o enredo – as investigações de Arqueologia Subaquática levadas a cabo por Jean-Yves Blot e sua mulher, Maria Luísa Pinheiro Blot, com vista a saber-se mais, nomeadamente, sobre o enigmático naufrágio do navio San Pedro de Alcântara, a 2 de Fevereiro de 1786, uma embarcação que vinha da América do Sul carregada de metais preciosos. Foi esse um estudo paradigmático, modelar, onde se procuraram ensaiar novas técnicas, até então não postas em prática. Um trabalho que se desenvolveu desde 1975 e se prolongou até finais de 1996, com resultados surpreendentes, como verá quem se der à sedutora tarefa de ler a bibliografia.

Perguntar-se-á: e porque fala Marco Neves em baleia?

Abundavam as baleias nessa zona da costa atlântica como o provam – além de outra documentação antiga, ligada, por exemplo, ao Mosteiro de Alcobaça... – os topónimos Baleal e Atouguia da Baleia, assim designados devido precisamente à singular abundância desse cetáceo nas suas águas.

Claro, no livro de Marco Neves, a baleia que engolira o espanhol e que, por isso, sofrera de indigestão e fora caçada pelo João das Baleias, acabou, ao ser esventrada, por mostrar o tesouro, um diamante que tinha de ser devolvido ao labirinto, por integrar o muito badalado Tesouro de Saturno! E, assim, acabou por um osso do dito animal ser, em solene procissão, colocado na igreja.

Por aqui se vê como, engenhosamente, o maravilhoso popular se adapta, para explicar de forma que o Povo entenda o que enigmaticamente na Natureza se observa. Oportuno pretexto, por outro lado, de chamar a atenção para o importante património paleontológico patente nestas paragens.

2. A olaria romana de Lúcio

Houve um tempo em que Peniche era uma ilha. Vindo de Cartagena, conta Marco Neves (pondo essa narrativa na boca do seu avô), aí se fixou Lúcio, «comerciante de *garum*, uma especialidade apreciada em todo o império. O que era o *garum*? Não sei se te diga se te conte. Eram, basicamente, entranhas de peixe condimentadas. Mas os romanos adoravam aquilo. Então se fosse da exótica Hispânia, melhor ainda» (p. 70). O negócio prosperou e Lúcio teve ocasião de mostrar, na cidade de Roma, as excelências do seu produto:

«Foi o maior orgulho da sua vida até então: ver gente romana – romanos mesmo de Roma – a molhar o pão, com ar urbano e sabedor, no *garum* que ele levava dentro de ânforas com o seu nome: LUCIUS ARVENIUS RUSTICUS» (p. 72) (vd. **Figura 2.**).

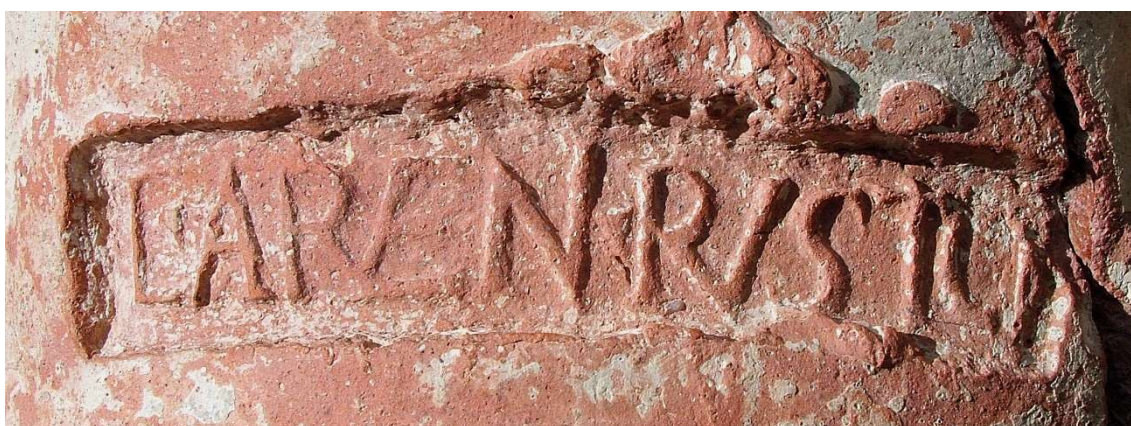


Figura 2.. Selo da oficina de *Lucius Arvenius Rusticus*. **Fonte:** Guilherme Cardoso

Aqui se fará, pois, uma paragem, uma vez que tal oleiro existiu mesmo e manteve em laboração em Peniche, durante os primeiros séculos da nossa era, quatro fornos de cerâmica que, ao rasgar da terra para a instalação do novo complexo de campos do Clube de Ténis de Peniche, a retroescavadora pôs a descoberto, em Março de 1998. Não todos de uma só vez, está bem de ver; contudo, os vestígios que se toparam levaram à suspensão das obras e entraram em acção os arqueólogos. Não era o tesouro por que gerações das gentes de Peniche ansiavam e de que, no livro de Marco Neves, se fala em quase todas as páginas, tão presente ele está no enigma desta costa assim retalhada e com as Berlengas à frente; não deixava, contudo, de ser um tesouro à sua maneira. E bem andou Marco Neves quando pôs os romanos de Roma a deliciarem-se com o *garum* embarcado nas boas ânforas de Lúcio.

E foi tesouro de tal modo que, em 30 de Setembro de 2018, se apresentou outro livro, esse de divulgação científica, intitulado precisamente *A Olaria Romana de Lúcio – Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal)*, publicado pela autarquia e da autoria de quatro dos responsáveis pelos 20 anos consecutivos de escavações e de investigação no local: Guilherme Cardoso, Severino Rodrigues, Eurico de Sepúlveda e Inês Ribeiro (vd. **Figura 3.**).

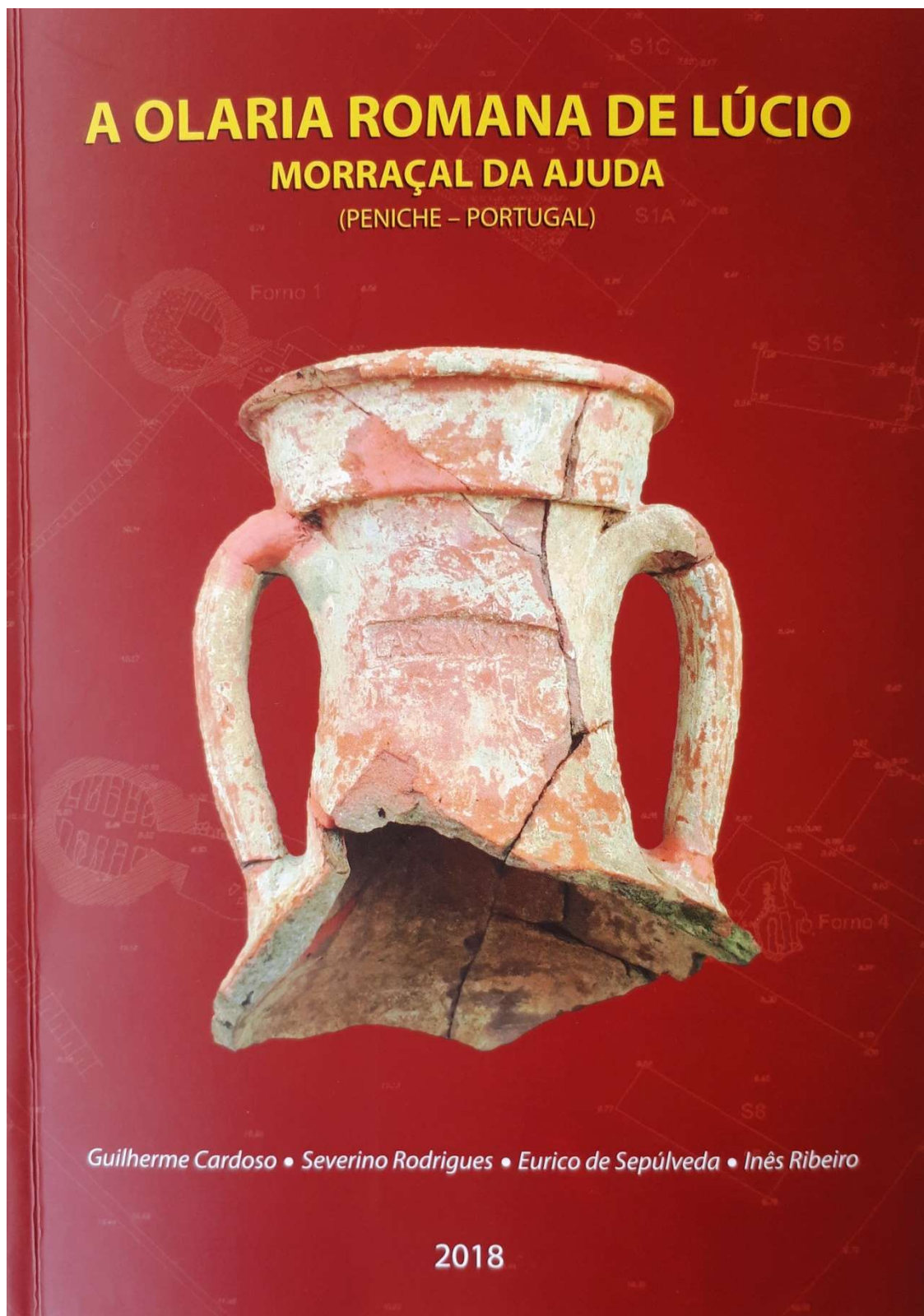


Figura 3. Capa do livro A Olaria Romana de Lúcio. Fonte: O Autor

Deixemos, por momentos, a história de Lúcio que, ao ver a escrava Miriam, «ficou deslumbrado com aquela visão de mulher entre as sombras da lua que entrava pela janela», acabou por a comprar a Dionísio, que lhe respondeu à pergunta sobre o preço:

– Por mim, vendo-ta por uma daquelas ânforas cheias de *garum*. O raio da mistela é mesmo boa (p. 78).

Deixemo-los na sua paixão e folheemos o livro sobre a olaria.

Magnificamente ilustrado com boas fotografias a cores e rigorosos desenhos de materiais, nele se conta a história da descoberta dos fornos; descreve-se o sítio, a olaria e os fornos; e, com o rigor científico que se lhes reconhece – ainda que, como se disse, o livro seja destinado ao grande público –, dá-se miúda conta da tipologia das produções oleiras; diz-se como um romano de rendimento «remediado» não hesitava em ter à mesa o que hoje chamaríamos «baixelas», ou seja, a cerâmica dita *terra sigillata*, outro vasilhame importado da Itália e da Gália do Sul e vasos ‘de paredes finas’, assim designados devido – como o nome indica – a serem singularmente delgadas as suas paredes, a denotar o gosto apurado de quem as usava. Há, naturalmente, mais cerâmica, a de uso comum (pequenas bilhas, almofarizes, tampas – os ‘opérculos’, pesos de rede, pesos de tear, cerâmica de construção. E encontraram-se também objectos de metal, como uma fivela (‘fíbula’) de bronze com a marca DVRNACVS, já conhecida doutras paragens, pregos de bronze e de ferro, estiletes...

Concluem os investigadores:

«Peniche encontrava-se na rota naval atlântica, ponto certamente importante no circuito comercial, recebendo, assim, bens importados doutras regiões e exportando do seu porto os produtos da ilha, que chegaram a Lugo (na Galiza), a Mérida (então capital da Lusitânia), entre outras cidades da Tarraconense e da Lusitânia», províncias da Hispânia romana (p. 108).

3. O entrelaçar de patrimónios

Faz-nos crer o autor que bebeu a sua história das gentes de Peniche e, de modo especial, de um estranho e mui obscuro manuscrito deixado por seu avô, com a indicação precisa (tinha de ser!) de só o decifrar após a sua morte: «Não te esqueças de escrever, no fim do livro, a tua própria história», recomendara-lhe o avô Mário (p. 168). E remata:

«Comovido, deixei cair a pequena bolsa de couro onde encontrara a carta. Foi então que de lá saiu a tilintar uma moeda de ouro com a figura inconfundível de Augusto, Imperador de Roma» (p. 168).

Por consequência, um entrelaçar de patrimónios: o arqueológico e o imaterial, lendário, passando pelo paleontológico, aqui elevado a protagonista, pelo menos no título:

«Desde pequeno me lembro de ver o osso gigante da baleia na Igreja de São Leonardo, na Atouguia da Baleia», confessa Marco Neves (p. 170).

E da infância ao homem adulto um percurso feito, a desembocar numa panorâmica que enaltece a sua terra e que nos ajuda, alfim, a tomar consciência do que realmente significa «património»: o legado, muito dele apenas imaterial mas com mais valor do que a moeda de ouro com a efígie do imperador Augusto, o legado que nos enforma o modo de pensar e para cuja preservação e valorização, neste caso de Peniche, tanto contribuem – cada um no seu género – quer o livro sobre imaginária baleia como o bem documentado e aliciante tratado sumário acerca da olaria romana de Lúcio.

BIBLIOGRAFIA

BERNAL CASASOLA, Darío; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; BEJARANO OSORIO, Ana Maria - L. – *ARVENIVS RVSTICVS* en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Un ánfora de Peniche en el interior de Lusitania. In **Boletín Ex Officina Hispana**. ISSN 1989-743X. 8 (marzo 2017), p. 53-55.

BLOT, Jean-Yves – **O naufrágio do San Pedro de Alcântara**. Separata nº 2, série Arqueológica, Vol. I, Cascais: Museu do Mar, C. M. Cascais / Museu Nacional de Arqueologia, 1984.

BLOT, Jean-Yves; BLOT, Maria Luisa Pinheiro – **O interface História – Arqueologia: o caso do "San Pedro de Alcantara" (1786)**. Lisboa: Academia de Marinha, 1992.

BLOT, Jean-Yves; BOMBICO, Sónia – A glimpse into the Early Imperial Roman Atlantic trade. Historical and marine context of a ceramic assemblage in a shipwreck at Cortiçais (Peniche, Portugal). In **Skyllis: Zeitschrift fur Unterwasserarchaeologie**, 31.1, (2013), p. 43-52.

CALADO, Mariano – **Peniche na História e na Lenda**. Peniche: edição do autor, 1991.

CARDOSO, Guilherme et al. – **A Olaria Romana de Lúcio – Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal)**. Peniche: Município de Peniche, 2018. ISBN: 978-989-8227-08-9.

NEVES, Marco – **A Baleia que Engoliu um Espanhol**. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, S. A., Julho de 2017. ISBN: 978-989-702-299-9.

ROMÃO, José – Património geológico no litoral de Peniche: geomonumentos a valorizar e divulgar. In **Geonovas**, 2, (2009), p. 21-33.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

ENCARNAÇÃO, José d' – Apostilas epigráficas – 6. [Em linha]. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, 2017 p. 129-138. ISSN: 0874-2782 [Consultado a 15 de Setembro de 2018]. Disponível na [www:<URL: http://hdl.handle.net/10316/42539>](http://hdl.handle.net/10316/42539) Sobre *Arvenius*: p. 134-135; sobre *Durnacus*: p. 135-136.

DE LA PATRIMONIALISATION À LA MUSÉALISATION DES RESSOURCES IDENTITAIRES DANS LA VALLÉE DU ZAT

Abdelilah Lissaneddine

FLSH Université Cadi Ayyad, Marrakech

lissaneddine.abdelilah@gmail.com

Hicham Saddou

FLSH Université Cadi Ayyad, Marrakech

hsaddou@gmail.com

De la patrimonialisation à la muséalisation des ressources identitaires dans la vallée du Zat

Abdelilah Lissaneddine

Hicham Saddou

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMÉ

Cet article met l'accent sur le processus de la patrimonialisation des ressources locales dans la vallée du Zat ainsi que les enjeux qui y sont liées. Au-delà des logiques fondamentales de conservation et de valorisation, ce travail interroge la connexion entre le processus de la mise en patrimoine et celui de la muséalisation. Il cherche ensuite à mettre en exergue le cheminement de la modification d'état des ressources locales pour devenir des objets muséalisés. Il questionne enfin la capacité des dits objets à mobiliser l'identité collective et mettre en avant les liens d'ancrage territorial de la société locale.

Mots Clés: Ressources patrimoniales, patrimonialisation, muséalisation, identité, tourisme.

ABSTRACT

This article seeks to examine the process of patrimonialisation of local resources in the Zat valley and the related issues. Apart from protecting and preserving this patrimony, this paper tries to find answers to the connection between the process of setting up the patrimony and that of 'musealisation'. This research also sheds light on the path of modification of local resources by the state in order to become final objects in the museum. Finally, it questions the ability of to mobilize the collective identity and focus attention on the links between the territorial anchoring of the local society.

Key-words: Patrimonial Resources, patrimonialisation, musealisation, identity, tourism.

Le Maroc a su ces derniers temps un engouement social sans précédent pour le patrimoine. En effet, tout (ou presque) ce qu'on hérite de nos ancêtres aujourd'hui acquiert la valeur de patrimoine. Or, partant de l'axiome qui stipule que le patrimoine n'existe pas en soi, les objets ou les pratiques qu'on «patrimonialise», ne naissent pas patrimoine, mais ils le deviennent moyennant des constructions sociales inscrites dans un environnement donné. L'intérêt pour ce processus s'explique en partie par le rôle qu'il peut jouer. On le considère comme un outil au service du développement des territoires et des populations qui y vivent.

Le processus de patrimonialisation est déclenché dans différents territoires marocains, concourant à une mise en valeur des ressources locales dans le but de faire de ces territoires des zones engagées dans le développement à l'échelle locale. Il s'agit d'une nouvelle aire marquée par les investissements nationaux et internationaux, touchant principalement les économies sociales et solidaires dans les zones disposant de ressources patrimoniales. Ces dernières sont révélées grâce aux recherches scientifiques et exploitées suite à différents changements de mondialisation liés notamment au phénomène touristique.

Le territoire d'étude «la vallée du Zat» a connu une conjoncture favorable au développement grâce à ses ressources locales ainsi qu'à la forte attraction de la ville impériale voisine, Marrakech, dont l'essor économique et culturel ne cesse d'influencer la région entière. En effet, différents acteurs se mobilisent pour la création d'activités génératrices de revenus contribuant à la valorisation de ressources patrimoniales. Ces ressources ont pu retenir l'intérêt de plusieurs associations militantes pour le patrimoine et l'identité locale ainsi que l'intérêt particulier de nombreux chercheurs notamment BELLAOUI, BOUJROUF, ALIFRIQUI, MOUBCHIR, DOMINGUEZ, etc, qui ont abordé la patrimonialisation au sien de la vallée sous ses différentes facettes.

Ainsi plusieurs questions surgissent, concernant particulièrement le processus de patrimonialisation, comment et dans quelles mesures se déclenche-t-il ? Les ressources territoriales dites patrimonialisées sont-elles susceptibles d'être muséalisées ? Quelle valeur ajoutée pour la muséalisation de ces ressources patrimoniales locales ? Dans cette logique cet article mettra en lumière le processus de la patrimonialisation dans la vallée du Zat, et son aboutissement vers une muséalisation. Plus précisément, nous mettrons l'accent sur le processus de patrimonialisation déclenché dans la vallée du Zat tout en soulignant la modification d'état des ressources locales. Après avoir présenté les tenants et les aboutissants de la patrimonialisation, nous analyserons le rapport entre la muséalisation et la patrimonialisation dans la vallée du Zat et la mise en valeur des identités locales ainsi que leurs enjeux. Pour finir, nous examinons la nécessité de repenser l'identité de la vallée dans un contexte éco-muséal.

1. Du patrimoine à la patrimonialisation

Considéré comme un héritage du passé, le patrimoine renvoie généralement à deux grandes catégories: le patrimoine matériel comprenant les monuments, sites historiques, édifices, manuscrits... et le patrimoine immatériel qui inclut tout ce qui peut être reconnu par une communauté ou un groupe d'individus en tant que compétences ou connaissances dignes d'être sauvegardées et transmises aux générations futures (pratique sociale, savoir-faire artisanal...). Le patrimoine comprend également l'environnement, le paysage et la biodiversité. L'engouement et l'enthousiasme pour la sauvegarde et la transmission de ces formes de patrimoine sont devenus de plus en plus importants ce dernier temps. Ce processus nommé patrimonialisation est une intervention visant la création, la préservation ainsi que la diffusion du patrimoine sous ses différentes formes dans une perspective intergénérationnelle.

La patrimonialisation (1) découle donc d'une « construction sociale basée sur une démarche d'identification du patrimoine » (BERNIER, 2012: 62). La base de la patrimonialisation est bien souvent la revalorisation d'emprises désaffectées et leur transformation en ressource patrimoniale, en sens de valeur à la fois symbolique et économique (GRAHAM, 2002). Pour Skounti (2010): «*la patrimonialisation peut être définie comme le processus par lequel des éléments de la culture ou de la nature deviennent à un moment donné de l'histoire des sociétés, investis de la qualité de bien patrimonial digne d'être sauvegardé, mis en valeur au profit des générations actuelles et transmis aux générations futures.*»



Meunier (2008) précise que le processus de patrimonialisation projette le patrimoine (matériel et immatériel) relatif à un groupe social pour une redéfinition et une construction identitaire donnant lieu à des réflexions sur le passé et l'avenir. De plus, la patrimonialisation peut être comprise dans un processus à plusieurs étapes. Pour Guy Di Méo, ces phases «*peuvent être ramenés à six étapes successives et enchaînées les unes aux autres. Elles vont de la prise de conscience patrimoniale à la valorisation du patrimoine, en passant par les phases essentielles de sa sélection et de sa justification, de sa conservation et de son exposition*» (GUY DI MÉO, 2007: 10).

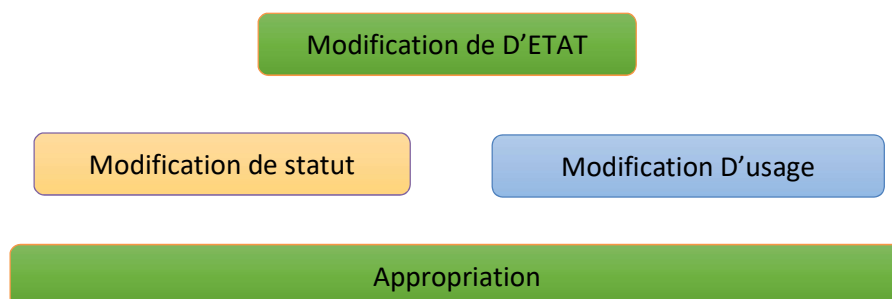


Figure 1. Processus de patrimonialisation. Font: (Lissaneddine, 2017) selon Guy Di Méo

2. La vallée du Zat: des ressources patrimonialisées

Dans la vallée du Zat, à leur insu, les communautés rurales imazighen ont adopté précocement la patrimonialisation comme une construction patrimoniale endogène reposant sur une conception holistique et socio-écologique (ALIFRIQUI et al., 2013). Ils l'ont adopté pour l'Agdal du Yagour en le plaçant sous la tutelle de la communauté et/ou du saint Sidi Boujmaa (DOMINGUEZ, 2010) afin de le protéger, vu son importance dans la mémoire collective et la perception des origines. Ce qui permettait ainsi une gestion collective des risques liés aux ressources. Par le passé, «l'agdalisation» constituait donc la voie privilégiée de la patrimonialisation du territoire commun pour la population rurale (AUCLAIR et al., 2010).

Le patrimoine vécu de cette région montagnarde se présente sous forme d'une structure composite. Il est le produit d'une alliance et d'une fusion entre plusieurs éléments: des ressources, des paysages et les institutions qui leur sont liées, de la société, son mode de vie et son système de production, de la culture sous ses multiples formes, qui peut s'exprimer à plusieurs niveaux (la famille et le lignage, la tribu...). Il est construit sur un temps long et dépend des règles et des modalités de transmission, ainsi que des apprentissages intergénérationnels ou de pair à pair (BERRIANE, 2016).

Vivant une mutation économique assez importante, la vallée du Zat, tout comme les autres régions montagnardes en quête de développement humain et social, opte pour *un repositionnement socio-spacial intégrant leurs spécificités dans un cadre globalisé* (BOUJROUF, 2014). Dans cette logique, le tourisme peut être évoqué comme un facteur déterminant dans la mobilisation de la patrimonialisation dans ce type de régions (BERRIANE, 2010). L'on s'attend en effet à ce que l'accélération du processus de patrimonialisation dans la vallée précipite une diffusion touristique timidement entamée dans l'espace montagnard concerné. Ceci en lien avec l'évolution des comportements des touristes d'une part et les efforts de développement d'un tourisme écologique et équitable et la représentation globale de la montagne comme patrimoine d'autre part. Dans cette logique, les ressources territoriales spécifiques incluant les produits liés aux terroirs, à l'artisanat, à la culture et à la nature deviennent des éléments centraux dans la valorisation touristique (BOUJROUF, 2014). La valorisation et la mise en tourisme de la vallée, rendue attractive grâce à ses sites «naturels» (2), paysagers authentiques (3) et grâce à la présence des éléments du patrimoine culturel (4) (les gravures rupestres du Yagour, l'Agdal (5), la poterie de Talatast, l'ahwach, le pastoralisme transhumant (6), devrait susciter la mobilité des touristes à partir du centre touristique voisin. Celui-ci n'est pas le seul foyer émetteur: la proximité de la route nationale N° 9 reliant deux villes touristiques d'une grande ampleur situées aux deux côtés du Haut Atlas; Marrakech la capitale touristique du royaume et Ouarzazate la porte du désert et du Sahara (BOUJROUF et al., 1998).

Vu sous un autre angle, le tourisme peut être d'une utilité vitale pour le patrimoine. Dans le sens où le bien patrimonial «validé» par le tourisme renforce son ancrage dans la société locale et aide à l'identification de celle-ci (BABELON, CHASTEL, 1994). Rappelant ici que l'avènement puis l'extension d'un tourisme culturel dans les années soixante-dix du XXe siècle ont beaucoup aidé à favoriser la prise de conscience des sociétés et des gouvernements, ainsi qu'à formaliser la nécessité d'une nouvelle approche des discours s'agissant des espaces naturels et du patrimoine historique et immatériel. Désormais, le tourisme culturel, selon la charte du même nom, rédigée en novembre 1976 par le Conseil International des Monuments et des Sites (ICOMOS) et révisée en 1999, marque un tournant vers la prise de conscience du contenu immatériel du patrimoine.

Les observateurs s'accordent à confirmer que le tourisme culturel et responsable contribuerait à soutenir le sentiment de communauté, de «local» et d'authenticité. L'implication et l'insertion des populations locales en qualité d'acteurs actifs et effectifs d'une problématique touristique gage de développement durable passe alors obligatoirement par la réappropriation d'espaces et de valeurs (BRETON, RAMASSAMY, 2011).

C'est dans cette logique que le procédé de la patrimonialisation dans le Zat prend forme sous plusieurs allures et suit un chemin périlleux. De par ses acteurs, elle peut être imposée par le haut et l'on parle dans ce cas-là d'une patrimonialisation descendante, comme elle peut être qualifiée d'ascendante. Dans ce dernier type de patrimonialisation, figurent les touristes, les immigrés ou les ressortissants marocains à l'étranger, originaires de la vallée, et les intermédiaires dont *«le regard étranger permet de révéler des saillances patrimoniales que la société d'accueil a depuis longtemps banalisées, et dans la conservation desquelles elle se sent peu concernée»* (BERRIANE, 2016). L'on trouve également des associations comme celle des Amis du Zat (7), l'association des propriétaires de la source de Tighdouine et l'association Yagour

de développement qui militent respectivement pour un tourisme solidaire, la valorisation de la source thermale (8) et le respect des droits des populations amazighes.

La patrimonialisation peut également être impulsée du haut, par l'État. C'est le cas du processus de mise en tourisme de la vallée qui demeure faiblement approprié par les locaux (BOUJROUF, 2004), ou celui du Plan Maroc Vert qui vise la modernisation du monde rural ainsi que la promotion et l'intensification de son système productif. Ce type de patrimonialisation peut constituer un risque et un glissement des systèmes de culture locaux vers un modèle capitaliste (BERRIANE, SKOUNTI, 2016).

3. La muséalisation la vallée du Zat pour une mise en valeur identitaire

La patrimonialisation de la vallée du Zat telle qu'elle est présentée précédemment questionne le rapport de l'inscription sociale du patrimoine avec le processus de conservation, de communication et de recherche (9). Lequel processus qui renvoie à la muséalisation (10). En effet « la patrimonialisation participe du processus de muséalisation, mais ne l'englobe pas totalement: tout ce qui est muséalisé est patrimonialisé, mais tout ce qui est patrimonialisé n'est pas forcément muséalisé » (DESVALÉES, MAIRESSE, 2011). De ce fait, le réflexe patrimonial déclenché au niveau de la vallée protège ce qui est considéré comme patrimoine, notamment les gravures rupestres dans le plateau de Yagour. Il peut être ainsi consolidé par un réflexe muséal dont l'objectif est de faire connaître ce patrimoine et de le transmettre. De plus, l'acte muséal cible aussi les objets de la vie quotidienne, d'un milieu naturel et culturel d'origine: à savoir la poterie, les bijoux, le tissage, le paysage, etc., pour leurs donner un statut muséal, les transformer en «muséalium» (11) et leurs conférer une valeur patrimoniale (DESVALÉES et al., 2009) (ANDRÉ GOB, 2009).

Étant une modalité de patrimonialisation, la muséalisation (12) concoure à des réflexions de recherche et de sauvegarde des objets commençant par la documentation historique, identitaire, artistique, usuelle, etc., tout en mettant l'accent sur le devenir du patrimoine. Suivant cette démarche, le processus de muséalisation met en perspective une trajectoire qui vise la transformation de l'état initiale d'objet (MARIAUX, 2007: 51) selon les étapes suivantes:

Extraction de l'objet de son monde d'origine «valeur d'usage».

Opération de muséalisation «valeur muséale».

Mise en exposition «valeur de sens».

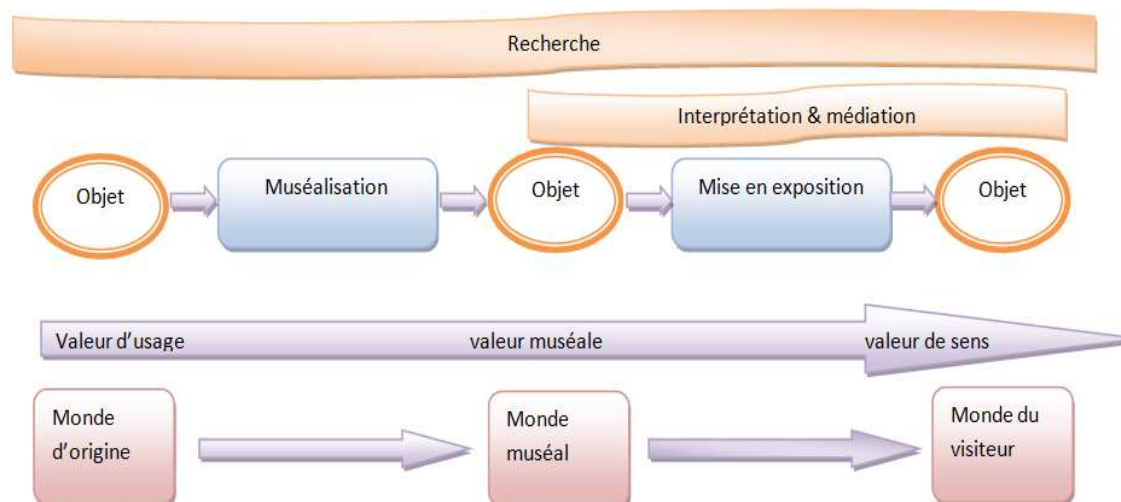


Figure 2: Processus d'incorporation d'un objet dans une collection muséale. Font: (Lissaneddine, 2017) selon Pierre Mariaux, 2007

Le changement de valeur se fait par le biais de la sélection, la recherche, l'interprétation et de la médiation. D'où la reconnaissance patrimoniale et culturelle par excellence, des substances matérielles et du potentiel intellectuel immatériel qui opine des expressions transtemporelles de valeurs d'objets muséalisés.

Si les ressources patrimonialisées dans la vallée du Zat permettaient aux publics/touristes de découvrir les particularités distinctives et authentiques et d'apprendre davantage sur les modes de vie des habitants, tout en aidant à définir les cultures et les identités locales (OIRY, 2014), les collections muséalisées quant à elles reflèteraient un patrimoine plus vivant. Nous ne parlons plus «d'objets morts» (HAINARD, 1989), attendu que le passé représenté par l'objet ne se limite pas à des faits historiques, mais «il nous relie à un monde d'origine qui est un monde social» (DAVALLON, 2006 : 169). Autrement dit, non seulement les objets témoignent de l'histoire locale du Zat, mais, en outre, elles donnent des informations sur les modes de rassemblement sociaux où se «démultiplie d'autant les cultures identitaires» (CHAUMIER, 2005).

De plus, le reflet identitaire s'exerce de façon permanente par le biais de muséalisation. Cet à travers le patrimoine muséalisé que la communauté locale gagne à la recomposition de son identité collective. Ainsi s'unissent les liens d'appartenance au sein du groupe (CHAUMIER, 2005).

4.Repenser l'identité du territoire «vallée du Zat» dans un contexte éco-muséal?

Par les objets qu'elle conserve, l'institution muséale collecte les histoires et transmet les identités collectives des communautés locales. Ces objets sont autant d'expressions du patrimoine naturel et culturel de la vallée. Ils contiennent des informations dissimulées relevant de la vie collective et privée, de l'organisation sociale, des perceptions artistiques et des pratiques religieuses et culturelles. Certains d'entre eux sont fragiles, parfois en danger. Ils nécessitent donc une conservation avec un soin particulier. D'où le but de l'institution muséale.

Dans cette perspective les écomusées (13) arrivent à mettre en exergue le côté culturel des objets. En référence à une vision basée sur la conscience de l'expérience et des cultures partagées au lieu de la vision exclusive de la connaissance. C'est ainsi que l'idée du patrimoine communautaire prend forme. Les écomusées entendent donc valoriser une spécificité locale au

travers du média exposition (CHAUMIER, 2005). Les objets muséalisés dans la vallée du Zat deviennent ainsi porteurs des souvenirs de la communauté et de toute une identité collective. Ces objets constituent alors des ressources pour l'identification d'un groupe, car ils permettent aux individus de se rattacher à une mémoire commune. Les objets sont choisis et valorisés de manière à ce qu'ils renvoient à un passé réinventé pour être capable d'incarner le groupe et sa continuité dans le temps. Le patrimoine permet alors de figurer l'idée abstraite de la perpétuation de la société.

Un des exemples concret et vivant de la mobilisation de l'identité collective s'illustre dans la vallée de l'Ourika. Ce territoire voisin s'est doté en 2009 de «l'écomusée berbère», une institution culturelle privée, fondée par de Hamid Mergani (14) et Patrick Manach (15), dont l'objectif est de faire connaître le Maroc amazigh, et où l'on montre les savoir-faire d'une population ancienne dans une logique de conservation pour l'avenir (OIRY, 2014). L'écomusée de l'Ourika abrite un nombre important de collections sur le monde berbère: Poteries, bijoux, tapis, tissage et divers matériaux et ustensile, etc. Des objets conservés et valorisés afin de monter les particularités et le savoir-faire de la culture amazighe. Un patrimoine matériel muséalisé dont les connotations sont fortement symboliques pour la population qui l'a créé et lui a donné vie et sens.

Si l'on considère cet exemple vivant, il s'agit d'une mise en scène simple de l'identité. Il concourt à la transmission d'un contenu très chargé lié à des traditions, à un héritage, à un lieu et à un territoire (POULOT, 2009). L'importance de la muséalisation prend forme lorsqu'elle relie l'histoire du territoire avec ses spécificités et marque le degré d'intégration de la population locale dans la sphère territoriale. L'institution muséale témoigne non seulement d'un passé riche, mais aussi de la volonté des acteurs locaux de se démarquer et mettre en valeur leur patrimoine local à travers les collections exposées. Ceci émane d'un désir de témoignage identitaire assez fort.

La diversité et la richesse des ressources patrimoniales identifiées dans le territoire du Zat feraient du projet de l'écomusée une institution communautaire porteuse de l'histoire et de l'identité locale. Cette institution permettrait finalement d'affirmer les particularités identitaires de la vallée et de les sauvegarder. Il s'agira donc de rattacher une identité au territoire (une mémoire du passé et du présent) à travers des repères (identitaires) perdus ou transformés suite à l'évolution de la société. Cette identité du Zat qui se manifesterait dans l'écomusée, se rapporte aux objets principalement, dont découlent des mœurs, des rites, des traditions; toute une culture immatérielle en faveur d'un attachement territorial.

C'est ainsi que l'écomusée peut se présenter comme une institution culturelle servant à légitimer, affirmer et communiquer le patrimoine et une identité. Grâce à ses diverses interactions avec l'environnement, il peut devenir le lieu créatif par excellence d'enjeux identitaires, patrimoniaux, culturels et socioéconomiques dans la région. Dans ce sens, le processus de muséalisation lié à la mise en tourisme donne de nouvelles fonctions au patrimoine. Les objets acquerront ainsi des valeurs différentes, notamment l'authenticité, la rareté, le symbolisme. Il s'agit d'une construction et d'un renforcement de l'identité du territoire.

NOTES

(1) Pour LINTZ (2001) cette notion est " d'abord synonyme de l'ensemble des biens de la famille, le patrimoine incarne aujourd'hui l'héritage commun d'une collectivité...Le besoin actuel est plus profond qu'un simple intérêt historique pour les traces du passé. Il procède de cette nécessité

essentielle de s'approprier le passé et le présent pour mieux concevoir l'avenir à travers un regard actif sur notre environnement artistique et culturel. "Pour Mohamed Berriane (2010) «La notion de patrimoine ne se limite plus aujourd'hui à ce seul créneau. Au départ, la définition valorisait surtout la conception monumentale et esthétique européenne du patrimoine, puis naturaliste américaine. Depuis lors, des voix se sont élevées faisant évoluer la définition du patrimoine mondial d'une conception «humaniste» vers une conception «anthropologique» intégrant ainsi le patrimoine immatériel et oral».

(2) La source thermale de SIDI EL OUAFI est découverte en Juillet 1990. Son exploitation a largement contribué à la mise en tourisme de la vallée du Zat. Notamment avec la construction de maison, de chambres, ou tout simplement l'installation des tentes consacrées à l'hébergement. Quant à la restauration et aux services destinés aux touristes, ils sont assurés par des cafés-restaurants et des boutiques établis principalement pour répondre aux besoins des touristes (BELLAOUI, 2005).

(3) Les paysages des cuvettes et des bas plateaux de la zone des avant-monts, les paysages de la moyenne montagne et les paysages de la haute montagne ou du Haut Zat Bellaoui.

(4) La richesse historique et la valeur scientifique de la vallée du Zat sont attestées par la présence des milliers de gravures rupestres datant pour la plupart de l'Age du bronze, environ 4000 ans (RODRIGUE, 1999) éparpillés au niveau du plateau du Yagour sur deux sites différents: l'un est situé au pied du sommet du Meltsen nommée Warzazat et contient plus de 1700 gravures, l'autre dans plateau du Yagour proprement dit (MALHOMME, 1959).

(4) Ces gravures rupestres que recèlent le plateau et les cuvettes bordières des Ayt Inzal et Warzazt, témoignent non seulement l'ancienneté de la présence humaine sur le Yagour et ses cuvettes bordières mais aussi de l'existence depuis une époque fort lointaine, d'un mouvement des habitants des vallées environnantes et probablement aussi des populations venues depuis le sud ou l'est en quête de pâturages, ou du nord de la chaîne atlasique dans le cadre de mouvements de transhumance entre la plaine et la montagne.

(5) A l'origine de la genèse de l'agdal, se profile le besoin de la protection des pâturages à certains périodes de l'année, surtout dans le Haut Atlas où l'agdal fait référence aux prairies de l'altitude et aux pâturages qui recueillent l'eau de la fonte des neiges, les meilleurs pâturages d'été quand la sécheresse a grillé les parcours de la plaine (AUCLAIR, ALIFRIQUI, 2005).

(6) MAHDI M., 2010 «Patrimonialisation de la transhumance à l'Oukaïmeden». In LERINS F. (dir.) Pastoralisme méditerranéen; patrimoine culturel et paysager et développement durable, Montpellier, Ciheam, coll. Options Méditerranéennes, série A., Séminaires méditerranéens, 93, p. 73-83 étude de l'adgal de l'Oukaïmeden.

(7) Selon son président M. Bellaoui, l'objectif de cette association consiste «à proposer aux touristes des structures d'accueil de qualité susceptibles à la fois de satisfaire une demande touristique de plus en plus exigeante et de préserver la beauté de l'environnement de la vallée. C'est dans ce cadre que s'inscrit, par exemple, la construction par l'Association des Amis du Zat de trois gîtes ruraux aux douars de Tizirt, de Warzazt et d'Aït Ali, dans le respect total de l'architecture et des savoir-faire locaux» (BELLAOUI, 2005).

(8) Ressource thermale (Bellaoui, 2005)

(9) Définition du musées adoptée par l'ICOM en 1975.

(10) «Opération tendant à extraire, physiquement et conceptuellement, une chose de son milieu naturel ou culturel d'origine et à lui donner un statut muséal, à la transformer en *muséalium*, 'objet de musée', soit à la faire entrer sur le champ du muséal» (DESVALÉ et al., 2009).

(11) Sont les «objets muséalisés» (MARIAUX, Pierre Alain, 2007: 51) c'est un terme qui désigne les choses ayant subi l'opération de muséalisation et pouvant ainsi prétendre au statut d'objets de musée. Le terme a été traduit en français par «muséalie», (Desvallées, Mairesse, 2011). «Les musealia (objets de musée) sont des objets authentiques mobiles qui, comme témoins irréfutables, montrent les développements de la nature ou de la société» (SCHREINER, 1985: 61). Pour Davallon «Les musealia sont moins à considérer comme des choses (du point de vue de leur réalité physique que comme des êtres de langage (Ils sont définis, reconnus comme dignes d'être conservés et présents) et des supports de pratiques sociales (ils sont collectés, catalogues, exposés, etc.)» (DAVALLON, 1992: 61). Concepts clés de muséologie Sous la direction d'André Desvallées et François Mairesse. ICOFOM Armand Colin, 2010.

(12) L'introduction de la revue public et musées Desvallées précise que «le mot lui-même, le facteur musée se rapporte exclusivement au langage des choses réelles, le préfixe «éco (logique)» se réfère à une notion d'éco-muséologie humaine aux relations dynamiques que l'homme et la société établissent avec leur tradition, leur environnement et les processus de transformation de ces éléments, lorsqu'ils ont atteint un certain stade de conscience de leur responsabilité de créateurs» (DESVALÉES, 2000).

(13) Cofondateur du musée berbère.

(14) Idem.

BIBLIOGRAPHIE

AUCLAIR, Laurent; DOMÍNGUEZ, Pablo; ALIFRIQUI, Mohamed; GENIN, Didier - **Effervescence patrimoniale au Sud: entre nature et société**. IRD Éditions - Collection: Latitudes, 23, (2013), p. 105-128.

AUCLAIR, Laurent; ALIFRIQUI, Mohamed (dir.) - **Agdal: patrimoine socio-écologique de l'Atlas marocain**. Rabat (MAR); Marseille: IRCAM; IRD, (29), 647 p. (Publications de l'Institut Royal de la Culture Amazighe. Centre d'Etudes Historiques et Environnementales: Série Colloques et Séminaires; 29). Colloque sur la Gestion de la Biodiversité des Agdals, (2012). Marrakech (MAR), 2007/05/10-12. ISBN 978-2-7099-1714-8.

AUCLAIR, Laurent; ALIFRIQUI, Mohamed; SIMENEL Romain; MICHON, Geneviève -«Agdal»: les voies imazighen de la patrimonialisation du territoire. In **Hesperis-Tamuda**. ISSN 0018-1005. XLV, (2010), p. 129-149.

BELLAOUI, Ahmed - Tourisme et développement local dans le Haut-Atlas marocain: questionnement et réponses / Tourism and local development in the Moroccan High Atlas Mountains: some questions and answers. In **Revue de géographie alpine**, tome 84, n°4, (1996), p. 15-23.

BELLAOUI, Ahmed - La vallée du Zat: un pays d'accueil touristique émergent dans l'arrière-pays montagneux de Marrakech. In **Revue Téoros**, N° 24-1/ (2005), p. 42-47.

BERRIANE, Mohamed; SKOUNTI, Ahmed; MICHON, Geneviève; ROMAGNY, Bruno - Les enjeux de la patrimonialisation dans les terroirs du Maroc. In BERRIANE Mohamed ; MICHON,

Geneviève (eds.) **Les terroirs au Sud, vers un nouveau modèle?**. IRD Éditions/Faculté des Lettres et des Sciences humaines de Rabat – Collection: Synthèses, 2016.

BOUJROUF, Said; BRUSTON, Mireille; DUHAMEL, Philippe; KNAFOU, Rémy; SACAREAU, Isabelle - Les conditions de la mise en tourisme de la haute montagne et ses effets sur le territoire. L'apport d'une comparaison entre le Haut-Atlas et le Népal mise en perspective à l'aide du précédent alpin (exemple du massif du Mont-Blanc). In **Revue de géographie alpine**, tome 86, n°1, (1998), p. 67- 82.

DAVALLON, Jean; GOTTESDIENER, Hana - Le musée national des techniques sous l'oeil de ses visiteurs. In **La Revue: musée des arts et métiers**, n° 1, (1992), p. 34-39.

DESVALLÉES, André - Introduction. In **Publics et Musées**, 17 (1), (2000), p. 11-31.

DESVALLÉES, André - **International Council of Museums - Museology: Back to Basics**. ICOM, International Committee for Museology, Symposium, Buenos Aires, Brasilia June, 2009 = Muséologie: Revisitor Nos Fondamentaux = Museologia: Retorno a Las Bases. Mariemont: Musée Royal de Mariemont.ICOFOM Study Series 38, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; BERGERON, Yves - **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

LISSANEDDINE, Abdelilah - **Les musées au service du territoire entre question identitaire et usage touristique -cas de marrakech et son arrière-pays**. Laboratoire IMPACT: Langue, Identité, Media, Patrimoine, Culture et Tourisme. Marrakech: FLSH-UCAM, 2017.

MARIAUX, Pierre Alain (ed.) - **Les lieux de la muséologie. L'atelier**. Vol. 1, Bern. New York: P. Lang, 2007.

HAINARD, Jacques - **Musée d'ethnographie (Neuchâtel, Switzerland)** (ed.) - Le salon de l'ethnographie, (1989). Neuchâtel, Switzerland: Musée d'ethnographie.

POULOT, Dominique - **Musée et muséologie**. Nouvelle éd. Collection Repères 433. Paris: La Découverte, 2009.

DOCUMENTS ELECTRONIQUES

BOUJROUF, Said - Ressources patrimoniales et développement des territoires touristiques dans le Haut Atlas et les régions sud du Maroc». [En ligne le 17 juin 2014]. **Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine**, 102 -1 | 2014. [Consulté le 06 septembre 2018]. www :<URL:<http://rga.revues.org/2259>; DOI: 10.4000/rga. 2259>.

BRETON, Jean-Marie., RAMASSAMY, Diana - Patrimonialisation et enjeux d'un développement touristique durable ». [En ligne le 15 décembre 2011]. **Études caribéennes**, 20 | Décembre 2011, [Consulté le 06 septembre 2018]. www :<URL <http://journals.openedition.org/etudescaribeennes/5711>>.

PRIAPE OU LE PARADOXE DE L'ITHYPHALLISME INUTILE

Cyril Dumas

Conservateur

Conférencier

Musée Yves Brayer

cyrildumas@yahoo.fr



Priape ou le paradoxe de l'ithyphallisme inutile

Cyril Dumas

Historial do artigo:

Recebido a 01 de outubro de 2018

Revisto a 20 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RÉSUMÉ

La **nudité** masculine demeure dans l'Art romain un **symbole** de la beauté et de la virilité. Pourtant, ces représentations ne sont pas innocentes, car elles revendiquent une tradition antique. A l'exemple de Pompéi, où le sexe masculin s'exhibe fièrement aux yeux de tous. De nombreux symboles phalliques protègent les constructions au point de les confondre avec l'emblème de la ville. Or, il s'agit de Priape, qui est le dieu le plus représenté de l'antiquité. Le nombre des œuvres d'art à son effigie témoigne d'une importante popularité qui lui permet de pénétrer toutes les classes sociales et de protéger tous les corps de métiers. Cependant, ces images ne renvoient à aucune connotation érotique ou à aucun exercice du plaisir. Célébrées par les artistes, le membre ithyphallique est exhibé fièrement avec une dévotion mythico-religieuse. Cette vulgarité assumée sert de référence à l'esthétique et permet de chasser le mauvais œil. Ainsi, toutes ces images pointent vers une nouvelle réflexion moralisatrice qui invite à revendiquer une superstition.

Mots clés: Culte phallique, Priape, Mythologie, Caricature, Clichés, Superstition

ABSTRACT

Roman art considers male nudity as a symbol of beauty and virility. Depictions of the naked body have often been used in symbolic ways, for example, as an extended metaphor for complex and multifaceted concepts related to Priapus. In Pompeii, the penis was once considered an incredibly sacred thing, important in all aspects of life from human reproduction to the fertility of fields. There are many incredible pieces of art that characterize this god as being powerful and popular. He can protect all social classes and all kinds of businesses. However, his presence and portrayal never conveyed any erotic connotation or exercise of sexual pleasure. Celebrated by the artists, the penis is proudly shown as an object mythical-religious worship. This current day erroneously assumed vulgarity serves as an aesthetical reference to and allows to hunt the "evil eye". So, these Priapus images point towards a new moralizing interpretation in modern times that leads to claims of superstition.

Key-word: Phallic worship, Priapus, mythology, Caricature, Pouncing patterns, Superstition

RESUMO

A nudez masculina permanece no Art romano um símbolo da beleza e a virilidade. Não obstante, estas representações não são inocentes, porque eles reivindicam uma tradição antiga. Como Pompeii onde o órgão genital masculino mostra para si mesmo orgulhosamente na visão de todo o mundo. Numerosos símbolos fálicos protegem as construções dentro os confundir com o emblema da cidade. Ainda (agora), é sobre Priape que é o deus mais representaram pela antigo. O número do oeuvres de arte em sua efigie testemunha de uma popularidade importante que o permite penetrar em todas as classes sociais e proteger todas as associações incorporadas (comércios construindo). Porém, estas imagens mandam de volta a (despeça) nenhuma conotação erótica ou para nenhum exercício do prazer. Celebrado pelos artistas, para o sócio de ithyphallique (membro) é mostrado orgulhosamente com um mythico adoração religiosa. Isto assumiu (aceito) saques de vulgaridade como referência para as estéticas e permite caçar (perseguir fora) o olho ruim. Assim, todo este relógio de imagens (aponte, vara) para uma reflexão moralizando nova que convida a reivindicar uma superstição.

Palavras-chave: Culto fálico, Priape, Mitologia, Caricatura, Clichés, Superstição

1. Le Culte Phallique

À l'origine de toute chose, l'esprit de la nature est basé sur une dichotomie féminine et masculine. Toutes les religions les plus anciennes s'unissent sur la même doctrine ne différant entre elles que par la liturgie. Elles s'accordent pour placer dans le membre masculin toutes les qualités pour la perpétuer la vie. Cette division est identique dans la tradition romaine, car le culte de la virilité accorde la vertu de la fécondité. Les mythologues expriment son origine par une allégorie qui fonde son mythe. Selon cette source écrite, Héra apprend que sa fille Aphrodite attend un enfant de Dionysos. Folle de jalousie, elle lui rend visite pour lui apporter son aide. Sous prétexte de la secourir, elle lui touche le ventre pour l'affecter d'un mauvais sort. Aphrodite donne naissance à un enfant difforme. Le nouveau né, au physique ingrat, est affublé d'un sexe masculin monstrueux en perpétuelle érection qui le condamne à la disgrâce. La honte contraint la jeune mère à abandonner son fils aux frontières de l'Empire. Il est élevé par des bergers près de Lampsaque, une ville de l'Asie-Mineure. Il devient le garant de la fertilité des champs, des jardins, des animaux et des troupeaux. Les hommes et les femmes honorent ses vertus pour s'assurer les bienfaits de sa fécondité. Le dieu occupe une place prépondérante dans la société romaine qui craint l'infertilité et l'impuissance. L'homme loue sa bienveillance dans les potagers et les vignes en indiquant sa présence sous la forme d'une branche de figuier longiligne dont l'extrémité est souvent trempée dans la peinture rouge. Sa difformité devient l'emblème distinctif pour identifier sa présence. Il participe à la bonne irrigation des jardins et protège les vergers des maraudeurs. Son appendice protège les ponts et les aqueducs. Le pont du Gard (**vd. Figure 1.**) possède trois bas-reliefs et l'aqueduc de Toudja (**vd. Figure 2.**) en possède un double phallus (Beaïa, Algérie).



Figure 1. Emblème phallique du Pont du Gard. **Font:** Cyril Dumas



Figure 2. Emblème phallique de l'aqueduc de Toudja (Algérie). **Font:** Cyril Dumas

2. Son Portrait

Les artistes les plus habiles sculptent dans la pierre son portrait sous sa forme anthropomorphe. Dans ce cas, ils le représentent sous les traits d'un homme dans la force de l'âge, debout avec une odieuse érection. Il est vêtu d'une tunique, qui est attachée à la taille par une ceinture. Son vêtement, toujours retroussé, se pétrifie en un sempiternel geste d'impudeur que les anciens nomment *anásurma*, Le verbe *anásurō* signifie «retrousser, mettre à nu» qui découvre son pubis et l'exhibe, dans un geste magique ou à la vertu thérapeutique. Le Dieu tient des deux mains le pan de sa robe dans laquelle, il y a du raisin, des fruits, découvrant ainsi ses jambes et son sexe en érection qui sert de soutien à son fardeau. Son code vestimentaire répond à la mode orientale, il porte une barbe, un bonnet phrygien, une corne d'abondance, un thyrses et des bijoux dont le motif évoque la vigne. Priape est toujours représenté avec une corpulence efféminée et nonchalante. Ses traits morphologiques sont inspirés de ceux empruntés à la gente féminine. Chaque œuvre développe avec originalité un détail anatomique pour insister sur cet aspect de sa physionomie. A défaut d'accompagner sa virilité omniprésente d'une musculature dessinant des pectoraux, le dieu arbore une gynécomastie, des cuisses et des chevilles féminines. Ses courbes dessinent le physique d'un homme plongé dans une mollesse (*mollitia*), une forme d'indolence ou de préciosité peu raffinée qui contraste avec la présence de son membre masculin disproportionné afin de dénoncer sa vulgarité. L'idéal artistique présente toujours la verge petite, voire atrophiée. L'artiste dessine toujours un membre sous dimensionné, non circoncis et flasque en utilisant souvent les détails anatomiques d'un enfant prépubère. Le bon membre est affecté dans certain cas d'un phimosis complètement fermé. Ce prépuce de jeune homme confirme son incapacité à se reproduire. C'est un critère de beauté, d'élégance, de tempérance et même de virilité. Dans cet état, il partage avec la forme enfantine sous les traits d'un enfant, d'un vieillard, d'un le bouffon ou d'un nain pour rappeler qu'il ne peut pas se reproduire.

3. Le Bijou

La société masculine romaine invite les femmes à **honorer un énorme** sexe masculin en perpétuelle érection. Priape jouit sans défaillance d'un prestige et d'une dévotion. La dévotion se manifeste par le port d'une amulette qui est également le signe ostentatoire d'une appartenance à une religion et un signe d'une croyance à une tradition. Toutes les classes sociales portent un bijou à son effigie qu'il soit en **or ou en os** (vd. **Figure 3.**).



Figure 3. Bague en or, coll. Privée. Font: Cyril Dumas

Présents dans les tombes, il révèle la préoccupation des parents qui craignent l'infertilité de leurs enfants. Ceux-ci doivent également affronter une mortalité infantile importante. Pour les protéger, les enfants portent des bijoux de famille qu'arborent fièrement aussi de nombreux adultes. Militaires, gladiateurs, et simples commerçants affichent le talisman phallique au tour du cou. Même si le bronze et le bois de cerf sont largement attestés, tous les matériaux sont utilisés (verre, ambre, camé, bois, argile, fer, or, argent, bronze, os, corail, pierre, marbre...). Chaque artisan réalise une œuvre artistique unique. Ces talismans offrent une grande variété morphologique dont il difficile de dresser la typologie tant les formes sont nombreuses. Tous les éléments de l'anatomie externe sont stigmatisés pour identifier le bon membre (bande striée, couronne perlée, frenulum, prépuce, gland, testicules, scrotum). Le membre viril devient un porte-bonheur qui s'affranchi des conventions anatomiques pour composer un motif abstrait aux formes symboliques. Ainsi, l'amulette est dotée d'un ou plusieurs phallus qui peuvent être en jonction avec une main (**vd. Figure 4.**): la *mano fica*. Il s'agit de la représentation d'un avant bras dont le poing fermé coince le pouce entre l'index et le majeur. Les amulettes triphalliques présentent généralement deux phallus latéraux en état de turgescence et un phallus enfantin au centre. Au repos les romains nomment le phallus la *mentula*, et sa transformation le *fascinum*.



Figure 4. Amulette triphallique, site archéologique de Ruscino (Inv. s.72.393). Font: Cyril Dumas

L'étymologie du *fascinum* possède une origine très signifiante. Elle puise ses racines dans la magie de la fascination dont le pouvoir permet de détourner le mauvais sort de ses victimes. Son port offrait donc un champ de protection assez vaste, particulièrement avant la puberté. Selon Pline, les amulettes sont des remèdes utilisés en médecine, cette science n'étant jamais dissociée de la religion. Un autre auteur antique, Plutarque nous enseigne que l'amulette ithyphallique attire le regard du fascinateur pour l'empêcher de se fixer sur sa victime.

4. Dans la Ville

Dans tout l'Empire, il impose sa dictature au sein d'une religion polythéiste comme la source principale ou exclusive de toute une culture. Il devient le Dieu le plus représenté de l'antiquité. Les artistes représentent sa personne sous la forme d'un homme ou réduit à la simple expression de son sexe turgescent. L'œuvre se développe sous la forme d'une grande sculpture ou limitée à la présence d'un simple graffiti évoquant la forme symbolique du *fascinum*. Au cours de leur vie, les hommes et les femmes prient pour la bienveillance de sa fécondité, mais au quotidien ils invoquent sa protection contre le mauvais sort ou pour écarter le danger. Cette représentation religieuse est liée à la nature sacrée attribuée aux portes et aux **murailles** par le droit romain. Cette foison d'images divines illustre la promiscuité des Dieux et des hommes entretenue par toute la société quelque soit l'espace urbain: les rues, les maisons, les tombes. Le Dieu est imploré dans les rituels **funéraires** et accompagne l'homme dans sa sépulture. Priape occupe une place prépondérante dans la cité, où il est affiché à tous les coins de rue pour illustrer la ferveur populaire. Quelque soit le propriétaire ou la clientèle, la présence de Priape garantit l'abondance dans tous les types de **commerce**, comme en témoigne Pompéi (Boulangerie, Blanchisserie, Architecte...). Il protège aussi les piétons et les voyageurs aux carrefours ou sur les ponts. Sa présence est discrète mais obligatoire à tous les endroits où il y a

un danger potentiel, notamment dans les amphithéâtres (Nîmes, Arles, Rome, Pompéi...). La tradition enseigne qu'il protège aussi les clients des thermes, le vestiaire est pourvu à cet effet de son emblème (Pompéi, Rome, Herculaneum, Ostia Antica...).

5. Le Monstre et la Caricature

Le membre se mue également sous la forme d'un monstre à faciès humain, d'un animal grotesque ou du bestiaire fantastique. La bête est sexuée de nombreux phallus, dont l'agressivité se retourne contre son propriétaire. Ainsi, un sexe énorme et agressif enlaidit son propriétaire, le rend ridicule. Dans certains cas ce dernier, est attelé à ce membre fougueux pour tenter de le dompter ou de l'apprivoiser. Selon Aristote, un phallus trop long est un signe de vulgarité et de disgrâce. Lorsque le membre masculin prend une dimension démesurée, il devient l'objet de plaisanteries ou l'attribut d'un monstre grotesque. En conséquence, l'organe génital de dimension anormale fait l'objet de plaisanteries et de rires dénués de tout érotisme. L'infirmité du Dieu devient un artifice comique qui nourrit l'imagination des artistes. Les artistes rivalisent de fantaisie pour stigmatiser la vulgarité burlesque de l'ithyphallisme. Cette malformation est alors occasionnellement affublée d'une paire de clochettes, car les sonnailles sont utilisées pour chasser le mauvais sort. La transformation se poursuit par la personnification du phallus sous la forme d'un animal imaginaire avec une paire de jambes ou d'ailes. L'oiseau phallus est un motif fréquent, qui évoque le coq. Cette espèce (*Priapus gallinaceus*) partage de nombreux caractères avec le dieu, dont le caractère érectile de la crête qui les coiffe et le même appétit débridé que le roi de la basse cour. On peut admettre que cette transformation appartient au registre du burlesque et du cocasse.

6. La Vulgarité

Priape est une incarnation de la vulgarité exacerbée. Sa nudité est avilissante, elle représente un outrage aux bonnes mœurs. Car, la signification de son **infirmité**, dans la société traditionnelle, est l'objet de l'origine de toutes les infamies: une sexualité récréative et non fécondante. Circonstance aggravante, c'est une sexualité qui n'aboutit pas. Les artistes s'ingénient pour **déconstruire progressivement** le dieu de la fécondité en forçant le trait de la caricature. Ils travaillent sur des représentations intenses, particulièrement laide et sombre de son corps humain. Son corps et son visage sont déformés, par la laideur d'une bosse dans le dos, de verrues, de grimaces, d'une calvitie, ou des caractères physiques d'une caricature d'esclave africain ou d'un pygmée. Ce dernier symbolise un peuple nu, sauvage, incivilisé, privé du statut de citoyen, marqué d'une sexualité excessive, transgressive et non-reproductive (1), qui danse ou joue dans un décor **nilotique**. L'analyse de quelques exemples d'œuvres phalliques permet de dresser le portrait d'une divinité qui incarne la grossièreté et la vulgarité, mais pas l'érotisme, ni la sexualité. Parmi les œuvres emblématiques, les thermes **de Filadelfes à Timgad en Algérie** possèdent une mosaïque illustrant la miction d'un esclave ithyphallique à la peau noire miction. L'homme tient une pelle à feu sur l'épaule. L'outil témoigne qu'il est chargé de s'introduire à l'intérieur de l'hypocauste pour le nettoyage du foyer du *caldarium*. Le **Priape de Rivery** est un bel exemple d'un art luxueux. Il est représenté sous la forme d'une statuette humaine. Ce magnifique bronze représente un homme barbu en position debout et en marchant. Il est vêtu d'un *cucullus*, il s'agit d'une cape courte avec une capuche pointue. Ce vêtement, qui couvre le corps supérieur et la tête, est porté par les gaulois. La dénomination latine du vêtement gaulois n'est pas anodine, son étude révèle une curieuse étymologie. Le mot est très proche de *cuculare* qui désigne « crier comme le coucou ». Cet oiseau est connu dans la tradition latine comme un

volatile qui vole le nid des autres. Cette particularité du coucou s'inscrit dans l'origine des plaisanteries antiques sur l'infidélité et du mot cocu. L'œuvre d'art porte également un secret, qui est visible seulement aux observateurs connaissant le tour. La partie sommitale est un capuchon amovible qui permet l'apparition du corps caché de l'esclave. Le dispositif révèle un emblème phallique qui symbolise la présence du Dieu. Au regard des œuvres similaires (2), on s'aperçoit que tous les détails visibles peuvent prendre un double sens répondant au mécanisme de l'humour vulgaire antique. Cette figure de bronze peut nous conduire vers une compréhension plus complète des œuvres priapiques. La vulgarité de Priape impudique provoque un malaise qui incite à rire et à plaisanter. Car, le rire est apprécié pour son mauvais goût comme un préservatif contre les mauvais sorts. La nudité est utilisée en dehors de toute métaphore religieuse. Sa symbolique revêt alors des artifices comiques qui sont savamment orchestrés par la présence de nombreux objets et dans l'agencement du décor. De ce fait, Priape et l'humour participent au développement de l'effet prophylactique des œuvres d'Art. La vulgarité impudique de Priape **provoque un malaise**, même l'occasion d'une rencontre inopinée. En public, la jeune fille romaine issue de la bonne société détourne la tête en rougissant devant l'apparition de cette divine turgescence dressée pour la plèbe. Le sentiment de honte est immédiatement chassé par l'utilisation d'un rictus qui atteste ainsi de sa bonne éducation. L'éducation de la gent féminine est très stricte. Les femmes reçoivent une formation qui lui enseigne son devoir de chasteté, de pudeur et de tempérance.

7. Les Clichés

En matière de sexualité, l'affirmation ne se soucie guère de la contradiction soulevée par des sources archéologiques attestées. La présence du membre masculin ébranle toute conviction et se dispense de toute référence scientifique ou bibliographique. De toute évidence, la répétition du cliché sert souvent comme seul moyen de preuve. Entre fantasme, observation, fascination et répulsion, l'omniprésence de son symbole phallique détourne le mauvais œil, et trompe également de nombreux historiens modernes. Ils sont souvent les victimes complaisantes d'un amalgame insidieux qui consiste à associer Priape à une fonction érotique. Les motifs phalliques sont régulièrement détournés pour accréditer la présence d'un lieu dévolu à la prostitution. Il faut convenir que l'erreur est humaine, surtout pour les exemplaires qui sont accompagnés d'une inscription vulgaire. Le phallus de Vindonissa est accompagné du graffiti: *habui tremorem*, J'ai eu une secousse! (1^{er} siècle après J.-C). Le phallus de la boulangerie de Pompéi est accompagné d'une phrase gravée (**vd. Figure 5.**): *hic habitat felicitas*, Ici réside le bonheur. Le phallus près des Thermes Centraux à Pompéi est accompagné d'une plaque en marbre gravée de l'inscription: *hanc ego cacavi*, J'ai chié ça. En dépit des apparences, Priape n'est ni le dieu du plaisir, ni le dieu du sexe. Priape ne possède aucun lien avec le commerce du charme ou de la sexualité vénale, même s'il protège le lupanar, ses locataires et ses clients contre les maladies ou le vol. Il est doté d'un organe malade qui n'a pas la vocation à stimuler la libido des passants, car il ne possède aucune valeur érotique (3). Cette erreur est lourde de conséquences car sources d'erreurs d'interprétation. La première confusion consiste à le confondre avec un indice de lieu désigné pour la prostitution.



Figure 5. Four de la Boulangerie de Pompéi (Inv. MNN. 27741, Musée de Naples). Font: Cyril Dumas

8. Priape: le drame de la virilité mal placée

Bien qu'il soit le garant de la fécondité de la nature, il incarne la laideur et la grossièreté. Il souffre d'un défaut physique qui le transforme en une créature monstrueuse le privant de toute possibilité de séduire (4). Priape est la figure emblématique des créatures dont le pénis disproportionné exclut de l'amour et de l'érotisme (5). Cette répulsion lui interdit toute possibilité de s'accoupler. La mythologie évoque ses aventures amoureuses réduites à recourir au viol, dont la violence sera systématiquement interrompue par l'intervention d'un tiers. Sa malformation le prive de l'amour d'une mère et de celui de toutes les femmes qui refusent ses avances. Cette particularité en fait une anomalie aussi cocasse que celle vécue par Cassandre. Ils sont tous les deux la victime d'une apparente contradiction. Ainsi, **Cassandre** a reçu le don de prédire l'avenir avec justesse. Or, elle n'a pas la possibilité de convaincre. Priape possède l'attribue de l'amour charnel, mais il ne peut pas l'utiliser. Ces deux personnages souffrent d'un paradoxe mythologique qui rend leur qualité inutile. La **personnification** de phallus divin révèle les mystères qui entourent la reproduction et la conception des hommes. En guise de réponse, les autorités religieuses et politiques développent un mouvement traditionnel qui revendique le «retour aux valeurs morales» et rejette les modèles de dépravation. Cette remarque nous conduit à un autre constat où les réalités **masculines** sont souvent piégées par une opposition manichéenne entre un homme qui serait par essence réfractaire à toute limitation de ses **plaisirs extraconjugaux** et une exemplarité imposant la tempérance comme une norme et dont

l'essence est à l'origine de la modernité. Dès l'antiquité, la religion pénètre la sphère privée pour s'immiscer dans le lit des croyants.

9. Conclusion

L'analyse **iconographique** confirme que ce sujet est une source d'inspiration **religieuse**. La figuration du phallus garantit, morales mais également esthétiques à l'œuvre. Assurément, donc, c'est le poids de l'orthodoxie qui fait la spécificité de l'art **religieux**. Celui-ci dépeint à loisir le phallus qui perd progressivement sa valeur spirituelle au profit de la popularité d'un symbole porte bonheur.

NOTES

(1) FÜDÖS, David - Priape dans la littérature et l'iconographie du monde gréco-romain, Thèse sous la direction d'Alain Deremetz et de Alain Meurant, Lille 3, 2011.

(2) Priape, H.20cm. Thorvaldsens Museum (Damnmemark); Priape incomplet de Jerez de los Caballeros (Badajos) Museu d'Arqueologia de Catalunya-Girona N°746, (Espagne).

(3) VARONE, Antonio (2000) - Etudie les images phalliques dans le chapitre consacré au «non érotisme» p. 15-39 cf. en particulier p. 16: «elles pouvaient être tranquillement exhibés à l'intérieur des maisons, à la vue des enfants, des hôtes et des prudes mères de famille».

(4) OLENDER, Maurice (2009) - La laideur d'un dieu, Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques. A Biblioteca Informa. [En ligne]. Aveiro: SBIDM. [Consult. 17 Jan. 2009 Disponible sur [www.<URL:http://ccrh.revues.org/1962 ; DOI : 10.4000/ccrh.1962>](http://ccrh.revues.org/1962)].

(5) DUPONT, Florence; ELOI, Thierry - L'érotisme masculin dans la Rome antique, Ed. Belin, 2001.

BIBLIOGRAPHIE

FÜDÖS, David - **Priape dans la littérature et l'iconographie du monde gréco-romain**. Thèse sous la direction d'Alain Deremetz et d'Alain Meurant, Lille 3, 2011.

DUPONT, Florence; ELOI Thierry - **L'érotisme masculin dans la Rome Antique**. ed. Belin, 2001.

DUMAS, Cyril - L'Art prophylactique. In **XXX^e Colloque de l'AFPMA, Pictor Ausonius** Ed. (2019), (sous presse).

DUMAS, Cyril - L'urne à décor génital de Brumath. In **Bulletin SHABE**, n°46, décembre, (2018), (sous presse).

DUMAS, Cyril - L'Art prophylactique. In **Histoire antique & Médiévale**, ed. Faton, (2019) (sous presse).

DUMAS, Cyril - Naples, ou l'histoire de «l'origine de l'immonde. In **Beaux-Arts**, magazine août, n° 410, (2018), p. 64-68.

DUMAS, Cyril - Priape, la fin d'un mythe. In **Mythologies(s) Magazine**. ed. Oracom. juillet-août, n°28, (2018), p. 112-116.

DUMAS, Cyril - Le sexe de l'Art, des dieux sans fard. In **Mythologies(s) Magazine**, juillet-août, n°28. Ed. Oracom, (2018), p. 116-118.

DUMAS, Cyril - Les liaisons fatales de Cléopâtre. In **Magazine Egypte Ancienne**, n° 29, juillet-septembre, (2018), p. 64-73.

DUMAS, Cyril - L'analyse de l'art piégée dans ses préjugés. In **L'archéologue**, ed. Archéologie Nouvelle, N°145 Mars-Avril-Mai, (2018), p. 66-71.

DUMAS, Cyril - Le pouvoir et les représentations phalliques dans la société romaine. In FLETCHER, Christopher, BRADY, Sean, MOSS, Rachel, RIAL, Lucy (eds.) **The Palgrave Handbook of Masculinity and Political Culture in Europe**. Colloque 2015 Université de Londres: «L'autorité politique, le pouvoir et la masculinité: De l'Antiquité à nos jours», ed. Palgrave Macmillan, 2018.

DUMAS, Cyril - Un phallus sous le manteau, L'Objet du Mois. In **Ça m'intéresse Histoire**. Prisma Presse, N° 46, Janvier-Février, (2018), p. 89.

DUMAS, Cyril - Eloge du mauvais goût. In **Le Bateau**. N°13, Janvier, (2018), p. 50-53.

DUMAS, Cyril - Notice d'expertise du Priape en Marbre, lot 89. In **Catalogue de vente d'Archéologie**, Hôtel des ventes de Monte-Carlo, mercredi 13 décembre, 2017.

DUMAS, Cyril - Du chiffonnier à l'antiquaire: la ruée vers l'art au XIX^e. In **La Gazette de Drouot**, n° 30, du 8 Septembre, (2017), p. 190-193.

DUMAS, Cyril - Compte rendu: Houses of Ill Repute, The Archaeology of Brothels, Houses, and Taverns in the Greek World, 264 p., Univ. of Pennsylvania Press, 2016. ISBN-10: 0812247566. In GLAZEBROOK, Allison; TSAKIRGIS, Barbara (eds.) **Revue des Études Anciennes**. Tome 119, Juillet, (2017), p. 279-281.

DUMAS, Cyril - Priape, le Médecin malgré lui. In **La Revue du Praticien**. Juin 2017, tome 67, n°6 (2017), p. 692-693.

DUMAS, Cyril - Cléopâtre, la fleur du mâle. Pharaon Magazine. In **Le magazine de l'Egypte éternelle**, n°28, janvier, (2017), p. 35-38.

DUMAS, Cyril - Le mythe de la Gaule indécente. In **Keltia Magazine**, Les Mondes Celtes, n°43, janvier, (2017), p. 25.

DUMAS, Cyril - Rome, Sexe dans la Cité. In **La Marche de l'Histoire**, N°19, Novembre, 2016, p. 26-36

DUMAS, Cyril - **L'art érotique antique. Fantômes et idées reçues sur la morale romaine**, Editions book-e-book, coll. Une chandelle dans les ténèbres, 2016, 80p.

DUMAS, Cyril - La portée symbolique des images à caractère sexuel. In **Archéologia**, n° 545 Juillet-Aout 2016, ed. Faton, (2016) p. 60-63.

DUMAS, Cyril - Rome un exemple de tolérance de la vulgarité artistique. In **Le journal des Arts**, n°451, Février, (2016), p. 26.

Cyril Dumas - Dossier Pornographie antique, Les origines du Male. In **Revue Artefact**, décembre, (2012), p. 32-39.

DUMAS, Cyril - Nouvelles réflexions sur les objets grivois du quotidien. In **Instrumentum**, n°35 juin, (2012), p. 30-32.

DUMAS, Cyril - Direction Scientifique de la rédaction du **Dossier de l'Archéologie**, n°22 Avril Hors Série, Edition Faton 6 articles: -Le sexe à Rome. -Le lupanar de Pompeï. - L'antiquomanie. - L'art érotique, de la mythologie au spirituel, - L'immoralité, 2012.

DUMAS, Cyril; FÜRDÖS, David - Priape entre invocation et superstition. In **Dossier de l'Archéologie** n°22 Avril Hors Série, (2012), p. 36-41.

DUMAS, Cyril - L'art érotique chez les romains. In **L'archéologue**, n°108, Juin-Juillet, (2010), p. 40-42.

DUMAS, Cyril - L'art érotique en Gaule romaine. In **Sexologies**. ISSN 1158-1360- 2007. Vol. 16 - n°2, Ed. Elsevier Masson SAS. (2007), p. 144-147.

DUMAS, Cyril - La Gaule: un goût de paradis. In **Histoire Antique** n°21, septembre, (2005), p. 30-35.

DUMAS, Cyril - L'art érotique en Gaule romaine du II^e siècle av. au III^e siècle apr. J.-C. In **L'archéologue**, n°80 octobre- novembre, (2005), p. 16-18.

DUMAS, Cyril; BAUDE, Jean-Michel - **L'érotisme des Gaules**. Ed. Cazenave Musée des Baux, 55 p. 150, ill. coul., 2005. ISBN 2-9525039-0-7.

DOCUMENTS ELECTRONIQUES

OLENDER, Maurice - «La laideur d'un dieu», *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques* [En ligne], 24 | 2000, mis en ligne le 17 janvier 2009, [Consulté le 05 octobre 2017]. Disponible sur [www:< URL: http://ccrh.revues.org/1962 ; DOI : 10.4000/ccrh.1962>](http://ccrh.revues.org/1962).

LAS PERSONAS DE LA TERCERA EDAD. UNOS GRANDES OLVIDADOS POR LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA

THE ELDERLY PEOPLE: GREAT FORGOTTEN BY THE SCIENTIFIC DISSEMINATIO

Juan F. Gibaja

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, España.
jfgibaja@imf.csic.es

Miriam Cubas

Universidad de Oviedo-University of York-Sociedad de Ciencias Aranzadi.
Zorroagaina 11. Donostia-San Sebastián. España.
mcubas.morera@gmail.com

Jesús Floro

Historiador i Dinamitzador cultural. Passeig Llorenç Serra, 29 3r 2º, 08922 Santa
Coloma de Gramenet, Barcelona, España.
jesusflorog@gmail.com

Araceli González

Institución Milà i Fontanals (IMF-CSIC). C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, España.
arceligonzalet@imf.csic.es

Vanessa Guzmán

Departament d'Educació de la Generalitat de Catalunya, C/ del Marquès de Comillas,
67-69, 08202, Sabadell, España.
vlopez33@xtec.cat

Santiago Higuera

Casal Municipal de Barri Folch i Torres, c/Reina Amàlia, 31, 08001 Barcelona, España.
santiagohiguerag@gmail.com

Niccolò Mazzucco

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, España.
nicco.mazzucco@gmail.com



Millán Mozota

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciques, 15, 08001 Barcelona, España.
millanm@imf.csic.es

Ariadna Nieto

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciques, 15, 08001 Barcelona, España.
anietoespinet@imf.csic.es

Xavier Oms

Grupo SERP, Departamento de Prehistoria, Arqueología e Historia Antigua, Universidad de Barcelona, C/Montalegre, 6, 08001 Barcelona, España.
xavieroms@gmail.com

Olga Palma

ReGiraRocs SLU, Recerca, Conservació i Difusió del Patrimoni Cultura i Natura dels Pirineus. Av. Carlemany 115, AD700 Escaldes-Engordany, Principat d'Andorra.
olgapalmadelcerro@gmail.com

Antoni Palomo

Museu d'Arqueologia de Catalunya. Passeig de Santa Madrona, 39-41, 08038 Barcelona, España.
antoni.palomo@gencat.cat

Gerard Remolins

ReGiraRocs SLU, Recerca, Conservació i Difusió del Patrimoni Cultura i Natura dels Pirineus. Av. Carlemany 115, AD700 Escaldes-Engordany, Principat d'Andorra.
info@regirarocs.com

Silvia Valenzuela

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciques, 15, 08001 Barcelona, España.
svalenzuela@imf.csic.es



Las Personas de la Tercera Edad. Unos Grandes Olvidados por la Divulgación Científica

A la memoria de nuestra querida amiga
y compañera María Casas

Juan F. Gibaja

Miriam Cubas

Jesús Floro

Araceli González

Vanessa Guzmán

Santiago Higuera

Niccolò Mazzucco

Millán Mozota

Ariadna Nieto

Xavier Oms

Olga Palma

Antoni Palomo

Gerard Remolins

Silvia Valenzuela

Historial do artigo:

Recebido a 28 de setembro de 2018

Revisto a 19 de novembro de 2018

Aceite a 03 de dezembro de 2018

RESUMEN

Aunque los programas de divulgación científica relacionados con la arqueología parecen preparados para todo tipo de públicos, la realidad es muy diferente. Los museos, los parques arqueológicos, las visitas a yacimientos, suelen tener un público “cautivo” o fiel como son los niños y jóvenes de escuelas e institutos, y las familias con ciertos recursos que suelen participar en las Semanas de la Ciencia, la Noche de los Museos, etc.

En este sentido, muchos otros colectivos quedan al margen de tales programas y ni siquiera se piensa en ellos a la hora de diseñarlos. Entre ellos estarían, por ejemplo, las personas de la Tercera Edad, las que tienen alguna discapacidad física e intelectual, las que por distintos motivos están en riesgo de exclusión social o los inmigrantes recién llegados que no tienen los mínimos recursos económicos.

En el presente artículo queremos detenernos en nuestra experiencia con personas de la Tercera Edad, algunas de las cuales se encuentran en una situación económica complicada por la pensión que reciben o presentan ciertas dificultades físicas y psíquicas. Esta situación, evidentemente, se hace aún más crítica cuando, estando interesados, les es imposible costearse un autobús o tienen dificultades para trasladarse solos.

El modelo y metodología empleada en las actividades que organizamos pueden servir de referencia para otros grupos de investigación o educadores que trabajan o pretenden iniciar un programa de divulgación científica con nuestros mayores.

Palabras Clave: Divulgación, Arqueología, Personas de la Tercera Edad.

ABSTRACT

Although scientific dissemination programmes related to Archaeology seem prepared for all types of audiences, the reality is clearly different. Museums, archaeological parks, guided visits to archaeological sites usually have a “captive” or faithful audience, such as children and young people from primary or high schools, and families with resources that usually participate in scientific events, such as Science Week or Museum’s Night. In this sense, other target groups are ignored by these programmes and even they are not considered in their design. Among them are included the elderly people, those who have some physical or intellectual disabilities, people in risk of social exclusion or newly immigrants without economic resources. In this paper, we present our experience with elderly people, some of whom are in a difficult economic situation due to the pension they receive or present physical and mental difficulties. This situation become even more critical when, being interested, they cannot afford the payment of a bus or they have difficulties to move alone. The model and methodology employed in our activities can be a reference for other research groups or educators who work or pretend to begin a scientific dissemination program with elderly people.

Key-words: Scientific dissemination, Archeology, Older Adults.

1. Introducción y Objetivos

En el año 2013 iniciamos nuestra andadura en el ámbito de la divulgación científica en relación a la arqueología. Desde el primer momento, uno de los objetivos era llevar nuestros conocimientos al conjunto de la ciudadanía, independientemente de su edad, sexo-género, nivel de estudios, religión o condición social.

Tras una visión rápida por la bibliografía dedicada a esta temática, observamos que desde hace algunas décadas se ha implantado una preocupación por “democratizar la comunicación

arqueológica”. Ello explica la ingente bibliografía publicada que se ha ido escribiendo, así como los congresos y sesiones que se organizan. En ellos pueden leerse calificativos como “arqueología pública” o “arqueología comunitaria”, entre otros (SCHADLA-HALL, 1999; ASCHERSON, 2000; MATSUDA and OKAMURA 2011; ALMANSA, 2013; ALMANSA et al. 2015; RICHARDSON and ALMANSA, 2015; MOSHENKA, 2017).

Desde ese posicionamiento democratizador, nuestras primeras actividades estaban dirigidas a todo tipo de personas, muchas de las cuales tenían ciertas limitaciones a la hora de participar en programas de divulgación científica por el contexto económico y social en el que vivían y se encontraban. Sin embargo, al poco tiempo empezamos a percibir que nuestro espíritu democratizador no lo era tanto. Inconscientemente no habíamos pensado en ciertos colectivos, ya sea porque no se acercaban a nuestras actividades, porque sus capacidades físicas se lo impedían o porque nosotros no habíamos hecho el mínimo esfuerzo por llegar a ellos.

Para paliar esta deficiencia, en el año 2017 y 2018 decidimos solicitar a la Fundación para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), dependiente del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades del gobierno de España, dos proyectos dedicados exclusivamente a tres de esos colectivos que nosotros llamamos “olvidados”: las personas de la Tercera Edad, las que tienen alguna discapacidad y los inmigrantes recién llegados a nuestro país.

En relación con las personas de la Tercera Edad, que son a las que dedicamos este artículo, empezamos a contactar con asociaciones, centros sociales, centros de día hospitalarios y asilos para ofrecerles la oportunidad de organizar un conjunto de actividades adaptadas a sus posibilidades y en el que los protagonistas fueran ellos mismos. Una colaboración fundamental, ya que son los educadores sociales, las enfermeras, los asistentes y los médicos de estos centros los que mejor conocen sus necesidades, sus intereses, sus potencialidades, sus anhelos y la mejor manera de transmitirles ciertos conocimientos.

Para mostrar el modelo divulgativo que hemos seguido, creemos que lo más fácil es presentar y explicar algunas de las actividades que hemos realizado, así como la metodología de trabajo empleada en ellas.

2. Método y evaluación de los resultados

Si los arqueólogos y científicos, en general, solemos usar a menudo un lenguaje muy técnico y especializado, difícil de comprender y asimilar por buena parte del público que habitualmente participa en eventos científicos y visitan museos, la situación se complica cuando trabajamos con colectivos como las personas de la Tercera Edad, con niveles de estudios muy diferentes. Por ello, uno de los principios que rigen nuestras actividades es el empleo de un lenguaje sencillo que va acompañado de un abanico de herramientas sensitivas y experimentales. Un lenguaje en el que no sólo se intenta ser riguroso con los contenidos científicos, sino también muy cuidadoso con ciertos temas como las relaciones de género, las creencias religiosas, las diferencias culturales y sociales, etc.

El distinto grado de asimilación y percepción se va equilibrando paulatinamente gracias a la repetición de los conceptos, la colaboración entre los participantes y la ayuda de las personas que les acompañan. En este sentido, todas las actividades que hemos realizado han pasado por tres fases:

Fase 1. Confianza y participación. En la presentación de las actividades a desarrollar, establecemos un ambiente positivo y de confianza con el público y los educadores/agentes sociales. Ello facilita la participación y la complicitad de todos los actores.

Fase 2. Promoción de los valores a través de las actividades. Se incentiva su autoestima, valoración colectiva y nuevos conocimientos. En esta etapa se fomenta la integración y cooperación entre participantes.

Fase 3. Transferencia de conocimientos. Pretendemos que las personas que acuden acaben transmitiendo aquellos conceptos y conocimientos adquiridos a su círculo social más cercano. Es decir, que sean una correa de transmisión de aquellos nuevos conocimientos y experiencias que han aprendido.

Los mecanismos de evaluación que hemos utilizado tienen un carácter cualitativo y cuantitativo. En relación a la valoración cualitativa, cabe decir que todas las actividades han sido fotografiadas o grabadas en video con el objeto de llevar a cabo un análisis crítico por parte de los investigadores y de una psicopedagoga. Todo ello nos ha permitido evaluar el comportamiento del público, su grado de aceptación y, en ciertos casos, los conocimientos adquiridos.

Tanto el análisis de imágenes, como la evaluación realizada en los últimos años por una psicopedagoga externa a la actividad, nos ha facilitado tener una mejor comprensión de las incidencias acaecidas durante la actividad, potenciando aquellos aspectos que mejor resultados han dado y desechando o modificando aquellos que no han sido satisfactorios.

En cuanto al análisis cuantitativo, se han establecido hojas de asistencia-control, un continuo seguimiento de las webs y redes sociales internas y externas al proyecto, y una valoración del número de personas que pudieron acceder a las noticias que sobre nuestras actividades aparecieron en medios de comunicación.

3. Casos de estudio: Propuestas de actividades

El conjunto de actividades que hemos organizado se suele alejar de los programas divulgativos que se ofrecen desde los museos o los parques arqueológicos. En nuestro caso se intenta que los protagonistas de la actividad no sean los investigadores, sino las personas que participan. Pretendemos que los participantes adquieran un conjunto de conocimientos que puedan interiorizar y recordar en el futuro. No queremos que simplemente sea una actividad lúdica, sin contenido científico, en la que lo aprendido se diluye al poco tiempo.

3.1. La prehistoria contada con marionetas

La puesta en escena de un teatro de marionetas ha sido una de las formas más sencillas, amenas y comunicativas con la que hemos explicado la prehistoria a los más pequeños. En ella se narra un acontecimiento que ocurre en el neolítico y que es explicado por un arqueólogo y una arqueóloga. A lo largo de la obra aparecen tres personajes que los niños deben expulsar al no corresponderse con ese momento histórico: un dinosaurio, un mamut y una botella de vidrio. (vd. Figura 1.).



Figura 1. Grupo de Teatro de Marionetas Trueta/Folch i Torres. **Fonte:** Juan F. Gibaja

Lo más relevante en la configuración de este teatro es que los protagonistas siempre son el grupo de la Tercera Edad, ya que son ellos los que han hecho la estructura del teatro, las marionetas y hacen la representación. Hemos conseguido que ellos participen directamente en la actividad y hayan hecho suya la obra.

Las representaciones se han realizado en diversos espacios: colegios, centros de acogida a los que los niños acuden después del colegio (pues los padres y madres están trabajando y no pueden cuidarlos), fiestas de la ciudad e incluso centros de la Tercera Edad con personas con discapacidad intelectual y física. A este respecto, tuvimos un caso muy especial en el que la representación se realizó en un centro, el Mil.lenari, que acoge a personas que sufren distintas enfermedades (Alzheimer, Demencia Senil, etc.). Allí conseguimos reunir a estas personas con alumnos de un colegio de primaria. Fue una experiencia indescriptible en la que pequeños y mayores disfrutaron de la obra y de su mutua compañía.

3.2. La cocina como medio de aproximación a la prehistoria

La relación entre la adquisición de ciertos conocimientos y las actividades práctico-sensitivas, sin perder contenido científico, queda perfectamente reflejada en esta actividad que hemos organizado alrededor de la cocina prehistórica.

Realizada en colaboración con la Asociación Bienestar y Desarrollo, esta acción se estructuró de la siguiente manera:

- En primer lugar, impartimos una serie de charlas donde introducimos diversos conceptos básicos sobre la prehistoria y en el que el tema principal que articuló el discurso fueron los alimentos que consumieron nuestras sociedades más pretéritas, desde los cazadores-recolectores del paleolítico y mesolítico, hasta los primeros agricultores y pastores del neolítico.

Asimismo, se les presentó la poca información que actualmente manejamos alrededor de los sistemas de cocinado, conservación y gustos culinarios. Tales charlas se acompañaron del uso de réplicas de instrumentos líticos y óseos, cereales y leguminosas actuales, que son las mismas que se consumieron en el pasado (trigo, cebada, lentejas, ...), y restos arqueológicos reales pertenecientes a huesos de distintos animales. De esta manera pudieron tocar aquello que habían visto en libros, en internet, en televisión o en nuestra propia charla.

- Con esos primeros conocimientos y un listado de los productos consumidos en el pasado, se les invitó a que prepararan un conjunto de creaciones culinarias. Sus platos fueron presentados ante sus compañeros y el personal de la Asociación. En algunos casos se usaron productos no originarios de la prehistoria. Ello era interesante en tanto que los errores servían, precisamente, para identificar, asimilar y diferenciar mejor cuáles eran o no los productos correctos.

Esta manera lúdica y colaborativa les permitió adquirir ciertos conocimientos, pensar en los alimentos que iban a utilizar, compartir sus experiencias y pasar un buen rato. La implicación emocional e intelectual de los participantes quedó clara cuando el día que hicimos la cata culinaria todo eran sorpresas, sonrisas y comentarios sobre los productos que habían empleado.

3.3. Conociendo la prehistoria a través de un taller de cerámica

Otra forma de acercar la prehistoria a nuestros más mayores ha sido a través de talleres con los que, de una u otra manera, tienen una relación previa. Se trata de conocer sus intereses para adaptar y configurar el taller. Este fue el caso de la actividad que llevamos a cabo con un grupo de personas del centro de la Tercera Edad Josep Trueta de Barcelona que desde hacía tiempo elaboraban recipientes cerámicos. En palabras de la directora del centro *“empezaban a estar aburridos de hacer siempre los mismos tipos de objetos”*.

Cuando nos hablaron de la existencia de este grupo vimos que era una excelente oportunidad para desarrollar un taller de cerámica prehistórica. Y así fue. Dicho taller se compuso, en primer lugar, de una serie de charlas alrededor de la prehistoria, y en especial, de las cerámicas prehistóricas y de las elaboradas con técnicas tradicionales por parte de comunidades actuales que viven en el norte de Marruecos.

En segundo lugar, se estableció un trabajo de búsqueda de información por parte de los asistentes, así como un continuo intercambio de datos y experiencias entre ellos y los ponentes. Posteriormente, el grupo de ceramistas elaboró un conjunto de recipientes en base a las técnicas, formas y decoraciones empleadas en la prehistoria y actualmente en el norte de Marruecos.

El último paso, fue dar visibilidad a su trabajo. Por ello, conseguimos que sus producciones se expusieran en el centro de investigaciones del CSIC en Barcelona y en el centro social al que pertenecen. Esa exposición estuvo acompañada de una conferencia que ellos hicieron ante investigadores, familiares y amigos, y en el que explicaron en primera persona sus opiniones, pensamientos, miedos y experiencias. En definitiva, pudimos mostrar que son ellos los grandes protagonistas de esta actividad (**vd. Figuras 2. y 3.**).



Figura 2. Ceramista realizando un recipiente con técnicas prehistóricas. **Fonte:** Araceli González



Figura 3. Exposición de las producciones cerámicas en la Institució Milà i Fontanals del CSIC. **Fonte:** Juan F. Gibaja

Sin embargo, este trabajo no se queda aquí. En los próximos meses este grupo de ceramistas va a configurar un taller con el que enseñar a hacer cerámicas prehistóricas a personas afectadas con Alzheimer y Parkinson del Hospital Clínic de Barcelona. Este último paso tiene para nosotros una doble importancia, a la vez que satisfacción. Por un lado, van a ser ellos los que transmitan los conocimientos que sobre la prehistoria y su cerámica han adquirido con nosotros; y por otro, su acción tendrá una repercusión terapéutica que al final del taller será evaluada por las enfermeras y médicos del hospital.

3.4. Una imagen vale más que mil palabras

Este refrán explica perfectamente la reacción de los asistentes cuando alguien de la experiencia de Antoni Palomo muestra cómo nuestros antepasados hacían determinados instrumentos líticos, elaboraban los ornamentos de piedra o llegaban a hacer fuego (**vd. Figura 4.**).



Figura 4. Demostración de Antoni Palomo en el centro de la Tercera Edad del centro Mil.lenari tutelado por la cooperativa Suara.
Fonte: Juan F. Gibaja

A través de un discurso sencillo y enormemente visual, este tipo de demostraciones han permitido al público entender mucho mejor todo aquello que han podido recibir a través de lecturas, charlas, documentales y, a menudo, mucha imaginación. Escuchar frases como *“nunca hubiera imaginado que esto se hacía así, lo que cortan los cuchillos de piedra o lo fácil que es hacer fuego”* son algunas de las opiniones continuamente repetidas por parte de los asistentes cuando hemos organizado tales demostraciones en centros de la Tercera Edad o en aquellas plazas y calles visitadas diariamente por nuestros asistentes.

3.5. Visita a museos y yacimientos arqueológicos

Una de las mejores maneras que hemos empleado para que este colectivo pudiera entender el trabajo arqueológico y museístico ha sido acompañarlos a museos donde existiese una excavación activa vinculada a sus actividades. En este sentido, fueron seleccionados dos Museos que tienen instalaciones modernas, exposiciones sensitivamente sencillas, accesos fáciles y, por su puesto, una excavación viva. A este respecto, establecimos una colaboración con los museos de Ca n’Oliver, en el municipio barcelonés de Cerdanyola del Vallès, y el Parque Arqueológico de las Minas de Gavà, en la localidad que lleva su nombre. La visita a estos centros permitió a los visitantes conocer todo el proceso del trabajo arqueológico, desde el lugar dónde aparecen los restos, la metodología de excavación para su registro, el tratamiento que reciben los materiales exhumados, los estudios que se efectúan, el modo cómo se conservan y su paso final a la exposición del museo (vd. **Figura 5.**).



Figura 5. Grupo de la Asociación Bienestar y Desarrollo y el Casal de Gent Gran Josep Trueta visitando el yacimiento/museo de Ca n'Oliver (Cerdanyola del Vallès, Barcelona). **Fonte:** Juan F. Gibaja

Posteriormente, algunas de las visitas estuvieron acompañadas de diversas charlas que los investigadores impartían para completar información y resolver dudas.

Las personas que hemos llevado a ambos museos, no sólo no lo habían visitado, sino que, por lo general, no suelen ir jamás a actividades culturales de este estilo, y mucho menos fuera de su barrio. Como comentaban los cuidadores y agentes sociales que les acompañaban, *“este tipo de visitas tienen un contenido cultural a la vez que terapéutico, ya que les obliga a salir de su contexto habitual, moverse y relacionarse con otras personas”*.

3.6. Recorriendo la historia de la ciudad

Por último, queremos describir esta actividad por su grado de colaboración intergeneracional. Esta consistió en una visita guiada por el Barrio del Raval de la ciudad de Barcelona, dedicada a personas de la cooperativa Suara, muchas de los cuales tenían problemas de movilidad y se desplazaban en silla de ruedas. Dicha visita tenía dos elementos enriquecedores. Por un lado, la visita fue realizada por un historiador local, Jesús Floro, que organizó un recorrido sencillo y adaptado y que tuvo por objetivo mostrar los lugares más emblemáticos del barrio, algunos de los cuales habían sido durante décadas visitados o conocidos por los asistentes. Por otro lado, los acompañantes de nuestros mayores eran alumnos adolescentes de la Escuela Sintra. Su dedicación tuvo además como recompensa el poder conocer mejor su barrio y compartir las experiencias de vida de las personas a las que acompañaban (**vd. Figura 6.**).



Figura 6. Visita guiada por el Barrio del Raval de Barcelona. Conductor de la visita Jesús Floro con un grupo de personas del centro Mil.lenari tutelado por la cooperativa Suara. **Fonte:** Juan F. Gibaja

4. Conclusiones

En este trabajo hemos pretendido mostrar sólo algunas de las actividades divulgativas que hemos realizado a lo largo de estos últimos años con personas de la Tercera Edad. Este colectivo queda habitualmente al margen de los programas de difusión, ya que no se piensa en ellos y a menudo no tienen capacidad económica para participar. Eso provoca que se entre en un bucle donde ellos mismos consideran que esas actividades no son para las personas de la Tercera Edad o incluso carecen del contexto mínimo para entender aquello que les van a explicar.

Para evitar esta situación los políticos, científicos, educadores, psicopedagogos, directores de museos, etc, debemos ser capaces de romper con estas barreras. Somos el conjunto de la sociedad los responsables de buscar los medios y las herramientas necesarias para que disfruten de la ciencia, adquiriendo ciertos conocimientos de una forma sencilla y amena. Pensamos que son este tipo de actividades de carácter práctico, sensitivo y participativo las que ofrecen mejores resultados, si tenemos en cuenta los conceptos asimilados, el grado de empoderamiento que adquieren y los beneficios terapéuticos. Su participación activa y real hace que acaben siendo los protagonistas del proyecto.

Uno de los pilares que explican el buen funcionamiento de las actividades es la implicación de los educadores, enfermeras y asistentes sociales de las instituciones que trabajan con nuestros mayores. Ellos nos han orientado, nos han ayudado a organizar las acciones y han corregido nuestros continuos errores. Gracias a su colaboración hemos conseguido que poco a poco los resultados sean mejores.

Pero, sobre todo, creemos que hemos conseguido que estos colectivos puedan disfrutar de la ciencia como lo hacen cada día miles de personas. Su edad no debe ser un criterio restrictivo, más cuando su actitud es absolutamente receptiva, colaborativa, participativa y con un deseo extremo por conocer y aprender.

Esperamos que este trabajo anime a otros colegas a organizar actividades para este colectivo, para que les expliquen aquello sobre lo que investigan cada día. Y es que defendemos que el trabajo de todo científico debe llevar implícito su divulgación y retorno social.

AGRADECIMIENTOS

Las actividades que venimos realizando desde 2013 han sido posible gracias a la financiación que nos ha ofrecido la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT) en tres proyectos: *#RavalEsCiencia: La Ciencia te acerca al pasado. Raval una historia de hace más de 6000 años* (FCT-13-6944), *#BCN-ConCiencia: Barcelona, una Historia de hace 6000 años. ¡Conoce a sus protagonistas!* (FCT-16-10722) e *Integra>Ciencia: Divulgación científica sin barreras* (FCT-17-11972).

No obstante, queremos dar las gracias especialmente a todas las personas que han participado en las actividades, algunos de los cuales forman parte muy directa del proyecto, como es el caso del grupo de teatro formado por: María Rosa Selvas, María Casas, Antoni Vergès, Mercè Juan y Lola Alcodori. También expresar nuestro mayor agradecimiento a todos los compañeros que trabajan en las instituciones con las que hemos colaborado: la Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), el museo de Ca n'Oliver, el Parque Arqueológico de las Minas de Gavà, La Escuela Sintra, Arqueolitic, el Casal de Gent Gran Josep Trueta, el Casal Municipal de Barri Folch i Torres, la Cooperativa Suara, la Asociación Bienestar y Desarrollo, la Asociación Nous Horitzons y el Hospital de día de enfermedades neurodegenerativas del Hospital Clínic, el Departamento de

Prehistoria de la Universitat de Barcelona, el Ajuntament de Barcelona, Adhoc_Cultura, Regirarocs y La Ciència al Teu Mon.

BIBLIOGRAFÍA

ALMANSA, Jaime - Introducción. Hablando de arqueología pública". In ALMANSA, Jaime (ed.) - **Arqueología pública en España**. JAS Arqueología, 2013, p. 3- 12.

ALMANSA, Jaime; Galmés, Alejandra; ABRUNHOSA, Ana; GARROCHENA, Esther; CARDONA, Gemma; PALOMERO, Irene M.; SEÑORAN, José María; APARICIO, Pablo; VIZCAÍNO, Antonio - Mesa Redonda 2. Arqueólogo busca público: políticas de integración y el futuro de la arqueología. In **VII Jornadas de jóvenes en investigación arqueológica. Revista Arkeogazte** anexo 1, 2015, p. 339-369.

ASCHERSON, Neal - Public Archaeology. In **Public Archaeology**. 1. 1., 2000, p. 1-4.

MATSUDA, Akira; OKAMURA, Katsuyuki - Introduction: New Perspectives in Global Public Archaeology. In MATSUDA, Akira; OKAMURA, Katsuyuki (eds.) **New Perspectives in Global Public Archaeology**, London: Springer, 2011, p. 1-18.

MOSHENKA, Gabriel - **Key Concepts in Public Archaeology**. UCL Press, 2017.

RICHARDSON, Lorna Jane; ALMANSA, Jaime - Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. In **World Archaeology**. 47. 2, 2015, p. 194-211.

SCHADLA-HALL, Tim - Public Archaeology. In **European Journal of Archaeology**. 2. 2, 1999, p. 147-158.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL EM PEDRO II, PIAUÍ – BRASIL

Elaine Ignácio

MSc.

Professora da Universidade Federal do Piauí - UFPI – Brasil. Mestre em arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre (no âmbito do Mestrado Erasmus-Mundos “Quaternary and Prehistory”) UTAD – Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro. Doutoranda em Patrimônio na Universidade de Extremadura – Espanha / História na Universidade Federal de Santa Maria- RS- Brasil. Pesquisadora Associada - Instituto Terra e Memória. Grupo "Quaternário e Pré-História" do Centro de Geociências (uID73 - Fundação para a Ciências e Tecnologia) – Portugal; Avenida Mirtes Melão, 7361, bloco 01, apto 202. Bairro Gurupi, Cidade - Teresina, Estado - Piauí, Brasil. CEP 64090-095
cancillero.ignacio@gmail.com

Keyla Frazão

MSc.

Especialista em Arqueologia, Gestão e Educação Patrimonial – IPT/ Portugal. Mestra em Geociências pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ). Arqueóloga do Núcleo de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Brasil;
keyla-frazao@hotmail.com



Ações de Educação e Sensibilização ao Patrimônio Histórico Cultural em Pedro II, Piauí – Brasil

Elaine Ignácio

Keyla Frazão

Historial do artigo:

Recebido a 16 de outubro de 2018

Revisto a 18 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as ações de educação realizadas no município de Pedro II, Piauí, desenvolvidas pelo Projeto EPA (o projeto de Extensão em Educação Patrimonial - EPA, vinculado ao Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí, se constitui em 2012 cadastrando-se a Pró-Reitoria de Extensão, com o objetivo de propagar e promover a arqueologia e os patrimônios piauienses de forma geral). A partir da sensibilização dos indivíduos através da educação patrimonial e pautadas pela formação em relação ao direito que o mesmo tem à memória individual e coletiva buscamos desenvolver com as ações uma reflexão crítica frente à suma importância da cultura material e imaterial na conjuntura histórica social e no fortalecimento das identidades. Por meio das ações relatadas vão sendo construídos conhecimentos para valorização e proteção do patrimônio cultural já que quando os indivíduos se identificam culturalmente e conseguem desenvolver uma relação simbiótica com o patrimônio, fortalece-se a noção de pertencimento e preservar se torna apenas consequência. Desta forma, é papel social e dever do arqueólogo socializar o conhecimento da Arqueologia e a educação patrimonial é uma alternativa para a concretização deste objetivo.

Palavras-Chave: Arqueologia; Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural

ABSTRACT

This article aims to present the education actions performed in the county of Pedro II in Piauí, developed by the EPA Project (the project of extension in patrimonial heritage - EPA linked to the Archeology and conservation of rock art course from the Federal University of Piauí, established in 2012 by registering to the Dean of Extension, aiming to spread and promote archeology and heritage of the people from Piauí in general). We seek to develop a critical reflection towards the importance of material and imaterial culture to historical and social situation and the identity strengthening by raising awareness of people to heritage education

guided by the knowledge of the right to individual and collective memory. Knowledge of appreciation and protection of cultural heritage is built through the actions reported, since when people identify themselves culturally and can develop a symbiotic relation to the heritage, the feeling of belonging is strengthened and preserving becomes only a consequence. Thus, it is the archeologist's social role and duty to socialize the knowledge of archeology and the heritage education is an alternative for the realization of this task.

Key-words: Archeology; Heritage Education; Cultural Heritage.

1. Introdução

Um dos objetivos do Grupo EPA consiste na formação dos professores da rede pública de ensino, pois acredita-se que esses são multiplicadores do conhecimento e que possibilitam a chegada da informação em vários públicos. Desta forma, tomando por base os princípios básicos da educação patrimonial, é que se pautam as metas a serem alcançadas através das atividades que vem sendo desenvolvidas nos municípios de Pedro II, no Estado do Piauí.

As ações do grupo visam desenvolver com a comunidade uma reflexão crítica acerca da cultura material e imaterial na conjuntura histórica, social e no reconhecimento das identidades regionais no Piauí, fomentando assim a multiplicação do aprendizado nos contextos educacionais quer sejam formais ou não-formais. Além disso, propõem-se a promover o patrimônio cultural com enfoque na Arqueologia, desenvolvendo ações educativas através de: oficinas, palestras, seminários, exposições, distribuição de folders, cartilhas, documentários e visitas monitoradas aos parques, museus e nas comunidades próximas de sítios arqueológicos. Dessa forma, busca proporcionar uma construção formativa junto aos professores para que possam ser multiplicadores em ações patrimoniais nos espaços educativos formais e/ou não formais e aos graduandos do Curso de Bacharelado em Arqueologia e Conservação em Arte Rupestre da UFPI, inseridos no Projeto, a articulação teórico-prática acerca de educação patrimonial, promovendo uma aproximação entre universidade e sociedade.

Neste contexto, este trabalho tem por objetivo apresentar as ações patrimoniais desenvolvidas no município de Pedro II, Piauí, Brasil, no ano de 2014. Vale ressaltar que anteriormente, no ano de 2013, já havia sido realizada uma visita ao município, mas com um caráter de reconhecimento. Essa visita culminou em uma aproximação com a comunidade Roça dos Pereiras, resultando na produção de um documentário, conforme será destacado mais adiante. Também, foram realizadas palestras e oficinas voltadas aos guias turísticos locais. Ao mesmo tempo em que esta atividade fez parte das ações desenvolvidas pelo Grupo EPA, ela também integrou a disciplina Arqueologia e Turismo, do Curso de Bacharelado em Arqueologia e Conservação em Arte Rupestre da UFPI. Em parte, as dificuldades vivenciadas no ano de 2013 foram determinantes para a continuidade das ações em 2014 que foram elaboradas de acordo com os objetivos do Grupo EPA.

2. Referenciais Teóricos

Educação patrimonial é o essencial trabalho da Arqueologia nas escavações de vestígios da cultura material. Consequentemente há o reconhecimento da identidade cultural dos povos e o despertar de interesse dos sujeitos frente à ciência de uma maneira geral.

Dentro desta perspectiva na qual a pesquisa se enquadra, buscamos analisar a construção cultural dos grupos e indivíduos e relacioná-las ao patrimônio e as ações educativas patrimoniais. Para tanto, há que se entender primeiramente que a cultura advém de diversos cenários e composições múltiplas e complexas envolvendo não só a materialidade em si, mas o sentido, significância e identificação que aquele grupo terá com essa cultura, além da relação que se gerará para a perpetuação da mesma ao longo da história.

“(...) cultura não é como bloco uniforme, mas composta por uma complexidade de produções do homem, que não se estende somente a produções de materiais, mas, sobretudo, a produção de signos que são matéria-prima para a construção de significados compartilhados socialmente nas relações sociais entre sujeitos e do homem com o mundo”. (VIANA, 2009: 25)

Na lógica de interação do indivíduo no mundo um teórico de destaque é Vygotsky, citado por Viana, que ressalta:

“(...) o sujeito passa a ser cultural quando ele produz suas formas de relação com o mundo, o cultural está em oposição ao que é dado pela natureza. Para Vygotsky (apud Pino, 2000), nem tudo que é social é cultural, mas tudo que é cultural é social. O social é condição para o surgimento da cultura, porque sem a sociabilidade humana a aparição da cultura seria impensável”. (VIANA, 2009: 23).

Nesse contexto que envolve um processo de práticas e produções culturais, abarcamos também a construção da memória. No processo dinâmico de sociabilização em que passa a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Por isso, é importante trazermos o conceito de Halbwachs (2006) sobre memória coletiva onde vemos que para que determinado assunto se preserve na memória coletiva de um grupo é necessário que se tenha um elo entre as diversas memórias individuais e que essas, por sua vez, concebam a necessidade ou não de preservar determinado fato. Segundo o autor, “(...) para evocar o passado, em geral a pessoa precisa recorrer a lembrança de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade.” (HALBWACHS, 1990: 72).

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um passa a formar diferentes modos de expressão, é aceitar a diversidade cultural, a pluralidade, é o reconhecimento de que há culturas distintas, porém, a não existência de uma ou outra melhor do que outra (s) (HORTA et al. 1999: 07). Para Varine (2012) na Europa como também na América, o desenvolvimento das comunidades e dos territórios é e será sempre um assunto da sociedade, que precisa estar ancorado na cultura viva das pessoas e do seu patrimônio e deve, igualmente, permanecer vivo.

A memória, conforme aponta Mariani (2008), “(...) enquanto qualidade essencial do ser humano, em qualquer sociedade (...)”, sempre ocupou um espaço de tensão entre o velho e o novo, sendo que:

“(...) o sentido e o valor social atribuído à permanência ou à recuperação do passado na vida presente foi o que se diferenciou no decorrer da história da humanidade. Nas sociedades sem escritas, a memória coletiva era assegurada e revivida através das narrativas, mitos e efêmeros. (...) Na Grécia pré-clássica, cabia aos aedos, poetas gregos, a função de narrar os acontecimentos e façanhas do seu povo, rememorando o passado e integrando-o à vida social. (...) A modernidade trouxe o desenvolvimento material e a ideia de progresso inaugurando um tempo de expectativa promissor. O passado tornou-se fugidio e figurado como um território do que foi definitivamente vivido e então ameaçado de desaparecimento”. (MARIANI, 2008: 79).

Na contemporaneidade não se cumpre mais um papel uniforme de porta-voz mnemônico, mas a atenção à diversidade cultural dentro da identidade nacional dada a existência de tantas

memórias coletivas quanto são os segmentos sociais, torna imperativa a mudança paradigmática quanto à noção de patrimônio estendida aos bens culturais e simbólicos, afirmando um propósito de valorização de memórias plurais (MARIANI, 2008: 80).

A este aspecto, algumas indagações se tornam imprescindíveis como norteadoras de um caminho para o desenvolvimento de ações educativas, já que, ainda conforme Mariani (2008), “(...) pensar na prática educativa instigadora da memória coletiva é trazer à tona nossa delicada relação com o passado (...)”. O autor destaca que:

“(...) a educação é o portal de entrada para preservar o que existe de valor para um grupo ou sociedade. A educação patrimonial, por sua vez, constitui-se em ferramenta estratégica para estimular o cidadão a usar sua autonomia no sentido de valorizar e conservar seu ambiente e o patrimônio cultural que o integra.” (PAIVA *Apud* SANTOS, 2007: 158).

Segundo o dicionário Aurélio (*Apud* SENAC, 2009: 9), “(...) patrimônio é definido como ‘herança paterna’, ‘bens de família’, ‘dote’ e ‘outras riquezas’ transmitidas de geração a geração (...)”. No entanto, patrimônio cultural de uma pessoa, povo ou nação tem um caráter bem mais amplo e significativo, incorporando tanto bens preciosos que podem não ser palpáveis como uma lenda ou um ditado popular. Assim:

O patrimônio cultural poder ser definido como o conjunto de ordem material e imaterial que fazem parte da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais que forma a sociedade nacional. Nesse sentido, podemos citar como exemplos de patrimônios culturais: sítios arqueológicos, objetos artísticos culturais, estruturas arquitetônicas, criações científicas, modos de fazer, agir, pensar e outros (MILDER, 2005: 8).

Diante disso, é importante compreender que patrimônio é algo herdado dos antepassados e, segundo Horta (1999 *Apud* SENAC, 2009: 11), “(...) para que essa herança seja nossa, é necessário nos apropriarmos dela, reconhecendo como algo que nos foi legado, que deveremos deixar para os filhos e para as gerações seguintes (...)”. O que evidencia uma base de responsabilidade de preservação sustentável desses bens para as futuras gerações.

O patrimônio sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz “fora do solo”. Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas, etc. (VARINE, 2012: 18)

A socialização o conhecimento (histórico, artístico e científico) através da educação seria, pois, um mecanismo para alcance deste objetivo, uma vez que:

“(...) a educação é o portal de entrada para preservar o que existe de valor para um grupo ou sociedade. A educação patrimonial, por sua vez, constitui-se em ferramenta estratégica para estimular o cidadão a usar sua autonomia no sentido de valorizar e conservar seu ambiente e o patrimônio cultural que o integra (...)” (PAIVA *Apud* SANTOS, 2007: 158).

Neste sentido torna-se essencial o papel da Educação Patrimonial. Sua necessidade foi reconhecida desde a criação do Iphan, porém, apenas no final da década de 1970 na gestão de Aloísio Magalhães a questão foi abordada de forma mais contundente e a comunidade foi identificada como a melhor guardiã do seu patrimônio.

A expressão educação patrimonial foi introduzida no Brasil na década de 80, e foi inspirada em trabalhos e experiências educacionais desenvolvidas na Inglaterra. Segundo Horta (1999), a

proposta da Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil, em termos conceituais e práticos no Seminário sobre o ‘Uso Educacional de Museus e Monumentos’ em 1983. A base dessa prática tem como pedra de toque a experiência direta com o objeto, buscando a ‘experimentação’ deste como fonte primária de conhecimento. Por meio desta abordagem o aluno entra em contato com a produção cultural em sua materialidade com o objetivo de entender, pesquisar, interpretar e se apropriar dos significados e supostos valores destes bens, que se tornam instrumento de aprendizado na escola (HORTA *Apud* VIANA, 2009: 46-47).

A partir dessa proposta muitos trabalhos foram e vêm sendo realizados com interesse de recuperar as memórias, a autoestima de comunidades e a preservação de bens culturais, dentre os quais merece destaque o Projeto Interação, desenvolvido na década de 80 no âmbito da Secretaria de da Cultura do Ministério da Educação e Cultura e que tinha como objetivo “(...) fortalecer a identidade cultural nacional, por meio do estreitamento da relação escola-comunidade (...)” (SANTOS, 2007: 154).

Após mais de três décadas, a educação patrimonial, vista como principal campo de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural, passou a atuar de forma mais dinâmica e participativa. Se antes limitava-se a realizar ações centradas em museus e construções isoladas, atualmente busca através da aplicação de múltiplas estratégias educativas atingir os detentores do patrimônio. As ações têm por objetivo sensibilizar o público alvo e, conseqüentemente, através do conhecimento do patrimônio cultural como parte integrante de sua cultura, permitir a comunidade identificar e valorizar o que é particular em sua cultura, buscando dessa forma elementos que venham contribuir para que este seja preservado com responsabilidade para o benefício desse todo. Isto significa dizer que:

Educação Patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al., 1999: 6).

As ações patrimoniais desenvolvidas pelo Grupo EPA visam da mesma forma à valorização e (re)conhecimento do patrimônio cultural pela comunidade, tendo como finalidade o aprofundamento das discussões acerca do conhecimento sobre o tema e como este se torna um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania, gerando responsabilidade, valorização e preservação do patrimônio. Assim, o grupo EPA promove a multiplicação de conhecimento através de suas ações ligadas à formação de professores dos municípios contemplados pelo projeto.

3. O município de Pedro II

O município de Pedro II está localizado na microrregião de Campo Maior, na porção nordeste do estado do Piauí (**vd. Figura 1.**). A região de Pedro II destaca-se no cenário brasileiro por integrar as únicas jazidas de opala existentes no Brasil, sendo considerada a maior província gemológica do mundo. Cabe ressaltar, ainda, que seu maior diferencial neste quesito consiste na qualidade mineralógica e gemológica das opalas, o que as torna cobiçadas internacionalmente.

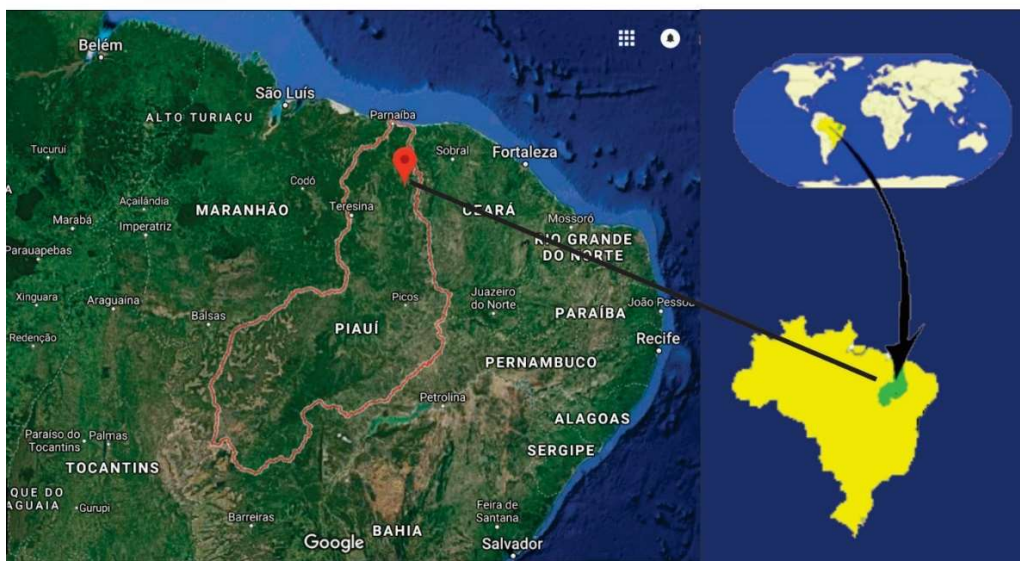


Figura 1. Localização do Município de Pedro II – Estado do Piauí - Brasil. Fonte: Google

O município se destaca, também, por possuir um dos climas mais ameno do estado do Piauí, com temperaturas mínimas de 18°C e máximas de 28°C (AGUIAR, 2004). Esta característica peculiar incentivou a criação do Festival de Inverno no ano de 2004, um evento que reúne atrações musicais, gastronomia, artesanato e ecoturismo e com isso fortalece ainda mais a renda dos habitantes locais, assim como a divulgação das belezas naturais do município e do seu Patrimônio Cultural.

As belezas naturais da região estão associadas a uma localização privilegiada, compreendendo aspectos geológicos e feições geomorfológicas diferenciadas. O município está situado a 603 m acima do nível do mar, abarcando litologias pertencentes à Bacia Sedimentar do Parnaíba de idade paleozoica, representadas essencialmente por coberturas sedimentares do Grupo Serra Grande e das formações Pimenteiras, Cabeças e Longá (AGUIAR, 2004).

Quanto às feições geomorfológicas verificam-se superfícies aplainadas compostas por áreas deprimidas, podendo formar lagoas temporárias; superfícies tabulares reelaboradas representadas por chapadas baixas; relevo plano com algumas áreas suavemente onduladas com altitudes máximas de 300 metros; superfícies onduladas, constituídas por encostas de vales e elevações, prolongamentos residuais de chapadas, ambos exibindo altitudes entre 150 e 500 metros, como as serras e os morros; superfícies tabulares cimeiras correspondendo às chapadas altas com relevo plano e altitudes que podem chegar a 500 metros (LIMA, 1987; FERREIRA. DANTAS, 2010).

Em virtude dos aspectos geoambientais ora mencionados, o município possui cachoeiras belíssimas, que encantam o visitante no período chuvoso, além de paisagens exuberantes, como o Mirante do Gritador. Do ponto de vista arqueológico são observados paredões e abrigos rochosos com vestígios de ocupação humana pré-histórica. Para além do patrimônio natural e pré-histórico, o município de Pedro II possui um inestimável patrimônio histórico material e imaterial, refletido em construções históricas como o Memorial Tertuliano Brandão e nos modos de fazer, como a tecelagem e a produção de cerâmicas.

4. Ações Patrimoniais

Desde 2013 realizamos aulas prático-conceituais na cidade de Pedro II onde trabalhamos com professores, funcionários vinculados à Secretaria da Educação da cidade, alunos do Instituto Federal do Piauí – IFPI - Campus Pedro II e comunidade (Conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico) em geral. As ações realizadas fazem parte de um conjunto de possibilidades que podem ser empregadas visando à valorização dos bens culturais. Além de proporcionar conhecimento do patrimônio que a comunidade e os indivíduos possuem, fortalecem o sentimento de pertencimento ao lugar em que vivem.

É papel social e dever do arqueólogo socializar o conhecimento da Arqueologia. A educação patrimonial é uma alternativa para a concretização deste objetivo. Desta forma pretende-se sensibilizar os professores que foram contemplados com a proposta, no intento que este conhecimento continue sendo disseminado para a comunidade.

A metodologia do projeto consiste em aulas prático-conceituais sobre patrimônio cultural material e imaterial, memória, identidade e preservação, assim como atividades patrimoniais e momentos culturais. As atividades patrimoniais têm como pano de fundo o patrimônio local e são promovidas através de diálogos e trocas culturais. Elencamos a seguir algumas atividades que desenvolvemos:

A Percepção de si e do objeto: Nesta atividade sensibilizamos o público-alvo a perceber que a vida é o primeiro patrimônio do homem por meio da observação de si próprio, (**vd. Figuras 2. e 3.**).



Figuras 2. e 3. Registros da oficina com a participação dos indivíduos através do uso de um espelho e relato de suas experiências.
Fonte: Acervo EPA.

A oficina proporcionou o reconhecimento da identidade, através da percepção da cor do cabelo, pele, olhos, formas e proporções utilizando um espelho (GRUNBERG, 2007). Em um segundo momento, trabalhamos a percepção dos objetos. Solicitamos previamente objetos pessoais dos participantes e cada um observou-os e pontuou a importância intrínseca do mesmo e para si.

O “olhar de detetive”: Esta ação foi desenvolvida a partir do centro histórico de Pedro II (bem material). Os participantes foram convidados a fazer um passeio pelo bem escolhido. Defronte às fachadas foram chamados a observar todos os detalhes e elementos durante alguns minutos. Passado esse tempo e virados de costas solicitamos que descrevessem, através de desenho ou escrita, o que eles se lembravam do observado (números de portas, janelas e pavimentos: tipo

de material; estado de conservação; cor; decoração; etc). Uma vez terminado esse registro pedimos para que voltassem a observar e comparar com o que eles descreveram nas suas anotações (vd. **Figuras 4. e 5.**). Tentamos promover a partir desta experiência, uma reflexão sobre a diferença entre o olhar e o ver e sobre a importância da observação detalhada para a compreensão e a descoberta de outras informações que o olhar superficial não permite (GRUNBERG, 2007).



Figuras 4. e 5. Aula realizada no centro histórico de Pedro II associada à oficina “olhar de detetive”. **Fonte:** Acervo EPA.

Logo após a observação e reflexão empírica da atividade falamos sobre estilos arquitetônicos e a definição de arqueologia histórica, demonstrando que podemos utilizar diferentes fontes para estudá-la, sendo uma delas a arquitetura.

Edifícios fornecem uma importante fonte de informação para a arqueologia histórica. Duas tradições, em geral, podem ser consideradas como existentes: acadêmica e vernacular. A tradição acadêmica, às vezes chamada “alta arquitetura”, é a tradição de construção que é ensinada e praticada por arquitetos profissionais. Esta arquitetura pode ser dividida em diversos estilos distintos – clássico, grego, romanesco, gótico, rococó, e assim por diante -, cujas características são de fácil identificação. A arquitetura vernacular, por outro lado, consiste em estilos que refletem a tradição cultural mais do que formas arquitetônicas puras. A arquitetura vernacular demonstra, em geral, as verdadeiras atitudes e crenças de um povo de maneira mais clara do que a arquitetura acadêmica. Entretanto, as arquiteturas, acadêmica e vernacular tendem a interagir, com o decorrer do tempo e com consequente influência recíproca (ORSER JR., 1992: 35).

A arquitetura do centro histórico de Pedro II sofre influência das fazendas presentes no estado do Piauí e apresenta predominantemente o estilo colonial, com algumas adaptações devido às pequenas proporções do terreno da malha urbana inicial de Pedro II, tendo como base a Carta Régia de 1761. Brito (2011) afirma que:

“De forma geral, a arquitetura de estilo colonial ou tradicional praticada em Pedro II segue os mesmos parâmetros do restante do estado do Piauí. Os pisos normalmente são de ladrilhos de barro cozido, revestimento mais fresco, portanto mais apropriado ao meio, ou de ladrilhos hidráulicos, elementos amplamente utilizados nas casas piauienses. As estruturas das coberturas dos edifícios pedrossegundenses geralmente são em madeira serrada. É interessante notar que, ao contrário de boa parte das cidades piauienses, Pedro II pouco se utilizou dos troncos da carnaúba, material de construção bastante disseminado em todo o Estado (...)” (BRITO, 2011: 7).

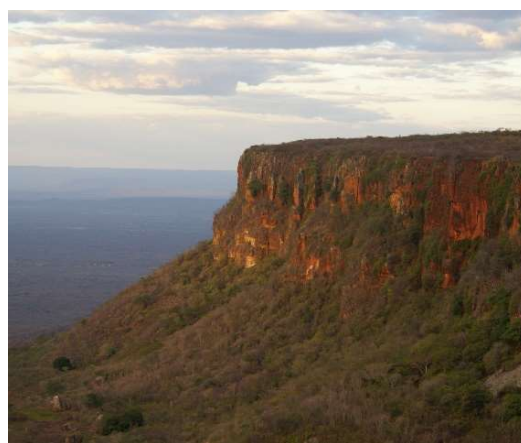
Através da observação dos alunos e das explicações teóricas, os mesmos puderam identificar os traços desta influência.

5. “Construindo” o Patrimônio

Processo educativo através da montagem de quebra-cabeças que teve como finalidade a criação de meios que levassem os alunos a desenvolverem suas capacidades intelectuais para que assim pudessem ganhar conhecimentos e desenvolverem habilidades aplicáveis tanto na sua rotina diária quanto no seu processo educacional. A adoção da metodologia do jogo quebra-cabeça pode ser utilizada para fins educativos e culturais, sendo importante no processo de formação educacional e cognitiva de uma criança, auxiliando também no amadurecimento e em questões de cunho psicológico. Além disso, funciona como fonte de informação e enriquecimento para indivíduos de todas as idades.

Na elaboração da oficina levamos em conta o que pretendíamos explorar, ou seja, a capacidade de cada participante em compreender o que é patrimônio seja ele imaterial ou material e a importância de manter viva a memória, através da preservação dos bens culturais. Através da metodologia do jogo quebra-cabeça, buscou-se sensibilizar e aproximar o olhar da comunidade sobre o *seu* patrimônio, criando a percepção de que a depredação ao patrimônio causa danos irreparáveis e perdas de informações relevantes do ponto de vista científico.

No primeiro momento apresentamos aspectos teóricos sobre os conceitos que permeiam o patrimônio material e imaterial e as legislações brasileiras pertinentes. Em seguida, exibimos quatro fotografias (vd. **Figuras 6. a 9.**) de patrimônios locais e convidamos a turma para participar da dinâmica do jogo. Para tal, dividimos o grupo em quatro equipes, cada uma responsável por “construir” um patrimônio, e posteriormente, relatar suas memórias em relação ao mesmo (vd. **Figuras 10. e 11.**).



Figuras 6. e 7. Tecelagem da Comunidade Roça dos Pereiras - Patrimônio Imaterial e Morro do Gritador - Patrimônio Natural e Paisagístico, respectivamente. **Fonte:** Acervo EPA.



Figuras 8. e 9. Arte rupestre do Sítio Arqueológico Torre I (Tradição Geométrica) e Patrimônio Edificado do Complexo Histórico/Centro de Pedro II, respectivamente. **Fonte:** Acervo EPA.

A escolha de bens culturais presentes na área de pesquisa teve como foco provocar lembranças de algum acontecimento marcante na vida dos participantes e com isso resgatar a memória, a identidade, o reconhecimento dos indivíduos como parte do patrimônio. Os recursos utilizados podem ser usados de formas diferentes pelo educador e aplicados como metodologia de ensino tanto em atividades relacionadas ao patrimônio, quanto nas demais áreas do conhecimento.



Figuras 10. e 11. Equipes trabalhando na atividade “Construindo o patrimônio”. **Fonte:** Acervo EPA.

6. Pintura Corporal

A atividade foi desenvolvida com o intuito de trazer à tona o reconhecimento da importância dos sítios arqueológicos da região. O Piauí é um dos estados brasileiros onde se evidencia uma presença numerosa de sítios arqueológicos que servem de testemunho variado de atividades humanas pretéritas. No município de Pedro II temos importantes sítios, entretanto há poucos estudos arqueológicos na região. Os sítios cadastrados apenas possuem seu registro no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A partir de uma introdução sobre arte rupestre, mais especificamente as de Pedro II, os alunos observaram através das imagens que na grande maioria dos sítios, a cor predominante é o vermelho e que o amarelo, o branco e o preto também aparecem, mas em menor quantidade. As representações eram antropomorfos, zoomorfos, sendo o maior destaque devido à quantidade, os grafismos puros. A partir deste pressuposto e do entendimento do desenho em si, passamos a desenvolver a pintura corporal (**vd. Figuras 12. e 13.**) onde, além dos símbolos do passado, os alunos utilizaram símbolos que reconheciam da sua própria sociedade.



Figuras 12. e 13. Equipe EPA trabalhando na oficina pintura corporal. **Fonte:** Acervo EPA.

Após a finalização das etapas das ações patrimoniais o grupo promove momentos culturais construídos com e para a população local. Um destes momentos, que acompanha o grupo até

hoje em todas as cidades por onde desenvolve ações patrimoniais no Piauí, é a exibição do documentário: *“As mãos que tecem o patrimônio” – Uma história de continuidade do Projeto EPA.*

7. Patrimônio Imaterial: comunidade Roça dos Pereiras

Quando desenvolvemos o projeto de educação patrimonial nas cidades do interior do Piauí fazemos incursões nas comunidades locais. Em 2013 durante a primeira ação do projeto EPA na cidade de Pedro II junto aos guias de Turismo, tivemos a oportunidade de conhecer a comunidade Roça dos Pereiras, localizada próximo a BR 404.

Neste local, tivemos contato com a produção artesanal de redes feitas pelas moradoras desde sua infância, o tear ou “tiar”, como o povo prefere falar (vd. **Figuras 14. e 15.**). O processo de produção das redes é rústico e é passado de geração em geração. Para muitas constitui a única renda e para outras, um auxílio na renda doméstica.



Figuras 14. e 15. Tear na comunidade Roça dos Pereiras. Fonte: Arquivo EPA.

Devido ainda à pouca visibilidade da atividade de produção artesanal de redes e não consciência de seu valor, percebemos que seria importante encontrar meios para promover seu desenvolvimento já que “O patrimônio imaterial está no coração da vida cultural e do desenvolvimento comunitário (...)” (DE VARINE, 2012: 152). Por este motivo o que era apenas para ser uma visita dos alunos da Universidade Federal do Piauí às comunidades locais se transformou em um projeto de documentário.

Trabalhar com comunidades diretamente envolvidas com o patrimônio envolve uma série de questões que precisam ser refletidas pelo pesquisador. Ao “invadir” seu espaço territorial e pessoal, altera-se a rotina diária desses indivíduos, provocando mudanças no seu meio social e muitas vezes sem perceber criam-se vínculos e falsas esperanças. Antes de tudo, é necessário respeitar as particularidades presentes e deixar claro o objetivo da investigação. Deve-se ter em mente também, que ao coletar informações estamos retirando algo da comunidade, ou seja, dados que serão transformados em conhecimento científico através de produções acadêmicas. Neste sentido, é de suma importância que seja proporcionado o retorno às comunidades estudadas como forma de mostrar as mesmas o resultado dos saberes compartilhados por elas.

Dessa maneira, o documentário citado foi fruto da visita técnica à comunidade Roça dos Pereiras, produzido a partir do material coletado em setembro de 2013 por meio de entrevistas com três tecelãs da localidade: Maria do Socorro Sousa Silva, Maria Eliane Sena Ferreira Matia e Maria Santana dos Santos. A comunidade é dona de um belíssimo patrimônio imaterial representado na tecelagem, especificamente no modo de fazer, repassado de geração para geração e que faz parte do cotidiano de 52 (cinquenta e duas) pessoas pertencentes à Associação Comunitária do Desenvolvimento Rural, dentre eles, homens e mulheres.

A primeira exibição realizada na cidade (vd. **Figura 16.**) contou com a participação das tecelãs, da comunidade, de integrantes do EPA e convidados, que juntos prestigiaram este momento de reconhecimento e valorização da identidade local.



Figura 16. Primeira exibição do documentário, realizada na cidade de Pedro II- Piauí – Brasil. **Fonte:** Acervo/EPA.

8. As ações patrimoniais como instrumento de desenvolvimento local

O educador patrimonial tem de ser munido de sensibilidade suficiente para anular as barreiras que existem entre o mundo acadêmico e a comunidade, conhecendo e reconhecendo suas dificuldades e diferenças por meio do desenvolvimento de ações. Partindo desse pressuposto, a nossa intenção foi sensibilizar a sociedade para uma mudança de atitude com relação ao patrimônio, visando à preservação das diversidades e/ou bens culturais, como também, prepará-los enquanto agentes de desenvolvimento local (Termo utilizado por VARINE (2012). Ao longo dos capítulos, as ideias que pretende transmitir reúne em inúmeros exemplos práticos, a maioria dos quais vivenciados por si, enquanto consultor de desenvolvimento comunitário, salienta e evidencia por diversas formas que «(...) o ofício de agente de desenvolvimento é essencialmente artesanal e no qual não há duas missões ou dois casos parecidos (...)».

As experiências junto à comunidade demonstraram o quanto essas ações são benéficas e levam as mesmas a autorreflexão acerca da valorização cultural de seu povo. Os encontros com a presença e testemunhos de personagens de dentro da própria comunidade, estimularam o saber e provocaram em cada um o gosto pela continuidade e multiplicidade dessas ações, até então, desconhecidas por alguns integrantes.

As ações educativas mostraram-se fundamentais na propagação e dispersão de conhecimentos sobre o patrimônio cultural. Continuaremos com as ações no município e, além disso, é necessário que haja também a continuidade dessas ações e sua multiplicidade no âmbito escolar por intermédio dos gestores públicos e professores locais.

O mapeamento dos bens culturais destacados no texto permitiu o registro dos principais problemas e perspectivas atuais vivenciados pelas comunidades. Dessa maneira, busca-se criar meios de divulgação do patrimônio que destaquem a importância de manter vivas essas tradições. Em continuidade as ações que fizemos pretendemos formar um grupo de “amigos do patrimônio” que terão como missão disseminar conceitos sobre a temática, estabelecer propostas e cobrar dos gestores melhorias em relação à preservação e conservação do patrimônio do município.

A partir das experiências vivenciadas constatou-se que as ações patrimoniais se configuram como uma proposta ainda pouco difundida na sociedade, principalmente no âmbito escolar. Neste caso, o grupo de pesquisa propõe que as atividades educativas sejam ações continuadas atingindo os mais diversos ambientes, de modo especial no escolar. Essas ações proporcionarão ao longo do tempo a sensibilização do olhar do indivíduo, à medida que as pessoas passarão a se reconhecer dentro deste contexto patrimonial. Em consonância com a comunidade de forma ativa e consciente terão uma participação efetiva para o seu desenvolvimento sustentável.

9. Considerações Finais

Com base nas práticas realizadas constatou-se que a educação patrimonial ainda é pouco difundida na sociedade e nas escolas. Em razão disso, o grupo de pesquisa propõe dar continuidade as atividades pois compartilhamos da ideia de que é possível contribuir para a construção de uma visão integrada sobre o lugar e o patrimônio ali existente.

É necessário constituir caminhos didáticos e pedagógicos para que as ações patrimoniais possam fazer parte do dia-a-dia e sejam algo concreto e contínuo, especialmente no contexto escolar. Pretende-se fornecer embasamentos teóricos e práticos que resultem na elaboração de projetos didáticos pelos docentes que manifestaram interesse pela temática, para posterior aplicação nos centros de ensino do município. O trabalho teve um alcance que excedeu o público-alvo, chamando a atenção de gestores municipais e estudantes de licenciatura e bacharelado do ensino técnico e superior. A continuidade das ações é algo necessário e poderá ter um alcance ainda mais significativo devido à formação de multiplicadores pelo Grupo EPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Robério Bôto de - Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Pedro II. In AGUIAR, Robério Bôto de; GOMES, José Roberto de Carvalho (orgs.) Fortaleza: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2004, 22 p.

FERREIRA, Rogério Valença; DANTAS, Marcelo Eduardo. - Relevo. In PFALTZGRAFF, Pedro Augusto dos Santos; TORRES, Fernanda Soares de Miranda; BRANDÃO, Ricardo de Lima (orgs.) **Geodiversidade do Estado do Piauí**. Recife: Serviço Geológico do Brasil – CPRM. 2010, p. 47-64.

GRUNBERG, Evelina - Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. In **Museologia Social**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

HALBWACHS, Maurice - **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras - Educação Patrimonial. In BARRETO, Euder Arrais et al., **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. Goiânia: Universidade Federal do Goiás, 2008. p. 15-22.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. et al. - Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé - Relevo piauiense: uma proposta de classificação. In **Carta Cepro**. 12. 2, 1987, p. 55-84.

MARIANI, Alayde - **Memória e Educação. Cadernos de Ensaios 1**. Rio de Janeiro: IPHAN, Paço Imperial, 2008.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer (org.) - **Educação Patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: UFSM. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

ORSER Jr., Charles - **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SANTOS, Camila Henrique - Educação Patrimonial: uma ação institucional e educacional. In **Patrimônio: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

VARINE, Hugues de - **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRITO, Pedro Henrique Tajra Hidd Pearce. - Moradas, as primeiras residências urbanas: arquitetura tradicional piauiense na cidade de Pedro II. [Em Linha]. Universidade Federal do Piauí. [Consultado a 18 set. 2013]. Disponível na [www.<URL: http://ufpi.br/subsiteFiles/patrimoniocultural/arquivos/files/12\(1\).pdf>](http://ufpi.br/subsiteFiles/patrimoniocultural/arquivos/files/12(1).pdf).

VIANA, Uhelinton Fonseca. - Patrimônio e educação: desafios para o processo de ensino-aprendizagem. [Em Linha]. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2009. [Consultado a 12 jun. 2012]. Disponível na [www:<URL: http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/-%20uhelinton.pdf>](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/-%20uhelinton.pdf).

DOIS MODELOS DE INTERVENÇÃO PATRIMONIAL EM CENTROS HISTÓRICOS: CIDADE-ARQUIVO E CIDADE- ARQUIVO-VIVO

João Victor Camara

Mestrando em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Jvcamara92@gmail.com

Alice Duarte

Antropóloga e Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

aliceduarte@hotmail.com

Dois Modelos de Intervenção Patrimonial em Centros Históricos: Cidade-Arquivo e Cidade-Arquivo-Vivo

João Victor Camara

Alice Duarte

Historial do artigo:

Recebido a 24 de setembro de 2018

Revisto a 19 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

A elaboração e implementação de políticas públicas para intervir nos centros históricos suscitam debates em diversas áreas científicas, tendo o campo dos Estudos do Património um papel de destaque nesse contexto de discussão multidisciplinar. Situando-se nesse debate, o presente artigo propõe um novo par de noções para discutir de modo crítico as práticas de intervenção patrimonial nos centros históricos: o modelo da cidade-arquivo e o modelo da cidade-arquivo-vivo. O par de noções é construído partindo dos subsídios teóricos apresentados pela antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett no seu estudo a respeito do carácter meta-cultural do património e, em simultâneo, corrobora o entendimento (de fundo antropológico) do património cultural enquanto entidade com dimensões tangíveis e intangíveis que são indissociáveis. No final do texto, procura-se demonstrar a aplicabilidade dos dois modelos de intervenção patrimonial propostos a partir da consideração de um estudo de caso: o centro histórico de Salvador (Bahia), no Brasil.

Palavras-chave: Património Cultural; Centros Históricos; Modelos de Intervenção Patrimonial; Cidade-arquivo *versus* Cidade-arquivo-vivo.

ABSTRACT

The elaboration and implementation of public policies to intervene in historical centers arouses debates in several scientific areas, and the field of Heritage Studies plays a prominent role in this context of multidisciplinary discussion. Situated in this debate, the present article proposes a new pair of concepts to discuss critically the practices of patrimonial intervention in historical centers: the archive city model and the living-archive city model. The pair of notions is constructed from the theoretical contributions presented by the anthropologist Barbara Kirshenblatt-Gimblett in her study on the meta-cultural character of the heritage and, at the same time, corroborates the understanding (with anthropological background) of the cultural heritage as an entity with tangible and intangible dimensions that are inseparable. At the end of

the text, it is tried to demonstrate the applicability of the two patrimonial intervention models proposed from the consideration of a case study: the historical center of Salvador (Bahia), Brazil.

Key-words: Cultural Heritage; Historic Center; Models of Patrimonial Intervention; archive city versus living-archive city.

1.Introdução

O entendimento do que é o património foi-se transformando ao longo do tempo, passando por um processo de alargamento do seu significado que se intensificou especialmente na segunda metade do século XX e se prolonga ainda. Assim sendo, entende-se que a noção de património deve ser contextualizada historicamente e compreendida enquanto resultado de debates que envolvem as comunidades académica, política e civil, e em que participam diversos atores através de organizações nacionais, transnacionais e internacionais. Nesta perspetiva, J. Torrico (2002: 22) sublinha que a consideração de um elemento como bem patrimonial é sempre o resultado de uma construção social, historicamente determinada e passível de revisão. Com efeito, o sentido do que é o património pode variar no tempo e no espaço.

Por outro lado, a temática do património caracteriza-se pela interdisciplinaridade, reunindo contributos da Sociologia, História, Antropologia, Arqueologia e outras humanidades. O debate entre os cientistas destas áreas contribuiu para a transformação do significado do património, inicialmente restringido às construções físicas e bens materiais monumentais. Neste artigo entende-se que a compreensão do processo de transformação desse conceito é imprescindível, na medida em que as ações do poder público são sempre apoiadas em narrativas (múltiplas e discordantes) do património, com diferentes objetivos e intencionalidades. Desta maneira, a intervenção nos centros históricos com a prerrogativa de preservação e revitalização é sempre uma ação social, cultural e politicamente orientada.

Partindo deste posicionamento, o objetivo do artigo é propor um novo par de noções para discutir de modo crítico as práticas de intervenção patrimonial nos centros históricos: o modelo da cidade-arquivo e o modelo da cidade-arquivo-vivo. Para tal, o presente artigo beneficia das contribuições da antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) no estudo a respeito do carácter meta-cultural do património, nomeadamente das metáforas "arquivo-vivo" e "biblioteca".

Na primeira parte desta reflexão apresenta-se uma síntese dos principais avanços em relação ao alargamento da noção de património, destacando as contribuições da Antropologia. Apresentam-se também nessa altura os dois modelos de intervenção patrimonial. Em seguida aborda-se a cidade – especialmente os centros históricos – enquanto campo de disputa entre noções divergentes de património. Por último, recupera-se a análise produzida por S. Zanirato (2004 e 2006) acerca da experiência de intervenção patrimonial no centro histórico de Salvador, na Bahia, para se procurar elucidar a aplicabilidade dos modelos de intervenção patrimonial propostos.

2. Do monumental ao imaterial: breve análise do processo de alargamento da noção de património

As primeiras medidas “modernas” de preservação patrimonial surgiram em França, no início do século XIX, coincidindo com a afirmação daquele Estado nacional (no contexto pós-revolucionário) e com os esforços, por parte do poder público, no sentido de estabelecer uma identidade nacional. Neste cenário, foram selecionados conjuntos de bens patrimoniais que tinham a função de legitimar uma narrativa específica acerca da cultura nacional. Este processo foi marcado pela verticalidade e pela ausência de um debate democrático, sendo conduzido pelos grupos sociais que detinham o capital político, económico e cultural. Deste modo, L. Smith (2006: 17) sublinha que o discurso dominante acerca do património (que ela também refere como “discurso patrimonial autorizado”) tem origem no desenvolvimento dos nacionalismos europeus do século XIX e da modernidade liberal. As noções de património vigentes na época privilegiavam a monumentalidade, ancianidade e materialidade dos bens, além do seu valor histórico e artístico.

Pela mesma altura, aliás, essa tendência pode também ser observada na América Latina, onde o surgimento de Estados nacionais independentes se sustentou em narrativas uniformizantes da identidade nacional. Assim, ao longo do século XIX, o passado nacional de países ocidentais e ocidentalizados foi simbolicamente apropriado com o objetivo de constituir e fortalecer as respetivas identidades, pessoal e coletiva (GONÇALVES, 1988: 268). Em locais caracterizados pela pluralidade cultural e desigualdades sociais, esses processos de seleção de bens patrimoniais ocorreram de maneira excludente, negligenciando narrativas histórico-culturais de grupos étnicos e sociais sem acesso aos meios de poder. Assim, S. Zanirato (2009: 139) destaca que os objetos e saberes considerados bens patrimoniais foram aqueles gerados por grupos com maior informação, formação e condições para atribuir qualidade e refinamento a esses bens.

Há dois documentos internacionais que, apesar de já produzidos em pleno século XX, expressam ainda a vigência desse discurso patrimonial autorizado: a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964). A primeira expressa as conclusões de um Encontro Internacional realizado em Atenas sobre a Conservação de Monumentos Históricos e a Arquitetura Moderna (1). Como o próprio título da conferência já evidenciava, a grande preocupação da época era preservar (nomeadamente a partir do restauro) patrimónios monumentais edificados, principalmente aqueles compreendidos como representantes do legado histórico-cultural de determinada nação. A Carta de Veneza, por sua vez, foi o resultado da II Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, organizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Apesar da sua definição de património histórico incluir a expressão “obras modestas” (1964: 1), o texto deste documento manifesta a persistência das preocupações com questões vinculadas sobretudo ao restauro e preservação dos monumentos materiais (arquitetónicos). Além disso, não produzia nenhuma problematização acerca das noções de testemunho histórico ou significação cultural.

O alargamento do conceito de património realizado na década de 1970 pode ser melhor compreendido a partir de dois processos: a inserção da Antropologia no debate e a reformulação da ciência histórica pela terceira geração da Escola dos *Annales* (também conhecida como “A Nova História”). Enquanto o primeiro contribuiu para a elaboração de uma nova noção de cultura, cujo teor estabelecia um contraponto claro com o modelo então vigente, baseado no culto da civilização ocidental; o segundo permitiu a aproximação da História às outras ciências humanas, uma vez que os representantes deste movimento intelectual refutavam o modelo positivista da História. A este respeito, W. Souza e G. Crippa (2011) também destacam o movimento por parte de países não europeus no sentido de questionarem e sugerirem mudanças nas conceções dominantes acerca do património adotadas pela UNESCO. Segundo

estes autores, torna-se evidente na década de 1970 que os documentos internacionais e listas patrimoniais produzidos até então favoreciam a produção cultural de determinados países, principalmente os europeus.

A Convenção da Unesco para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972, simboliza de certa forma o momento inaugural de um movimento de revisão da noção de património. Apesar de, pela primeira vez, se veicular a ideia de um património mundial, apresentando-o como bem comum de toda a humanidade, e de, pela primeira vez, se fazer aparecer como equivalentes o património cultural e o património natural, essa Convenção continua a refletir uma conceção ainda restrita dos bens patrimoniais (DUARTE, 2010: 44). A ênfase continuava colocada nos bens arquitetónicos e monumentais, negligenciando-se qualquer dimensão imaterial, o que fazia com que um enorme conjunto de bens culturais permanecesse não abrangido por esta legislação. Mas o reconhecimento desse caráter restritivo leva à adoção de uma série de medidas subsequentes que buscam, justamente, remediar a falta de abrangência do documento de 1972 (DUARTE, 2010), das quais se destacam: a Recomendação sobre a Proteção da Cultura Tradicional e Popular, adotada pela Conferência Geral da Unesco em 1989, e o Programa para a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, lançado em 1997 e mantido operacional até 2005 com sucessivas proclamações. E o desenvolvimento deste processo devia ainda continuar até 2003, quando a Conferência Geral da UNESCO, em Paris, vota por unanimidade a adoção da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, da qual resulta a afirmação da designação: património cultural imaterial. Segundo a Convenção de 2003:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003: 3).

A partir da revisão da principal legislação internacional produzida é fácil constatar a existência desse movimento de alargamento do conceito de património. Importa, contudo, assinalar que a adoção da Convenção de 2003 também não produz resultados tão abrangentes como os desejáveis. Em primeiro lugar, porque o seu próprio texto comporta algumas contradições (DUARTE, 2010), mas sobretudo, porque nem sempre a sua receção se traduz em um entendimento tão abrangente e/ou socialmente implicado como seria desejável. Um problema central é a adoção de uma visão demasiado compartimentada e dividida entre as dimensões material e imaterial do património. A maior complexificação e democratização da noção de património cultural a que o documento devia conduzir, acaba muitas vezes por se traduzir em categorizações (tangível/intangível) bastante estéreis e, em si, redutoras do que seja um bem patrimonial. Vendo isso como uma dificuldade que deve ser ultrapassada, este artigo corrobora o entendimento (de fundo antropológico) do património cultural enquanto entidade com dimensões tangíveis e intangíveis que são indissociáveis.

3. Repensando o tangível e o intangível no campo patrimonial: as contribuições da Antropologia

Nos últimos anos a academia produziu uma extensa bibliografia com abordagens progressivamente mais abrangentes do património cultural, entre as quais se destacam os trabalhos da antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) e da arqueóloga Laurajane Smith (2006). Entende-se que as perspetivas propostas por estas autoras congregam as principais

contribuições da Antropologia no debate que resultou na transformação da noção de património cultural.

O conteúdo mais abrangente da noção de património cultural pode ser atribuído à Antropologia e à sua prática etnográfica, áreas responsáveis por democratizarem o entendimento do património ao reconhecerem, nomeadamente, os valores e significados intangíveis de todos os bens culturais. Assim, passam a valorizar-se as tradições orais, artes do espetáculo, rituais, práticas sociais, conhecimentos, mitologia e “saberes” técnicos (LEAL, 2009: 290). A conceção de património empregue pela UNESCO na Convenção de 2003 reflete a emergência de um novo discurso patrimonial, mais próximo desta abordagem antropológica e etnográfica (DUARTE, 2010). Ao mesmo tempo, essa abordagem antropológica entende as comunidades locais enquanto protagonistas no processo de transmissão e transformação do património e reconhece que a mudança é um elemento intrínseco de qualquer realidade sociocultural. O património cultural deve ser valorizado, não somente pelo seu vínculo com o passado (da nação, de um grupo étnico, de uma comunidade...), mas também pela sua importância no presente para determinada comunidade (TORRICO, 2006: 24).

O conceito de "comunidades praticantes" (SMITH, 2006) é também fundamental para a compreensão da noção de património cultural subscrita neste artigo e para a análise crítica de intervenções patrimoniais em diversos sentidos. Por aproximar-se dos contributos da Antropologia, a abordagem de L. Smith ajuda a pensar os novos paradigmas do património e também a questionar (e superar) a separação entre o tangível e o intangível. L. Smith (2006) argumenta que o património cultural consiste em uma prática social contínua, que envolve ativamente os membros da sua "comunidade praticante", os quais constroem o senso de sua própria identidade a partir do engajamento com o bem cultural. Esta autora valoriza a agência da comunidade, na medida em que reconhece a sua capacidade de transformar e renegociar as suas relações com o bem cultural. Deste modo, entende o património enquanto performance com várias camadas, como a lembrança, a localidade, o pertencimento e a compreensão (2006: 3). Por fim, deve igualmente sublinhar-se que a conceção do património proposto por L. Smith se insere no mesmo processo de questionamento da dicotomia tangível-intangível e da lógica divisionista do património que muitas vezes subsiste na aplicação da Convenção de 2003. Ao compreender o património enquanto uma performance, L. Smith (2006) reconhece as suas expressões materiais e imateriais como indivisíveis.

4. A cidade-arquivo e a cidade-arquivo-vivo: proposta de dois modelos de intervenção patrimonial em centros históricos a partir dos contributos de Barbara Kirshenblatt-Gimblett

As práticas de intervenção patrimonial em centros históricos foram por muito tempo empreendidas no âmbito do discurso patrimonial autorizado, no qual o património cultural tende a ser percebido a partir de um *ethos* predominantemente conservacionista e estático. Com efeito, as políticas públicas em sua maioria objetivavam preservar somente a dimensão material dos edifícios, construções, monumentos e sítios com valor histórico-cultural, negligenciando o seus usos sociais por parte da comunidade. Entretanto, o alargamento da noção de património cultural e a valorização da sua dimensão imaterial contribuíram para a revisão dessas práticas. Nessa perspetiva, o presente artigo apropria-se de duas categorias (agência e arquivo-vivo) propostas pela antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) e os emprega para a elaboração de dois modelos de intervenção patrimonial: cidade-arquivo e cidade-arquivo-vivo.

B. Kirshenblatt-Gimblett (2004: 52) sublinha que a noção mais recente de património cultural questiona a divisão entre as dimensões material e imaterial do património cultural, considerando a sua interdependência. Além disso, essa noção compreende a tradição e a cultura enquanto organismos vivos e reconhece a agência dos seus portadores e transmissores. Em outras palavras, os indivíduos (ou uma comunidade) não são vistos enquanto meros transmissores de uma tradição acabada, mas como agentes capazes de transformar a sua tradição, cultura e o conjunto de patrimónios culturais que as expressam. Essa relação entre a comunidade e os seus bens culturais é sempre permeada por um conjunto de intencionalidades e pela constante negociação ou conflito de interesses. Assim, a categoria “arquivo” é utilizada como metáfora para o armazenamento e transmissão da cultura inalterada, enquanto a expressão “arquivo-vivo” representa a perceção de que a mudança é parte intrínseca da cultura, e que a transformação dos bens culturais é um processo inerente.

Pensando no tratamento de patrimónios culturais localizados em centros históricos, apresentam-se dois modelos de intervenção patrimonial que se relacionam com as categorias apontadas acima e que podem ser utilizados para analisar criticamente experiências congêneres desenvolvidas em diversos lugares.

A intervenção patrimonial de modelo cidade-arquivo privilegia a manutenção e a preservação da dimensão material dos patrimónios culturais, considerando bens culturais somente aqueles que são dotados de valor artístico, histórico e arquitetónico. Este modelo de intervenção tem como objetivo central transmitir o conjunto inalterado de bens culturais materiais (edifícios, construções, monumentos, etc.) para as próximas gerações, apagando (ou reduzindo) os efeitos do tempo. Neste processo de "congelamento" e transmissão do património, a comunidade e os seus indivíduos são percebidos como simples transmissores e contempladores da cultura. Por consequência, as noções de agência e pertencimento são menosprezadas. Assim, o tratamento do património cultural é geralmente protagonizado pelas instituições públicas, num processo que ocorre de maneira vertical e que negligencia a importância do debate com a comunidade. A intervenção de modelo cidade-arquivo produz, em última instância, um profundo afastamento do património cultural da sua comunidade, na medida em que se perpetua somente a sua dimensão material, desconsiderando o facto que o património está agora inserido em outro tempo histórico e sendo utilizado por uma sociedade com valores, costumes, e demandas diferentes.

A intervenção patrimonial de modelo cidade-arquivo-vivo, por sua vez, pode ser entendida enquanto uma abordagem patrimonial antagónica ao tratamento conservacionista, estático e autoritário, característico da intervenção de modelo cidades-arquivo, sendo mais compatível com a perceção de fundo antropológico do património cultural. Entende, portanto, o centro histórico enquanto um sítio cultural que demanda valorização, reconhecimento e principalmente utilização por parte da sua comunidade. Reconhece, assim, o direito dessa em intervir sobre o seu espaço e bens culturais, uma vez que a sua perceção sobre eles é mais importante que a simples manutenção das suas dimensões materiais. Com efeito, este modelo de intervenção está associado às políticas que promovem um diálogo democrático e horizontal entre o poder público, a comunidade académica e a comunidade detentora do património, respeitando as demandas de todas as partes envolvidas. Compreende a cidade como "arquivo", porque ela expressa diversos aspetos culturais da comunidade através do seu património, mas este "arquivo" é entendido como um organismo "vivo", na medida em que a transformação é um processo inerente a qualquer realidade cultural.

Em suma, a intervenção patrimonial de modelo cidade-arquivo-vivo procura aproximar o património cultural da sua comunidade, reconhecendo a necessidade de adaptar o centro histórico e o seu conjunto de bens culturais às demandas da sociedade no tempo presente, ao mesmo tempo que negocia maneiras de preservar e difundir o seu valor histórico e cultural. Por

fim, sublinha-se que este modelo de intervenção vai ao encontro do movimento que compreende as cidades enquanto espaço de vivências, de expressões materiais e simbólicas da identidade local, de práticas e experiências de sociabilidade. (ZANIRATO, 2006: 81).

5. O Caso do Centro Histórico de Salvador (Bahia), no Brasil

A partir da delimitação dos dois modelos de intervenção, convém analisar uma experiência concreta de intervenção patrimonial em centro histórico com o objetivo de elucidar a aplicabilidade desses modelos. Para tal, foram selecionados os estudos da historiadora Silvia Helena Zanirato (2004, 2006) a respeito das experiências de intervenção em áreas históricas degradadas no Brasil, particularmente seu tratamento do caso envolvendo o centro histórico de Salvador, na Bahia.

O centro histórico de Salvador, popularmente conhecido como Pelourinho, experienciou uma intensa transformação da sua composição social ao longo dos últimos dois séculos. Ainda no século XIX essa localidade foi ocupada pela elite municipal escravocrata, responsável por erguer os grandes casarões, importantes testemunhos arquitetônicos do período colonial brasileiro. Com a expansão do núcleo urbano de Salvador e a melhoria das condições de transportes e saneamento, parte desta camada social iniciou um processo de migração para novas áreas da cidade, mais isoladas e consideradas mais nobres. Assim, o centro passou a ser ocupado por profissionais liberais e ligados ao pequeno comércio, tendo estes posteriormente também optado por outras áreas da cidade. Este abandono gradual da zona do Pelourinho por parte dos grupos sociais mais abastados e a sua consequente desvalorização fizeram com que esta parte da cidade antiga fosse ocupada por trabalhadores de baixa renda.

Os novos moradores do Pelourinho reuniam poucas condições materiais para preservar as construções e edifícios históricos daquela localidade. Além disso, o processo de industrialização de Salvador, ocorrido ao longo do século XX, promoveu o êxodo rural, resultando na chegada de muitos trabalhadores oriundos do interior da Bahia no Largo do Pelourinho. Observou-se, assim, um fenómeno de superlotação dos imóveis, que eram frequentemente subdivididos em cômodos e arrendados por preços muito baratos. Na prática, a superlotação e os recursos escassos daquela população aceleraram o processo de deterioração das condições de higiene e limpeza. Ademais, uma série de alterações na paisagem urbana da cidade contribuíram para o abandono deste espaço pelo poder público, como o deslocamento do aparato administrativo para a Zona Norte da cidade e a criação de redes viárias para ligar a parte alta e baixa da cidade dispensando a passagem pelo Pelourinho. Assim, em meados dos anos de 1980 esta localidade estava abandonada, marginalizada, densamente ocupada e com índices significativos de criminalidade, resultado de décadas de ausência de políticas públicas (ZANIRATO, 2006).

O processo de intervenção patrimonial executado no Pelourinho tem como origem o ano de 1985, quando este local é integrado na Lista da UNESCO enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, aumentando o interesse da sociedade em relação àquela zona histórica. Apesar deste reconhecimento internacional, somente no ano de 1992 foi lançado o programa de recuperação do Pelourinho por parte do Governo da Bahia. A intervenção patrimonial executada no centro histórico de Salvador foi dividida em etapas e caracterizada principalmente pela concentração de poderes por parte do governo, uma vez que este se tornou proprietário de 30% dos imóveis restaurados, assumindo também o direito de uso das edificações particulares por um período que variava entre 5 e 10 anos. Além disso, o poder público assumiu integralmente a gestão daquele espaço através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). Isto tudo fez com que o governo do Estado da Bahia tivesse o poder de definir o

perfil das atividades desejadas, da utilização do solo, e dos moradores considerados adequados para se instalar no centro histórico depois do processo de renovação (ZANIRATO, 2006).

Além do controle quase integral do poder público sobre o processo de revitalização do centro histórico, outra característica marcante do processo da intervenção foi a retirada sistemática dos residentes daquele espaço. Ainda em 1992, na primeira etapa, cerca de 350 famílias tiveram que abandonar as casas onde habitavam, recebendo indenizações que na época variaram entre 5 e 10 salários-mínimos. Em complemento, o governo eliminou, através do IPAC, o uso residencial das edificações restauradas, alegando que a população anterior não era compatível com o desenvolvimento do turismo e com a preservação dos imóveis. Esta avaliação foi justificada pela suposta incapacidade económica e cultural dos antigos moradores. Ao fim da intervenção, 95% dos moradores antigos do Pelourinho haviam sido deslocados para outras áreas da cidade, num movimento de desocupação de famílias que contraria as recomendações internacionais sobre a recuperação e revitalização de centros históricos. Já sem os seus moradores, o Pelourinho foi "inaugurado" em março de 1993, com um conjunto significativo de imóveis restaurados, então prontos para servir os turistas e visitantes do centro de Salvador.

No que diz respeito às obras de melhoria, estas privilegiaram a manutenção e a restauração das fachadas originais do património edificado, sem o compromisso de manter a originalidade das instalações internas. Realizaram-se, assim, as obras de reconstrução funcional necessárias para adaptar antigos edifícios residenciais em imóveis comerciais voltados especialmente para a atividade turística. Ao todo, mais de 200 edificações foram restauradas, transformando a paisagem do Pelourinho. Além da recuperação dos imóveis, foram realizadas obras de infraestrutura, a fim de garantir todos os serviços básicos para a atividade turística esperada na região. O tratamento da população historicamente marginalizada daquela zona, por sua vez, não acompanhou os esforços despendidos pelas autoridades na renovação das edificações. Verificou-se, assim, a dispersão dos antigos moradores, que passaram a ocupar outras zonas degradadas e abandonadas na periferia de Salvador.

As particularidades da intervenção patrimonial realizada no centro histórico de Salvador tornam-na um exemplo apropriado para analisar a aplicabilidade dos modelos de intervenção cidade-arquivo e cidade-arquivo-vivo. Nesse sentido, sublinha-se que foi aplicada uma abordagem de conservação predominantemente preservacionista, na qual se privilegiou somente a recuperação das edificações com valor histórico, artístico e arquitetónico. Assim, optou-se por conservar a monumentalidade e a materialidade dessas edificações, com o objetivo de facilitar a sua contemplação pelos visitantes da cidade. A intervenção no Pelourinho também se caracterizou pelo protagonismo institucional, nomeadamente através do IPAC, que conduziu as ações de revitalização ignorando a importância do debate junto à comunidade. Esta exclusão inicial foi mais tarde traduzida na expulsão de centenas de famílias daquele espaço.

Todos os aspetos anteriormente mencionados nos confirmam que o centro histórico de Salvador sofreu uma intervenção de modelo cidade-arquivo, na qual toda a agência da comunidade sobre o património cultural é negada e suas demandas desconsideradas. Destaca-se, também, que o esvaziamento cultural e social observado no Pelourinho é o resultado da aplicação de uma perceção datada do património cultural que diferencia e individualiza as suas dimensões material e imaterial. Pelo contrário, uma vez que se percebe as redes de sociabilidade, as práticas cotidianas, os rituais religiosos e as diferentes expressões culturais enquanto dimensões do património cultural do Pelourinho, tem de se concluir que esse património não foi preservado e revitalizado, mas drasticamente abscindido.

A partir da afirmativa anterior, pode-se também pensar o que seria a intervenção do Pelourinho sob a perspectiva do modelo cidade-arquivo-vivo, apontando alguns dos caminhos que poderiam

ter sido seguidos no processo de recuperação daquela área. Sublinha-se, assim, que a implementação desse outro modelo de intervenção deve seguir algumas premissas.

Em primeiro lugar, o estabelecimento de comunicação e diálogo entre o poder público, técnicos do património e sociedade civil, nomeadamente os residentes do centro histórico. Estas conversas entre todos deveriam garantir a paridade na tomada de decisões, encontrar soluções capazes de conciliar os diversos interesses, e assegurar que a comunidade, enquanto parte diretamente atingida pelas transformações no local, tivesse as suas demandas atendidas. Para tal, o Estado deve ser entendido como um instrumento necessário para viabilizar tanto a preservação do património cultural, quanto o bem-estar social da sua comunidade. O reconhecimento dos residentes do Pelourinho enquanto detentores de património passa, invariavelmente, pela adaptação deste aos usos cotidianos da comunidade, garantindo não só a preservação de aspetos históricos, como também a funcionalidade no tempo presente. Por fim, entende-se que a aplicação deste outro modelo de cidade-arquivo-vivo poderia ter evitado ou reduzido os impactos sociais, culturais e económicos junto à comunidade, além de ter conseguido preservar o património cultural daquela área de uma maneira global, observando as suas dimensões tangível e intangível enquanto indissociáveis.

6. Conclusão

Partindo do pressuposto de que a noção de património deve ser contextualizada historicamente e está em constante revisão, este artigo apresentou dois modelos de intervenção patrimonial em centros históricos: cidade-arquivo e cidade-arquivo-vivo.

Na primeira parte, discorreu-se brevemente sobre o alargamento da noção de património desde o século XIX e a importância de algumas contribuições da Antropologia neste processo, particularmente aquelas oriundas do trabalho de Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004). A partir deste debate, compreendeu-se que cada um dos modelos de intervenção patrimonial propostos subscreve uma perceção distinta do património cultural. Enquanto o modelo cidade-arquivo adota uma abordagem conservacionista de intervenção, que distingue as dimensões tangível e intangível do património, privilegiando os seus aspetos materiais e históricos; o modelo cidade-arquivo-vivo pressupõe a perceção de fundo antropológico do património, que compreende aquelas dimensões enquanto indissociáveis, valorizando a utilização dos bens culturais por sua comunidade.

Na segunda parte, o artigo debruçou-se sobre o processo de recuperação e revitalização do centro histórico (Pelourinho) de Salvador, na Bahia, com a intenção de elucidar a aplicabilidade dos modelos de intervenção patrimonial propostos. Concluiu-se que foi empregue o modelo de intervenção cidade-arquivo no processo de recuperação do Pelourinho, no qual o poder público optou por favorecer a revitalização e manutenção do património edificado para a exploração comercial e turística, removendo os seus residentes do local de maneira autoritária e controversa. Depois, foram apontados alguns caminhos que poderiam ter sido seguidos na circunstância de ter sido adotado o modelo alternativo e antagónico de intervenção patrimonial: cidade-arquivo-vivo. Acredita-se que a ativação deste modelo poderia ter evitado o esvaziamento sociocultural verificado no centro histórico de Salvador resultado da remoção dos seus habitantes.

Por fim, sublinha-se que os modelos aqui apresentados serão uma contribuição para o debate envolvendo o tratamento do património cultural, nomeadamente aqueles localizados em centros históricos. Deste modo, esses não devem ser compreendidos enquanto modelos

acabados e incontestáveis, mas como ferramentas de análise crítica de experiências concretas de intervenção patrimonial.

NOTA

(1) Em 1931 realizou-se em Atenas a I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, na qual resultou o documento citado. Existe ainda outro documento com o mesmo nome, resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em 1933.

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, José Reginaldo – Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In **Revista Estudos Históricos**, Vol.1, no 2 (1988), p. 264-275.

DUARTE, Alice – O Desafio de não ficarmos pela preservação do Património cultural imaterial. In **Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, 2009, Porto: Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, 2010. 1 vol.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara – Intangible Heritage as Metacultural Production. In **Museum International**. Vol. 56, no 1-2 (2004), p. 221-222.

LEAL, João – O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica. In Costa, Paulo (coord.) **Museus e Património imaterial: agentes, fronteiras, identidades**. Lisboa: Softlimits, 2009.

SMITH, Laurajane – **The Uses of Heritage**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2006.

DE SOUZA, William Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia – O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. In **Em Questão**. Vol. 17, no 2 (2001), p. 237-251.

TORRICO, Juan Agudo – Patrimônios e discursos identitários. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (orgs.) **Patrimônios e Identidades: Ficções Contemporâneas**. Oeiras: Celta Editora, 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena – A restauração do Largo do Pelourinho: edificação tão bonita de se ver, histórias não tão bonitas de se contar. In **Dimensões**. Vol. 16 (2004), p. 323-344.

ZANIRATO, Silvia Helena – Patrimônio para todos: Promoção e difusão do uso público do Patrimônio cultural na cidade histórica. In **Patrimônio e memória**. Vol. 2, no 2 (2006), p. 78-97.

ZANIRATO, Silvia Helena – Usos sociais do Patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e memória**, Vol. 5, no 1 (2009), p. 137-152.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. [Em linha]. **Carta de Veneza**. (1964). [Consult. 25 Nov. 2018]. Disponível na [www:<URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf).

UNESCO - **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Em linha]. 2003. [Consult. 25 Nov. 2018] Disponível na [www:<URL: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf).

THE COMMUNITARIAN CINEMA IN MONTES DE MARIA: MEMORY AND CULTURAL HERITAGE IN THE COLOMBIAN POST-CONFLICT

Maurizia Mezza

Master student

University of Amsterdam

Medical Anthropology and Sociology

Amsterdam

Netherlands

maurizamezza@gmail.com

The communitarian cinema in Montes de Maria: memory and cultural heritage in the Colombian post-conflict

Maurizia Mezza

Historial do artigo:

Recebido a 25 de setembro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

ABSTRACT

This paper explores the subjective experience of participants in communitarian cinema processes and the possible resilience outcomes. It addresses the components of the communitarian cinema approach used by the communication collective “Montes de Maria Linea 21”, active in the Colombian region of Montes de Maria. The subject’s perception is investigated through an ethnography of the subjectivity, focused on the subjective wellbeing perception in relation to the construct of resilience. The role of memory, of cultural heritage, and their relations to the construct of resilience, are discussed.

Key-words: Colombia, ethnography, subjectivity, communitarian cinema, resilience, cultural patrimony, tradition, independent media, representation, Montes de Maria, memory, community, post-conflict, culture

RIASSUNTO

L’ articolo esplora le esperienze soggettive dei partecipanti ai processi di cinema di comunità, e lo sviluppo di possibili strategie di resilienza. Saranno ricostruiti i passaggi principali della metodologia di cinema di comunità usata dal collettivo “Montes de Maria Linea 21”, attivo nella regione colombiana Montes de Maria. La percezione soggettiva dei partecipanti è esplorata attraverso un’ etnografia della soggettività, che mira a investigare il ruolo della memoria e del patrimonio culturale in un ambiente dove sono presenti numerosi fattori di rischio.

Parole chiave: Colombia, etnografia, soggettività, cinema di comunità, resilienza, patrimonio culturale, tradizioni, media indipendenti, rappresentazione, Montes de Maria, memoria, comunità, post conflitto, cultura

RESUMO

O artigo explora as experiências subjetivas de participantes em processos de cinema comunitário, com o objetivo de determinar se, e como, eles contribuem para o desenvolvimento de estratégias de resiliência. Serão reconstruídos os principais passos da metodologia do cinema comunitário utilizada pelo coletivo "Montes de Maria Linea 21", ativo na região colombiana de Montes de Maria. A percepção subjetiva dos participantes é explorada por meio de uma etnografia da subjetividade, que visa investigar o papel da memória e do patrimônio cultural em um ambiente onde existem inúmeros fatores de risco.

Palavras-Chave: Colômbia, etnografia, subjetividade, cinema comunitário, resiliência, patrimônio cultural, tradições, mídia independente, representação, Montes de Maria, memória, comunidade, pós-conflito, cultura

1. Introduction

This paper stems from a previous research (MEZZA, 2018), which aims to explore the possible resilience outcomes in subjectivities that attend communitarian cinema processes. Communitarian cinema is a Latin American phenomenon, which emerges in a political context of resistance, claiming for the social and political representation of silent and excluded communities (DAGRON, 2014: 17-20). While literature has approached communitarian cinema from its political dimension (CEDRON, 1973; CUSI, 2005; DAGRON, 1979; DIAZ, 1972; LOPEZ BANTAR, 2005), this research focuses the participant's subjective experience, questioning if, and how, communitarian cinema supports the development of subjective wellbeing. I investigated how students, who attended the activities of communitarian cinema, experience these processes. Communitarian cinema workshops and events are organized by the communication collective "Montes de Maria Linea 21", in the Colombian region of Montes de Maria. The three students interviewed attribute several changes from their participation within the collective training processes: changes in the relationship with themselves, with their families and with their community, as well as in the perception of their past and the expectations for their future. They credited these changes allowed them to transform and overcome life difficulties. Since The collective "Montes de Maria Linea 21" has always been active in a war context, working with subjects that have experienced massacres, displacements, and violence on different levels, this research has used *the* construct of resilience to focus the positive wellbeing outcomes. This research traces the main passages of the methodology shifting between the description given by the book "Memorias y Relatos con Sentido" (BAYUELO, 2011), edited by the collective, and the interviews conducted with professors and students. The dynamics that the students identified as key passages for the perception of their wellbeing are deeply explored. The attention of this paper is oriented toward the role of memory and cultural patrimony. After clarifying the methodology, I will introduce the phenomenon of the communitarian cinema and its theoretic cornerstones. Secondly, I will briefly describe the main features of the region Montes de Maria and the post-conflict context. After picturing the activities developed by the collective "Montes de Maria Linea 21", I will address its pedagogy, dwelling on dynamics related to memory, representation, and cultural patrimony.

2. Methodology

I conducted an ethnography of the subjectivity, focused toward «what matters most in people's lives in the making and unmaking of meaning» (BIHEL, GOOD, KLEINMAN, 2007: 15) in order to inquire into the subjective perceptions of people that attend communitarian cinema processes.

During the fieldwork, in March 2018, I participated in the activities of the collective, observing and taking part. I also interviewed people with different roles inside the collective. The two collective's founders, Soraya Bayuelo and Beatriz Ochoa (**Interview 5**), provided me with the general frameworks from which the collective's processes have been thought and carried out. Inty, one of the professor and coordinator, introduced me to the community's perspective on the political violence and the conflict, as well as the main passages of the methodology used by the collective (**Interview 1, 2, 3**). Diana (**Interview 6**) and Alejandra (**Interview 7, 8**), two girls that graduated from a two years audiovisual training process while I was there, told me about their personal experience with the collective processes, focusing on the changes it encouraged in their worldview and in their wellbeing. In addition, I conducted a group interview with Edilberto (who is a collective's professor and the general coordinator, and who started to attend the collective as a student at the end on 90's), Saray (who is the Soraya's assistant and who participated in the collective processes as student first and then as professor) and Luis David (a student of the two-year training that finished in March 2018). In this group interview, they recalled episodes of the conflict that marked their life and the benefits of the communitarian cinema processes (**Interview 4**). The interviews have been recorded and transcribed in Spanish; only the most important fragments have been translated in English.

2.1. A reflexive parenthesis

Since this research views knowledge as situated (HARAWAY, 1988), I address a reflexive parenthesis to provide a brief introduction about the standpoint from which I accessed and saw communitarian cinema. Formally, I conducted this research from January to July 2018, as my graduate thesis project in "Psychosocial Disciplines". However, I consider that I started this ethnography six years ago when I moved to Colombia. During this time, I have been working and living in different parts of the country, spending a considerable amount of time on the Caribbean coast. The interest in the socio-political context leads me to meet social organizations, collectives, and movements that were working with the communities affected by the conflict. Even if I cannot consider myself an activist, these encounters have deeply influenced my perspectives and intentions, positioning my work inside the decolonial network thinking. It was a collective of communitarian cinema active in Aguablanca, a vulnerable neighborhood of Cali (Colombia), that connected me with the collective "Montes de Maria Linea 21", allowing me to access the community from a local network. This background enabled me to arrive in Montes de Maria from a specific, mainly privileged, trail. As a Western, middle class, psychology student, I entered the fieldwork belonging to the ruling epistemology (DE SOUSA SANTOS, 2014). However, as a friend of another communication collective, I could bypass the distrust social organizations may reserve to Western students. As a woman, in a collective coordinated and managed mainly by women, I could benefit from possible gender bias. This is an important detail since it has strongly impacted the relationships I could establish with the subjects of the study. Since the region Montes de Maria has been one of the most affected by the conflict (MORO, 2010), many journalists, NGOs, scholars, and officials have often come in order to find a story or "impose their help" (**Alejandra, int. 7**). When I interviewed Alejandra, for instance, she told me that people from her community are tired of telling their story to somebody who represents them as the passive victims or the "poor peasants" (**Alejandra, int. 7**), or to meet people that

come from the capital pretending to know what these communities need, without involving them. In this scenario, being introduced by another communitarian collective has allowed me to bridge the distances. From my perspective, getting to know this situation and becoming personally involved, led me to explore ethical concerns about the researcher role and the power she/he has in the knowledge construction. This alerted me to research with caution in conflict and post-conflict landscapes and how to listen to subjectivities exposed to risk factors. Even if self-reflection is not a cure to avoid reproducing inequalities in ethnography, as Naples and Sachas highlight (2000), “that researchers can be self-conscious about the ways in which they reproduce power through their work and that sustained attention to these dynamics will enrich ethnographic accounts (NAPLES, SACHS, 2000: 196)”.

2.2. Subjective resilience and wellbeing

The collective “Montes de Maria Linea 21” is active in a post-conflict context where several risk factors are present. These risk factors include any «psychosocial adversity or event that would be considered a stressor to most people and that may hinder normal functioning» (MASTEN, 1994), such as are war, violence, loss of security, unpredictability, lack of structure in daily life and poorness (BETANCOURT, KHAN, 2009). Scholars have framed and measured resilience through several different theories and methodologies (SCHIPPER, LANGSTONE, 2015). In this research, resilience is considered as «the ability for some people to resist or reject the potential negative effects caused by adversity or risk factors that make people vulnerable to diminished wellbeing» (BACHAY, CINGE, 1999: 164). It is important to emphasize that resilience is addressed as a skill, which, as a result, can be supported and promoted by the environment through processes and dynamics (BETANCOURT, KHAN, 2009) and not as an innate feature or an individual trait (BLOCK, BLOCK, 1980). Literature that has studied resilience among children specifies that “resilient outcomes” (LUTHAR, 1993) can be fostered by “protective factors” and “protective processes” (HAMMEN, 2003). Furthermore, it is important to consider that the resilience construct can gain different meanings if analyzed from the subject perspective or from the social environment. «From the subjective point of view, the individual may be manifesting resilience, while from the social point of view the individual may be manifesting vulnerability» (KAPLAN, 1999: 31-32). In this research, resilience is considered from the subjective perspective and in relation to subjective wellbeing. In a study that investigates subjective resilience to quantify household resilience to climate extremes and disasters, the authors consider that «perhaps the field most closely related to subjective resilience is wellbeing» (JONES, TANNER 2017: 235). Many scholars frame subjective wellbeing as a multidimensional evaluation of people’s life, including cognitive judgments and affective evaluations of mood and emotions (JONES, TANNER, 2016; FREY, STUTZER, 2002; DIENER, 2000). This ethnography will draw upon previous research into subjective wellbeing. Diener (2000) identifies the components of subjective wellbeing with life satisfaction, satisfaction with important domains (such as work and relationships), positive affect (such as happiness) and low levels of negative affect (DIENER, 2000: 34). The study “Personal goals and subjective wellbeing: A longitudinal study” (BRUNSTEIN, 1995) looks into subjective wellbeing relating it to the presence of personal goals. In this ethnography, life satisfaction, positive affect, personal goals and investment in the future will be considered in relation to subjective resilience.

3. The communitarian cinema: self-representation and education

The communitarian cinema belongs to the wider field of the independent media, i.e. radio, press and audiovisuals, that aim to give a voice to the many topics and people excluded from the mass media and from the social, economic and political scene. Marginalization is also performed through the exclusion from the access, production, and distribution of media contents, since media is the privileged space to negotiate meanings and positions, such as relationships and identity (BUCKINGHAM, 2003; HALL, 2014). The communitarian cinema is a Latin American phenomenon. It is a cinema made by amateur filmmakers about topics of interest for a specific group of people. Its core is the universal right to communicate and the necessity for the self-representation of marginalized communities. Experiences of communitarian cinema are prompted by the necessity to communicate without intermediaries, in a language that has not been predetermined by others. The purpose of communitarian cinema is the social and political representation of silent and excluded communities (DAGRON, 2014: 17-20). Theoretically, it is rooted in the Freire works “Pedagogy of the oppressed” (1970), which conceives education as a liberation tool and not as a disciplinary one, and “Cultural action for Freedom” (1972), which explores the relationship amongst a marginalized and oppressed community, its silence and its political disengagement.

The development of information and communication technology (TIC) has narrowed the gap between who produces and who uses media contents and the gap between who does and does not have media access. However, the gap is still deep. The Colombian Ministry of TIC announced that in 2017 61.7% of the population had Internet access (MINTIC, 2018). In 2016 the “Comisión Económica para Latino América y El Caribe” report estimated that just 10% of the rural areas had this privilege. Those who produce media content are also those who can speak out and represent themselves and “the other” through their own language, with their own power and control. «The representation of the subordinate has been one of the strategies through which hegemonic groups have confirmed their domination assuming the function of watching and speaking for themselves» (MURATORIO, 1994: 15, *personal translation*). As Hall writes, identity does not exist outside representation (HALL, 2014: 385). Thus, those who represent have control over “the other” can determine the identity of “the other”. Hall describes identities as dynamic processes, which are historic, relational and crossed by power relations (HALL, 2003). Representation, identity and power are interdependent forces, which influence every aspect of the human experience. As such, the communitarian cinema, in supporting the production of a movie, supports a complex psychosocial process of liberation and self-determination within which people that are accustomed to seeing themselves through the eyes of others.

As long as they (the oppressed) live in the duality in which to be is to be like, and to be like is to be like the oppressor, this contribution (the pedagogy of the oppressed) is impossible. The pedagogy of the oppressed is an instrument for their critical discovery that both they and their oppressors are manifestations of dehumanization (FREIRE, 1970: 48).

Thus, communitarian cinema, and independent media in general, hold a deep political and social purpose. In the research, I carried out, my objective was to frame the impact that these practices have on the subjectivities that experience and perform them. More specifically, my inquiry has focused on the relationship between attending communitarian cinema workshops and the development of subjective wellbeing.

4. Montes de Maria: a picture of the region

The territory known as Montes de Maria is a region of the Caribbean coast of Colombia, composed of fifteen municipalities extended over the district of Bolivar and Sucre, amongst which El Carmen de Bolivar is the largest (MORO, 2010). Due to the abundance of its fields, Montes de Maria was called “the Caribbean kitchen pantry” (MORO, 2010) and its economy is still based on agricultural activities (AGUILERA, 2013). Many typical instruments and rhythms of the Colombian tradition belong to this area. Montes de Maria is well known for the *Gaiteros* groups, who perform the typical *cumbia*, *porro* and *puya*, as well as the *vallenato* tradition or the drums technique and the *bullerengue* music (LIST, 1989: 43). Every year many cultural festivals take place in Montes de Maria towns and villages, as Oveja, El Carmen, San Gacinto and Palenque. The population is composed of African, European and indigenous descendants (FALS BORDA, 2002). In 2005, the latest available census recorded that 45% of the population was living in the rural areas. (DANE, 2005). The peasant identity and traditions is a characterizing piece of the regional identity.

Montes de Maria is rich in traditions and natural resources (forest and arable land) as well as exploitation, inequalities, struggle, and resistance. The population has high indexes of poverty and serious lack of access to basic services. The 85% of the population is member of the State subsidized plan (Fundacion Semana, 2014). Data from the latest available census reported that the average income of Montes de Maria population was 50% less of the minimum required in order to satisfy the basic needs and that the 59.9% of the population lived below the poverty line. The 25% of the children under five years old presented acute malnutrition, and just the 12.8% of the housing was provided with the basic service such as water, energy, and sewerage (DANE, 2005). The internal armed conflict has hardly affected the region. In 2014, 194,000 people have been recognized as victims by the Law 1448 of Victims and Land Restitution (Fundacion Semana, 2014). For several years, the civil population has been caught in an escalation of violence amongst the paramilitary forces, the guerrilla commands and the Army (MORO, 2010). Between 1997 and 2003, the paramilitary commandos, known as “Heroes Montes de Maria”, displaced around 100,000 people and officially killed 115 people in the massacres of Las Palmas, Bajo Grande, La Sierrita, El Salado, Mampuján, El Chengue y Macayepo (MORO, 2010, 19).

To complete this brief sketch of the region Montes de Maria, it is important to recognize the role played by the practices of dispossession and displacement. Heritage of the European colonization, dispossession became a power practice performed as State policy (ALVAREZ, 2014: 258), while displacement, used as a conflict weapon in the whole country, became the main war strategy in Montes de Maria (IBAÑEZ, VELEZ, 2008). Ibañez and Velez, who analyzed the determinants of displacement in Colombia, wrote:

Forcing out population may be a war strategy to impede collective action, to damage social networks as well as to intimidate and control the civil population. Attacks on the population weaken their support for the opponent and obstruct rise up of a civil population (Henao et al., 1998). Lozano and Osorio (1999) estimate that 65 percent of the displaced population were active members of community organizations and 11 percent participated in labor and political organizations in their hometown. (IBAÑEZ, VELEZ, 2008: 2.2)

Montes de Maria is a region that knows the violence of the conquest and dispossession for more than two centuries. However, its inhabitants have always struggled to claim their rights. Fights for land redistribution already characterized the beginning of the 20th Century. In fact, the first Colombian agricultural union was founded in Montes de Maria. Between the 1930 and 1940, these unions became the “ligas campesinas”, i.e. organized movements that were campaigning

for land redistribution and that in the 1960s started to invade the estates organized in the National Agrarian Federation (FALS BORDA, 2002). In the seventies, these movements converged toward the National Association of Farmers Users (ANUC), which was one of the strongest Colombian social organizations.

In a document published by the Colombian Ministry of Agriculture (2011), the Government publicly declares that it has been founded 1,600 irregularities in the recorded selling of 251 crops in Montes de Maria. The report ends declaring that more than 40,000 hectares previously owned by peasants displaced, stayed in the properties of big entrepreneurs (Colombian Ministry of Agriculture, 2011).

Today, the region inhabitants share the conflict histories in the main squares, but they still whisper when pronouncing the name of the paramilitary members. Legal and illegal actors are still displacing peasants. In San Onofre, paramilitary groups have never left their power position and they are still threatening the ANUC leaders (the National Association of Farmers Users). In a report of the Ngo ILSA, it is declared that between 2012 and 2013 in San Onofre, 136 social leaders have been threatened and 13 of them have been killed (Fundacion Semana, 2014). In May 2010, during a collective act of reparation in Mampujan, the ex-paramilitary chiefs Juancho Dique and Diego Vecino ensured that the demobilization process failed, that many illegal armed groups were still rooted in the territory and that the population intimidation was not ended (MORO, 2010: 34). In the urban areas, drug trafficking became the main cause of a high daily violence (RCN, 2017), while in the rural area's dispossession practices have not stopped yet. In 2010 in El Carmen de Bolivar, for examples, 1,000 hectares belonging to 40 peasants' families have been expropriated and sold to a big agricultural company (MORO, 2010: 36). Recently, the population of El Carmen and Oveja has reported new threats and killing against their social leaders and activists (TOSCANO, 2016; CARACOL, 2018).

5. The communication collective “Montes de Maria Linea 21”

Founded by Soraya Bayuelo and Beatriz Ochoa in 1994, the communication collective “Montes de Maria Linea 21” is based in El Carmen de Bolivar and is active in the whole region Montes de Maria. It has always struggled against political silence and the destruction of the social fabric. The first activities of the collective were related to communitarian radio, followed by the communitarian television and cinema. Communitarian communication for social change is the cornerstone of the collective. In fact, it encourages, not only the community organization but also the development of the communitarian voice. Through education the collective aims to prevent, mitigate and overcome the use of violence as a daily practice. The promotion of independent media and activities in public spaces are the collective's tools to break the fear sown by violence and to convert the collective itself into a medium which multiplies the voices of the communities. It is estimated that between 2002 and 2011 around 30,000 people have been involved in the collective's processes (Bayuelo, 2011). The two main axes on which these activities have been developed are: (1) the formation of a knowledge about people's rights and the promotion of its exercise; and (2) the implementation of political skills and active citizenship developing collective projects for a social and political transformation of Montes de Maria (BAYUELO, 2011).

Soraya, one of the collective founders, and Inty, a collective professor and coordinator, always underline the double marginality of the people involved in the collective processes. In fact, all the communities of Montes de Maria are marginalized with respect to the country, since the «centralized and oligarchic State» (**Inty, Interview 2**) has always been absent on the territory. «While the country was watching on television a simulated version of the war, we were escaping

from our lands, our women were violated, millions of us were displaced and compelled to live in the cities indifference» (BAYUELO, 2016). However, inside this marginalized community, there are more vulnerable segments than others. The collective works with the marginalized among the marginalized: woman, adolescents, and children, mainly peasants from the low-income range.

The main program prompted by the collective is called “Cinta de Sueños: Estrategia para la Promoción y Acción de la Convivencia Pacífica en los Montes de María” (Dream’s ribbon: a strategy for the promotion and action of pacific coexistence in Montes de Maria). In this program two projects converge: (1) the School of Audiovisual Production, through which the collective develops training programs for the appropriation of communication tools and the generation of audiovisual products distributed on a local, regional and national level; and (2) the Cine Club Itinerante: “La Rosa Purpurea de El Cairo”, a mobile cinema which brings both commercial and independent movies to the Montes de Maria squares and football fields. The objective is to encourage social mobilization and organization, take back the public space and re-signify it.

6. “To me the collective is...”

The subjects that contributed to this research reported that the communitarian cinema experience has encouraged several positive changes, which, in turn, have increased their subjective wellbeing, allowing them to transform and overcome life difficulties. «The collective has been a life vest», said Edilberto (**Interview 4**). «If Soraya had not arrived, I would have probably become a guerrilla, or I would have died. For me the collective has been a balm» accounts Edilberto reporting Juan Martinez words (**Interview 4**), who is another collective’s student. Alejandra smiled when she told me «With the collective has arrived hope» (**Interview 7**). When I focused in more depth on the passages, they felt more important for their wellbeing, it emerged that the pedagogy used by the collective enabled them to: remember in a positive way; re-signify their past, territory, and identity; recognize they belong to a community; and also, develop and perceive their agency.

Diana told me: «Now, I am very happy to speak about me and about my life» (**Interview 6**).

*Before I was crying when I was speaking of my childhood. Today, instead, I see it as a positive thing since it helped me to think differently, to become a person that wants social change, and this makes me feel very satisfied with myself... This important shift has been encouraged by the collective training processes (**Interview 6**).*

Diana ascribed positive changes to the collective’s processes, such as feeling hope for the future, healing psychological wounds and making her feel a capable agent. Diana, like Alejandra and Edilberto, talked about their dreams and goals for the future, such as their social commitment and effort for the peace construction. Diana is aiming to become a journalist; Edilberto is working in the collective and hopes to get more involved in the political scene; while Alejandra is motivated in carrying out the communitarian cinema processes with her community and in studying ecological management. Diana, Edilberto and Alejandra show personal goals, positive affect, and life satisfaction. As I addressed above, literature (DIENER, 2000; BRUNSTEIN, 1995) has linked the presence of these affects and dynamics to subjective wellbeing. Considering also the research conducted by Jones and Tenner 2017, which links subjective wellbeing to resilience, this paper affirms that Diana, Alejandra and Edilberto manifests resilient strategies. According to their accounts the participation in the communitarian cinema processes, through different dynamics, has supported these developments. However, they have attended the collective processes for many years, during which they grew up. Studies of resilient children have

underscored the importance of both internal and external factors in facing difficulties and developing resilience (KUPFER 1999; YATES, MASTEN, 2004). Thus, the paper does not allocate to the collective the whole responsibility for the developing of resilience strategies amongst them. I recognize that there are many dynamics that participate in the development of resilience strategies, amongst which experiences of communitarian cinema strongly contribute.

7. The “pedagogy of peace”: memory, cultural patrimony and empowerment

The audiovisual training managed by the collective “Montes de Maria Linea 21” follows a special pedagogy, which Soraya calls “the pedagogy of peace” (BAYUELO, 2011). The first workshops encourage the students to remember their painful memories and to share them with the community. This exercise motivates individuals to lean on others to transform their pain together. The work on memory includes workshops that aim to investigate the local traditions and culture, focusing on the re-signification of the peasant identity. During this stage, students discover new features from their own story, which most of the time become an important piece of their identity. It seems highly important for people to explore their cultural patrimony using the exercise of memory to knit together positive meanings with painful memories. The workshops investigate human rights, environmental issues, victims’ laws, and the unbalanced media system. This provides students with tools to read their reality and view themselves as active subjects with rights and responsibilities toward their community i.e. renewed social awareness to students. Technical workshops help to improve self-efficacy perception. The combination of the aforementioned social awareness and the improved self-efficacy perception support the development of empowerment dynamics. Before approaching technical workshops, the methodology sets out workshops that explore techniques to question and listen; encourage reflections around the subjectivity of observation; and invite students to consider the value of many different points of view. The workshops focus on the teaching of technical skills, which is directly promoted through working in a group, leading strategies, as well as the teaching of practical skills that help people to feel that they have an impact on their environment. The communitarian cinema seems to be a phenomenon that supports and empowers individual and social wellbeing for individuals inside their community. In this paper, I am interested in framing questions about how to remember, as well as investigating the impact of memory and cultural patrimony over subjectivities.

7.1. Remembering to resist and re-exist

The first workshops are always focused on personal narratives and memories. Through different dynamics, students are encouraged to share their life and collectively process their painful memories.

The exercise of remembering, that comes before the narration, implies a high cost for the community. Remembering implies to experience events another time, which re-activates what happened in its shape, its contents, and its effects; fear appears again, anger scares away the explications and pain digs deep inside (BAYUELO, 2011: 38).

Thus, the action of remembering is practiced as something difficult but necessary and powerful. Remembering in a group of people that have experienced similar events helps the comprehension, the critique reflection upon it and the identification of the emotions that

appear. «Thoughts, dreams, nightmares, fears, illusions, hope and willing come together to be processed by a mirror called community» (BAYUELO, 2011: 40). Inty specified, «to understand that one's own story is connected to others and that these belong to the same collective history heals» (Interview 2). The strength of these processes is in the role of the community and the way in which students are encouraged to remember. In fact, students take part in the processes from their individuality, which is collectivized through language (BAYUELO, 2011: 40). Memory, narratives and the community became «collective devices» (ibidem) able to build new realities. «Memory, narrated collectively, is a resistance act, which activates the re-existence» (BAYUELO, 2011: 41). Alejandra remembered a workshop, conducted by Inty, where students were invited into making a rag doll while remembering and sharing their life. During this experience, most of the people cried. «However, through this, you heal your wounds. I liked it» (Interview 8). «When you speak about the painful stories of your life, you free yourself. The processes of the collective I attended have helped me a lot. You take out all the things you usually keep inside» (Interview 7). During the graduation ceremony of Alejandra's group, Inty, after congratulating everybody, thanked Alejandra. «When Alejandra arrived here, she was, almost, speechless. We both know how difficult these years have been. I am extremely proud of the woman she is today» (Interview 9). Alejandra, in fact, has survived one of the bloodiest massacres of the region (1), she experienced displacement and bullying at school. Diana spoke about Alejandra in the interview, saying «I don't know how she could tolerate so much violence, that period was so hard, some children have seen people choking other people...however thank god now everything has changed» (Interview 6). Alejandra told me that when she started the collective processes, she was feeling shy, but that the workshops helped her relax. As much as she was participating, as much she started to «run her mouth, gaining awareness over herself and becoming more confident» (Interview 7). Remembering the first processes Alejandra attended, Diana said, «during the first workshops we started sharing our personal lives, many of us were really shy and were not speaking a lot. Many people cried talking about how their life was. It hurt me a lot hearing that some guys were bullied at school and were suffering for it... I feel that speaking about what do you have inside helps because your mind calms down» (Interview 6). Furthermore, she said «it has helped me a lot to hear others' stories and see that what had happened to me was less serious in comparison to what some of the others experienced. This gave me the strength to keep struggling» (Interview 6). Edilberto as well spoke about the necessity of sharing painful memories. He told me, «groups of people that tell their story to each other, recognizing that also others have experienced similar events, don't feel lonely. And the community identity is reinforced». Additionally, the collective "Montes de Maria Linea 21" has encouraged a different way of remembering. «Before them, it was performed just the memory of the pain. The collective, instead, works with memory recalling positive and negative moments, remembering the pain but also tradition and the important places or people of the past» (Interview 4). For Inty it is fundamental how to remember, she pointed out: «for us, it's very important that the community could say: this is what happened, it was terrible, but I want to say how to be remembered, not as the massacred folk. We are people who exist since before the conflict, we have traditions and we are not defined by violence» (Interview 2). Thus, the work of exploring and documenting the regional cultural traditions become an exercise of agency and control over the reality. Beel et al. (2017) used two case studies of community heritage archives in rural Scotland to show how cultural heritage projects are both «method of rehabilitation in collective psyches for dealing with past grievances» (ibid.: 462) as well as political action «to express an historical narrative collectively that reflects the interests of a particular place» (ibidem: 462). Documenting, recording and exploring community heritage «led to a variety of different outcomes and benefits for the local communities, acting as catalysts for human agency and resilient activity» (ibidem: 463). In this paper, I argue that activities with cultural patrimony benefit both the community and the subjective wellbeing, increasing resilience due to the support of human agency as well as due to a shift of meaning in the way to remember.

7.2. The region cultural patrimony and the good memories

During the whole process, the collective focuses on the traditional culture of Montes de Maria. As Inty said, traditions are important to remind oneself and the world that they pre-existed the conflict and that they are not defined by the violence (**Interview 2**). The region of Montes de Maria is the birthplace of the most famous Colombian instruments, as the *gaita* (an instrument that belongs to the indigenous culture), and rhythms, such as the *cumbia*, *vallenato*, and *porro*. Edilberto specified that the collective use to work a lot with the traditional instruments and traditional rhythms because «music is an important transformation element» (**Interview 4**). For this reason, the workshops that approach students' personal memories also address memories about traditions. Students are invited to research their cultural tradition such as the life habits of the elder community members. These types of research often became useful material during the scriptwriting and seem to have two interesting outcomes: strengthening community identity and increasing pride in belonging to that specific community. Diana told me that she has always thought that the conflict has weakened the cultural traditions and that «to recuperate it is an act of resistance» (**Interview 6**). This perspective is not far from the “culture of resistance” deployed by Said (1994: 209-210) according to whom: cultural initiatives collecting marginalized memories allow to reclaim, rename and reinhabit land (SAID, 1994: 226). For Alejandra, traditions are very important for any community, «in fact, a community without tradition is like if it had died, if it had no sense...traditions can't disappear because otherwise a community is lost» (**Interview 7**). Diana said that through these collective processes she started to have a better relationship with her grandfather. In fact, she said, «the collective helped me to speak with the elders. With my grandfather, I was almost not speaking at all. Instead, during the training I have started asking how he was living before, and now I like to know which habits people had before» (**Interview 6**). During this stage, students discover new features of their own story, which most of the time become an important piece of their identity. In fact, most of the short movies stories involve the local culture. The short movie, “Notas del retorno (2)” written, performed and directed by Alejandra, Diana and their group, it is an example of the role traditional music is perceived to play, transforming painful memories. In this short movie, the local instrument *gaita* fosters the development of community relationships, helping the main character, a child who is coming back to his original village after displacement, connecting with other children, as well as with his mother and with elders of his community. “Notas del retorno” addresses the conflict and its impacts without naming it. The cultural patrimony and the importance of keeping it alive is the focus. The conflict, violence and cultural traditions are intertwined with the *gaita* becoming a key element for increasing the child's wellbeing. Soraya said, «when students decide the topic of the short movie it almost always prevails the necessity to narrate topics related to the cultural patrimony, showing these lands differently from the scenario of extreme violence with which these are usually identified» (BAYUELO, 2011: 53). Cultural patrimony enables the community to re-map the territory and the individuals to find a different way of remembering, which escapes the “memory of the pain” (**Interview 4**). “The production of historical narrative is as much about developing the present and envisioning the future as it is about mining the past” (BEEL et al., 2017). Thus, in Montes de Maria, remembering is a protective process that can encourage subjective wellbeing and, in turn, resilience, when personal memories are intertwined with collective history and cultural patrimony. Keeping alive and building “heritage from below” (ROBERTSON, 2016), memory became a collective process, which suggests new imaginaries.

8. Conclusions

The research related to this paper stems from questions about the subjective outcomes of people that attend processes of communitarian media, which are not directly related to psychological interventions. Communitarian cinema experiences are processes that emerge in a political context of resistance, where the social actors claim the social and political representation of silent and excluded communities (DAGRÓN, 2014: 17-20). The aim of this paper is to focus the subjective experience of the students that attend the communitarian cinema workshops fostered by the collective “Montes de Maria Linea 21”, questioning if, and how, these experiences support the development of subjective resilience. Through an ethnography of the subjectivity, I have attempted to inquire into the subjective perception of the collective processes from the student’s perspective, applying the framework of resilience in relation to possible positive outcomes of subjective wellbeing. The audiovisual training is composed of workshops that approach memory, personal life accounts; explore local culture, media systems, and social awareness; and teach audiovisual technical skills all of which contribute to a final realization of an audiovisual product. The collective has developed a specific methodology, called “the pedagogy of peace” (BAYUELO, 2011), which through community media aims to approach the following topics: (1) to train trainers for social change (Edilberto, **Interview 4**), (2) to provide tools to young people in order to see, represent and communicate themselves (Inty, **Interview 2**), (3) to support the training of active political subjects and empower them (BAYUELO, 2011), (4) to give a chance to emarginated communities to say how they want to be represented (Inty, **Interview 2**), (5) to process collectively the fear and the pain for the violence experienced (BAYUELO, 2011), (6) to offer an alternate life in contrast with revenge, violence and criminality (Beatriz, **Interview 5**). The subjects that contributed to this research reported that the communitarian cinema experience has encouraged several positive changes, which, in turn, have increased their subjective wellbeing, allowing them to transform and overcome life difficulties. Diana, Alejandra and Edilberto highlighted the importance of the interaction between memory and cultural patrimony. All of them recognized the role of cultural traditions in the perception of their identity and in relation to the memory of a painful past. It is not just important to remember; it is important how to remember. Exploring and documenting cultural patrimony seems to be an ally for remembering in a constructive way, impacting both the community and the individual wellbeing. This paper aims to raise questions about the study of resilience in relation with cultural patrimony, since, as Beel et al. noticed, “within the social sciences the concept of resilience has not engaged with thinking through the ways culture and cultural activity produce resilient behavior through practice” (2017: 460). How to remember in such a way that is conducive to heal and empower? Which relations intertwine culture, power, resistance and resilience? Which tools and frameworks should be used to focus the meanings of cultural patrimony in non-Western postcolonial subjectivities and societies?

why they thought the collective’s processes were positive experiences, their memories of the conflict.

NOTES

(1) www:<URL:<http://pacifista.co/la-masacre-de-el-salado-segun-sus-sobrevivientes/>>.

(2) www:<URL:<https://www.youtube.com/watch?v=usEMTY0CO2s>>.

BIBLIOGRAPHY

AGUILERA, Maria - Montes de Maria: una subregión de economía campesina y empresarial. *Documentos de Trabajo sobre Economía Regional*. Cartagena: Banco de la Republica. Centro de Estudios Economicos Regionales. N. 195, 2013. ISSN 1692-3715.

ALVAREZ, Pocho - Colombia. In DAGRON, Alfonso (eds.) - **Cinecomunitario in America Latina y El Caribe**. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para America Latina, 2014, p. 275-299. ISBN 978-958-8677-21-7.

BACHAY, Judith; CINGEL, Pamela- Restructuring resilience: emerging voices. In **Affilia: Journal of Women and Social Work**, 14(2), 1999, p. 162-175.

BAYUELO, Soraya - La memoria una aliada para la paz. In **Revista Conmemora**. Bogotá. ISSN 2346-4046. 2016, p. 72-73.

BEEL, David [et. al.] - Cultural resilience: The production of rural community heritage, digital archives and the role of volunteers. In **Journal of rural studies**. ISSN 0743-0167. Vol. 54 (2017), p. 459-468.

BETANCOURT, Theresa; KHAN, Kashif - The mental health of children affected by armed conflict: Protective processes and pathways to resilience. In **International Review of Psychiatry**. ISSN 0954-0261. Vol. 20, n. 3 (2008), p. 317-328.

BIHEL, João; GOOD, Bayron; KLEINMAN, Arthur (eds.) - **Subjectivity, Ethnographic Investigations**. Berkeley: University of California Press, 2007. ISBN 978-0520247932.

BLOCK, Jack; BLOCK, Jeanne - The role of ego-control and ego-resiliency in the organization of behavior. In COLLINS, Andrew (ed.) In **Development of cognition, affect and social relations**. The Minnesota symposia on child psychology Hillsdale, NJ: Erlbaum. ISBN 978-0898590234. Vol. 13, (1980), p. 39-101.

BRUNSTEIN, Joachim - Personal goals and subjective well-being: A longitudinal study. In **Journal of Personality and Social Psychology**. ISSN 0022-3514. Vol. 65, N. 5 (1993), p. 1061-1070.

BUCKINGHAM, David - **Media Education**. Trento: Erickson, 2003. ISBN 9788879469517.

CEDRÓN, Juan - Que el pueblo se narre a sí mismo. In **Cine Cubano**. ISSN 1607-6370. (1973), p. 64-65.

COLOMBIAN MINISTRY OF AGRICULTURE - **Libro blanco de las irregularidades en la tenencia de la tierra en Colombia**. Bogotá: Colombian Ministry of Agriculture, 2011.

CUSI WORTHAM, Erica - Más allá de la hibridad: Los Medios Televisivos y la Producción de Identidades indígenas en Oaxaca. In **LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos**, ISSN 1665-8027. Vol. 3, n. 2 (2005), p. 34-47.

DÍAZ, Julian - La exhibición. Acto de cine militante. In **Cine y liberación**. Buenos Aires, N. 1, (1972), p. 129-143.

DIENER, Ed - Subjective Well-being. The science of happiness and a proposal for a national Index. In **American Psychologist**, ISSN 0003-066X. Vol. 55, n. 1 (2000), p. 34-43.

FREIRE, Paulo - **Cultural Action for Freedom**. Middx: Penguin Books, 1972. ISBN 0140803327.

FREIRE, Paulo - **The Pedagogy of the Oppressed**. New York, London: Edition Continuum, 2000. ISBN 978-0826412768.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois - What can economists learn from happiness research? In **Journal of Economic Literature**, ISSN 0022-0515. Vol. 40. N. 2 (2002), p. 402–435.

FUNDACION SEMANA - **Los Conflictos de la paz**. Bogotá: Semana edition, 2014.

DAGRON, Alfonso - **Cine, censura y exilio en América Latina**. La Paz: Film/Historia, 1979.

DAGRON, Alfonso (ed.) - **El cine comunitario en America Latina y el Caribe**. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para America Latina, 2014. ISBN 978-958-8677-21-7.

HALL, Stuart - Recent developments in theories of language and ideology: a critical note. In **Culture, media, language**. London: Routledge. ISBN 0415079063. (2003), p 157-163.

HALL, Stuart; RESTREPO, Eduardo, WALSH, Cathrine; VICH, Victor (eds.) - **Sin Garantías. Trayectorias y problemáticas en los estudios culturales**. Instituto de estudios sociales y culturale Pensar, Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Peruanos, Universidad Andina Simon Bolivar, Editorial Envió, 2014. ISBN 978-9972-51-274-2.

HAMMEN, Constance - Risk and protective factors for children of depressed parents. In **Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities**. Cambridge University Press. ISBN 0521001617, (2003) p. 50-75.

HARAWAY, Dana - Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. In **Feminist Studies**. ISSN 0046-366. Vol. 14, n. 3 (1988), p. 575-599.

IBÁÑEZ, Ana Maria; VÉLEZ, Carlos - Civil conflict and forced migration: The micro determinants and welfare losses of displacement in Colombia. In **World Development**. ISSN 0305750X. Vol. 36, n. 4 (2008), p. 659-676.

LIST, George - Introduccion a la música folklórica de la Costa Atlantica Colombiana. In **Huellas, Revista de la Universidad del Norte**. ISSN 0120-2537. N. 27 (1989), p. 39-45.

LUTHAR, Suniya - Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. In **Journal of Child psychology and Psychiatry**. ISSN 0021-9630. Vol. 34, n. 4 (1993), p. 441-453.

LÓPEZ BANTAR, Roberto - Existencia resistencial del cine latinoamericano. In **El Estado y el Cine Argentino. Textos y documentos**. Santa Fe: Ediciones del Instituto Superior de Cine y Artes Audiovisuales, 2005.

JONES, Lindsey; TANNER, Thomas - 'Subjective resilience': using perceptions to quantify household resilience to climate extremes and disasters. In **Regional Environment Change**. ISSN 1436-3798. Vol. 17, n. 1 (2017), p. 229-243.

KAPLAN, Howard - Towards an understanding of resilience: a critical review of definitions and models. In **Resilience and development**. Boston: Springer, MA, (2002), p. 17-83.

MASTEN, Ann - Resilience in individual development: Successful adaptation despite risk and adversity. In WANG, Margaret C.; GORDON, Edmund W. (ed.) - **Educational resilience in inner-city. America: Challenges and prospects**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, (1994), p. 3-25. ISBN 978-0805813258.

MEZZA, Maurizia - **The communitarian cinema in Colombia, a creative experience between resistance and resilience**. Unpublished bachelor's thesis, Rome: Uninettuno International Telematic University, 2018.

MINTIC – **Boletín trimestral de las TIC**. Bogotá, 2018.

MORO, Bruno - **Los Montes de Maria: analisis de la conflictividad**. Bogotá: Area de Paz Desarrollo y reconciliacion, 2010.

MURATORIO, Blanca - **Imagenes e Imaginarios**. Ecuador: Facultad Iberoamericana de Ciencias Sociales, 1994.

NAPLES, Nancy; SACHS, Carolyn - Standpoint Epistemology and the Uses of Self-Reflection in Feminist Ethnography: Lessons for Rural Sociology. In **Rural Sociology and Development**. ISSN 1057-1922. Vol. 65, n. 2 (2000), p. 194-214.

ROBERTSON, Iain (ed.) - **Heritage from below**. London: Routledge, 2016. ISBN 978-0-7546-9045-0.

SAID, Edward- **Culture and Imperialism**. New York: Knopf, 1994. ISBN 0679750541.

WEB REFERENCES

BAYUELO, Soraya - Memorias y relatos con sentido, 2008-2011 [online]. El Carmen: Colectivo de comunicaciones Montes de Maria Linea 21, 2011. [last access 21/11/2018]. Available at <https://es.scribd.com/document/89887424/Libro-Memorias-y-Relatos-2008-2011>>.

UNKNOWN AUTHOR (2018, July, 9) - Autodefensas Gaitanistas estarían tras amenazas mesa de victimas en Cartagena y Montes de Maria [online]. *Noticias Caracol*. [last access 21/11/2018]. Available at [www:<URL:https://noticias.caracoltv.com/colombia/autodefensas-gaitanistas-estarian-tras-amenazas-mesa-de-victimas-en-cartagena-y-montes-de-maria-ie11269>](http://www.<URL:https://noticias.caracoltv.com/colombia/autodefensas-gaitanistas-estarian-tras-amenazas-mesa-de-victimas-en-cartagena-y-montes-de-maria-ie11269>).

UNKNOWN AUTHOR (2017, March, 29) - Microtráfico e inseguridad: la nueva amenaza de los montes de maria [online]. *RCN Radio*. [last access 21/11/2018]. Available at [www:<URL:https://www.rcnradio.com/colombia/caribe/microtrafico-e-inseguridad-la-nueva-amenaza-los-montes-maria>](http://www.<URL:https://www.rcnradio.com/colombia/caribe/microtrafico-e-inseguridad-la-nueva-amenaza-los-montes-maria>).

TOSCANO MOTERROZA, Luis (2016, November, 7) - Multinacionales desplazan, dicen campesinos Montes de Maria [online]. *El Heraldo*. [last access 21/11/2018]. Available at [www:<URL:https://www.elheraldo.co/region-caribe/multinacionales-desplazan-dicen-campesinos-de-montes-de-maria-300149>](http://www.<URL:https://www.elheraldo.co/region-caribe/multinacionales-desplazan-dicen-campesinos-de-montes-de-maria-300149>).

IL CONCETTO DI SPAZIO-AMBIENTE NEGLI STUDI SULLA PROSSEMICA

Annaluana Tallarita

IADE, UTAD, Grupo Geociencias

Loc. Mazzagatti, 1

Gioia Tauro, ITALIA

info@annaluanatallarita.com

Il Concetto di Spazio-Ambiente negli Studi sulla Prossemica

Annaluana Tallarita

Historial do artigo:

Recebido a 03 de novembro de 2018

Revisto a 16 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RIASSUNTO

Si presentano qui le linee principali di uno studio che apporta un notevole contributo all'esame dello spazio e del comportamento, una disciplina che vede la luce all'inizio degli anni sessanta. Una scienza vera e propria applicata ad un insieme di osservazioni pratiche associate a empiriche teorie sull'uso umano dello spazio. Si tratta della Prossemica. Attraverso cui si studiano i modi in cui le persone usano lo spazio attorno a sé e come comunicano in esso alcune tipologie di messaggi non verbali.

Parole chiave: Prossemica, Spazio, Ambiente, Persona, Comportamento

RESUMO

Neste artigo estão as principais linhas de um estudo que dá uma contribuição significativa para o exame do espaço e do comportamento, uma disciplina que vê a luz no início dos anos sessenta. Uma verdadeira ciência aplicada a um conjunto de observações práticas associadas a teorias empíricas sobre o uso do espaço por parte do Homem. Este é o estudo chamado Proxémica. Por meio do qual estudamos as maneiras pelas quais as pessoas usam o espaço ao seu redor e como elas comunicam certos tipos de mensagens não-verbais.

Palavras-chave: Proxemics, Espaço, Meio Ambiente, Pessoa, Comportamento

ABSTRACT

in this article are the main lines of a study that makes a significant contribution to the examination of space and behavior, a discipline that saw the light in the early sixties. A true science applied to a set of practical observations associated with the empirical theories on man's use of space. This is the study called Proxemics. Through which we study the ways in which people use the space around them and how they communicate certain types of non-verbal messages.

Key-words: Proxemics, Space, Environment, Person, Behavior

1. Ma Come Fanno i Porcospini?

Per non sentire freddo i porcospini si raggruppano tra loro, ma se si avvicinano troppo l'uno all'altro si pungono reciprocamente con i loro aculei. Quindi occorre trovare la giusta "vicinanza" alla quale non "si ha freddo" (1) ed evitare quell'intimità che in determinati casi può ferire. Questa massima introduce uno studio che apporta un notevole contributo all'esame dello spazio e del comportamento, una disciplina risalente ai primi anni del 1960, una scienza vera e propria applicata ad un insieme di osservazioni e teorie sull'uso umano dello spazio: la "Prossemica". Studio che si occupa del modo in cui l'uomo usa lo spazio attorno a sé e come comunica alcuni messaggi non verbali.



Figura 1. Un Porcospino. Fonte: URL: https://www.greenme.it/immagini/2017/informarsi/ambiente/porcospino_cover.jpg

2. L'Antropologo Edward Hall e i Suoi Studi

Edward Hall (2), antropologo statunitense, dopo aver studiato a lungo il comportamento territoriale degli animali ed averlo rapportato agli esseri umani, ha elaborato una nuova disciplina la "prossemica", coniandone il termine per le osservazioni e le teorie che concernono l'uso dello spazio dell'uomo, inteso come una elaborazione specifica della cultura (3). In due sue opere scritte tra il 1966 ed il 1968 "Il linguaggio silenzioso" e "La dimensione nascosta" affronta: nel primo i comportamenti culturali nel loro complesso e nel secondo i modi di usare lo spazio e di attribuirgli un significato (4). Ogni rapporto che ci pone in confronto con l'altro implicando una precisa distanza porta in sé un significato specifico che cambia col mutare proprio della distanza, la quale acquista valore diverso nei differenti modelli culturali. Nel corso dei suoi innumerevoli viaggi, Hall, ha avuto modo di osservare come i sistemi culturali possano influenzare l'uso dello spazio e come tale uso influenzi la comunicazione fra le persone. La prossemica tenta di fare una semiologia dello spazio, rappresentando una tecnica di lettura della spazialità come canale di comunicazione. Nell'ambito della prossemica rientra inoltre un'evidente influenza del passato biologico dell'uomo. L'antropologo americano intraprese questi studi per dimostrare il modo in cui gli esseri umani percepiscono, strutturano, vivono gli spazi che li circondano, analizzando il modo in cui l'ambiente tende ad influenzare sia i comportamenti che le interazioni fra le persone.

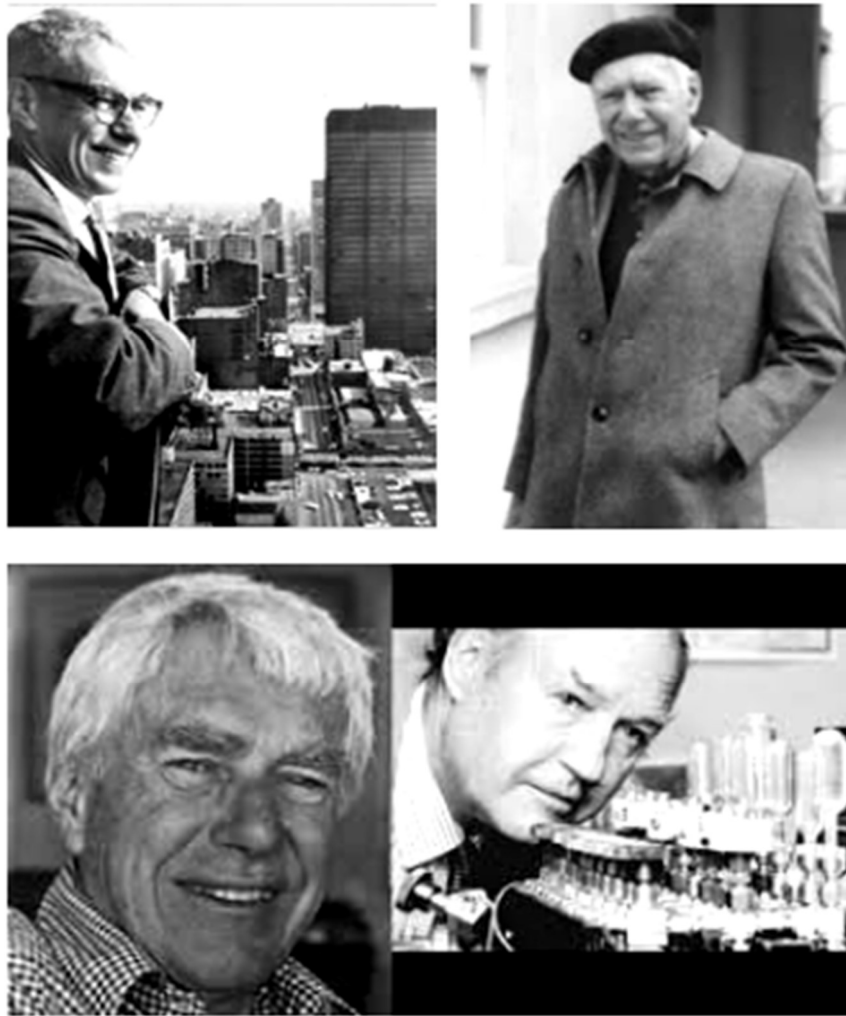


Figura 2. L'antropologo E. Hall. Fonte: <URL:www.google.it/search?rlz=1C1AWFC_pt-PTPT767IT774&biw=1242&bih=525&tbm=isch&sa=1&ei=UvarW_mkBY6oa43lj4AD&q=Edward+Hall+antropologo&oq=Edward+Hall+antropologo&gs_l=img.3...84071.85896.0.86058.12.8.0.0.0.150.150.0j1.1.0...0...1c.1.64.img..11.1.142...0i19k1j0i30i19k1j0i5i30i19k1.0.ePt66.8VWmKY>

L'esperienza, percepita attraverso una serie di filtri sensoriali disposti secondo i condizionamenti culturali e il paesaggio architettonico, rappresenta l'espressione di questo processo di filtro, in effetti proprio da questi habitat trasformati dall'uomo si apprende un suo diverso uso dei sensi. Molto di quanto detto sta a dimostrare come l'uomo e l'ambiente siano attivi modificandosi reciprocamente (5). Una nozione che merita un'attenta analisi in uno studio accurato del rapporto uomo-ambiente è quello di: territorialità. Nozione che affonda le radici nel passato preistorico dell'uomo ed al cui significato vengono associate concetti quali la difesa della specie, dell'ambiente, come pure un insieme di funzioni personali e sociali. L'uomo possiede una sua propria territorialità e nel corso della sua evoluzione è riuscito a concepire molti modi per difendere l'ambiente considerato come il suo campo, spazio di sua pertinenza, cioè la proprietà privata che rappresenta il territorio proprio di un individuo, oltre che per organizzare e proteggere la proprietà pubblica che è il territorio del gruppo sociale.

3. L'Uomo e il Suo Ambiente

L'uomo è come un interlocutore con il suo ambiente e per comprendere le linee generali del suo rapporto con esso, ci si può giovare dell'osservazione sugli animali per afferrare la direzione dei cambiamenti del comportamento che dipendono dal variare della quantità di spazio utilizzabile. L'uomo, come gli animali, ha la sua territorialità e la difende anche perché questa ha un'importante funzione, riguardante la costituzione dello spazio proprio (6). Numerosi studi americani hanno dimostrato che la territorialità facilita la generazione e l'allevamento dei figli, in quanto in grado di offrire una sfera di sicurezza 'domestica'. Infatti una delle funzioni più importanti della territorialità è la costituzione di uno spazio che sia proprio ad ogni individuo. Ogni essere umano possiede e necessita di uno spazio personale, di un proprio territorio nel quale sentirsi protetto, da difendere dalle intrusioni esterne. Ecco la ragione di quel disagio e del tipico senso di fastidio che si avverte quando qualcuno lo invade. Interessante anche scoprire le modalità attraverso le quali viene invaso il territorio altrui. Basti pensare, ad esempio, all'eventualità in cui possa capitare di precipitarsi in un ufficio senza bussare o di entrare in una casa con decisione, senza gli adeguati convenevoli, è fuor di dubbio il rischio d'essere tacciati d'invadenza.

4. Posizioni Spazio e Comportamento

Anche le posizioni nell'atto di una interazione in un preciso ambiente sono indicatrici degli eventuali atteggiamenti psicologici di determinati individui implicati in un' interazione, infatti ad esempio, le posizioni che si assumono intorno a un tavolo sono emblematiche nel corso dell'impostazione ad uno scambio di informazioni fra due o più persone. La posizione frontale cioè uno di fronte all'altro intorno ad un tavolo rettangolare, può rivelarsi ad esempio pericolosa, perché porta inconsciamente ad assumere un atteggiamento competitivo quasi di sfida. Molto più opportuno è sedersi ad angolo, così che entrambe le persone possano guardarsi in viso, parlare e avere campo libero per i movimenti, oppure affiancarsi esprimendo in questo modo piena collaborazione e parità. Il nostro corpo, secondo lo psichiatra Alexander Lowen (7), padre della bioenergetica, allievo di Reich (8) esprime conflitti irrisolti, emozioni positive e negative nei suoi innumerevoli movimenti e posture: tutto ciò diventa parte integrante della nostra persona e ci permette di delineare con una certa facilità il tipo di individuo con cui dialoghiamo. Questo perché anche le emozioni sono in grado di modificare fisicamente lo spazio che ci sta intorno. Riferendoci nuovamente agli studi di Edward T. Hall, il primo ad applicare principi e metodi della semiologia al comportamento umano nello spazio naturale e sociale, veniamo a conoscenza del fatto che il reciproco contatto è una condizione essenziale per vivere, richiesta non solo dall'essere umano ma anche dagli animali che vivono in gruppo. Quella che denominiamo distanza sociale, varia da specie a specie non è sempre rigidamente fissata, ma parzialmente determinata dalla situazione, diminuendo quando qualche pericolo richiede un più stretto controllo. La distanza sociale è un limite psicologico una "fascia nascosta" che tiene insieme il gruppo.

5. I Sensi e Lo Spazio

I sensi vengono utilizzati in maniera differenziata in base alla diversità degli habitat esaminati, in questo ambito interessante è ancora il ruolo svolto dalla visione nel gioco delle distanze che gli uomini stabiliscono, nell'atto dell'avvicinarsi come nell'atto dell'allontanarsi. L'uomo ha in comune con gli animali la sensibilità dello spazio e la sua percezione, ogni animale ha bisogno di

uno spazio minimo senza del quale è impossibile la sua sopravvivenza e tale spazio minimo è lo spazio critico (9). Sono state numerose le ricerche effettuate osservando il comportamento animale sull'affollamento e la selezione naturale (10), che portano alla comprensione di quali e quante situazioni di stress e malessere si vengano a creare nell'eventualità di una mancanza di tale spazio. Ovviamente lo stress ha anche non trascurabili effetti benefici, infatti esso è stato la causa dell'evoluzione, sviluppando la competizione della specie che rafforza i caratteri ereditari (11). Tutto va sempre considerato nell'ambiente culturale e spaziale nel quale si muove l'individuo, nel rispetto della variegata diversità di situazioni comportamentali ed ambientali. Ed infatti proprio dalla consapevolezza dell'esistenza di diversi individui, nonché delle numerose differenze tra le esigenze spaziali delle diverse culture, esiste anche un dato oggettivo per ordinare le varie esperienze, per cui la nostra esperienza dello spazio dato è determinata da quel che in esso vi possiamo fare. Nella percezione spaziale possiamo distinguere due tipi di spazio: uno spazio tattile che separa il soggetto dagli oggetti, e uno spazio visivo, spazio che stacca gli oggetti l'uno dall'altro. Il senso umano dello spazio è connesso al senso dell'ego che è in intimo rapporto di conciliazione con l'ambiente.

6. Il Rapporto dell'Uomo con il Suo Habitat

Tale rapporto si stabilisce sempre in funzione dell'apparato sensoriale e del condizionamento del suo modo di reagire. Traendo come esempio le abitudini di trattamento dello spazio da parte dei giapponesi, sostiene Hall, si può notare come questi dedichino molta cura alla sistemazione più appropriata degli spazi cercando di dilatare la larghezza percettiva di tutti i sensi (12). Ciò dimostra come sia la cultura a dare significato ai sensi, base fisiologica comune di tutti gli esseri umani, fondamentale nei processi di percezione dello spazio e nelle modalità di approccio con esso. Lo spazio preordinato base dell'organizzazione delle attività individuali e sociali, condiziona il comportamento dell'uomo, imprimendosi nel suo intimo. Tutto viene pertanto organizzato in base a delle modalità finalizzate al benessere dell'individuo, con schemi che variano da cultura a cultura, seguendo l'evoluzione temporale. Anche l'interno dell'abitazione è organizzato spazialmente. Le varie stanze in cui l'abitazione viene suddivisa rappresentano diversi compiti precisi, ma ciò che si evidenzia è appunto la differenza fra le varie culture in merito a tali separazioni e distinzioni nella disposizione dello spazio. Difatti ad esempio, secondo Hall c'è una caratteristica disposizione preordinata entro l'abitazione tipicamente americana ed europea di moderna elaborazione. Fino al diciottesimo secolo non vi era una distinzione fissa sull'uso delle stanze entro un'abitazione, mutava inoltre rispetto all'epoca moderna anche quello che è il concetto di privacy, ecco il motivo per il quale non risultava così importante una netta separazione nell'uso dello spazio fra gli abitanti fruitori di un medesimo luogo abitabile. È appunto dal diciottesimo secolo in seguito che assistiamo alla trasformazione dello spazio nell'abitazione, per cui le stanze vengono sistemate intorno al corridoio o atrio, così da evitare il passaggio diretto da una camera all'altra. In seguito a tale innovazione il nucleo familiare cambia modi ed abitudini, configurandosi sempre più in quell'aspetto domestico nel senso moderno del termine al quale oggi ci si riferisce. Questo breve quadro storico convenga a chiarire ulteriormente il rapporto con lo spazio privato da parte dell'individuo, insieme alle sue evoluzioni culturali.

7. Interiorizzazione dello Spazio

Svariati sono gli studi finalizzati a dimostrare, come il medesimo Hall sottolinea, che l'individuo interiorizza gli schemi spaziali che gli sono imposti da prefissate valutazioni architettoniche, nei

primi anni di vita ed in quelli della formazione, molti comportamenti, si dà il caso, sia temporanei che assimilati dipendono proprio dalla percezione realizzata dello spazio, e dalla conseguenze che sull'individuo essa ha prodotto. Invero, ad esempio la mancanza di spazio è generatrice di sintomi depressivi anche acuti. L'ideale, come talvolta accade, è che sussista una coscienza progettuale da parte degli architetti decisa a tener conto delle potenzialità dello spazio sulla vita dell'individuo, e quindi di scoprire il singolo modo di percepire gli spazi interni ed il bisogno che di questi ne ha il diretto fruitore. Da questo se ne trae proprio la convinzione che uno spazio preordinato tenda a modellare il comportamento, e per contro di come culture differenti impostino variegata differenze anatomiche e comportamentali. Ci sono altresì spazi che tendono a mantenere le persone nell'isolamento, spazi definiti di fuga sociale (13), altri che tendono alla riunione: gli spazi di attrazione sociale. Sono profondi, alla luce di quanto detto in questo capitolo, gli effetti che la sistemazione dello spazio può avere sulla condotta umana. E non solo lo spazio come ambiente vissuto dicevamo, anche gli oggetti in esso contenuti vengono scelti e sistemati in base a schemi microculturali, espressioni evidenti di tutta quella miriade di variazioni della cultura che influiscono sulla persona fino a crearne un individuo con delle caratteristiche uniche ed irripetibili, sono schemi unici personali che sottendono alle modalità di usare e manipolare le proprie cose (14). L'antropologia dello spazio rappresenta per Hall una scienza dei comportamenti nello spazio, suddivisi in base alle caratteristiche degli individui. Nascono così dei comportamenti classificabili in base alla loro natura biologica e fisiologica. Acquisendo la conoscenza del comportamento prossemico all'interno di diverse culture, egli ha individuato quattro diverse distanze adoperate per l'interazione sociale. Un fattore decisivo nel manifestarsi di una specifica distanza è costituito da come le persone avvertono il proprio rapporto in quel precisato contesto.

8. Le Zone Invisibili di T. Hall

Attorno a ogni individuo Hall riconosce l'esistenza di alcune zone invisibili e concentriche, dentro le quali il soggetto si muove facendovi accedere gli altri secondo una precisa equazione: all'aumentare dell'intimità, tende a diminuire la superficie della zona occupata.

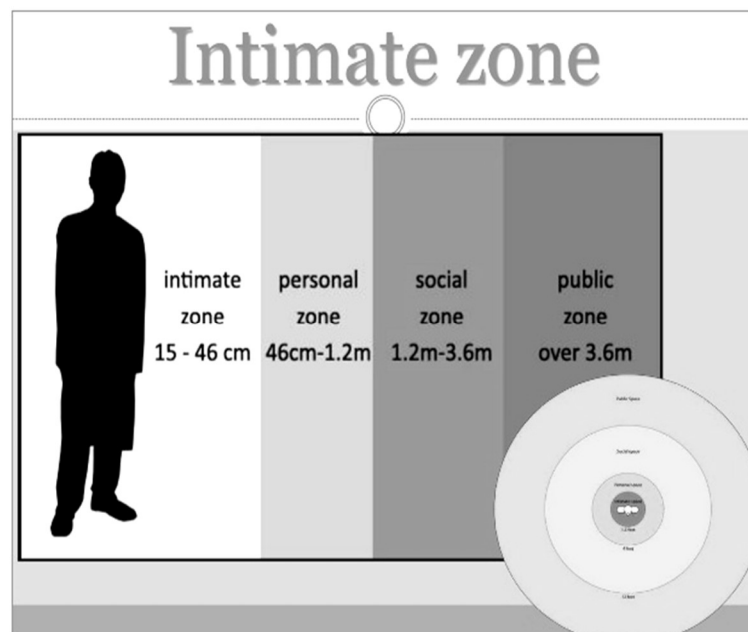


Figura 3. schema sulle distanze nelle teorie prossemiche. Fonte: URL:

<https://image.slidesharecdn.com/edwardhallproxemictheoryintimatezone-1-130228171206-phpapp02/95/edward-hall-proxemic-theory-intimate-zone-1-2-638.jpg?cb=1362071562>

Si deduce pertanto dalle sue teorie prossemiche che, le distanze (15) in cui l'individuo agisce sono quattro:

8.1. distanza intima: la distanza della lotta dell'amplesso del coinvolgimento fisico, presente nella fase di conoscenza di ambedue le persone. Nella fase di lontananza va dai 16 ai 48 cm, dove la presenza dell'altro si diceva è molto coinvolgente, perchè si intensifica l'apporto sensoriale; una distanza che si tiene con le persone con cui si è in confidenza, con gli amici più cari, con i familiari. Qui nella fase di massimo contatto i muscoli e la pelle comunicano direttamente.

8.2. distanza personale: termine per indicare quella distanza che separa i membri di una specie seguendo il principio del non contatto.

Si estende da 45 fino a circa 75 cm nella fase di vicinanza, e da 75 a 120 centimetri nella fase di lontananza. Tipica di due conoscenti che si incontrano per strada e si fermano a parlare. È quella distanza che permette di trattenere volendo afferrando l'altro. Queste differenze sono rilevanti per evidenziare come le persone assumano nelle loro relazioni spaziali delle posizioni specifiche che indicano sentimenti e relazioni stabilite con l'altro.

Queste presentate, sono come dire delle distanze che rientrano comunque in un ambito privato, ma Hall ce ne presenta ancora due, indicando i rapporti cinestetici che si stabiliscono in situazioni che implicano una socialità più vasta. E sono:

8.3. distanza sociale: da 1,20 a 2,10 la fase di vicinanza e da 2,10 metri a 3,60 metri quella di lontananza, una distanza più formale rispetto alle precedenti che si utilizza con gli estranei e con le persone non conosciute bene. È la vista il senso che più viene implicato nei rapporti a questa distanza. Il comportamento prossemico è più che mai, in tal caso, condizionato dall'ambiente culturale, nonché di natura del tutto arbitraria. Il livello della voce al contrario dei precedenti diviene e si mantiene piuttosto alto. Tatto caratteristico infatti dell'alzare la voce è infatti l'effetto di ridurre la distanza da sociale a personale.

Ulteriore caratteristica di questo tipo di distanza è che può essere utilizzata per isolare o schermare reciprocamente gli individui, rende possibile il lavorare con gli altri senza invadere lo spazio altrui.

E per ultima c'è la:

8.4. distanza pubblica: che va dai 3,60 metri ai 7,5 nella fase di vicinanza, da 7,5 metri nella fase di lontananza, oltre questa non esiste più alcun rapporto diretto con le persone. È una distanza che può indicare una forma di reazione di fuga, la voce si mantiene alta, si pone molta cura alla scelta delle parole a tale distanza una sorta di stile formale. Sono numerosi i mutamenti sensoriali che avvengono nel passaggio dalla distanza personale e sociale a quella pubblica. In questa fase tutto è amplificato ed enfatizzato, l'uso della voce, la gestualità, nonché la postura del corpo.

Per ciascuna zona d'interazione si ha una fase di vicinanza, una di lontananza e le diverse modalità della comunicazione umana: cinestetica, olfattiva, visiva, orale, uditiva, sono usate in modo diverso per le differenti aree.

Vengono inoltre distinti tre tipi di organizzazione spaziale:

8.5. spazio preordinato: con limiti fissi, visibili e invisibili quali linee di confine, ordinamenti architettonici delle città, divisione degli spazi abitativi.

8.6. spazio semideterminato: ordinamento di oggetti mobili.

8.7. spazio informale: distanza mantenuta negli incontri con gli altri (16).

C'è un territorio, si è detto, che concede di mantenere la propria privacy il livello d'intimità desiderato che dà una sensazione di benessere in quanto riconosciuto come ambiente familiare. È il territorio primario, personale quell'area che ciascuno di noi possiede, controlla e di cui ne ha l'uso esclusivo. La teoria dell'antropologo americano riconosce pertanto nello spazio una molteplicità di sistemi caratterizzati da una equivalente alterità di comportamenti.

9. La Conclusione degli Studi Prossemici

Conclude l'autore di questo saggio fondamentale per gli studi prossemici, con la convinzione, basata su una effettiva consapevolezza, che la cultura sia l'artefice primaria delle modalità di percezione da parte dell'essere vivente. L'individuo non può assolutamente sradicarsi dalla sua cultura che è radicata nel suo sistema nervoso. Il rapporto dell'uomo col mondo, con tutte le implicanze culturali ad esso sotteso è paragonabile pur se in maniera differente, al rapporto animale-habitat (17). Gli studi e le ricerche compiute in questo settore sono molto ampie, a tal proposito, sarà opportuno citare le analisi condotte dalla psicologia sperimentale, indirizzate all'analisi della disposizione spaziale che le persone assumono in relazione alla natura dei loro rapporti interpersonali. Da queste analisi sperimentali è stato rilevato che l'impiego umano dello spazio è in stretta correlazione con fattori determinati dalla struttura intrinseca dell'ambiente stesso. Fattori culturali, emozionali e sociali (18). Tra i comportamenti sociali, la forma più ancestrale di questi, è rappresentata proprio dal contatto fisico presente in tutti gli animali. Contatto che interessa numerose parti del corpo e si realizza in forme diverse: dai contatti di aggressività ai segnali di amicizia che generalmente esprimono l'intenzione e il desiderio di instaurare un legame di tipo sessuale o amicale. Sua peculiare caratteristica, evidenziata anche da questi studi, è la varietà nelle diverse culture, infatti in quasi tutte le culture il contatto fisico è impiegato nel contesto familiare, regolato tuttavia da alcune limitazioni finalizzate a stabilire quali parti del corpo possono essere toccate e da parte di chi può essere effettuato questo tipo di contatto. Nella cultura occidentale toccare un estraneo, a meno che il contatto non avvenga casualmente, è una regola che difficilmente viene infranta con eccezione per le situazioni di saluto, di presentazione e di congedo. In culture come quelle giapponese, di cui si era accennato anche a proposito degli studi condotti da Hall, o anche inglese le restrizioni sono molto rigide ed è estremamente insolito che questo divieto venga infranto. Mentre nelle culture africana e araba, ad esempio, il contatto fisico viene usato in un numero svariato di situazioni e circostanze. Ad esprimere una gamma molto svariata di significati, nell'interazione comunicativa, vi è una parte del corpo umano che più assume un ruolo rilevante rispetto alle altre: la mano. Il cui atteggiamento si modifica entro le differenti situazioni di interazione, da quelle personali a quelle sociali o pubbliche. La stretta di mano invero, può essere più o meno prolungata, ed in tal caso viene inserita nella categoria del contatto fisico. Oppure può essere un comportamento esibito in situazioni formali. Anche la carezza può essere innocente o audace, può trasmettere sostegno o conforto. Per questo motivo la gestualità della mano è interpretabile a seconda dell'individuo con cui si ha l'interazione, nonché a seconda del contesto in cui essa avviene (19).

10. Spazio Personale e Postura

Risulta importante riflettere sul fatto di come sia proprio dell'individuo il profondo bisogno di possedere e vivere un suo spazio personale, dove esprimere liberamente se stesso, in cui

conoscere, pensare e costruirsi. Uno spazio che percepito come propriamente suo possa essere aperto all'incontro con l'altro ma senza generare spiacevoli sensazioni di disagio. Gli individui conquistano un proprio spazio personale, contemplato come una sfera protettiva e di difesa della persona e che gli altri individui non possono invadere senza provocare imbarazzo nell'altro (20). Rappresenta infatti, una primaria necessità dell'essere umano possedere uno spazio personale, un proprio territorio nel quale avere la sensazione di sentirsi protetto e difeso dalle possibili intrusioni dell'altro e dal mondo esterno, la mancanza di questa possibilità o il fatto che tale spazio venga invaso da qualcuno genera un enorme disagio. Esistono ovviamente anche dei luoghi ideali dove le persone si possono incontrare anche in molte senza perdere la propria personalità (21).

11. Interior Design e Spazio Personale

Nell'arredamento dello spazio personale, degli ambienti in cui si vive e "da cui si è vissuti" è la prossemica dunque che viene in aiuto per sistemare ambienti ed oggetti nel modo più adeguato. La filosofia orientale e l'arte giapponese dell'arredamento degli interni ci forniscono interessanti spunti di riflessione sul trattamento dello spazio gestito e curato, avendo proprio come fine l'individuo e le sue necessità di spazio, inteso come vuoto da vivere liberamente. Cultura questa oggetto di studio dello stesso antropologo Hall per le sue elaborazioni sulla prossemica, di cui si è ampiamente trattato, ma anche da eminenti designer come Bruno Munari (22), sperimentatore di nuove forme d'arte che ha segnato una svolta fondamentale nella storia del design internazionale. Nella casa tradizionale giapponese l'intero spazio è abitabile, le loro case sono prive di spazi definiti e di mobili. Il legame tra interno ed esterno è totale vige il concettodivuoto, che rappresenta un principio Zen. Secondo la filosofia dell'abitazione giapponese, essa vale per il vuoto che offre poiché l'individuo abita il vuoto ed i muri non rappresentano altro che il confine di questo vuoto. In occidente si ha l'abitudine di riempire le stanze con mobili quadri e oggetti vari, al contrario in oriente è il vuoto che conta e l'individuo si sente nella natura anche quando è in casa (23). La creazione di uno spazio vuoto interno abitabile è il fine principale del costruire, l'intimo segreto il luogo della rinascita e corrisposto all'esterno che è la parte pubblica si è accennato nei precedenti capitoli. Per comprendere appieno il rapporto dell'individuo col suo spazio personale, è importante rendersi conto di come sono costruiti gli spazi, delle distanze instaurate tra il soggetto e gli spazi, gli oggetti e le persone stesse. La distanza che le persone mantengono fra di loro e nei rapporti interpersonali, è un segnale non verbale che indica delle precise sensazioni di prossimità o di allontanamento nei confronti dell'altra persona e della situazione stessa. Questo segnale non verbale, agisce in modo che le norme con cui gli individui si rapportano fra loro avvenga seguendo delle regole accurate che si diversificano in rapporto alla situazione, al tipo di relazione instaurata con le persone, all'ambiente sociale e alla cultura del gruppo d'appartenenza. Alla luce di tutto questo appare rilevante, come la distanza che un individuo adotta nei confronti di un'altra persona sia proporzionale al rapporto e ai legami esistenti fra i partecipanti all'interazione. Per capire le modalità dei comportamenti non verbali (24) del corpo è opportuno cercar di entrare a conoscenza di come quell'atteggiamento sia venuto a far parte del repertorio comportamentale della persona che lo usa, le circostanze in cui tale comportamento viene esibito e infine cercare di codificare l'informazione che contiene. È evidente che esistono delle correlazioni tra le emozioni, gli atteggiamenti ed i ruoli sociali e che altresì, nascono variegati tipi di comportamento non verbale atti a manifestare precise informazioni anche non sempre evidenti. Le posizioni determinate dal corpo inconsciamente spesso riescono a fornire informazioni sull'intensità delle emozioni e sullo stato affettivo del momento. Inserire queste teorie sul comportamento non verbale è interessante ai fini della nostra ricerca, per definire in che modo ed in che misura siano influenti i contesti nel modificare il significato di taluni comportamenti.



Figura 4. L'ambiente vissuto e personalizzato. Fonte: Foto autore Altdesign By Al. Tallarita Photography

12. Ambiente e Azioni non Verbali

Ogni atto assume significati differenti. I condizionamenti ambientali sono condizioni esterne che inibiscono o forniscono quell'occasione entro la quale si verifica l'atto e ne qualificano il significato. Molti atti non verbali sono appresi socialmente, di questi il fine ultimo è lo stabilire ed il mantenere una interazione sociale (25). La distanza adottata dall'individuo nelle differenti situazioni comunicative risulta legata al sostrato culturale entro cui si sono sviluppate le differenze culturali riscontrabili nell'esplicazione di questi segnali non verbali. Uno dei principi regolatori della distanza prossemica sono le relazioni gerarchiche istituite aprioristicamente all'interno del gruppo, dove le principali posture dell'orientamento, comunque soggette a variazioni interculturali, che gli individui possono assumere nel corso di un'interazione comunicativa, sono quella "faccia a faccia" e quella l' "uno di fronte all'altro". Sono numerosi gli studi fatti nel campo del posizionamento posturale rispetto alle relazioni gerarchiche, facendo discendere quest'ultime addirittura dai processi educativi associati all'infanzia dell'individuo e alla posizione dominante che hanno i genitori rispetto ai figli in virtù della loro altezza (26). La postura è influenzata notevolmente dallo stato emotivo del soggetto che la esibisce, soprattutto lungo la dimensione rilassamento-tensione. Esistono posture dominanti-superiori e inferiori-sottomesse, ad esempio il portamento eretto, la testa reclinata all'indietro e le mani posate sui fianchi possono segnalare il desiderio di dominare (27). La postura inoltre, rappresenta quella capacità del nostro corpo di assumere e cambiare posizione nell'ambiente di vita (28), la posizione che il corpo assume per controbilanciare la forza di gravità in una situazione di riposo o in movimento, essa è responsabile della posizione che il corpo assume per controbilanciare la forza di gravità in una situazione di riposo o in movimento, ma anche della posizione che il corpo assume nella vita di relazione ed è corretta quando le varie parti del corpo si dispongono in maniera fisiologica. È propria di una persona la capacità di mettere in relazione le varie parti del

corpo in modo da assicurare la massima efficienza nella funzione comportamentale e psicologica. Rappresenta anche la sinergia con cui le varie parti del corpo nella loro interezza psicofisica concorrono all'attuazione di qualsiasi gesto, il linguaggio non verbale del soggetto. Pertanto gli aspetti psicologici ed emotivi hanno un'enorme rilevanza nel modulare il sistema tonico posturale. La postura è per concludere l'atteggiamento spaziale che il nostro corpo assume in relazione all'ambiente in cui vive ed in relazione alle leggi che regolano questo stesso ambiente (29).



Figura 5. Quadro: Globalismi Oggetto rappresentativo delle relazioni spaziali. **Fonte:** autore Al. Tallarita

13. Spazio: Relazioni e Reazioni

Lo spazio diviene, alla luce di quanto evidenziato, un importante indicatore delle relazioni interpersonali e sociali, nonché spesso la prima causa di determinati sentimenti, atteggiamenti psicosomatici e comportamenti. Gli stimoli ambientali scatenano delle emozioni, che sono interpretabili come reazioni affettive intense, ma di durata limitata. Le emozioni sono quell'insieme di sentimenti propri ad ogni individuo, degli stati d'animo e delle espressioni comportamentali, che giungono a coinvolgere tutte le condizioni negative e positive dell'animo umano, dalla paura e dall'ansia fino all'amore ed alla felicità. L'essere umano è condizionato moltissimo dall'ambiente esterno, soprattutto dagli stimoli psichici derivanti dalle interazioni con gli altri individui, con il gruppo o con le strutture sociali a cui appartiene. L'emozione può essere considerata dunque come un fondamentale meccanismo di adattamento e fattore fondamentale di integrazione tra l'organismo e l'ambiente (30). La dimensione dello spazio personale risulta, da quanto analizzato in questo capitolo, essere variabile ed influenzata per tal ragione da molteplici modificazioni, fattori personali di crescita o evolutivi che tendono a modificare una situazione spaziale personale precostituita (31). La personalità in questo gioca un ruolo fondamentale, inoltre molto spesso avviene una riduzione della distanza quando siamo in presenza del coinvolgimento di persone dell'altro sesso. Infine un altro fattore molto influente sul comportamento spaziale dell'uomo è il patrimonio di idee, credenze e significati che

caratterizzano una specifica cultura alla quale egli stesso appartiene, come si è spesso delineato in questo elaborato. Se ne desume, quindi, che le differenze nello spazio personale dipendono sia dal tipo di contesto socioculturale considerato sia da ulteriori caratteristiche di natura biologica. A dimostrazione di ciò infatti numerosi studi psicologici rivelano che nelle situazioni di sovraffollamento, oggi molto frequenti, la riduzione dello spazio personale può provocare stress ed aumento dell'aggressività, se non si verifica un certo livello di adattamento (32).

NOTE

(1) Tratto Da Michael Birkenbihl, psicologo, dal famoso esempio di Nietzsche, da un articolo presente on-line in: [www:<URL:http://www.benessere.com/psicologia/com_spaz.htm>](http://www.benessere.com/psicologia/com_spaz.htm).

(2) Edward T. Hall (1914 in Webster Groves, Missouri) antropologo teorico americano opere più rilevanti oltre a Tr.it.: La Dimensione nascosta: The Silent Language (1959), and other important works were Beyond Culture (1966) and The Dance of Life (1983). L'antropologo Hall ha cominciato i suoi studi inizialmente sul comportamento degli animali e quindi gli esseri umani. Studia la distanza, che diviene l'elemento da tenere sotto controllo, l'elemento comunicazionale che crea conflitti o meno. Elaborando nel corso delle sue opere gli studi sulla prossemica, termine coniato da lui medesimo.

(3) Da The Hidden Dimension Tr.: it. La Dimensione Nascosta p.11. Hall trae spunto per le sue elaborazioni teoriche dagli studi dell'antropologo Franz Boas, il quale pone la comunicazione a base della cultura e della vita stessa.

(4) Dalla prefazione all'edizione italiana di The Hidden Dimension curata da U. Eco.

(5) Da Edward T. Hall, "The Hidden Dimension", La dimensione nascosta, 1966, tr. it. Milano: Bompiani, p. 13 – 15.

(6) ibidem, p. 17- 21.

(7) Alexander Lowen, (1910 New York) paziente ed allievo di Reich, tra le sue opere Bioenergetica s'intitola uno dei suoi libri di maggiore successo, uscito in America nel 1975 ed inoltre Il narcisismo, Il linguaggio del corpo, amore e orgasmo. Egli coniò il termine di "bioenergia". Allargò gli scopi del lavoro sul corpo ed introdusse il lavoro bioenergetico a casa. Anziché limitarsi alla sola pressione e manipolazione delle tensioni muscolari croniche, egli fece uso di alcune posizioni di stress che potevano aiutare queste tensioni a rilassarsi. La prova evidente di questo ammorbidimento delle tensioni era l'insorgere, nei muscoli, di una fine vibrazione. Lowen poté quindi osservare come i blocchi muscolari impedivano il libero scorrere dell'energia. Per esempio, un diaframma cronicamente contratto, come una strettoia, interrompeva l'onda respiratoria, provocando una respirazione superficiale. Come risultato diminuiva l'apporto di ossigeno ed il livello energetico calava. Questo modo superficiale di respira e è uno dei sistemi che noi usiamo per controllare le nostre emozioni. Per aiutare i pazienti a respirare meglio Lowen inventò il cavalletto bioenergetico. E' di grande importanza la sua osservazione che una persona il cui flusso energetico è bloccato, ha perso una parte della sua vitalità e della sua personalità. Questa perdita fa sì che questa persona si senta depressa, sia sempre in lotta e usi costantemente la forza di volontà per eseguire i compiti quotidiani. Diventa difficile mettersi in relazione con gli altri o provare piacere. La vita perde i suoi colori e diventa grigia, tetra. Il radicamento (grounding), altro concetto introdotto da Lowen, descrive il contatto energetico con la realtà. Allo scopo di avere un buon contatto energetico, è indispensabile che l'energia scorra liberamente verso quelle parti del corpo che sono a contatto diretto con il mondo esterno: organi di senso, braccia e mani, gambe e piedi, pelle e organi sessuali.

Guardiamo un bambino quando piange, quando è arrabbiato o felice, oppure quando vuole qualcosa. Tutto il corpo partecipa in modo armonioso. Di una persona ben radicata si dice che "ha i piedi per terra". Questa persona sente la connessione fra i suoi piedi ed il terreno sul quale appoggiano. Appena cominciamo a crescere, di solito facciamo esperienza di come la libera espressione delle nostre emozioni si scontra con il rifiuto, la disapprovazione, l'umiliazione, la punizione. Impariamo presto, perciò, a controllare le nostre emozioni, e questo ha delle conseguenze. Blocchiamo permanentemente i muscoli coinvolti in queste espressioni mediante tensioni croniche, che sono inconsce. Il metodo operativo su cui si basa l'Analisi Bioenergetica comprende una serie di tecniche utilizzabili nella psicoterapia, tali da consentire un approccio non solo sistematico e coerente, ma anche più profondo e completo, alla persona e ai suoi problemi.

Copyright:<URL:<http://www.iifab.org/index.htm>
http://www.infocuore.info/infocuore_ed_alexander_lowen.html>

(8) Wilhelm Reich, vissuto dal 1897 al 1957, fu paziente ed allievo di Freud. Mentre Freud poneva attenzione soltanto alla produzione verbale dei pazienti, Reich introdusse nella psicoanalisi anche l'osservazione del corpo, come l'espressione degli occhi e del viso, la qualità della voce e i vari tipi di tensioni muscolari. Descrisse per primo quello che noi oggi chiamiamo linguaggio del corpo. Nello stesso modo in cui Freud notò una spaccatura fra memoria conscia ed inconscia, Reich notò una scissione fra le varie espressioni del corpo. Per esempio, una persona può ridere ma non essere consapevole che l'espressione del suo viso è triste. Può dire parole gentili, ma non rendersi conto che i suoi occhi sono pieni di risentimento o che la sua bocca ha una espressione negativa. Egli osservò che, appena questi pazienti iniziavano la terapia, le tensioni muscolari cambiavano. Le spalle e le braccia della persona depressa si rilassavano, le mascelle diventavano meno contratte e i denti meno serrati. La ragione per cui il paziente frenava gli impulsi e reprimeva i ricordi dolorosi era, in primo luogo, per evitare di mostrarsi vulnerabile. Quindi, allentando le tensioni muscolari croniche, il paziente sperimentava la propria vulnerabilità. Serrando la bocca e i denti egli assumeva un'espressione corporea che diceva: "Non voglio aprirmi per non essere ferito di nuovo". Reich sperimentò come rilassare i muscoli cronicamente tesi mediante la pressione diretta su di loro e scoprì che funzionava. In questo modo il paziente poteva entrare in contatto con emozioni forti e a lungo dimenticate e con ricordi dolorosi. L'unità di mente, corpo ed emozioni divenne più chiara.

(9) Ibidem, p. 23-30.

Degli studi condotti sugli Hya Araneus sono esemplari per esplicitare la definizione di spazio critico. Gli Hya Araneus sono una forma di granchio viventi nelle acque del mare del nord che in periodi dell'anno presenta degli attacchi tra simili col finale sacrificio di un certo numero di granchi del gruppo per mantenere basso il tasso di popolazione.

(10) Mi riferisco agli studi effettuati da alcuni scienziati fra cui John Christian, etologo che nel 1950 avanzò la tesi che l'incremento ed il decremento nella popolazione dei mammiferi siano determinati da meccanismi fisiologici che rispondono a rapporti di densità. Si compì l'esperimento su dei cervi di cui cinque esemplari erano stati portati nel 1955, a ventidue chilometri dalla città di Cambridge, a James Island terra allora disabitata, liberi di riprodursi raggiunsero un livello di sovraffollamento con conseguente mortalità per disturbi del metabolismo ed una super attività delle ghiandole surrenali le quali contribuiscono a regolare i processi di crescita riproduzione e difesa dell'organismo. Questa ricerca dimostra come effettivamente lo stress, il sovraffollamento il viver in condizioni non di benessere, implichi delle risposte fisiologiche precise che conducono addirittura alla morte.

Paul Errington compì a sua volta un'indagine sull'azione degli animali da preda, per dimostrare che questi animali, ed anche gli uomini, tendano ad aumentare la loro aggressività quando sono in tensione per l'eccessivo affollamento. Un altro studio di un etologo John Calhoun, ha effettuato degli esperimenti su una colonia di topi in un granaio, per studiare le dinamiche del loro popolamento in condizioni naturali. Ventotto mesi di osservazioni dimostrarono lo svilupparsi di uno strano fenomeno che l'etologo definì fogna del comportamento, esito normale del comportamento di una colonia animale costretta al sovraffollamento. Le autopsie sui topi deceduti ne dimostrarono inoltre le gravi conseguenze fisiologiche.

(11) Ibidem, p. 60.

(12) Ibidem, p. 79- 91.

(13) Definizione del dottor H. Osmond citato dallo stesso Hall nel testo preso qui in esame, tra i suoi scritti: Psychiatric Architecture 1959 dai cui saggi: The Relationship Between Architect And Psychiatrist, e The Historical And Sociological Development Of Mental Hospitals traiamo queste delucidazioni sullo spazio.

(14) Ibidem, p. 140 – 151.

(15) Ibidem, p. 152 -172.

(16) Da il Comportamento Non Verbale Nell'uomo Di E. Bigotta: da Interfacce Multimodali Ed Aspetti Psicologici Dell'interazione Uomo Computer. Eleonora Bigotta editoriale bios s.a.s. Professore straordinario di psicologia cognitiva presso il dipartimento di "linguistica", facoltà di lettere e filosofia dell'università della Calabria. Da [www:URL<http://galileo.cincom.unical.it/pubblicazioni/editoria/libri/hci-ele/coper.html>](http://galileo.cincom.unical.it/pubblicazioni/editoria/libri/hci-ele/coper.html).

(17) Ibidem, p. 250.

(18) Sommer R. (1967). "Small Group Ecology". Psychological Bulletin, 67, p. 145-152.

(19) Da il Comportamento Non Verbale Nell'uomo di E. Bigotta.

(20) Da [www:<URL:http://galileo.cincom.unical.it/pubblicazioni/editoria/libri/hci-ele/cap4.html>](http://galileo.cincom.unical.it/pubblicazioni/editoria/libri/hci-ele/cap4.html) da il comportamento non verbale nell'uomo par.: vicinanza-distanza.

(21) In da cosa nasce Cosa B. Munari, p. 346, a tal proposito munari cita ad esempio piazza san marco a venezia, esempio che ho trovato in questa mia ricerca, fatto anche da altri studiosi dell'argomento, visto come luogo ideale per le sue dimensioni e la sua atmosfera.

(22) Bruno Munari (Milano, 1907 – 1998). Artista, grafico e designer, segue da principio i gruppi futuristi milanesi e romani. a partire dal 1930 crea la serie delle macchine inutili. si allontana via via dal futurismo e si dedica alla grafica (Campari) e all'editoria con Mondadori, per i cui tipi pubblica libri per bambini a partire dal 1945. e' tra i fondatori del mac (movimento arte concreta) nel 1948, contribuendo alla modernizzazione dell'arte. sono del 1949 i libri illeggibili; crea giocattoli e vince il compasso d'oro nel 1954 con Zizi, Scimmietta in gomma per Pigomma. dal 1956 inizia a collaborare con danese (posacenere cubico 1957): nel 1962 organizza nello show room Olivetti a Milano, l'esposizione arte programmata. dal 1968 progetta giochi didattici per danese; del 1970 è abitacolo per robots (compasso d'oro 1979). tra i testi ricordiamo L'arte Come Mestiere 1966, Design E Comunicazione Visuale, 1968. Fantasia e Artista e Designer.

(23) Da "Da cosa nasce cosa" B. Munari, p. 347.

(24) Il comportamento non verbale comunicativo comprende tutti quegli atti non verbali che sono compiuti con l'intenzione cosciente di trasmettere un messaggio specifico ad un ricevente.

(25) Dal saggio di P. Ekman e W. Friesen "Il repertorio del comportamento non verbale: categorie, origini, uso, codici" in Gesto e comunicazione di N. Lamedica.

(26) Elaborazione tratta da <http://galileo.cincom.unical.it/pubblicazioni/editoria/libri/hci-ele/cap4.html> da il comportamento non verbale nell'uomo.

(27) Ibidem.

(28) Molti studiosi si sono impegnati sulla trattazione degli atteggiamenti posturali e le loro implicazioni sociali tra gli anni '60 e '70. Tra le opere sull'argomento ad esempio: Mehrabian A. (1971) "Non verbal communication" e Ekman P. e Friesen W. V. (1969). "The repertoire of non verbal behaviour".

(29) Da [www:<URL:http://www.odontoclinic.it/postura_corporea.htm>](http://www.odontoclinic.it/postura_corporea.htm). Dr Alessandro Fedi - Firenze.

(30) Nonché fattore di malattie somatiche e psicosomatiche. Le emozioni sono infatti complesse miscele di stati fisiologici e sequenze mentali che si fondono con il pensiero ed influenzano la totalità della psiche e del fisico, modificando il senso di benessere. Nascono semplicemente attraverso l'esperienza, in seguito ad una infinità di fattori e cause che, inducendo reazioni tipicamente soggettive, creano l'universo emozionale peculiare di ogni individuo. La reattività emozionale di ciascuno dipende dal bagaglio genetico e dalla esperienza personale. Il substrato emotivo si costruisce in grande misura dalle esperienze infantili maturate in famiglia, con i genitori e negli ambienti in cui la giovane personalità si è formata. Elaborato da un articolo tratto da [www:<URL:http://www.crto.org/public/floriemo.htm>](http://www.crto.org/public/floriemo.htm).

(31) Ad esempio con il mutare dell'età vi è la tendenza ad aumentare l'ampiezza del proprio spazio.

(32) Dall'articolo i gesti e il comportamento sociale. di F. ferrari, psicologa, [www:<URL:http://www.lastradaweb.it/viewarticoli.php?id=1194>](http://www.lastradaweb.it/viewarticoli.php?id=1194).

BIBLIOGRAFIA DI RIFERIMENTO

BILOTTA, Elenora - Comportamento Non Verbale Nell'uomo. In **Interfacce multimodali e aspetti psicologici dell'interazione uomo-computer**. Cosenza: Editore Bios, 1996.

BILOTTA, Eleonora - **Interfacce multimodali e aspetti psicologici dell'interazione uomo-computer**. Cosenza: Editore Bios, 1996.

BOAS, Franz - **Arte primitiva**, a cura di xCARDONA, Giorgio Raimondo; FIORE, Barbara. Torino: Universale Scientifica Boringhieri, 222/223, 1981.

BOAS, Franz - **L'antropologia** (lecture tenuta alla Columbia University nel 1907), a cura di RUSSO, Giuseppe. Milano: Kainós Edizioni, 2014.

BOAS, Franz - **L'uomo primitivo**, a cura di HERSKOVITS, Melville. Roma-Bari: ed. Laterza 1995.

COZZOLIN, Mauro - **La comunicazione invisibile. Gli aspetti non verbali della comunicazione**. Roma: Edizioni Carlo Amore, 2003.

DARWIN, Charles - **Le espressioni delle emozioni nell'animale e nell'uomo**. Torino: Boringheri, 1982.

EKMAN, Paul; FRIESEN, Wallace - The Repertoire or Nonverbal Behavior Categories, Origins, Usage and Coding. In **Semiotica**, 1, 1969, p. 49-98.

FABIETTI, Ugo - **Storia dell'antropologia**. Bologna: Zanichelli, 1991.

HALL, Edward - **The Hidden Dimension tr.it. La dimensione nascosta**. Pref. Umberto Eco. Milano: Bompiani, 1966.

LAMEDICA, Nico- **Gesto e comunicazione**. Napoli: Liguori editore 1987.

LOWEN, Alexander - **Bioenergética**. São Paulo: Summus, 1982.

LOWEN, Alexander - **Narcisismo**. São Paulo: Cultrix, 1985.

LOWEN, Alexander - **O corpo em terapia: a Abordagem Bioenergética**. São Paulo: Summus, 1977.

LOWEN, Alexander - **O corpo traído**. São Paulo: Summus, 1979.

MEHRABIAN, Albert - **Non verbal communication**. New York: Routledge, 1971.

MUNARI, Bruno - **Da cosa nasce cosa**. Milano: Laterza, 1981.

MUNARI, Bruno - **L'arte Come Mestiere**. Milano: Coll.Univ. La Terza, 1966.

MUNARI, Bruno - **Design e Comunicazione Visuale**. Milano: Coll.Univ. La Terza, 1968.

MUNARI, Bruno - **Fantasia e Artista e Designer**. Milano: Coll.Univ. La Terza, 1971.

OSMOND, Humphry; AGEL, Jérôme - **Predicting the Past: Memos on the Enticing Universe of Possibility**. New York: Macmillan, 1981.

OSMOND, Humphry – **Some psychiatric aspects of design**. in Laurence Bedwell Holland, who designs America? Garden City, NY: Anchor Books, 1966.

ZANI, Bruna; SELLERI, Patrizia; DAVID, Dolores - **La comunicazione**. Roma: la Nuova Italia Scientifica, 1995.

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MEMÓRIAS SOCIAIS

Joaquim Pombo Gonçalves

Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa,
Portugal;

jgoncalves@letras.ulisboa.pt



Arquivos Fotográficos – preservação e conservação de memórias sociais

Joaquim Pombo Gonçalves

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

Este artigo procura abordar diversos aspetos relacionados com a preservação e conservação dos documentos fotográficos.

Iniciamos com um enquadramento teórico referente a espécies fotográficas, apresentando alguns apontamentos relacionados com a transferência das espécies fotográficas de um contexto individual para a esfera do coletivo, e incidindo no papel desempenhado pela espécie fotográfica enquanto documento de memória da sociedade.

Paralelamente, e porque consideramos que as intervenções de restauro, conservação e preservação se encandeiam de forma progressiva interrelacionando-se e complementando-se, referiremos as características, procedimentos e particularidades inerentes a essas ações, as quais visam prolongar a vida útil das espécies fotográficas de forma a desempenharem a função principal de um arquivo (disponibilizar documentação para consulta e recuperação da informação).

Enumeraremos, também, os critérios de análise técnica que incidem nas ações de triagem e de eliminação, os quais se encontram sujeitos aos condicionalismos da gestão de espaço e dos custos associados à existência de um arquivo.

Na conclusão do trabalho, apresentamos algumas normativas internacionais e nacionais relacionadas com a temática em análise.

Palavras-chave: Arquivo, Conservação, Espécies fotográficas, Preservação, Restauro.

ABSTRAT

This article approaches the various aspects related to the preservation and conservation of photographic documents.

We began with a theoretical framework regarding photographic species, presenting some notes related to the transfer of the photographic species from an individual context to the sphere of

the collective, and focusing on the role played by the photographic species as a memory document of society.

At the same time, and because we consider that restoration, conservation and preservation interventions are progressively enlightened, interrelating and complementing each other, we will refer to the characteristics, procedures and peculiarities inherent to these actions, which aim to prolong the useful life of the photographic species in order to perform the main function of a file (provide documentation for information retrieval and retrieval).

We will also list the criteria for technical analysis that focus on sorting and disposal actions, which are subject to the constraints of space management and the costs associated with the existence of a file.

In the conclusion of the paper, we present some international and national regulations related to the subject under analysis.

Key-words: Archive, Conservation, Photographic species, Preservation, Restoration.

1. Enquadramento teórico

O termo “fotografia” vem do grego φως (fós), que tem como significado “luz”, e γραφίς (grafis), que significa “estilo”, ou então da palavra γραφή (grafê), que significa “desenhar com luz e contraste”. Consiste, fundamentalmente, num processo técnico de fixação de imagens numa superfície sensível através de exposição luminosa, apresentando-se como *uma linguagem relativamente estruturada nas suas formas e significados, e trabalhada por uma história que se foi progressivamente enriquecendo* (1), resultando de uma evolução iniciada no séc. XIX.

Enquanto suporte único, ou complementada por documentação textual, a documentação fotográfica tem adquirido ao longo das últimas décadas um papel relevante na disponibilização de informação no que concerne a acontecimentos das sociedades e das instituições atribuindo-lhes um acréscimo de valorização através da imagem. Paralelamente, em contexto arquivístico, adquiriu estatuto de documento de arquivo, assumindo valor documental e não apenas um elemento acessório do documento escrito.

A crescente preponderância do documento do fotográfico, enquanto instrumento de recuperação de informação, acentua a importância a atribuir às características técnicas do suporte material e dos respetivos componentes constituintes da imagem, e que constituem o denominado processo fotográfico, ou seja, um *conjunto de procedimentos e processos químicos e fotoquímicos que conduzem à obtenção de uma fotografia* (2), encontrando-se estes estritamente relacionados com a posterior organização e qualidade de conservação do acervo fotográfico.

De acordo com o exposto na Norma Portuguesa (NP) 4438-1, *os documentos contêm informação que é um recurso valioso para a organização. Uma abordagem sistemática da gestão de documentos de arquivo é essencial para que as organizações e a sociedade em geral possam proteger e preservar a prova das suas ações. Um sistema de gestão de arquivos resulta numa fonte de informação sobre as actividades organizacionais que pode suportar subsequentes actividades e decisões, bem como dar garantias de responsabilidade a actuais e futuros interessados (...): - proteger os interesses da organização (...), - suportar e documentar actuais e futuras actividades de investigação e desenvolvimento, - preservar a memória* (3).

Esta preservação da memória representa uma herança cultural quando considerada como *aquilo que recebemos, mas é também aquilo que adquirimos no decorrer do nosso desempenho profissional e de que deixaremos o rasto para as gerações vindouras* (4).

Neste contexto, Schellenberg (1973) considerou que o arquivista se confronta com dois polos de fatores que afetam a preservação dos materiais de arquivo, os quais designava por agentes de deterioração externos (associados às condições de acondicionamento e de utilização/consulta) e internos dos documentos (inerentes às características materiais dos próprios documentos).

Esta tipologia de fatores de risco, enquanto elementos de deterioração dos documentos de arquivo que afetam o período de vida útil dos documentos, é partilhada por diversos autores, nomeadamente Luís Pavão (1997) e Maria Luísa Cabral (2002), que os identificam como sendo resultantes de calamidades naturais, de danos provocados pelo ser humano no decurso do crescente manuseamento a que os documentos se encontram sujeitos (quer por técnicos quer por leitores), de origem ambiental e da idade intrínseca dos documentos em função da sua componente material.

Por se tratar de documentos orgânicos constituídos por elementos químicos, o ciclo de vida dos documentos é influenciado pelas condições a que se encontram expostos, nomeadamente poeiras, bolores, humidade, luz, temperatura, entre outros. É neste contexto que se inserem as espécies fotográficas, as quais se encontram sujeitas aos mesmos fatores de degradação, exigindo procedimentos de conservação e acondicionamento específicos devido às características dos materiais, à diversidade de tipologias de suportes e à rápida evolução dos mesmos.

Com base na sua crescente importância sociocultural na sociedade enquanto veículo de comunicação de informação, a fotografia conheceu um desenvolvimento técnico e um acentuado aumento de utilização (nomeadamente pela imprensa), impondo às instituições, públicas ou privadas, a necessidade de implementação de programas de preservação e conservação adequados às características específicas dos materiais das colecções.

Esta evolução tem-se refletido também na definição da terminologia “fotografia”, pois atualmente designa *os objectos que contêm imagens fotográficas, como uma cópia, um diapositivo, um negativo, um daguerreótipo, um Autochrome*, pelo que se pode considerar que o termo “fotografia” *refere o objecto em si, à folha de papel coberta de prata ou à película com os corantes e a gelatina, e não apenas a imagem* (5), representando uma evolução original do conceito que designava o objeto em si mesmo.

2. Os primórdios: do individual ao coletivo

No decurso da história das sociedades, a produção de imagens expressas num quadro resultava de uma actividade individual exigindo capacidades técnicas e artísticas específicas e implicando elevados custos, resultando num produto único e de natureza simbólica.

Segundo António Leitão et al., (1987), no séc. XV a sociedade sofreu uma alteração de mentalidades e de interpretação do mundo, exigindo que a informação fosse mais concreta e objectiva e menos simbólica, implicando uma transformação quantitativa e qualitativa na produção e difusão da imagem, encontrando-se também relacionada com as técnicas emergentes do fabrico do papel, da utilização de caracteres móveis na tipografia e da produção de gravuras.

Estas transformações técnicas permitiram que a produção de imagens não se restringisse à “peça única”, possibilitando a multiplicação de imagens a partir da matriz original facilitando, desse modo, a circulação e difusão da imagem e aumentando o seu efeito estético e afetivo, sendo que a necessidade de multiplicar as imagens implicou o desenvolvimento de determinados processos técnicos (ex.: buril, água-forte, água-tinta, ponta seca, calcografia, entre outros) que suportaram o aumento quantitativo e qualitativo pretendido (o aumento de produção e a definição do seu papel enquanto fonte de informação ou de valor estético, influenciou o surgimento do Gabinete de Estampas da Biblioteca Nacional de França (Paris, 1667) como um dos primeiros exemplos da posição do poder institucionalizado face ao arquivo de imagens.

Acontecimentos como a revolução industrial e as convulsões sociais, associados aos desenvolvimentos técnicos e científicos, fomentaram o surgimento de novas formas de produção de imagem, de menor custo unitário e com possibilidades de maior difusão, mesmo com alguma perda de qualidade estética, sobressaindo o processo litográfico.

As primeiras experiências fotográficas ocorreram somente em 1802, sendo aceite que a primeira fotografia data de 1827 (denominada *Vista da Janela*, da autoria de NIËPCE), em 1839 Daguerre comunicou à Academia de Ciências parisiense a invenção do *daguerreótipo* (imagem óptico-química fixada sobre suporte metálico sensibilizado) e no ano de 1840, o britânico Fox-Talbot apresentou os resultados do seu trabalho inovador, a talbotipia ou calotipia, que consistia na obtenção de cópias positivas em suporte papel resultantes de numa imagem negativa matricial sobre papel sensibilizado.

Estes processos implicaram o surgimento de mão-de-obra técnica capacitada para a atividade fotográfica, possibilitando a difusão da imagem e dinamizando a fotografia como suporte documental de informação variada e de registo real, tornando-a num documento histórico e afastando-a dos outros processos de representação iconográficos já existentes. Mas era, ainda, uma produção que se poderia caracterizar como sendo artesanal.

Em 1851, com a descoberta (por Frederick Scott Archer) do processo de colódio húmido, surgiu o princípio da formação do *negativo / positivo*, o qual se distinguia pela possibilidade de se produzirem cópias e pelo visionamento, restituição e mobilidade. Este processo conheceu uma evolução quando em 1871 Richard Leach Maddox utilizou uma solução de gelatina com diversos sais de prata aplicada sobre vidro para formar uma película denominada *emulsão*.

A produção fotográfica, que se encontrava até aí restringida ao estúdio, adquiriu condições técnicas para ser realizada em locais diversos, tornando-se prova específica e autónoma de acontecimentos naturais e sociais, promovendo a sua divulgação junto de sociedades que se encontravam afastadas e desconhecedoras dos mesmos, tornando-se no meio preferencial de informação por imagem. Ou seja, perdeu o seu papel de “retrato” e adquiriu um papel “utilitário”, possibilitando a criação de uma memória não só individual, mas também coletiva.

3. As espécies fotográficas - documento de memória

As espécies fotográficas sempre foram encaradas como formas de comunicação e de informação assim como elemento auxiliar de diversos tipos de pesquisa, registando a expressão cultural das sociedades (personalidades, eventos, factos, costumes, expressões artísticas, etc.).

A informação contida nas espécies apresenta-se como um testemunho direto, assumindo, por isso, o papel de fontes históricas insubstituíveis e conferindo-lhe um enorme valor documental:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (6).

Devido à evolução técnica registada nos processos de produção, nos materiais, nos modos de captação e na qualidade obtida, o utilizador alterou a sua atitude face a este meio de informação ao ponto de *hoje em dia ela está tão presente e em tão grande quantidade que quase não reparamos nela (7)* pois a atividade fotográfica, que de início só se encontrava disponível às camadas sociais mais abastadas, massificou-se na sociedade em geral.

A difusão dessa produção originou a constituição de conjuntos de espécies fotográficas, particulares ou colectivas, de características variáveis. A preocupação sobre a preservação destes núcleos fotográficos ficou expressa durante o Congresso Internacional de Fotografia (em 1900), durante o qual se pretendia *emitir um voto para que sejam criados em todos os países com os arquivos de documentos escritos, depósitos de arquivos fotográficos compreendendo tudo o que possa ser documentado pela fotografia e seja de interesse para a História de uma região (9).*

Apesar do pouco êxito desta iniciativa, no decorrer do séc. XX a fotografia manteve a sua ascensão no quotidiano das sociedades surgindo como elemento fundamental nas novas metodologias sociais, científicas e de informação, dando origem a núcleos de fotografias documentais que requerem sistemas de tratamento e difusão adequados, os quais estão sujeitos a solicitações específicas e imediatas.

Foi durante a segunda guerra mundial que a importância da fotografia se acentuou, quer no contexto da estratégia militar, mas, também, na posterior reconstrução do património destruído durante o conflito. Adquiriu, portanto, o estatuto de documento habitualmente atribuído ao texto escrito.

No entanto, a aplicação de metodologias de análise de recuperação da informação inscrita nas espécies fotográficas, a sua multiplicidade e diversidade de informação nelas contida, apresentavam-se como problemas que os arquivistas teriam de resolver através da aplicação de metodologias adequadas aos documentos não-livros.

Assim, nos anos 60 do séc. XX, foram iniciados esforços para localizar, recolher e preservar a imagem fotográfica antiga, bem como aperfeiçoar os métodos de tratamento dos fundos, procurando implementar sistemas de tratamento e gestão de núcleos de espécies fotográficas assentes no princípio de que a imagem possui os seus próprios códigos de linguagens. Esta iniciativa teve como suporte acessório o desenvolvimento da informática e a possibilidade de desenvolver procedimentos de gestão e organização, permitindo processar a informação disponível não de forma individualizada, mas sim global.

No entanto, diversos foram os condicionalismos existentes para a implementação de arquivos fotográficos, nomeadamente: o custo, fator que impelia que as organizações só efetuassem investimento quando se tratava de espécies fotográficas de valor estratégico e passível de ser rentabilizado (militar, meteorológico, planeamento e recuperação urbana, imprensa, arte, são alguns dos exemplos); o difícil desenvolvimento dos instrumentos documentais e automáticos para o tratamento da fotografia, e a morosidade de adaptação de léxicos, de descritores e de thesaurus à imagem (este fator mantinha a fotografia como elemento auxiliar da informação escrita).

Em 1977 ocorrem dois eventos que demonstram a alteração de paradigma do tratamento da fotografia e da posição internacional face aos arquivos fotográficos: o colóquio internacional

Aspects de la Photographie Scientifique; e a publicação, pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), das primeiras recomendações internacionais para a descrição dos documentos não-livro, o que impulsionou o desenvolvimento de medidas para preservação da imagem (automatização da gestão, melhoria do acesso e de difusão da informação, elaboração de listagens de palavras-chave, definição das condições ambientais mais adequadas, técnicas de restauro, reprodução e de conservação.

Estes desenvolvimentos originaram a implementação de normas redigidas pela International Organization for Standardization (ISO) e pela Association Française de Normalisation (AFNOR), as quais definem orientações na área das condições ambientais (caraterísticas do ambiente, condições adequadas de humidade, temperatura e luminosidade) e nas formas de manuseamento das espécies de arquivo, identificando as substâncias que devem ser evitadas, assim como as caraterísticas genéricas dos materiais que constituem as unidades de instalação e acondicionamento.

As espécies fotográficas são consideradas, portanto, como documentos de arquivo que se apresentam enquanto memórias das sociedades, pois as mesmas são portadoras de informação específica sobre a entidade individual ou coletiva que a produziu, contribuindo para a sua identidade.

4. A Preservação

A preservação de um acervo arquivístico deverá caraterizar-se pela aplicação de um conjunto de ações e medidas destinadas a assegurar a proteção física desse acervo contra os agentes de deterioração, aplicando as medidas necessárias e providenciando as ações de restauro adequadas (FARIA et al., 2008).

Uma política de preservação das espécies fotográficas implica a implementação de estratégias que contemplem todos os aspetos da entidade na qual se encontra o arquivo, devendo refletir-se nos regulamentos dessa entidade e do referido arquivo, tendo em consideração o enquadramento dessa política numa perspetiva global definida para o arquivo.

Segundo Maria Luísa Cabral, *o padrão é a intervenção global guiada por critérios tão objectivos quanto possível e não por intervenções sucessivas desgarradas, sem fio condutor. Depois, uma gestão centralizada dos recursos técnicos, humanos e financeiros* (9) substituindo as ações pontuais de restauro das espécies em função do interesse manifestado pelos utilizadores, ou da necessidade de disponibilização do documento, sem enquadramento no âmbito dos objetivos dos arquivos nem inseridas num contexto global das entidades. Ou seja, impor a noção de conjunto em substituição da intervenção isolada.

Mas a crescente procura documental, quer de imagem quer de texto, assim como a deterioração física dos documentos devido a essa maior procura, associada às deficientes condições ambientais e de acondicionamento e à idade intrínseca dos documentos, foi colocando em causa esta tipologia de ação de preservação.

A preservação entendida no atual modelo encontra-se inserida num plano abrangente e sustentada por diversas técnicas complementares, numa conjunção de intervenções que deverão ter por objetivo de salvaguardar as coleções fotográficas: a desacidificação, a transferência de suporte, a microfilmagem, a digitalização, a limpeza periódica das estantes e das unidades de instalação, a implementação de medidas para controlo de pragas, o acondicionamento adequado (quer em termos de acessibilidade quer em termos técnicos),

entre outras ações específicas que deverão ser definidas de acordo com a tipologia de material de cada espécie que constitui a coleção, assim como com as características da matéria-prima que, maioritariamente, a compoñham.

As coleções a preservar devem ser objeto de uma avaliação prévia e rigorosa de modo a analisar a importância e pertinência das espécies e o estado de degradação, assim como normas de manuseamento a que os documentos se encontram sujeitos. É uma política de caráter preventivo procurando evitar as ações curativas em fase terminal de vida das espécies a qual se apresentam como sendo onerosas e, muitas vezes, tardias.

Numa componente mais prática, as medidas de preservação deverão contemplar a aplicação de intervenções técnicas antecedidas pela definição de critérios de seleção e pelo estabelecimento de prioridades, iniciativas que permitirão objetivo elaborar relatórios sobre o estado físico das coleções com vista à priorização das ações a realizar, procurando, deste modo, dinamizar a manutenção preventiva em vez da corretiva / laboratorial.

Mas num programa de preservação também os recursos humanos são elementos fundamentais, necessitando de ações de formação, de sensibilização e de comunicação interpessoal e interdepartamental.

A estes fatores deverá acrescer a componente financeira associada à preservação das coleções, pois não devem ser somente considerados os valores da aquisição das espécies, mas, também, os custos de reparação, de manutenção, de acondicionamento e de armazenamento das coleções, bem como das infraestruturas dos edifícios e dos próprios arquivos, para além da já referida formação de especialistas.

Face ao exposto, as iniciativas e os compromissos deverão ser assumidos desde a fase de construção do edifício no qual se irá instalar o arquivo, devendo ser ponderados tecnicamente diversos fatores: a) Localização; b) Arquitetura; c) Materiais de construção; d) Meios e custos da sua manutenção; e) Equipamentos de ar condicionado; f) Mobiliário; g) Plano de emergência; h) Programas de desinfestação e de limpeza das coleções e dos locais de acondicionamento das unidades de instalação; i) Programas de acondicionamento e encadernação; j) Avaliação da situação física das coleções; l) Análise da viabilidade técnica e financeira para transferência de suportes; m) Restauro (com possível intervenção laboratorial).

5. A Conservação

Uma das definições do termo “conservação de documentos” enquanto *ações iniciais para conter o processo de degradação de um documento; centram-se em operações de protecção ao documento, como limpeza e manutenção de condições ideais de armazenamento que contribuam para garantir a sua integridade* (10), caracteriza a área de intervenção do arquivo fotográfico e os objetivos e métodos que lhe estão subjacentes.

O arquivo fotográfico tem objetivos que são comuns a quaisquer outros arquivos, pois têm como finalidade reunir, conservar, ordenar, descrever, administrar e utilizar, numa perspetiva de assegurar a preservação e a conservação da documentação e a recuperação da informação, por parte do utilizador (SILVA et al., 1999). Compete ao arquivo fotográfico salvaguardar e organizar as fotografias que, nos seus variados suportes e formatos, possuam interesse para a instituição, assegurando as condições básicas de acondicionamento, preservação e manutenção da documentação.

Este procedimento deve basear-se nos princípios arquivísticos definidos por regras internacionais e normas portuguesas, aplicando princípios legais na gestão arquivística, em função da legislação que lhe está afeta, sensibilizando a respetiva hierarquia para a importância de uma correta gestão arquivística. Deste modo, o arquivo fotográfico dinamizará a divulgação da atividade desenvolvida, mantendo como objetivo fundamental a disponibilização da informação aos utilizadores.

O trabalho técnico deve consistir na elaboração de um inventário inicial que resultará de uma abordagem geral que, através da observação, procurará tomar contato com a quantidade de fotografias em causa, o assunto a que se referem, as suas características físicas e respetivos estágios de conservação, datas e processos fotográficos. Esta intervenção permitirá elaborar um plano de organização e de tratamento do acervo, concluindo na elaboração de uma Tabela de Classificação respeitando determinados *Princípios: o de Proveniência, o de Respeito pela ordem original e do Respeito pela estrutura* (ALVES et al., 1993).

O tratamento de um arquivo fotográfico implica a execução de determinados procedimentos que visam a preservação do arquivo fotográfico, através da aplicação de técnicas que incidem, entre outras, sobre a deterioração, conservação, restauro, descrição, agrupamento, registo em base de dados e acondicionamento, das quais pretendemos apresentar um breve apontamento.

5.1. Deterioração

Segundo Luís Pavão (1997), e apresentando de uma forma genérica, a fotografia é constituída por diversos elementos que assumem, cada uma delas, funções específicas: *a)* Material formador da imagem – prata, corante, pigmento, platina sais, de ferro, tendo por função fornecer os tons claros e os escuros ou as cores; *b)* Suporte – vidro, papel, plástico, cobre, etc., tendo por função fornecer consistência ao objeto fotografado; *c)* Meio ligante – gelatina, albúmen ou colódio funcionando como fixador os materiais formadores da imagem ao suporte; *d)* Camadas acessórias e protetoras – sulfato de bário, dióxido de titânio, gelatina e polietileno, tendo por função tornar o suporte mais branco, isolá-lo da imagem e moldar a superfície da prova.

Importa, na fase inicial de examinação do acervo fotográfico, avaliar o estado de conservação das espécies, procurando identificar as eventuais causas da degradação e definir os processos de estabilização e de restauro, mais adequados a cada situação.

A degradação das espécies fotográficas resulta de diversos fatores que, isoladamente ou interagindo, resultam em desequilíbrio dos diversos elementos físicos e químicos acima referidos, e das subsequentes transformações, degradação que pode ser agravada pelas condições ambientais onde as espécies fotográficas se encontram acondicionadas. Os resultados mais visíveis são alterações das cores originais, desvanecimento, perda de contraste, desligamento do produto ligante, deterioramento do suporte físico e surgimento de fungos.

Assim, as boas condições do meio ambiente podem funcionar como elemento retardador da degradação fotográfica, pelo que é fundamental a implementação de condições ambientais adequadas à preservação dos diversos constituintes químicos e dos variados suportes físicos das espécies.

São várias as causas de deterioração das espécies fotográficas, variando de acordo com os componentes químicos e os materiais, mas centrar-nos-emos nos que são mais comuns e passíveis de se apresentarem no dia-a-dia do técnico de arquivo: *a)* Temperatura – Funciona

como um agente de deterioramento, pois provoca reações químicas de hidrólise ou de oxidação. A temperatura de conservação deverá situar-se entre 18°C e 20°C e as variações diárias não devem ultrapassar os 4°C, pois um aumento de temperatura de 5°C poderá provocar diminuição, em cerca de 50%, do tempo de vida da imagem; b) Humidade Relativa (HR) – A HR elevada acelera a degradação da fotografia, pois provoca a decomposição dos corantes, sendo os valores aceitáveis os que se situam entre 30% a 40%, devendo as oscilações máximas toleráveis não serem superiores a 5%, valores que variam entre autores sugerem entre 30% e 50% (Archives Nationales du Québec, 1992); c) Corantes – Componentes químicos muito instáveis que ao longo do tempo vão perdendo características e tornam desvanecidas as cores das películas, contrariando a pretensão de manter a reprodução apurada da cor pelo maior espaço de tempo possível; d) Exposição à luz (natural ou artificial) – A luz é um elemento dinamizador de degradação acentuada e rápida, decompondo os corantes de uma forma não-uniformizada e retirando a visualização progressiva dos pormenores da imagem fotográfica, sendo que esta deterioração aumenta com o tempo de exposição, com a intensidade e com o tipo de luz (no qual o componente azul e ultravioleta são os mais agressivos para a imagem, apresentando-se como necessário a utilização de filtros); e) Poluição – Os gases oxidantes ozono e dióxido de nitrogénio provocam danos graves nos corantes das espécies fotográficas; f) Ação humana – Manuseamento sem luvas, manchas orgânicas, marcações escritas, rasgos, vincos, utilização intensa, materiais ferrosos, fita-cola, acondicionamento e limpeza com materiais e produtos desadequados ou de má qualidade; g) Fatores biológicos – Insetos, roedores, cupins, traças, baratas, peixes-de-prata, térmitas, coleópteros, bolores, fungos, bactérias.

5.2. Conservação

As espécies fotográficas são, pelas suas características físico-químicas, componentes documentais facilmente perecíveis, representando um desafio para o técnico o prolongamento a sua vida útil implicando o desenvolvimento de técnicas com vista ao aperfeiçoamento dos elementos químicos e materiais de suporte, assim como a implementação de medidas para o manuseamento das espécies, sustentadas pela definição de procedimentos de tratamento.

O técnico deve ter presente que qualquer tipo de intervenção e conservação, seja temporária ou permanente, deve ser totalmente reversível e assegurar-se que os materiais escolhidos e as técnicas de aplicação não contribuirão para o agravamento da deterioração existente, sendo necessário que toda a intervenção seja documentada.

Conservar implica, também, o controlo constante e persistente das condições ambientais e de utilização, de modo a minimizar as inevitáveis consequências de deterioração que daí possam resultar.

Para o efeito, diversos pressupostos basilares devem ser assegurados na ação de conservação do acervo fotográfico, centralizando-se, essencialmente, na perseverança das intervenções e na abrangência das mesmas a todo o acervo, de uma forma planeada, sistematizada e continuada, atribuindo a todas as espécies condições idênticas de ambiente, acondicionamento e armazenamento, facto que implica um planeamento adequado do espaço físico do arquivo e das salas de trabalho, assim como das salas de receção de novos exemplares e das salas de manutenção e limpeza desses exemplares.

Devem ser implementadas inspeções periódicas ao acervo, independentemente das condições ambientais existentes, pois poder-se-ão desenvolver fatores que impliquem danos significativos nas fotografias, como sejam (PAVÃO, 1997): a) Cheiro a “vinagre”; b) Espécies húmidas, com bolor ou mofo; c) Imagens com cores alteradas ou desvanecidas; d) Espécies dobradas, vincadas

ou rasgadas; e) Envelopes de papel rasgados e sujos; f) Caixas metálicas enferrujadas ou amolgadas; g) Caixas de cartão amassadas; h) Clips ou elásticos; i) Negativos em vidro que se encontre partido.

Importa exercer um controlo ambiental com acompanhamento técnico constante, pois dele resulta a preservação dos exemplares fotográficos e o prolongamento da sua vida útil enquanto documento, sendo fundamental encontrar um equilíbrio entre a temperatura e a humidade relativa para aumentar o mais possível o prazo de vida da fotografia. Esta relação entre a temperatura e a humidade relativa é essencial na prevenção de parasitas, sendo a inspeção e a limpeza regulares as medidas preventivas mais adequadas para minimizar o surgimento dos fatores biológicos.

A deteção da presença destes fatores implica a avaliação da extensão da infestação provocada pelos agentes, com a subsequente retirada dos materiais que se encontrem contaminados ou em risco, devendo os mesmos ser objeto de uma profunda limpeza de modo a evitar a propagação da infestação (sem utilização de pesticidas).

5.2.1. Critérios de Triagem

No âmbito das intervenções afetas ao arquivo, a triagem deverá ocorrer durante a receção das espécies fotográficas, assim como no decurso da avaliação das massas documentais nele acumulado.

Aquando da receção, deverão ser efetuadas análises prévias que se devem encontrar enquadradas num planeamento de execução perante o volume e eventual complexidade da coleção, de forma a avaliar os exemplares para conservação ou eliminação (implica que sejam definidos determinados parâmetros referentes ao processo de triagem e eliminação das espécies fotográficas que se apresentem ao arquivo para conservação). Caso se imponha a eliminação, deverão ser desenvolvidas ações de expurgo retirando os exemplares identificados para tal e inscrevendo nas fichas de inventariação o procedimento efetuado e identificando os exemplares em causa. Assim, segundo as *Normes et procédures archivistiques* (1992), toda a evolução técnica do processo de triagem deve ser documentada.

As espécies a conservar devem ser uma fonte de informações significativa ou única, de interesse histórico sobre uma personalidade, evento, facto, lugar, etc., ou, num âmbito mais global, sobre uma sociedade (etnografia, etnologia, antropologia, ciência, técnica, etc.).

Outros motivos poderão ser critérios de seleção em função da área de intervenção ou de negócio da instituição ou da empresa, como por exemplo espécies com valor estético, arquitetónico, comercial ou inerente à atividade da imprensa.

5.2.2. Critérios de Eliminação

Devido à necessária gestão de espaço e, por inerência, dos custos associados, também devem ser determinados os critérios de eliminação dos exemplares que não reúnam as características que o arquivo defina.

De acordo com as *Normes et procédures archivistiques* (1992), as espécies a eliminar serão as que, entre outros fatores, apresentem: a) Defeitos técnicos; b) Alterações irreversíveis, ocasionadas por agentes químicos e/ou biológicos; c) Múltiplos exemplares dos quais se

possuam o negativo; d) Possuir negativo ou outro tipo de suporte para consulta; e) Exemplares duplicados.

5.2.3. Manuseamento

Vários são os procedimentos que os técnicos devem, obrigatoriamente, executar com vista a minimizar danos, por vezes irreversíveis, nas espécies fotográficas. Entre eles salienta-se o não manuseamento das espécies sem a utilização de luvas adequadas para o efeito (luvas brancas de algodão), sob risco de serem transferidas para a superfície da espécie fotográfica impressões digitais resultantes do suor dos dedos (composto por água, cloreto de sódio e de potássio, para além de restos de alimentos ou bebidas) que poderão provocar reações químicas que deterioram a cor e a imagem. Também são necessários cuidados específicos na forma de pegar nas espécies, devendo ser utilizadas ambas as mãos, pelo menos para as de maior dimensão ou de matéria-prima mais delicada.

Para além das condições adequadas para acondicionamento, importa ter em consideração as condições ambientais existentes na sala onde se procede ao manuseamento pontual em bancada (por técnicos ou investigadores) ou em exposição, nomeadamente a luz pois esta afeta significativamente os materiais.

A solução mais adequada para a consulta, por parte de utilizadores, será a utilização de cópias idênticas ao original (na cor, no formato e no contraste), evitando a deterioração resultante das radiações quer solares quer de lâmpadas. As lâmpadas mais adequadas para o manuseamento da fotografia são as incandescentes (de cor amarelada) e as de halogéneo, salientando-se que esta, tal como a luz solar, deve ser condicionada através da aplicação de filtros ultravioletas.

Sintetizando as condições mais adequadas para prolongar a vida útil das espécies fotográficas no decurso das intervenções de manuseamento, recorreremos aos dados apresentados por Luís Pavão (1997): *a)* Manter a HR entre valores de 30% e 40%, com flutuações até $\pm 5\%$; *b)* Manter a temperatura entre valores de 18°C e 20°C , com flutuações até $\pm 2^{\circ}\text{C}$; *c)* Afastar as espécies de líquidos, restos de comida, fumo e poluição; *d)* Manusear as espécies sempre com luvas de algodão; *e)* Todas as espécies devem ter uma embalagem individual, neutra ou alcalina; *f)* Os exemplares a preto e branco devem ser separados dos exemplares a cores; *g)* Todas as espécies que se encontrem em arquivo devem ter um segundo nível de proteção e auxiliar na organização (caixa, pasta, álbum); *h)* Expor apenas à luz incandescente de intensidade máxima de 100 lux ou, no caso de provas mais frágeis, à luz de intensidade máxima de 50 lux.

5.2.4. Higienização e Estabilização

As espécies fotográficas devem ser objeto de higienização aquando da sua receção (nomeadamente para a remoção de agraphes, tachas, cliques, elásticos, fita adesiva, etc.) e anualmente de acordo com um plano de higienização a definir pela organização, quer sobre as coleções quer no que se refere às instalações do arquivo.

Após uma análise inicial para verificar a existência de fungos e / ou parasitas, a higienização dos elementos das espécies fotográficas através da utilização de produtos químicos, associados a ação mecânica, apresenta-se como o primeiro passo das intervenções de tratamento de uma coleção. Tem por objetivo a remoção de sujidades, fitas-adesivas, etiquetas, tintas, materiais ferrosos, elementos orgânicos, entre outros. Dever-se-á disponibilizar particular atenção às

espécies fotográficas que apresentem danos físicos (rasgadas, dobradas, ressequidas, espaços em falta, etc.).

Para a higienização, o técnico deverá utilizar pincéis macios que não provoquem erosões e / ou raspagens nas superfícies da espécie fotográfica, micro aspirador, solventes orgânicos e equipamentos de proteção individual (máscaras para poeiras e pólen, óculos de proteção, luvas de látex).

Saliente-se que estas intervenções devem ser antecedidas de diversos ensaios, em pequenas áreas da espécie fotográfica, a fim de serem analisados os comportamentos dos materiais face aos produtos e métodos aplicados e avaliados os resultados obtidos, enquadrando-os na qualidade do que era expectável.

O passo seguinte da fase de tratamento incide no processo de estabilização dos materiais com o objetivo de procurar assegurar a consolidação dos indícios de deterioração (ex.: rasgos, dobras, áreas estaladas, espaços em falta).

A consolidação das espécies assenta, fundamentalmente, na utilização de papel japonês, que deve ser próximo da cor e espessura da fotografia a reparar, com utilização de cola de amido de gelatina e com recurso de água destilada (devido à sua pureza).

5.2.5. Acondicionamento

O acondicionamento das espécies fotográficas deve ser antecedido de um processo preliminar de identificação.

Uma das condições fundamentais para o acondicionamento das espécies é que as mesmas se encontrem separadas fisicamente, de acordo com as características físico-químicas de cada espécie, minimizando eventuais contaminações químicas ou biológicas.

Os materiais de armazenamento das espécies fotográficas encontram-se intimamente ligados com as ações de conservação, sendo a seleção criteriosa do material a utilizar um importante elemento para o prolongamento da vida útil das fotografias porque permanecerá em contato com a espécie durante um prolongado período de tempo.

O papel, o cartão e o plástico, são os materiais que, de acordo com o respeito por certas especificidades desses materiais, oferecem mais vantagens e de maior utilização para o armazenamento, embora, também, apresentem desvantagens intrínsecas às suas propriedades físico-químicas. Um método de seleção do material considerado como adequado, é a referência resultante da certificação da *Photographic Activity Test* atribuída a produtos de conservação fotográfica de qualidade.

Conforme referido por inúmeros técnicos, nomeadamente Luís Pavão (1997), salienta-se a imperiosa necessidade do papel / cartão possuir um pH neutro (pH = 7), ou ligeiramente alcalino, sob risco de, com o decorrer do tempo, se tornarem ácidos (geralmente são fabricados com pasta de madeira mecânica). Por vezes, em função da dimensão do acervo, do orçamento ou das especificidades arquitetónicas do arquivo, poderá ser necessário que as embalagens (pastas, envelopes, caixas, etc.) sejam manufaturadas pela equipa técnica do arquivo.

Também o plástico deve possuir especificidades que evitem o deterioramento das fotografias. Assim, é desaconselhável utilizar plásticos em cuja constituição possua cloro (geralmente cloreto de polivinilo – PVC), pois produz gases ácidos que ao combinarem com a fotografia acidificam-

na. O poliéster, o polipropileno e o polietileno são, genericamente, os plásticos mais adequados pois são quimicamente mais estáveis e a sua transparência permite uma fácil identificação do conteúdo, minimizando a necessidade de manusear a fotografia.

Outros elementos que não devem ser utilizados nas embalagens de arquivo são: elásticos, fita-cola, colas, materiais ferrosos, madeiras e derivados, porque libertam gases oxidantes (peróxidos).

Como elemento final do armazenamento, as caixas de cartão e os álbuns, para além de facilitar o acondicionamento de acordo com as características físicas das espécies a arquivar (vertical ou horizontalmente), permitem agrupar o acervo e, simultaneamente, funcionam como segundo nível de proteção dos materiais, pois protegem-nos de poeiras e de choques e facilitam a *arrumação e a organização* [mas] *não devem impedir a circulação de ar, pois as permutas gasosas são necessárias à saída da humidade que as espécies possam reter* (11).

Importa referir a utilização de caixas metálicas, preferencialmente para negativos de vidro, estando, no entanto, sujeita a determinados condicionalismos, como seja o peso, os gases resultantes da pintura, assim como as arestas metálicas resultantes de um deficitário acabamento.

Em termos de seleção de prateleiras ou de armários, também importa ter em consideração alguns pormenores: *a)* As prateleiras deverão ser destinadas aos materiais mais consultados, requerendo uma limpeza frequente; *b)* As prateleiras não devem possuir uma altura superior a 2,20 m; *c)* Os armários, enquanto terceiro nível de proteção, devem ser usados para materiais menos consultados, assegurando uma maior proteção relativamente à luz e à poeira.

5.2.6. Organização

O respeito pelo Princípio da Proveniência é a base organizacional de um acervo fotográfico, não se devendo inserir nessa coleção, ou dela retirar, elementos que, por algum motivo, se possa considerar como ali pertencente.

A receção de uma coleção fotográfica implica a aplicação de uma sequência de procedimentos que se iniciam pela avaliação das espécies fotográficas, no sentido de: *a)* Analisar o interesse que a coleção tem para a instituição; *b)* Avaliar a qualidade das espécies fotográficas e do seu estado de deterioração; *c)* Elaborar um dossier de registo do processo de receção; *d)* Rotular as caixas originais com indicações várias (origem, nome e data da coleção, numeração original e de receção no arquivo, breve descrição do conteúdo); *e)* Efetuar um pré-inventário resultante de uma observação preliminar (formato, temas, conteúdos, quantidades, estado de conservação) que deverá dar origem a uma ficha de descrição.

Após estes procedimentos, seguir-se-ão as diversas fases de agrupamento das espécies por características físicas comuns, pois esse facto facilitará o trabalho de conservação e de acondicionamento, tornando mais acessível as futuras utilizações da coleção: pelos formatos, com vista à otimização do espaço de arquivo, e por tema, assunto, datas, locais ou autores.

Inserido neste capítulo, devemos considerar, também, as ações de limpeza e de acondicionamento após a receção das espécies, pois poderão apresentar poeiras e humidades que requeiram uma intervenção urgente até que uma intervenção mais profunda se torne oportuna.

Enquanto a coleção não se encontrar devidamente higienizada deverá ser mantida em espaços fisicamente independentes do restante acervo.

5.2.7. Descrição

A descrição, enquanto enumeração das características e qualidades de uma espécie fotográfica, é a base de consulta de qualquer coleção e torna a imagem visível para o utilizador, permitindo a pesquisa para recuperação da informação, facilitando a identificação pela associação da imagem à informação e fornecendo dados sobre a fotografia.

A descrição da espécie fotográfica pode ser substituída por descritores, enquanto linguagem controlada, os quais permitem a identificação dos conteúdos e se apresentam como potenciais pontos de acesso para a recuperação da informação. Para além dos descritores, o campo da descrição é geralmente preenchido com um resumo do conteúdo da imagem. Pretende-se, com a descrição, realizar o enquadramento histórico/social/económico da fotografia, potencializando o número de interessados e das possíveis áreas de utilização.

Os registos deverão constituir um catálogo que deverá facilitar a recuperação da informação, preferencialmente com recurso a suporte informático, seguido de um processo de digitalização, ou de reprodução fotográfica, que permitirá uma utilização exaustiva da imagem sem manuseamento do elemento original por parte dos utilizadores. Nos dados descritivos devem constar informações como: origem, época, localização, autor, objetivo da produção, conteúdo, espaço/tempo, assunto, evento, estado de conservação, indicações do acondicionamento.

Uma imagem inventariada ou catalogada é uma imagem que se torna acessível, enquanto que uma imagem não catalogada pode estar muitos anos sem ser usada ou cair definitivamente no esquecimento. (12)

6. O Restauro

O manuseamento de livros e/ou documentos necessário ao funcionamento normal de um arquivo ou biblioteca, frequentemente leva a situações em que uma pequena intervenção de conservação, aplicada imediatamente, de forma correta, evita uma intervenção posterior muito maior e mais cara (13).

As espécies fotográficas apresentam tipologias diversas, seja do ponto de vista temático, estético ou formal e o restauro deve obedecer a determinadas regras que estão relacionadas como as características dos materiais dessas espécies, consistindo essencialmente *em eliminar de um livro ou documento os estragos causados pelo tempo, manuseamento e incúria do homem (14).*

Assim, qualquer intervenção de restauro, temporária ou permanente, deve ser total e facilmente reversível e os materiais utilizados devem ser escolhidos, e aplicados, de modo a não provocar dano superior àquele que vai ser reparado.

As intervenções efetuadas devem ser documentadas através de um relatório ao qual se poderá anexar esquemas, desenhos, fotografias ou outros elementos considerados como necessários. Paralelamente, poderá ser necessário conservar amostras de materiais substituídos, sobretudo quando existe dúvidas quanto à sua identificação.

Mas, em caso de dúvidas, de desconhecimento dos materiais envolvidos ou da metodologia a aplicar, apresentar-se-á como adequado não efetuar a intervenção.

Os motivos para se proceder a intervenções de restauro são variados. Poderão incidir na correção de defeitos dos materiais por causas diversas, mas, também, na correção de defeitos resultantes da técnica, ou das suas limitações, aplicada.

Mas existem argumentos contra a intervenção de restauro por motivos somente estéticos pois ocorrem misturas de técnicas, com possibilidade de alteração do processo e do resultado obtido, para além da hipótese de enganos ou falsificações.

Para estas ações de restauro, os materiais e os instrumentos utilizados devem ser cuidadosamente escolhidos, dado seu contato direto com a espécie fotográfica e as consequências que podem ocorrer no exemplar.

Referimos apenas alguns dos instrumentos que mais frequentemente são utilizados pelo restaurador: bisturis, pinças, pincéis de cerda, x-atos, lâminas, tesouras, espátulas quentes (inferior a 110°C), espátulas, dobradeiras, ferros elétricos, ferros de soldar em latão ou em aço, régua, borrachas, almofadas com borracha em pó e mesa de luz, entre muitos outros.

Em termos de materiais, referimos alguns exemplos: papel “japonês”, cola de amido (de arroz ou de trigo), solventes (acetona e álcool), fita adesiva adequada para arquivo, cera hidratante e consolidante, líquidos de limpeza para fotografia.

7. Normativas

Apresenta-se como fundamental que as instituições, empresas e técnicos que se dedicam a ações de preservação, conservação e restauro, e que assumem a responsabilidade de gerir arquivos de espécies fotográficas, detenham o conhecimento das normas nacionais e internacionais.

Enumeramos algumas referentes ao tema em análise: *a) NP 4459-1:2008*, Materiais para imagens -Vocabulário (adaptada da ISO 18913); *b) ISO 18901:2010*, Materiais para imagens - Processado tipo prata - Gelatina de filmes preto-e- branco - Especificações para a estabilidade; *c) ISO 18902:2001*, Materiais para imagens - Materiais para imagem processada - Álbuns, molduras e práticas de armazenagem; *d) ISO 18905:2002*, Materiais de imagem - Película fotográfica processada - Amoníaco - Especificações para a estabilidade; *e) ISO 18911:2010*, Materiais para imagem - Filmes fotográficos de segurança processados - Práticas de armazenamento; *f) ISO 18912:2002*, Materiais de imagem – Transformados de filme fotográfico - Especificações para a estabilidade; *g) ISO 18913:2012*, Materiais para imagens – Vocabulário; *h) ISO 18916:2007*, Materiais para imagens - Materiais para imagens processadas - Ensaio de atividade fotográfica para materiais de invólucro; *i) ISO 18918:2000*, Materiais para imagem - Chapas fotográficas processadas - Práticas de armazenamento; *j) ISO 18920:2011*, Materiais para imagem - Gravuras reflexão fotográficos processados - Práticas de armazenamento; *l) ISO 18928:2013*, Materiais para imagens - Filmes e papéis fotográficos não processados; *m) ISO 18932:2009*, Materiais para imagem - Sistemas adesivos de montagem - Especificações.

Devemos referir, também, em termos nacionais, o papel e a contribuição do Centro Português de Fotografias, enumerando algumas das suas competências, as quais foram atribuídas pelo artigo 6.º da Portaria 192/2012: *a) Promover a salvaguarda e valorização do património fotográfico, garantindo a aplicação de diretivas técnicas, apoiando as entidades detentoras,*

públicas e privadas, e incentivando o crescente acesso aos espólios; b) Assegurar todos os procedimentos e formalidades necessários à proteção legal de património fotográfico; c) Elaborar normas e orientações técnicas para o tratamento de arquivos fotográficos; d) Colaborar com os serviços da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas na promoção da qualidade dos arquivos fotográficos, incentivando e apoiando as instituições a que pertencem ou de que dependem na implantação de sistemas de gestão, garantindo a aplicação de diretivas técnicas e incentivando o crescente acesso aos espólios; e) Assegurar a conservação e gestão da Coleção Nacional de Fotografia.

8. Considerações Finais

O património material fotográfico, enquanto testemunho histórico que identifica e individualiza sociedades, deverá constituir uma preocupação das entidades e a base das funções dos arquivistas no desenvolvimento das suas iniciativas de preservação das coleções, tendo por objetivo o prolongamento da vida útil das espécies fotográficas.

A conservação das espécies fotográficas e o tratamento disponibilizado ao processamento das imagens tendo em consideração o seu potencial enquanto elemento informativo, têm sido temas que encontram campo de desenvolvimento em diversas instituições e empresas nas últimas décadas, apesar das dificuldades inerentes à recuperação de informação em suportes que, devido às suas características físicas, são muito influenciados pelas condições de conservação.

A implementação de um arquivo fotográfico requer ações de sensibilização através de iniciativas de formação, de comunicação interpessoal e interdepartamental e de ação, quando uma situação de deterioração é detetada e identificada pela aplicação de medidas de intervenção.

As organizações deverão definir e aplicar políticas arquivísticas de carater abrangente de forma a estimular a alteração de comportamentos, tendo por objetivo a preservação do património arquivístico e a valorização intrínseca que o mesmo pode atribuir à organização.

NOTAS

(1) BAURET, Gabriel – **A fotografia: história - estilos - tendências – aplicações**. Lisboa: Edições 70, (2006), p. 10. ISBN 972-44-1284-9.

(2) PAVÃO, Luís – **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa: Dinalivro, (1997), p. 25. ISBN 972-576-130-8.

(3) NP 4438-1:2005 – **Norma Portuguesa: Informação e documentação. Gestão de Documentos de Arquivo**. Monte da Caparica: Instituto Português de Qualidade, (2005), p. 11. ICS 01.140.20.

(4) CABRAL, Maria Luísa – **Amanhã é sempre longe de mais: crónicas de preservação & conservação**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, (2002), p. 20. ISBN 972-98827-1-1.

(5) PAVÃO, Luís – **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa: Dinalivro, (1997), p. 52. ISBN 972-576-130-8.

- (6) LE GOFF, Jacques – **Documento/Monumento. Enciclopédia Einauld - Memória História**, Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (1984), p. 104. Cota da Biblioteca Nacional n.º 930.
- (7) PAVÃO, Luís – **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa: Dinalivro, (1997), p. 24. ISBN 972-576-130-8.
- (8) LEITÃO, António José; SILVA, Armando Silva; PEREIRA, Esmeralda Dias – **Para uma política nacional de preservação e gestão da imagem fotográfica. 2º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Coimbra, 27 a 29 de Maio de 1987 – a integração europeia: um desafio à informação, Actas**. Coimbra: Livraria Minerva, (1987), p. 482. D. L. 16.581/87, 1987.
- (9) CABRAL, Maria Luísa – **Amanhã é sempre longe de mais: crónicas de preservação & conservação**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, (2002), p. 92. ISBN 972-98827-1-1.
- (10) FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – **Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico**. Coimbra: Almedina, (2008), p. 303-304. ISBN 978-P72-40-3499-7.
- (11) PAVÃO, Luís – **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa: Dinalivro, (1997), p. 235. ISBN 972-576-130-8.
- (12) PAVÃO, Luís – **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa: Dinalivro, (1997), p. 274. ISBN 972-576-130-8.
- (13) DINIZ, Marco – **Restauro: Primeiros Socorros. Cadernos BAD. Nº 1**. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, (1995), p. 83. ISSN 0007-9421.
- (14) FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – **Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico**. Coimbra: Almedina, (2008), p. 1081. ISBN 978-P72-40-3499-7.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Madalena; PEREIRA, Maria Olinda Alves; LOMELINO, Maria Paula; NASCIMENTO, Paulo Coelho – **Dicionário de Terminologia Arquivística**. ISBN 972-565-146-4. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- ARCHIVES NATIONALES DU QUÉBEC – **Normes et procédures archivistiques**. Quatrième édition revue et corrigée. Québec: Gouvernement du Québec, 1992. ISBN 2-550-26232-8.
- BAURET, Gabriel – **A fotografia: história - estilos - tendências – aplicações**. Lisboa: Edições 70, 2006. ISBN 972-44-1284-9.
- CABRAL, Maria Luísa – **Amanhã é sempre longe de mais: crónicas de preservação & conservação**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002. ISBN 972-98827-1-1.
- DINIZ, Marco – **Restauro: Primeiros Socorros. Cadernos BAD. Nº 1**. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1995. ISSN 0007-9421.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – **Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico**. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-P72-40-3499-7.

LE GOFF, Jacques – **Documento/Monumento. Enciclopédia Einauld - Memória História**. Vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. Cota da Biblioteca Nacional nº 930.

LEITÃO, António José; SILVA, Armando Silva; PEREIRA, Esmeralda Dias – **Para uma política nacional de preservação e gestão da imagem fotográfica. 2º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Coimbra, 27 a 29 de Maio de 1987 – a integração europeia: um desafio à informação, Actas**. Coimbra: Livraria Minerva, 1987. D. L. 16.581/87.

NP 4438-1:2005 – **Norma Portuguesa: Informação e documentação. Gestão de Documentos de Arquivo**. Monte da Caparica: Instituto Português de Qualidade, 2005. ICS 01.140.20.

PAVÃO, Luís – **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa: Dinalivro, 1997. ISBN 972-576-130-8.

SCELLENBERG, Theodore Roosevelt (1973) – **Arquivos modernos - Princípios e técnicas**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. ISBN 980-00.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – **Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação**. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0483-3.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA – **Competências** [Em Linha]. Porto. [Consult. 12 Out. 2018]. Disponível na www:<URL: <http://www.cpf.pt/compet.htm>>.

ISO 18901; 18902; 18905; 18911; 18912; 18913; 18916; 18918; 18920; 18928; 18932 – **Materiais para imagem**. [Em Linha]. [Consult. 12 Out. 2018]. Disponível na www:<URL: <http://www.iso.org/iso/home/search.htm?qt=18902&sort=rel&type=simple&publshed=on>>.

NP 4459-1:2008 – **Norma Portuguesa: Fotografia – Vocabulário**. [Em Linha]. Instituto Português de Qualidade Monte da Caparica: 2008. [Consult. 12 Out. 2018]. Disponível na www:<URL: <http://www.ipf.pt/NormaPortuguesa/>>.

OS RESTAUROS REALIZADOS PELO ESTADO NOVO NO DISTRITO DE BRAGA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA ATRAVÉS DA IMPRENSA LOCAL

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo

Doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Territórios na Universidade de Trás-
os-Montes e Alto Douro

CETRAD- Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

pedrodosrc@gmail.com



Os Restauros Realizados pelo Estado Novo no Distrito de Braga: uma abordagem histórica através da imprensa local

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo

Historial do artigo:

Recebido a 01 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância das obras de restauro promovidas pelo Estado Novo nos monumentos do distrito de Braga, recorrendo a notícias na imprensa local, mais concretamente ao jornal Correio do Minho. É uma fonte privilegiada porque era um jornal associado ao Regime.

Palavras-chave: Património Histórico; Obras Públicas; Restauro; Imprensa Regional

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of restoration works promoted by the Estado Novo in the monuments of the district of, using news in the local press, more specifically to the newspaper Correio do Minho. It is a privileged source because it was a journal associated with the Regime.

Key-words: Historical Heritage; Public Works; Restoration; Regional Press

1.Introdução

As obras de restauro integram um plano abrangente de obras públicas. Além de requalificar e valorizar o património histórico, estas medidas caracterizaram-se, principalmente, por ser um excelente instrumento de propaganda política do Regime.

Perante os periódicos do Correio do Minho existentes no Arquivo Municipal de Braga, através dos seus artigos, conseguimos identificar várias informações como os valores investidos nas obras bem como a importância do restauro. Trata-se de informação «coeva» que permite obter

outros conhecimentos essenciais para a compreensão deste período, pois as notícias exaltam as realizações materiais realizadas pelo Estado Novo no distrito.

O Correio do Minho é um jornal diário bracarense, aliado ao Estado Novo e foi fundado por Álvaro Pipa a 6 de julho de 1926.

Ao longo deste estudo, iremos demonstrar vários artigos que mostram o intervencionismo do Estado, sobretudo em castelos e igrejas. Finalmente, na conclusão, é explicada a importância do restauro dos monumentos.

2. Obras públicas e as políticas económicas

Ultrapassada a crise que ocorreu na década de 20 e alcançou a década 30 do século XX, tornava-se imprescindível estimular a economia, absorvendo o desemprego e fornecer encomendas às indústrias nacionais. Desta forma, Salazar criou uma política de obras públicas, sustentada na solidez do Tesouro e na estabilização financeira, “que permitira promover o progresso” (MARQUES, 1993: 298). A política de obras públicas consistiu na construção de diversas infraestruturas essenciais para o país como: portuária, rodoviária, habitacional, escolar, hospitalar, entre outras áreas.

As políticas económicas aplicadas pelo Estado Novo centraram-se no emprego de um crescimento autossustentado, acompanhando a evolução da economia mundial, ou seja, tinham como “principal objetivo fazer Portugal entrar na época do moderno crescimento económico” (SERRÃO; MARQUES, 1992: 306).

Em 1935, foi aprovada a Lei da Reconstituição Económica (1). Tinha um cariz Fontista e esta lei tinha sido fundamentada ainda durante a Ditadura Militar. Consistia num vasto plano económico, no valor de 6,5 milhões de contos, que tinha duração até 1950 e tinha como objetivo principal “promover a construção de infraestruturas e a criação (...) de sectores industriais considerados estratégicos para a económica nacional” (LAINS et al., 2011: 384), retomando assim o projeto inicial do Fontismo do século XIX. Também possuía outros objetivos tais combater os danos provocados pela Grande Depressão de 1929, como o desemprego, pois o peso da conjuntura internacional está presente na situação nacional, onde o Regime segue os mesmos passos de políticas intervencionistas tomadas nos EUA com o *New Deal*, bem como na Grã-Bretanha. Desta forma, o Intervencionismo caracteriza-se por ser uma “política económica adotada pelo Estado, geralmente em períodos de crise, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio económico-social” (ALMEIDA et al., 1996: 112).

Segundo o artigo 1.º da mesma lei, as áreas de aplicação seriam as seguintes: “Viação; Portos comerciais e de pesca; Rede telegráfica e telefónica; Rede elétrica; Hidráulica agrícola, irrigação e povoamento; Edifícios para escolas e outros serviços do Estado; Reparação de monumentos; Urbanização em Lisboa e no Porto; Crédito colonial; Outros fins” (NUNES; VALÉRIO, 1983: 2);

A política de obras públicas foi em certa parte sustentada pelas verbas oriundas da criação do Fundo de Desemprego, em 1932, pelo ministro das Obras Públicas, o Engenheiro Duarte Pacheco. A maior parte das verbas destinava-se às obras públicas, sobretudo aos sectores dos transportes e das comunicações (VIEIRA, 1999: 66). O ministro criou de seguida o Comissariado do Desemprego, “um organismo autónomo no seio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que ficaria responsável pelo auxílio aos desempregados” (PIMENTEL, 1999: 477).

Salazar, que desempenhava o cargo de Ministro das Finanças em 1928, procedeu à imediata correção dos desequilíbrios orçamentais oriundos da Ditadura Militar. Através de um acentuado controlo nas contas de todos os ministérios, a partir de 1930 a despesa diminuiu e a receita aumentou. Contudo, entre 1935 e 1940 a despesa aumentou ligeiramente devido aos encargos com os inúmeros investimentos em obras públicas, realizados no âmbito da Lei de Reconstituição Económica, formalizada em 1935.

3. Metodologia

Este estudo centra-se no distrito de Braga, por ser uma região com relevo no panorama nacional, pois daqui «partiu» a Revolução de 28 de maio de 1926.

O período escolhido para a realização deste trabalho centrou-se na seleção das seguintes balizas cronológicas: 1930 e 1945, por ser um período áureo do regime e onde o Estado desempenhou um papel interventivo na economia portuguesa.

Neste trabalho procurou-se estabelecer uma relação direta com as fontes. Sendo assim, a pesquisa foi realizada somente na imprensa de âmbito regional, recorrendo ao jornal *Correio do Minho*. O *Correio do Minho* era um jornal local e uma fonte altamente ligada ao Regime, bem como à Assembleia Nacional, o que permite perceber a importância das obras públicas do Estado Novo no poder local, nomeadamente em Braga.

Perante isto, foi realizada uma pesquisa de carácter exploratório. Sendo o universo de notícias analisado bastante diversificado, procedeu-se à seleção das notícias definidas em função do universo documental.

A fonte mantém as mesmas características e conteúdos ao longo do período em estudo, com a mesma configuração, páginas, notícias na capa e temas em destaque. Somente alteram os diretores e editores.

4. Obras de restauro no distrito de Braga

Importa definir o conceito de património histórico, que é interpretado como “uma referência do passado e pertence a uma comunidade, sendo o reflexo da sua história” (GIL, 2006: 31). Perante isto, os monumentos identificados neste estudo enquadram-se nesta forma de entender património histórico-cultural.

Através da DGEMN, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo criado em 1920, foram restaurados diversos monumentos “onde se destacam os momentos de triunfo da Nação, ancestral de oito séculos” (NETO, 1999: 132), exaltando desta forma os valores nacionais. Os restauros pretendem exaltar momentos de glória da história portuguesa, procurando recuperar a feição primitiva de vários monumentos (2). “As ações praticadas neste período traduziam uma vontade de recuperação dos monumentos nacionais, justificada pelo estado de “abandono” e ruína em que se encontrava algum do património nacional, ficando conhecido, por isso, como era da restauração, expressão celebrizada pelo próprio Salazar” (ALMEIDA, 2012: 35).

Desde que o Estado Novo implementou o programa de obras públicas a nível nacional, o distrito de Braga recebeu vários subsídios para promover várias obras de restauro nos principais

monumentos, como nas citânias de Briteiros e de Lanhoso que receberam cada um, 2500 escudos, como é demonstrado no artigo (vd. **Figura 1.**). Outras localidades do distrito de Braga, como Braga, Guimarães e Fafe, procederam a intervenções em vários edifícios históricos.

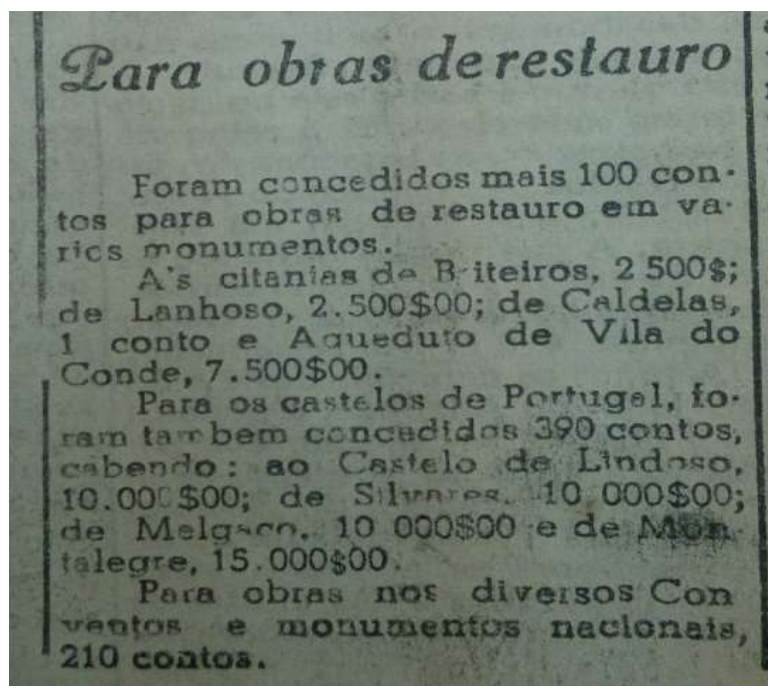


Figura 1. Para obras de restauro. Fonte: Ano XVII, 1943, 9 de maio, terça-feira, nº 5463, p. 1 (capa)

O programa de obras foi aplicado em vários domínios como no restauro de igrejas, castelos que recuperaram a sua feição medieval, conventos (vd. **Figura 2.**), entre outros edifícios históricos, como é o caso das obras de restauro da biblioteca pública (vd. **Figura 3.**) e Arquivo Distrital de Braga, que era o antigo Paço Arquiepiscopal e foram dotadas com a verba de 101.728\$00. A notícia conclui que "o edifício, que já hoje constitui uma perfeita maravilha, ficará, depois de concluído, a obra mais bela do país, no seu género" (PIPA, 1936: 1).

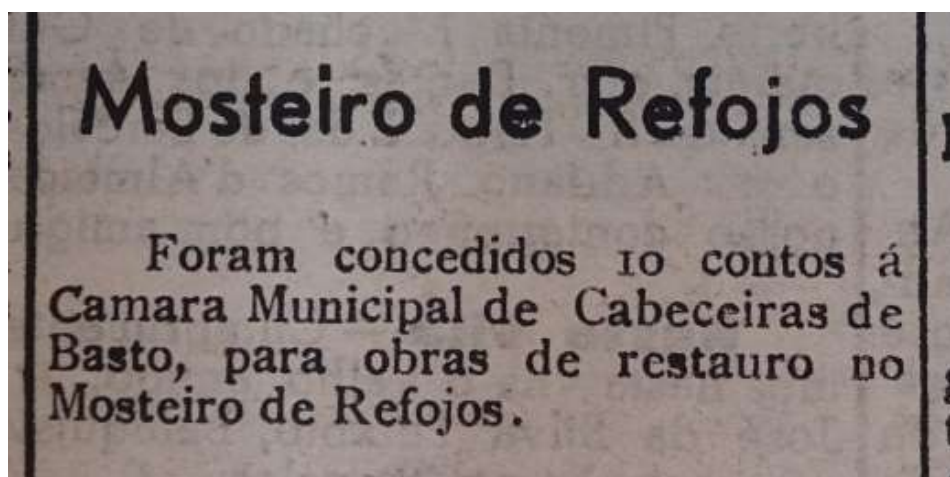


Figura 2. Mosteiro de Refojos. Fonte: Ano XVII, 1943, 6 de junho, domingo, nº 5182, p. 4.



Figura 3. Obras da Biblioteca Pública de Braga. Fonte: Ano X, 1936, 9 de junho, terça-feira, nº 3036, p. 1 (capa).

Ainda no domínio do restauro de edifícios religiosos, outra notícia tem como título «O Senhor Ministro das Obras Públicas (Engenheiro Duarte Pacheco) visitou ontem as obras de restauro do Paço Episcopal e da Sé e o Bairro Económico» (vd. Figura 4.).

O sr. Ministro das Obras Públicas

visitou ontem as obras de res- tauro do Paço Episcopal e da Sé e o Bairro Económico

A visita do sr. Engenheiro Duarte Pacheco vai proporcionar a realização de outros melhoramentos

Ontem ao fim da tarde, visitou, em Braga vários melhoramentos importantes actualmente em curso, o sr. engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas.

O ilustre membro do Governo, que era acompanhado pelos srs. engenheiros Alvaro David, Mário Filgueiras e Octávio Filgueiras, e ainda pelo seu secretário, sr. engenheiro Ataíde, dirigiu-se, logo após a chegada, ao edifício do antigo Paço Episcopal, anexo à Biblioteca e agora em intenso restauro.

No citado edifício era o sr. Ministro das Obras Públicas aguardado pelos srs. dr. Alberto Feio, director da Biblioteca e Arquivo Distri-

Os srs. drs. Alberto Feio e Alberto Cruz, solicitaram do sr. Ministro das Obras Públicas a concessão de verbas para trabalhos de decoração e construção do mobiliário destinado ao edifício, tendo sido as suas diligências muito bem acolhidas.

Do antigo Paço dirigiu-se o sr. eng. Duarte Pacheco, com as pessoas acima mencionadas, à capela de Nossa Senhora da Glória, na Sé, onde era esperado pelo arquitecto sr. Baltazar de Castro e pelos conegos srs. D. João Novais e Sousa e Aguiar Barreiros, que o acompanharam na sua visita à referida capela e depois a toda a catedral. Aqui, também o sr. eng. Duarte Pacheco formulou vários alvites, sem desdouro do seu contentamento pela forma como as obras estão a decorrer.

Na parte exterior, visitou o sr. Ministro das Obras Públicas, com a comitiva, a face da Porta do Sol e o Largo do Rocio, tendo decidido ordenar a demolição de um pequeno prédio do citado Largo, ha muito deshabitado, e de uma parte do edifício do antigo Café 14. O sr. engenheiro Duarte Pacheco manifestou também o desejo de que fossem levados ao alinhamento, com novas frontarias, os prédios da R. Mártires da Republica que faziam parte da antiga e tortuosa R. do Poço.

Por último o ilustre titular dirigiu-se ao bairro das Casas Económicas, que também visitou, na companhia das pessoas atrás referidas e do sr. Dr. Araujo Malheiro, Presidente da Câmara, que se lhes reuniu no Largo da Senhora á Branca.

No decorrer da visita, os srs. drs. Alberto Cruz e Araujo Malheiro instaram pela concessão de subsídios para a pavimentação da Avenida Dr. Porfírio da Silva, que liga o bairro com a cidade, avenida que por ocasião das chuvas fica quasi intransitável.

O pedido foi tomado em consideração.

Eram 21 horas quando a visita terminou.

O sr. engenheiro Duarte Pacheco, que na troca de impressões com as individualidades que o acompanhavam fez reparos quanto à pavimentação de algumas das nossas ruas, não ocultou a impressão agradável que lhe deixaram as obras visitadas.

O ilustre membro do Governo, concluidas as visitas, seguiu para



DR. DUARTE PACHECO
MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

tal, deputado sr. dr. Alberto Cruz, dr. Jerónimo Louro e pelos srs. engenheiros Martins Moreira, director das Obras Públicas do Distrito, e Mário Viana, que o acompanharam na visita às importantes obras em curso.

O sr. engenheiro Duarte Pacheco manifestou o seu agrado pelo aspecto do formoso edificio restaurado e pelo adiantado das obras, ácerca de cuja conclusão deu vários alvites.

A guerra

Figura 2. Visita do Ministro das Obras Públicas. Fonte: Ano XIV, 1940, 24 de maio, sexta-feira, nº 4252, p. 1 (capa)

Inserido no Plano dos Centenários, que comemorava o duplo centenário da Fundação de Portugal em 1140 e a Restauração da Independência em 1640, o castelo de Guimarães, símbolo da Nação (vd. Figura 5.) foi alvo de restauro.

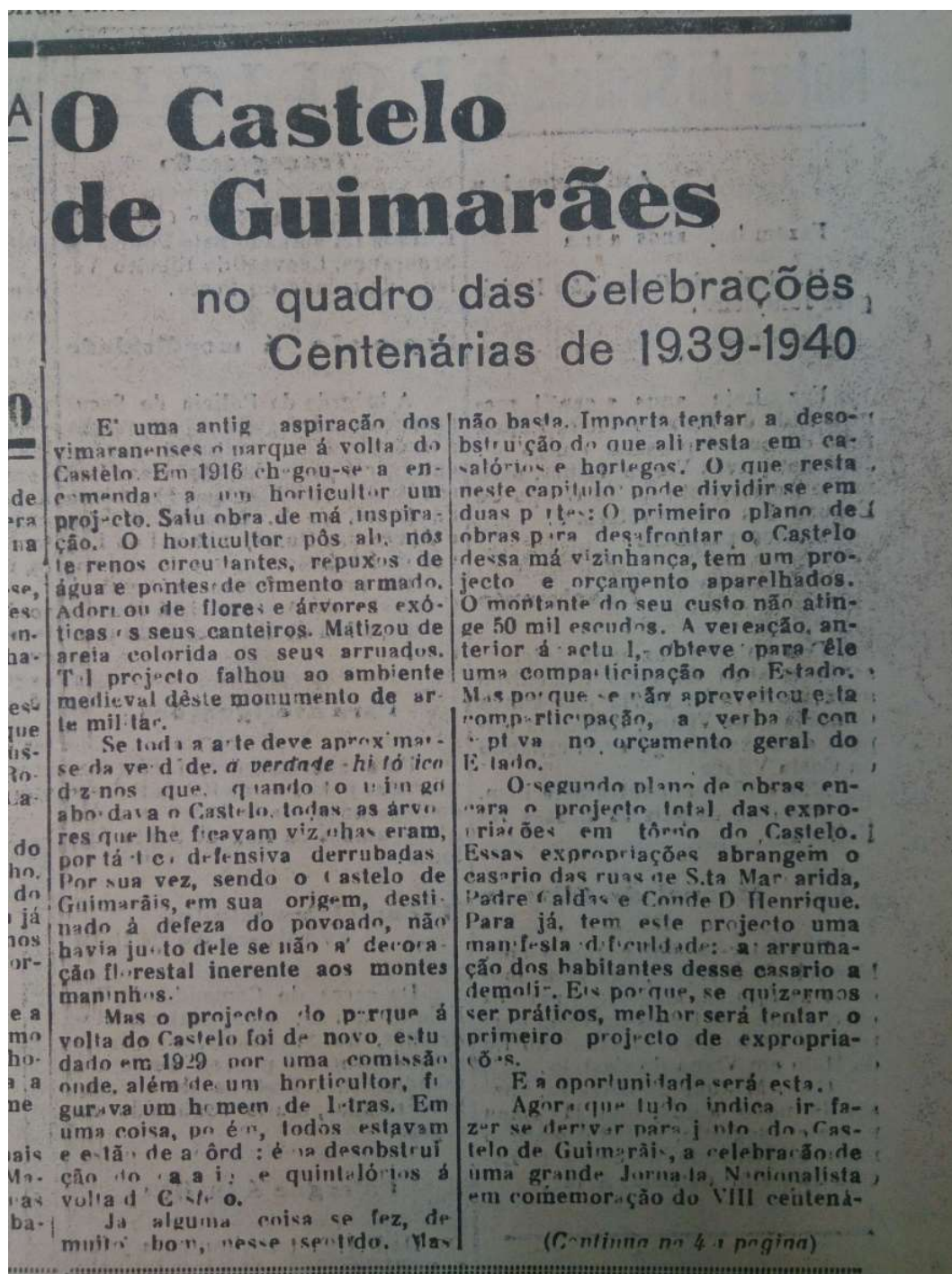


Figura 3. O castelo de Guimarães. Fonte: Ano XII, 1938, 14 de abril, quinta-feira, nº3604, p. 1 (capa)

O Castelo de Guimarães sofreu algumas alterações posteriores, porém o restauro da DGEMN em 1937, retirou todos os acrescentos modernos, uma vez que pretendia devolver ao castelo a estrutura original, neste caso, a feição gótica.

Ao mesmo tempo, o Paço dos Duques também foi reedificado e restaurado entre 1937 e 1959, sendo este restauro alvo de controvérsia devido às modificações que o edifício sofreu. A 4 de

Junho de 1940, após as obras de restauro, o castelo é inaugurado, por ocasião da comemoração dos Centenários.

O restauro do castelo da Póvoa de Lanhoso (vd. Figura 6)., que incluiu trabalhos de prospeção arqueológica, teve início em 1938 e a notícia refere que "(...) a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, prossequindo na patriótica obra que se impôs, e que tão sabiamente tem desenvolvido por esse país fora, entendeu que o velho e histórico castelo de Lanhoso devia ser restaurado, quando não pudesse ser no todo, pelo menos em parte. Foi o que se fez e há pouco se concluiu. (...) Foi, de facto, um alto benefício que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais prestou ao castelo de Lanhoso e, de uma forma geral, ao património artístico e espiritual da Nação (...)" (PIPA, 1943: 1).



Figura 4. Restauro do Castelo da Póvoa de Lanhoso. Fonte: Ano XVII, 1943, 1 de julho, quinta-feira, nº 5202, p. 1 (capa)

A igreja românica foi construída no século XIII. Sofreu intervenções no âmbito do programa de restauros promovidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, cuja obra realizada "(...) que veio mostrar mais uma vez, a atenção desvelada do Estado Novo pelo nosso património artístico, espiritual, desprezado durante largos anos por aqueles que se diziam pessoas de Pensamento, de Arte e de Ciência (...)" (PIPA, 1935: 1), como é referido na notícia (vd. Figura 7.). A igreja foi reaberta ao culto em 1935.



Figura 5. Abertura da igreja de Arões em Fafe após as obras de restauro. Fonte: Ano IX, 1935, 16 de agosto, sexta-feira, nº 2787, p. 1 (capa).

Desta forma, através das obras de restauro, Salazar procura "(...) legitimar e arvorar o Governo, tirando partido de uma série de associações históricas, em que os momentos de glória nacional são evocados e integrados na construção (...)" (PINTO, 2008: 22).

5. Conclusão

A política de obras públicas rapidamente se transformou num dos símbolos da administração do Regime, daí poder afirmar-se que este programa assentou numa perspetiva ideológica, que sintetizava alicerces políticos, religiosos e morais. Sem dúvida que o programa de obras públicas constituiu um sucesso para o Estado. Em Braga, a intervenção da DGEMN é exemplar pelos motivos anteriormente referidos.

É notório que os artigos vinculam notícias propagandísticas de forma a enaltecer o Regime.

Pode afirmar-se que a política de obras públicas do Regime possuía um triplo objetivo: o desenvolvimento do país de uma forma integrada e territorial, expressar a imagem do poder político salazarista e principalmente valorizar o património histórico. As próprias notícias que dão ênfase às notícias dos restauros promovidas pelo Estado Novo surgem na capa do Correio do Minho.

Em suma, esta política de infraestruturas adotada pelo Estado Novo só foi “possível graças ao sucesso da política de estabilização financeira e monetária” (SERRÃO; MARQUES, 1990: 317).

Salazar tinha consciência que o país bem como as classes médias estavam a desenvolver-se, daí apostar num ambicioso programa de restauros de monumentos, inserido no fomento das obras públicas, sendo esta situação veiculada de forma privilegiada pelos artigos existentes no Correio do Minho.

NOTAS

(1) Lei nº 1914 de 24 de maio de 1935.

(2) Como refere Luís Vasconcelos “Deste modo, valorizam-se as construções da Idade Média e o significado do que representam, nas quais são incluídas as respeitantes à época manuelina (porque nestas se encontra uma arte verdadeiramente portuguesa), em detrimento daquelas que correspondem a momentos menos heroicos da história portuguesa (como as décadas de domínio espanhol), a outros de degradação nacional e ainda aos demasiado recentes (...).” (VASCONCELOS, 2011: 245).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes – **Intervenção Contemporânea nos Castelos de Portugal: dois casos de estudo, São Jorge e Pombal**. 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

ALMEIDA, Antónia Domingues [et al.] – **Dicionário Breve de História**. Lisboa: Presença, 1996.

BAPTISTA, Marta Raquel Pinto – **Arquitetura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo**. 2008. Tese de Licenciatura em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FALCÃO, Lídia Joana Martins – **Barrocal do Douro: cidade ideal vs aldeia actual**. Coimbra: **Universidade de Coimbra**. 2009. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

GIL, Amalia Pérez-Juez – **Gestión del Patrimonio Arqueológico: el yacimiento como recurso turístico**. 1ª e. Barcelona: Ariel, 2006.

GOMES, Joaquim da Silva - **Galeria dos Presidentes da Câmara Municipal de Braga: 1836-2006**. Braga: CMB, 2006.

LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch; COSTA, Leonor Freire – **História Económica de Portugal: 1143-2010**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

LAINS, Pedro e Silva, Álvaro Ferreira – **História Económica de Portugal 1700-2000: o século XX**, vol. 3, 2ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – **História de Portugal Contemporâneo: economia e sociedade**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

MARTINS, Rita Maria Machado – **João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954): Arquitectura e Urbanismo**, 2010. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa. Acessível na Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

MEDINA, João – **Salazar, Hitler e Franco: Estudos sobre Salazar e a Ditadura**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

NETO, Maria João Baptista – Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo. In **Memoriam**. Porto: vol. II, (1999), p. 131-141.

NUNES, Ana Bela; BRITO, José Maria Brandão de – Política Económica, Industrialização e Crescimento. In **Nova História de Portugal- Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**. Lisboa: Presença, 1992. Vol. XII.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução: um exemplo dos projectos e realizações da política económica do Estado Novo. In **Estudos de Economia**. Vol. III, (1983), p. 331-359.

PINTO, Marta Raquel – **Arquitectura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo. Coimbra**. 2008. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Acessível na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

PIMENTEL, Irene Flunser – A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. In **Análise Social**. Vol. XXXIV, (1999), p. 151-152.

VASCONCELOS, Luís Miguel Maldonado – **Castelos em Portugal: retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]**. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

VIEIRA, Joaquim – **Portugal Século XX: 1930-1940**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

FONTES IMPRESSAS

PIPA, Álvaro (Diretor) - Para Obras de Restauro. Correio do Minho. Braga. 5463. (9 Mai. 1943).

PIPA, Álvaro (Diretor) - As obras da biblioteca foram dotadas com mais 101.728\$00. Correio do Minho. Braga. 3036. (9 Jun. 1936).

PIPA, Álvaro (Diretor) - Mosteiro de Refojos. Correio do Minho. Braga. 5182. (6 Jun, 1943).

PIPA, Álvaro (Diretor) - A restauração do histórico castelo de Lanhoso. Correio do Minho. Braga. 5202. (1 Jul, 1943).

PIPA, Álvaro (Diretor) - Foi aberta ao público ontem a igreja de Arões agora restaurada pelo Estado Novo. Correio do Minho. Braga. 2787. (16 Ago, 1935).

PIPA, Álvaro (Diretor) - O castelo de Guimarães no quadro das celebrações Centenárias de 1939-1940. Correio do Minho. Braga. 3604. (14 Abr, 1938).

PIPA, Álvaro (Diretor) - O Senhor Ministro das Obras Públicas visitou ontem as obras de restauro do Paço Episcopal e da Sé e o Bairro Económico. Correio do Minho. Braga. 4252. (24 Mai, 1940).

LO SPERIMENTALISMO LETTERARIO NEL ROMANZO MODERNO AMERICANO

Paola Tine'

PhD Student at The University of Adelaide

Paola.tine@adelaide.edu.au



Lo Sperimentalismo Letterario nel Romanzo Moderno Americano

Paola Tine'

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 08 de dezembro de 2018

RIASSUNTO

Quello della rappresentazione artistica, cioè il passaggio dei dati della realtà attraverso lo sguardo di un osservatore-artista che produce una rappresentazione del mondo, è uno dei temi cari alla letteratura americana del '900. Nello specifico, lo sperimentalismo letterario di Fitzgerald, Hemingway e Stein, rappresenta il problema del Modernismo in rapporto alla rappresentazione della realtà. Se la Stein propone un'applicazione dei principi del cubismo alla letteratura, con un esito prettamente artistico, Fitzgerald propone il tema del punto di vista da un'altra prospettiva, secondo cui l'individualità non può essere trascesa e una verità mai raggiunta. Infine, la riflessione di Hemingway si incentra sull'interrogativo stilistico del come esprimere artisticamente la realtà senza essere falsi e barocchi, rinunciando a orpelli che oscurino la realtà e offuschino la percezione delle posizioni e delle riflessioni degli autori.

Parole chiave: Rappresentazione, Interpretazione, Romanzo Americano.

ABSTRACT

This article explores the varying perspectives of twentieth century American literature in relation to the representation of reality. In particular, the literary experimentalism of Fitzgerald, Hemingway and Stein, addresses the problems of Modernism in relation to the representation of reality. While Stein proposes an application of the principles of cubism to literature, with a purely artistic outcome, Fitzgerald alternatively proposes another perspective, according to which individuality cannot be transcended and an objective truth can never be reached. Finally, Hemingway's method focuses on the stylistic question of how to artistically express reality without being false and baroque, renouncing to the frills that obscure reality and conceal the position of the author.

Key-words: Representation, Interpretation, American Novel.

RESUMO

Este artigo trata da questão da representação artística, ou seja, a passagem dos dados da realidade através do olhar de um observador-artista que produz uma representação do mundo, utilizando o experimentalismo literário do romance americano do século XX como exemplo de aplicação. Especificamente, o experimentalismo literário de Fitzgerald, Hemingway e Stein representa o problema do modernismo em relação à representação da realidade. Se Stein propõe uma aplicação dos princípios do cubismo à literatura, com um resultado puramente artístico, Fitzgerald propõe o ponto de vista de outra perspectiva, segundo a qual a individualidade não pode ser transcendida e uma verdade nunca alcançada. Por fim, a reflexão de Hemingway enfoca a questão estilística de como expressar artisticamente a realidade sem ser falsa e barroca, renunciando a frescuras que obscurecem a realidade e obscurecem a percepção das posições e reflexões dos autores.

Palavras-chave: Representação, Interpretação, Romance Americano.

1.Introduzione: tra rappresentazione e interpretazione

La messa in forma artistica di un contenuto trascende il dato logico-razionale: non deve necessariamente rigettarlo, ma lo supera. Infatti, nell'arte non abbiamo coincidenza o immediata corrispondenza con il reale. Neanche la fotografia, che sembrerebbe per eccellenza la riproposizione perfetta del mondo, la più fedele possibile, può essere – in quanto rappresentazione – un'immediata espressione della realtà, poiché dietro a un obiettivo abbiamo sempre uno sguardo, un processo sottostante di selezione dell'oggetto svolto dall'autore e a cui si aggiunge lo specifico occhio dell'osservatore. Nello specifico, sono qui presi in esame tre testi esemplari dello sperimentalismo letterario del romanzo americano del '900: *Il grande Gatsby* di Fitzgerald (2011), *The Sun also Rises* di Hemingway (2006) e *Autobiography of Alice Toklas* di Gertrude Stein (2017).

Ne *Il grande Gatsby* abbiamo l'occhio del narratore, ma anche l'occhio dell'autore. E abbiamo poi l'occhio del protagonista, che è per noi mediato da quello del narratore, ma di cui riusciamo anche a percepire il 'sogno' con immediatezza. In *The Sun also Rises* abbiamo numerosi personaggi, tra i quali nessuno sembra spiccare come protagonista, se non il narratore stesso che, tuttavia, dal punto di vista dell'azione è quello che partecipa meno agli eventi. Il focus di questo articolo è il modo in cui lo sguardo degli autori agisca per costruire il racconto, e come questo si relazioni con la voce del narratore e dei personaggi. Nel passaggio da realtà a rappresentazione e da interiorità a rappresentazione, l'autore di un'opera si serve sia dell'arte che della ragione. Un autore non ci descrive solamente paesaggi, situazioni e dialoghi come se stesse riportando la realtà, bensì compie un'operazione di rappresentazione in cui la realtà si veste di contenuti a lui cari, in cui le cose rappresentate diventano messaggere di contenuti più profondi. L'abito della realtà rappresentata è la forma artistica, la quale ha su di sé significati nuovi, ed è portatrice di tutto il senso dell'opera, in quanto depositaria della visione del mondo dell'autore, nonché aperta all'interpretazione del lettore.

L' 'abito' che Fitzgerald sceglie per vestire la realtà (dove con 'realtà' ci riferiamo a fatti verosimili) e per conferire al testo una sua visione della vita e del mondo, è un abito costituito di poche macchie di colore intensissime, ha una forma artistica molto ricercata, in cui sono molto importanti anche le posizioni dei personaggi nello spazio, la gestualità, la prossemica, i toni dei paesaggi e le condizioni atmosferiche. L'abito di *The Sun Also Rises* è invece molto essenziale, forse un po' trasparente, lascia intravedere un vuoto dentro di sé, come un vuoto di significati esistenziali. È però forse ornato da una cinta sottile e rossa, che ricorda il sangue sparso della guerra e quello delle corride, e si muove come in un'atmosfera di fumo. Tuttavia, se la rappresentazione artistica è già una forma di interpretazione della realtà a opera dell'autore, anche le forme di rappresentazione sono a loro volta oggetto di nuove interpretazioni. Se quindi l'aspetto dell'opera di Fitzgerald esalta certi colori, a seconda di vari fattori interpretativi, dei contesti e delle intenzioni, quei colori potranno essere poi letti in diversi modi e così, se la struttura e l'ordito ci risultano frammentati, magari percepiremo che quelle parti sono ricucite insieme e che l'abito finale è omogeneo in un unicum. Secondo Cabibbo e Izzo (1985), il romanzo di Fitzgerald è caratterizzato sia da compiutezza e organicità che da spezzature, asimmetrie ed ellissi. Conseguentemente, secondo le due critiche italiane sarebbe giusto rileggere l'opera in base a questa 'teoria dell'effetto', generata dal contrasto tra coerenza e incoerenza, accettando che le due percezioni siano contemporanee e non alternative tra loro.

In maniera simile, con l'intento di rielaborare lo stile narrativo alla luce dello sperimentalismo artistico in pittura e di riflettere sul tema dell'espressione della realtà, la scrittrice Gertrude Stein propose una nuova avanguardia letteraria, elaborando dei 'ritratti scritti' in cui 'dipinse' i personaggi che la circondavano – la maggior parte dei quali destinati a divenire famosi artisti, pittori e scrittori – attraverso la parola scritta, parola poetica, densa di allitterazioni, anafore e ripetizioni, costruita anche visivamente attraverso un particolare e voluto posizionamento della parola sul foglio bianco.

2. La rappresentazione della realtà nel Realismo e nel Modernismo: il punto di vista

Se l'interpretazione delle cose è imprescindibile per l'uomo anche nella realtà del quotidiano, l'interpretazione del mondo si traduce nell'opera artistica in modo da mostrare le cose e costruirle, decostruirle, ricostruirle, secondo un punto di vista. Nel romanzo modernista americano il punto di vista è un tema fondamentale, costruito attorno alle figure del narratore e dei personaggi. Nei romanzi presi in esame, è centrale il ruolo del narratore, si pensi a Nick Carraway, il narratore di *The Great Gatsby*, il quale però non è onnisciente, è un personaggio, un uomo, un essere limitato che non può conoscere la realtà delle cose e i sentimenti degli altri personaggi. Così infatti esordisce Nick Carraway, come professione della sua buona qualità di narratore: "I'm inclined to reserve all judgements" (FITZGERALD, 2011: 58) e "Reserving judgements is a matter of infinite hope" (FITZGERALD, 2011: 60).

Punto di partenza e ispirazione del romanzo modernista sono le opere di Henry James (si veda per esempio *What Maisie Knew*, 1987), che adotta una prospettiva limitata, un unico e preciso *point of view*. In James non si ha lo scrittore onnisciente che conosce i pensieri di tutti i personaggi come invece si aveva nel Realismo antecedente, bensì un'alterità tra focalizzazione e punto di vista che riflette la concezione esistenziale secondo la quale non si possa sapere cosa provino i soggetti altri da noi, e che non si possa dare una verità assoluta. Con il cambiamento del punto di vista cambia anche il modo di organizzare il romanzo. Come anticipavamo, la figura del narratore in *The Great Gatsby* ha ruolo centrale, un'importanza strutturale. Egli è un personaggio interno al testo e ricostruisce e interpreta la storia di Gatsby. Noi sappiamo che il

suo punto di vista è limitato, ma lui dal canto suo si fa un'idea complessiva, dà un significato ai fatti ed entra nella mente e nei sentimenti di tutti i personaggi, talvolta proprio giudicandoli, a dispetto di quanto preannunciato. Del resto, sebbene quella individuale non sia che una piccola finestra sul mondo, e che si debba tenere conto della sua limitata prospettiva, essa è comunque l'unica finestra che l'individuo possiede, ed è inevitabile che questi ripensi l'intero mondo partendo da lì, da quella sua piccola porzione di visuale. Nick si comporta proprio come se fosse un narratore onnisciente, sebbene i fatti stessi mostrino che non può essere così, che ci sono cose che non può sapere, scene a cui non può assistere, episodi che è costretto a ricostruire, reinventare, interpretare o su cui non può che tacere, come dimostrato dalla frequenza di ellissi nel testo. C'è nel romanzo un forte contrasto tra la necessità del narratore di riordinare e dare un senso al tutto e l'evidenza della frammentarietà dei fatti, della crudeltà degli eventi, dell'insensatezza delle cose.

Dopo il disastro della guerra e la crisi del '29, l'arte cerca di ricostruire un ordine, laddove però si riconosce che il realismo non possa bastare per stare dietro a dei tempi così eterogenei e frammentati. Si ricerca quindi un sistema che riunifichi gli eventi della vita e possa dargli un senso: così per esempio nell' *Ulysses* di Joyce (2013), o in *The Waste Land* di Eliot (2000) si ha una raccolta unitaria e sistematica di elementi tratti da culture differenti sotto il segno unificante del mito. I finali rimangono aperti e non definiti, non c'è un intento rivelatore di una verità assoluta, le problematiche trattate sono allusive, la forma tende a suggerire e non affermare, attraverso l'uso di simboli e di un linguaggio metaforico e immaginifico. Poggiando sulla convinzione che la conoscenza assoluta sia impossibile, si rifiutano anche i giudizi dei personaggi-narratori. Questo concetto viene ribaltato in *The Great Gatsby*, dove Nick è narratore autodiegetico, che ricostruisce in analepsi fatti passati (avvenuti due anni prima) che vengono rievocati e ricostruiti secondo il suo punto di vista. La rivelazione del romanzo di Fitzgerald sta proprio nell'importanza strutturale del narratore: ci viene mostrato come un fatto, a seconda degli occhi di chi lo vede e lo rappresenta, possa essere diverso. La riflessione che può venirne è proprio connessa all'importanza della ricostruzione dei fatti operata dal narratore, che poi è *alter ego* di uno scrittore che riflette proprio sul suo operato e sui meccanismi che stanno dietro alla produzione letteraria.

Henry James (1881: 46-47) aveva paragonato la letteratura a una casa, dalle cui finestre si vedono aspetti diversi del mondo. Tuttavia, egli riteneva che fosse meglio affrontare un solo punto di vista per narrare dei fatti, e anche secondo Fitzgerald "la vita si osserva meglio da una finestra sola" (2011: 1). Non era così nel cubismo, in cui si mostravano più punti di vista compresenti, la qual cosa è impossibile nella vita reale, e nell'arte si costituisce come una forzatura dell'immagine. Sulla scia del lavoro di James, Fitzgerald propone il tema della casa, della finestra e della prospettiva. Mentre si trova ospite in casa di Myrtle in città, Nick riflette sulla sua visione e sulla visione di chi è esterno allo spazio chiuso in cui si trova. Si domanda come dalla strada possa apparire la finestra illuminata di quella casa: susciterà curiosità, trasmetterà un senso di tranquillità forse, con la sua calda luce, ma nessuno può sapere cosa lì accada veramente. In un certo senso, la Verità non esiste e la conoscenza che gli uomini possono avere delle cose non è che relativa, perché si può essere dentro alle cose, o si può essere fuori, ma mai in due posti contemporaneamente. E mentre saremo dentro, il fuori ci sfuggerà, e il mondo andrà per conto suo e noi non potremo partecipare del viaggio compiuto in nostra assenza.

In *The Sun Also Rises*, la situazione del narratore è differente. Questi, Jake Barnes, è anche un personaggio, contraddistinto dalla sua 'diversità', il suo segreto, il male fisico che lo ha segnato per il resto della sua vita, configurandosi come una ferita morale, oltre che corporea, e caratterizzata da una profonda e dolorosa conseguenza sul piano sociale. Ciò a cui la guerra lo ha costretto a rinunciare, marcandolo per sempre, è la sua sessualità, tema sul quale Hemingway

sembra offrire una riflessione indiretta, considerandolo come uno degli aspetti fondamentali della persona, non tanto nel suo carattere animale di azione fisica e naturale, ma nella sua connessione profonda con la socialità. In HEMINGWAY, se un uomo fisicamente sano e sessualmente attivo può benissimo non amare, un uomo che non ha sessualità sembra dovere rinunciare all'amore. Sembra una dura riflessione quella del nostro autore, che l'amore non possa esistere senza fisicità, che non esista per esso una possibilità di sublimazione, laddove l'impotenza del protagonista è solo un espediente estremo per riflettere su questo aspetto. La costruzione del significato nello scarno essenzialismo di Hemingway sembra avere come esito una cruda rappresentazione della realtà. A differenza di Fitzgerald, che costruiva la realtà attraverso le metafore della poesia, abbiamo qui una rappresentazione della realtà immediata, eppure poco descrittiva. Non abbiamo tanto un *telling* quanto piuttosto uno *showing*, come si era visto nello sperimentalismo di James che proponeva di mostrare le cose piuttosto che raccontarle.

In *The Sun also Rises*, lo stile è sobrio, in linea con personaggi superficiali, garanzia di un'ottima riuscita nei dialoghi, che sono da un lato specchio dell'animo dei personaggi e dall'altro importante cifra stilistica. Il contenuto del romanzo è essenziale, gli eventi narrati altrettanto, ma il messaggio è molto complesso e anche i personaggi stessi, se a una presentazione ufficiale non ci appaiono come profondi o interiormente dilaniati dal dubbio, ma superficiali, capricciosi e viziosi, essi cominciano a una seconda lettura ad apparire come le facce di un prisma fatto dei problemi e questioni che l'autore vuole porci. Qui anche il non-detto è un utile strumento rappresentativo. Secondo la 'teoria dell'iceberg' di Hemingway, che ha qualche connessione con la teoria freudiana e con le basi della semiotica, come nell'iceberg si vede solo una piccola parte di quello che invece è l'intero blocco di ghiaccio e il più è sommerso, così la letteratura deve dire poco, ma questo non significa che sott'acqua non ci sia un vastissimo mondo da cui i significati manifesti possono essere supportati e da cui sono alimentati. In *Death in the Afternoon* (1996) scriveva:

"If a writer of prose knows enough of what he is writing about he may omit things that he knows and the reader, if the writer is writing truly enough, will have a feeling of those things as strongly as though the writer had stated them. The dignity of movement of an ice-berg is due to only one-eighth of it being above water. A writer who omits things because he does not know them only makes hollow places in his writing." (1996: 192).

La riflessione di Hemingway rispecchia il problema di tutto il Modernismo: come esprimere artisticamente la realtà senza essere falsi e barocchi, rinunciando a orpelli che oscurino la realtà e offuschino la percezione delle posizioni e delle riflessioni degli autori. Ma che artisticità ci può essere nell'uso di strumenti scarni e schietti? Attraverso l'uso di un linguaggio semplice e lineare, talvolta privo di apparente sentimento e selezione, Hemingway riesce invece a convogliare dei messaggi profondi, a costruire quindi un contenuto che ha un significante elementare (gli episodi sono lineari, privi di *suspence*, i dialoghi brevi, con poche digressioni riflessive), ma un significato più ricco. Viene veicolato il senso di vuoto che caratterizza i personaggi, se ne evidenzia quasi la stoltezza, la superficialità dei gesti e della visione del mondo, laddove però se ne percepisce un profondo malessere. Questa sofferenza interiore diviene la spia di un problema, e ci spinge a riflettere. I personaggi del romanzo fanno parte della 'lost generation', sono giovani senza ideali, senza progetti, sono disillusi e smaliziati. La soluzione però c'è per l'uomo allo sbando: le passioni, che nel contesto di soggetti sofferenti diventano quasi delle ossessioni, dei modi per riscattarsi da un'insensatezza incombente. Jake è il personaggio che più spicca per questo aspetto: si rifugia nella pesca, cerca il contatto con una natura purificatrice, sa amare – e garanzia della profondità del suo amore è la sua impotenza: egli ama e non per un semplice motivo fisico – porta con sé i suoi amici alla corrida ed è affascinato da quest'attività rituale, ed è anche l'unico che non perde mai il controllo nell'alcool. Il resto della vita di questi personaggi si spegne nelle

notte di ubriachezza, nell'incoscienza, nel materialismo, mentre la saggezza di Jake è superiore rispetto agli altri ed egli è consapevole di essere condannato a soffrire.

3. L'indicibile dell'arte

Oltre alle interpretazioni l'arte ha pure tutto un suo bagaglio di non detto e di indicibile, così come di intraducibile. Nei romanzi presi in analisi, più che mai ci è possibile osservare il grande senso di vuoto, di mancanza, di inafferrabilità del significato della vita, delle cose, dei sogni. Questo sentimento in noi prodotto deriva dalla grande consapevolezza e disillusione che gli autori avevano nei confronti della vita. Del resto, proprio questa grande apertura a risposte non dette rappresenta la peculiarità e ricchezza di un'opera d'arte che sia realmente tale. Laddove l'opera narrativa deve comunicare di più di quanto semplicemente non dica con le parole di cui si serve, il testo nella sua totalità lascia una sua idea impressa nella nostra mente, i personaggi ci appaiono in un certo modo, il senso della vita e il messaggio viene comunicato per vie traverse rispetto a quanto le parole da sole non dicano. L'arte non 'dice' nulla, allude, parla per metafora, e alla fine apre a nuovi interrogativi. Forse è proprio vero che bisogna diffidare, come il narratore di *The Sun also Rises*, Jake Barnes, delle cose semplici e schiette, perché dietro ci sarà sempre qualcosa, e la verità non sarà mai manifesta, almeno non nella semplicità. Del resto lo stile stesso di Hemingway è proprio schietto, semplice e lineare, ma dietro di esso non c'è un vuoto, bensì un bagaglio di questioni e problematiche.

Queste riflessioni aprono a un interrogativo riguardo alla dinamica del passaggio da realtà a rappresentazione, ovvero se sia possibile trasferire nell'opera, ossia esprimere, il vastissimo contenuto di tematiche e problemi che si realizzano nel pensiero e nel sentimento. Probabilmente non potrà mai esserci un'espressione linguisticamente chiara di ciò che si vuole comunicare dal profondo del proprio sentire, per questo si ricorre al linguaggio poetico, all'arte visiva, per superare il limite del linguaggio quotidiano. Neppure nell'opera artistica però, che sia in forma letteraria, poetica, visiva o cinematografica avremo una chiarezza espressiva assoluta, ed è per questo che a ogni testo artistico corrisponderanno molte interpretazioni con infinite sfumature, ognuna prodotta da una persona diversa, caratterizzata com'è dalla sua specifica storia, dai suoi pensieri, dai suoi sentimenti, della sua visione del mondo. In questo atto interpretativo poi si può scegliere di tenere conto del pensiero e della vita dell'autore, per ottenere di volta in volta prodotti interpretativi diversi, a seconda del contesto d'analisi. D'altro canto, la consapevolezza dell'impossibilità di giungere mai a una verità universale, e di esprimere chiaramente nell'arte una qualche interiorità, non deve portarci a concludere che sia inutile rinunciare alla forma artistica come forma comunicativa per rifugiarsi nell'astrattismo, visivo o letterario.

Il dato di fatto che ogni testo abbia molte possibili interpretazioni, non costituisce una diminuzione delle capacità comunicative della scrittura e dell'arte. Pensiamo a tal proposito al pittore Malevič, propugnatore del Suprematismo in pittura, che riteneva l'arte astratta l'unico possibile strumento espressivo artistico, il solo capace del resto di comunicare proprio l'impossibilità della comunicazione. Nel passaggio da realtà a rappresentazione, dobbiamo forse rinunciare alla forma e rifugiarsi nel quadrato nero di Malevič solo perché crediamo che ci siano contenuti così profondi che nessuna forma espressiva potrà mai portare alla luce? Questo scenario non può essere la risposta, in virtù dell'importanza che la forma delle cose ha per la mente umana, che oscilla tra l'atto razionale di ricerca e il desiderio di una pura percezione dei significati. Ed è per questo che di fronte all'arte noi ci arroveliamo, perché siamo uomini razionali. E così facciamo di fronte alla pittura, alla letteratura, al cinema e alla poesia, perché non c'è nulla di più stimolante di contenuti di realtà espressi in forma artistica per l'uomo che è

sempre in cerca di qualcosa, di risposte. Poi, oltre a questo aspetto attivo di ricerca c'è una componente essenziale dell'arte che è la non traducibilità, l'impossibilità di trovare la 'vera' interpretazione e una risposta che sia univoca, una sorta di moto centripeto che sembra spingerci indietro di tre passi ogni volta che ci sembra di esserci avvicinati alla soluzione.

Queste sono le grandi vie a cui l'arte ci conduce: la ricerca e la contemplazione. A proposito della spaccatura tra il linguaggio quotidiano-razionale e i significati altri e profondi che possiamo trovare nell'arte, pensiamo alla sperimentazione sulla lingua che è stata portata avanti nei primi del Novecento a opera di scrittori e poeti d'avanguardia. Questi seguivano l'onda avanguardistica di ispirazione sperimentalista propria del campo pittorico, fotografico e filmico. Il tentativo di trasportare anche in campo letterario le acquisizioni proprie del periodo della scoperta dell'inconscio, dei punti di vista, della possibilità di frammentare il mondo e stravolgere la visione, fu attuato da un'altra importante scrittrice del tempo: Gertrude Stein.

4. Lo sperimentalismo letterario in Gertrude Stein: verso nuove forme di espressione

In Gertrude Stein abbiamo un profondo sperimentalismo letterario. Ella è alla costante ricerca di nuove forme espressive all'interno dello strumento comunicativo della parola scritta, vorrebbe muoversi analogamente alle avanguardie artistiche pittoriche, che esplorano diverse vie espressive con l'esito di comunicare in maniere differenti messaggi dal contenuto diversificato. Nel 1903, la Stein scrisse un breve romanzo pubblicato postumo dal titolo *Things as They Are*, impostato come un teorema dimostrativo di geometria e costruito con un punto di vista limitato, lo *stream of consciousness* teorizzato da William James (1980). Il suo tentativo era quello di creare un analogo del cubismo in letteratura. La Stein provava a inventare nuove parole, rompendo così la convenzionalità del linguaggio per poi giungere all'estremo esito di costruire dei ritratti fatti proprio di parole. La raccolta di questi ritratti confluì nel testo *Tender Buttons* (1914). Questi ritratti non erano realistici, bensì, come ogni opera d'avanguardia del suo tempo, seguivano l'onda dello sperimentalismo, attraverso lo smontaggio del linguaggio per analizzare i meccanismi di scrittura, proprio come avveniva nella poesia, nel cinema, nell'arte pittorica e nella fotografia.

Negli scritti della Stein si ha una rottura con la comunicatività del linguaggio, con la referenzialità delle parole a un significato, con la fiducia nella logicità di esse. Le parole divengono segni grafici, suoni pronunciati, dei veri e propri strumenti sinestetici che suscitano percezioni. Come gli elementi plastici delle opere d'arte, adesso ciò che conta sono i colori, le forme, le posizioni dei segni sul supporto dell'opera, la melodia che si genera nella lettura performativa. Così i ritratti della Stein ci appaiono come delle costruzioni di parole su un foglio che hanno per prima cosa un effetto visivo: nell'immediatezza vediamo le parole anziché leggerle, mentre in un normale testo le parole è come se non le vedessimo, e viaggiassimo grazie alla lettura di esse in un parallelo universo che va via via prendendo forma nella nostra mente. Poi, dopo una prima occhiata alla strutturazione fisica delle parole sul foglio, le andiamo a leggere, e vediamo che ne viene fuori un susseguirsi di suoni che non ci comunicano niente di razionale, ma ci trasportano in un flusso di sensazioni. Se non ci siamo abituati, ed è facile che non lo siamo, l'effetto potrà essere di spaesamento, e non sarà facile ricondurre quel suono alla persona di cui si parla, forse anche perché non la conosciamo.

Il tema del rapporto tra immagine e parola è caro alla disciplina dell'antropologia visiva, la quale propone, nei suoi esiti contemporanei, una riappacificazione tra scrittura e visione, come due attività umane che non devono scontrarsi, né adeguarsi l'una all'altra ritagliandosi secondo

forme che non appartengono loro. In maniera similare, nell'operazione di Gertude Stein c'è un uso della parola che supera i confini tra parola e immagine, ma che rischia di ridurre la parola a immagine, annullandone l'essenza. L'esito è una parola differente, un parola artistica che non ha un suo significato, né universale, né convenzionale, e di per sé non è che una porta di accesso a percezioni individuali. La Stein però non si impose questo sperimentalismo a tutti i costi, infatti si rese ben conto che per esigenze espressive non si potesse fare a meno di un linguaggio chiaro, naturale, immediato. Da acuta scrittrice teneva bene in conto il destinatario, e rifletteva anche sulla diversità dei modi comunicativi dei soggetti umani. Tuttavia, lo studio della problematica della scrittura in Gertrude Stein, non trascura i diversi modi di espressione: in *Autobiography of Alice Toklas*, l'autrice finge che sia la sua compagna Alice a scrivere, e per questo adotta il suo linguaggio. Evidentemente anche il linguaggio comune di Alice era per lei un oggetto di osservazione. Inoltre, nell'autobiografia la Stein propone l'evidenziazione dello specifico significato connotativo del linguaggio. Ella usa la ripetizione, come si fa nel linguaggio colloquiale, come se trasferisse il parlato nello scritto, con l'esito di rendere scritta una parola che è per sua natura pronunciata.

In *Three Lives* (2007), ispirato a *Three Tales* di Flaubert (2007), abbiamo tre ritratti di donne – descrittivi e non figurativi/sonori come quelli di cui si è parlato prima – in cui si osserva una certa vicinanza al realismo e al determinismo biologico che all'autrice viene dagli studi scientifici, in connessione con il naturalismo di Flaubert che nella scrittura si traduceva nella ricerca del 'mot juste'. Questo elemento si andava a unire all'attenzione allo stile e ai movimenti della psiche di William James. Nel racconto su Melanctha, per esempio, abbiamo come un perpetuo *present continuous*, che ci ricorda la frammentazione figurativa del cubismo in cui tutte le facce di uno stesso corpo sono mostrate sulla scena perché scomposte. In questa compresenza degli istanti si va nella direzione della frammentazione della frase e del discorso verso l'estremo esito dell'astrattismo. Il cubismo della parola si genera anche nelle ripetizioni e nelle sovrapposizioni del verbale.

5. Conclusione

La questione della rappresentazione artistica, cioè il passaggio dei dati della realtà attraverso lo sguardo di un osservatore-artista che produce una rappresentazione del mondo è uno dei temi cari alla letteratura americana del '900. Nello specifico, lo sperimentalismo letterario di Fitzgerald, Hemingway e Stein, rappresenta il problema del Modernismo in rapporto alla rappresentazione della realtà. Se la Stein propone un'applicazione dei principi del cubismo alla letteratura, con un esito prettamente artistico, Fitzgerald propone il tema del punto di vista da un'altra prospettiva, secondo cui l'individualità non può essere trascesa e una verità mai raggiunta. Infine, la riflessione di Hemingway, si incentra sull'interrogativo stilistico del come esprimere artisticamente la realtà senza essere falsi e barocchi, rinunciando a orpelli che oscurino la realtà e offuschino la percezione delle posizioni e delle riflessioni degli autori. Forse davvero nell'arte, e nell'espressività (intesa come facoltà che va oltre il linguaggio razionale e necessario del quotidiano) immagine, musica e parola possono mescolarsi transcendendo la visione delle cose quotidiane, i suoni di ogni giorno e la parola comune, per dare vita a messaggi astratti e profondi. Messaggi che proprio per la loro natura, per il loro essere oltre, non sono riducibili a una traduzione letterale.

BIBLIOGRAFIA

CABIBBO, Paola; IZZO, Donatella - **Dinamiche Testuali in The Great Gatsby**. Roma: Bulzoni, 1985. ISBN B005NHSSA4.

ELIOT, Thomas Stearns - **The Waste Land**. New York: Norton Critical Editions, 2000. ISBN 0393974995.

FITZGERALD, Francis Scott Key - **The Great Gatsby**. Venezia: Letteratura Universale Marsilio, 2011. ISBN 8831707701.

FLAUBERT, Gustave - **Three Tales**. Penguin Classics, [1877] 2007. ISBN 0140448004.

HEMINGWAY, Ernest - **The Sun also Rises**. New York: Scribner, 2006. ISBN 0743297334.

HEMINGWAY, Ernest - **Death in the Afternoon**. New York: Scribner, [1932] 1996. ISBN 0684801450.

JAMES, Henry - **What Maisie Knew**. Chatnam: Wordsworth, 1897. ISBN 1 84022 412 6.

JAMES, Henry - **The Portrait of a Lady**. Houghton: Macmillan, 1881. ISBN 978 80 268 3373 4.

JAMES, William - **The Principles of Psychology**. New York: Dover Publications, [1890] 1950. ISBN 0486203816.

JOYCE, James - **Ulysses**. Create Space Independent Publishing Platform, 2013. ISBN 1494405490.

STEIN, Gertrude - **Autobiography of Alice Toklas**. Masaicum Books, 2017. ISBN 978 80 7583 197 2.

STEIN, Gertrude - **Things as They Are**. Banyan Press, [1903] 1950. ISBN B000N44ZYA.

STEIN, Gertrude - **Tender Buttons**. New York: Dover Publications, [1914] 1997. ISBN 0486298973.

STEIN, Gertrude - **Three Lives**. Stockport: Mondial [1909] 2007. ISBN 1595690425.

**OS CORREIOS EM LEIRIA, BATALHA, PORTO DE MÓS,
NAZARÉ, S. MARTINHO DO PORTO, ALCobaÇA, ÓBIDOS,
CALDAS DA RAINHA, ATOUGUIA DA BALEIA E PENICHE NO
SÉCULO XIX - [1818-1888]**

Miguel Portela

Investigador Independente,
3260-406 Figueiró dos Vinhos, Portugal
magelo2001@gmail.com

Os Correios em Leiria, Batalha, Porto de Mós, Nazaré, S. Martinho do Porto, Alcobaça, Óbidos, Caldas da Rainha, Atouguia da Baleia e Peniche no século XIX - [1818-1888]

Miguel Portela

Historial do artigo:

Recebido a 31 de julho de 2018

Revisto a 18 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RESUMO

Neste estudo procuramos dar a conhecer elementos que permitem contribuir para um mais alargado conhecimento dos correios entre 1818 e 1888, em Leiria, Batalha, Porto de Mós, Nazaré, S. Martinho do Porto, Alcobaça, Óbidos, Caldas da Rainha, Atouguia da Baleia e Peniche.

Analisaremos também, alguns dos protagonistas que exerceram funções nos correios dessas localidades com base em documentação diversa através do Registo Geral de Mercês.

Palavras-Chave: Correios, século XIX, Diretor dos Correios.

ABSTRACT

In this study, we tried to present elements that allow us to contribute to a wider knowledge of the post offices between 1818 and 1888, in Leiria, Batalha, Porto de Mós, Nazaré, S. Martinho do Porto, Alcobaça, Óbidos, Caldas da Rainha, Atouguia da Baleia and Peniche.

We will also analyze some of the protagonists who performed functions in the post offices of these localities based on diverse documentation through the Registo Geral de Mercês.

Key-words: Post offices, XIX century, Postmaster General

Para um maior conhecimento dos correios nos concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós, Nazaré, S. Martinho do Porto, Alcobaça, Óbidos, Caldas da Rainha, Peniche, assim como da freguesia da Atouguia da Baleia (c. Peniche), passaremos a descrever os correios em cada uma dessas localidades.

1.O Correio em Leiria

Em 22 de fevereiro de 1847 foi concedida a mercê do emprego de correio assistente de Leiria a Adrião Camolino França, tendo este sido *“obrigado a pagar aos quarteis ao Cofre do Correio Geral a pensão de duzentos mil reis em cada anno, prestando na referida Camara fiança idonea, não só á mencionada pensão, mas também á quantia de quatro contos de reis em que deve abonar-se pelos emcargos dos seguros”* (1).

Anos mais tarde, o *Diário de Governo*, de 22 de abril de 1861, refere Paulino Joaquim Leitão como diretor do correio de Leiria, tendo este apresentado as contas da sua gerência do ano económico 1859-1860 onde foi dado por quite com a Fazenda Pública, ao que *“se mostra importar o débito d’este responsável em 6:951\$49 réis, incluindo o saldo de 42\$524 réis transportado do anno antecedente, a saber: 30\$224 réis dinheiro de rendimentos, e 12\$300 réis valores de correspondências; e ser o débito de 6:902\$160 réis, alem da existência, em 30 de junho de 1860, de 49\$332 réis, que se formaram de 33\$527 réis de dinheiro de rendimentos, e 15\$805 réis valores de correspondência”* (2). Em novembro de 1879 foi publicitado no *Diário do Governo* a aprovação das contas do ano económico 1877-1878, continuando *“Paulino Joaquim Leitão, na qualidade de director do correio de Leiria, sendo a importância do débito 17:164\$856 ½ réis e a do crédito 17:164\$856 ½ réis, comprehendendo o saldo de 26\$096 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: dinheiro 18\$406 réis, valores 10\$690 réis”* (3).

No *Diário de Governo* de 26 de julho de 1883, achámos novamente Paulino Joaquim Leitão *“na qualidade de chefe da estação telegrapho-postal de Leiria, desde 1 de julho de 1881 até 30 de junho de 1882, por accordão de 8 de maio de 1883, sendo a importância do débito 24:983\$649 réis e a do crédito 24:983\$649 réis, comprehendendo o saldo de 100 réis, que passou a débito da conta immediata na seguinte espécie: em valores”* (4).

Todavia, de 13 a 20 de agosto de 1881, figura como chefe da estação telegráfica de Leiria Teotónio da Silva Araújo Winckler, conforme referido na aprovação das suas contas exibidas ao Tribunal de Contas onde *“foi julgado quite por accordão de 31 de agosto de 1888, sendo a importância do débito 10\$510 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 4\$500 réis, que passou a débito da conta immediata na seguinte espécie: em dinheiro de depósitos e adiantamentos 4\$500 réis”* (5). De igual modo, Teotónio da Silva Araújo Winckler surge também com o mesmo cargo entre 20 de novembro de 1881 e 11 de fevereiro de 1882, e entre 19 de fevereiro e 15 de abril de 1882 (6).

Alguns anos mais tarde, reconhecemos no *Diário de Governo* de 10 de fevereiro de 1887, *“António Zeferino da Silva Raposo, na qualidade de chefe da estação telegrapho-postal de Leiria, desde 1 de julho até 14 de setembro de 1884, foi julgado quite por accordão de 17 de dezembro de 1886, sendo a importância do débito de 5:753\$220 réis e a do crédito 5:753\$220 réis, comprehendendo o saldo de 50\$200 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: valores de correspondência 200 réis, sellos e mais fórmulas de franquia 50\$000 réis”* (7).

No *Diário do Governo* de 6 de agosto de 1888, foi divulgado pela *Direcção Geral dos Correios, telegraphos e pharoes - 6.ª Repartição - Pessoal e verificação de receita*, o despacho de inúmeras promoções, sendo referida a de *“Luiz Augusto Leite Sousa Noronha, aspirante supranumerário – idem [promovido ao lugar de aspirante auxiliar do quadro para o serviço de correios e telegrapho fóra de Lisboa e Porto - e colocado na direcção telegrapho-postal de Leiria”* (8).

2.O Correio na Batalha

O *Mapa dos Empregados Públicos e Municipais do Concelho da Batalha* datado de 6 de novembro de 1853 refere que nessa data desempenhava as funções de diretor do correio dessa vila, Joaquim Vicente da Silva o qual havia sido nomeado em 13 de julho desse ano, encontrando-se a servir interinamente o referido cargo por ordem da Subinspeção Geral dos Correios (9).

Anos mais tarde, em 19 de fevereiro de 1861 foi concedida carta de serventia vitalícia de diretor do correio da Batalha a José de Freitas Sampaio com a *“percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem”* (10). Sabemos que José de Freitas Sampaio foi *“admittido por Despacho da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, datado de vinte e quatro de Dezembro do anno próximo findo, a satisfazer em prestações no praso de quatro annos a quantia de quarenta e quatro mil reis, importância dos Direitos de Mercê e do respectivo imposto de viação, relativos á percentagem, líquida de despesas, na importância de oitenta mil reis annuaes”*. José de Freitas Sampaio desempenhava já as funções de diretor do correio da Batalha antes de lhe ser passada a referida carta vitalícia, conforme se atesta no seu processo de julgamento de contas da sua gerência do ano económico compreendido entre 1 de julho de 1859 e 30 de junho de 1860 (11).

Sabemos que em 12 de maio de 1879, foi passada carta de serventia vitalícia de diretor do correio da Batalha a Manuel Joaquim Mendes da Costa por se encontrar vago o lugar por óbito de António José de Freitas Sampaio, tendo *“ficando o agraciado obrigado a prestar a competente caução nos termos e dentro do praso da lei”* (12). Sabemos também, que Manuel Joaquim Mendes da Costa *“pagou a quantia de cincoenta e um mil, oitocentos sesenta e três reis, importâncias dos direitos de mercê e respectivo imposto de viação e sêllo pela dita nomeação”*. Este figura como chefe da estação postal da Batalha entre 1 de julho de 1886 e 30 de junho de 1887, conforme referido na aprovação das suas contas onde *“foi julgado por quite por accordão de 26 de junho de 1888, sendo a importância do débito 4:894\$710 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 10\$050 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais fórmulas de franquia 10\$000 réis, valores de correspondência 50 réis”* (13).

3.O Correio em Porto de Mós

Em 18 de novembro de 1818 foi lavrada uma escritura de fiança do alferes de ordenanças, José Luís de Sousa dos Carvalhos em Porto de Mós para este ser assistente no correio desse lugar, dado *“que elle havia alcançado do Inspector Geral dos Correios Dom Miguel Pereira Forjaz nomeação de correio asistente do dito lugar dos Carvalhos por comfiar delle para continuar a servir o dito emprego”* (14).

Muitos anos depois, em 3 de abril de 1862 Joaquim Pedro da Cunha obtém carta de serventia vitalícia de diretor do correio da Porto de Mós com a *“percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem”* (15). Joaquim Pedro da Cunha foi *“admittido por Despacho da Secretaria d’Estado de vinte e quatro de março último, a satisfazer em prestações, no praso de quatro annos, a quantia de quarenta e quatro mil reis, importância dos Direitos de mercê e respectivo imposto de viação, relativos á percentagem líquida de despesas, na importância de oitenta mil reis; sendo quarenta mil reis de Direitos e quatro mil reis de imposto, relativo aos mesmos Direitos”*. Joaquim Pedro da Cunha veio a falecer em 15 de abril de 1864, com 44 anos, tendo sido casado com D. Ana Amália Telles da Cunha Faria. O registo de

seu óbito diz que era “*natural da sobredita villa de Porto de Móz, ahi morador de profissão empregado publico na administração < direcção > do Correio nesta mesma villa, filho legitimo de Manoel António natural do Tojal de Baixo, freguesia de S. João Baptista desta villa, de profissão lavrador, e de Maria Ignacia, natural da Corrdoura da dita freguesia de Sam João Baptista, lavradora*” (16).

Anos mais tarde, em 22 de outubro de 1864, foi concedida carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Porto de Mós a Francisco Marques Alves do Carmo com a “*percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que diretamente lhe competirem*” (17). Para aceder a esse cargo Francisco Marques Alves do Carmo “*pagou a quantia de quarenta mil réis de Direitos de mercê, relativos á percentagem líquida de despesas, na importância de outenta mil reis annuaes, como mostrou por um recibo de talão, numero duzentos noventa e quatro, passado pela Direcção Geral da Thezouraria do Ministério da Fazenda, em doze do corrente mez; e bem assim a de quatro mil réis, provenientes do imposto de viação, relativos aos mesmos Direitos, como provou por outro recibo de talão número quinhentos trinta e dous*”.

No *Diário do Governo* de 10 novembro de 1879 foi publicitada a aprovação das contas do ano económico 1877-1878, confirmando-se “*Francisco Marques Alves do Carmo, na qualidade de director do correio de Porto de Mós, sendo a importância do débito 1:491\$913 réis e a do crédito 1:491\$913 réis, comprehendendo o saldo de 7\$848 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: dinheiro 7\$093 réis, valores 755 réis*” (18). Entre 1 de julho de 1886 e 30 de junho de 1887, Francisco Marques Alves do Carmo figura como chefe da estação postal de Porto de Mós, tendo sido “*julgado quite por accordão de 17 de julho de 1888, sendo a importância do débito 3:947\$820 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 10\$000 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais fórmulas de franquia 10\$000 réis*” (19).

Em 10 de agosto de 1888 no *Diário do Governo* foi publicitado que foi “*Alexandre de Sousa Ramos – nomeado encarregado da estação de 5.ª classe em Porto de Moz, continuando, porém, o serviço postal na mesma estação a ser desempenhado pelo director do correio d’aquella localidade, Francisco Marques Alves do Carmo*” (20).

4.O Correio na Nazaré

Entre 1 de julho de 1886 e 30 de junho de 1887, Francisco Teixeira de Araújo figura como chefe da estação telegráfica da *Praia da Nazaré*, conforme referenciado na aprovação das suas contas exibidas ao Tribunal de Contas, onde “*foi julgado por quite por accordão de 26 de junho de 1888, sendo a importância do débito 9\$340 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 4\$500 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em dinheiro de depósito e adiantamentos 4\$500 réis*” (21).

5.O Correio em S. Martinho do Porto

José Ribeiro figura como chefe da estação telégrafo-postal de S. Martinho do Porto entre 1 de julho e 13 de outubro de 1886. Na aprovação das suas contas ficou arrolado que “*foi julgado quite por accordão de 14 de agosto de 1888, sendo a importância do débito 41\$164 réis e a do crédito igual quantia, comprehendendo o saldo de 20\$440 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais fórmulas de franquia 10\$000 réis, valores de*

correspondência réis 1\$400, dinheiro, de depósitos e adiantamentos 9\$000 réis, rendimento postal 50 réis” (22).

6.O Correio em Alcobaça

Pelo *Diário de Governo* de 25 de janeiro de 1887, verificamos que “José de Sousa Leão, na qualidade de director do correio de Alcobaça, pela sua gerência relativa ao período decorrido desde 1 de julho de 1853 até 30 de junho de 1859, foi julgado por quite por accordão de 2 de outubro de 1886, sendo a importância do débito de 4:679\$550 réis e a do crédito 4:679\$550 réis, compreendendo o saldo de 23\$360 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em dinheiro de rendimentos 14\$060 réis, em valores de correspondência 9\$300 réis” (23). Entre 1 de julho de 1859 e 1 de junho de 1860 continuou a desempenhar essas funções conforme é referido na aprovação de prestação de contas “considerando que da comparação do débito com o crédito resulta que são perfeitamente iguaes [1:732\$040 réis] julgam a conta de fl. bem e devidamente ajustada, e o responsavel José de Sousa Leão quite para com a fazenda pública por esta responsabilidade, devendo contudo responder na conta do anno seguinte pelo saldo que n’esta se lha abona” (24).

Em 20 de abril de 1861 foi concedida carta de serventia vitalícia de director do correio de Alcobaça a José de Sousa Leão passando de correio assistente, cargo que já exercia, a director do correio da dita vila (25). José de Sousa Leão ficou a receber a “percentagem annual de cento e oitenta mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem”, para o que “pagou a quantia de vinte e seis mil quinhentos reis de Direitos de Mercê correspondentes á melhoria de vencimento que obteve passando do emprêgo de Correio Assistente de Alcobaça ao de Director do Correio da mesma villa, / cuja percentagem liquida de despesas é de cento e tres mil reis annuaes”.

José de Sousa Leão faleceu em 30 de abril de 1867 numa casa da rua da Praça da vila de Alcobaça, com sessenta e sete anos, ficando registado no assento de seu óbito que era “director do correio d’esta villa, natural da freguezia d’Évora, concelho d’Alcobaça, diocese de Lisboa, e morador n’esta villa e freguezia de Alcobaça, casado com Antónia Roza, filho legítimo de Joaquim de Souza Leão, e de Maria Magdalena, naturaes da dita freguezia d’Évora” (26).

Algum tempo depois, em 28 de março de 1868 foi concedida carta de serventia vitalícia de director do correio de Alcobaça a Francisco dos Santos com “a percentagem annual // [fl. 251v] de cento e oitenta mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem”, tendo para o efeito pago “a quantia de cincoenta e seis mil seiscentos e cincoenta reis do Director de Mercê e respectivo imposto de viação, relativos á percentagem liquida de despesas, na importância de cento e três mil reis annuaes como mostrou por um recibo de talão, numero dous mil setecentos e cincoenta e três, passado pela Repartição do Sêllo do Districto Administrativo de Lisboa em dezanove do corrente mez” (27). Entre 1877-1878, Francisco dos Santos continuava a exercer o cargo de director do correio de Alcobaça, conforme se observa na prestação das suas contas (28). Refere esse relatório que “Francisco dos Santos, na qualidade de director do correio de Alcobaça, sendo a importância do débito 4:276\$135 réis e a do crédito 4:276\$135 réis, compreendendo o saldo 19\$835 réis que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em dinheiro 6\$520 réis e em valores 13\$315 réis”.

Anos mais tarde, em 1888, surge referido que Ernesto Cândido da Fonseca era “segundo aspirante do quadro para o serviço de correios e telegraphos fóra de Lisboa e Porto, chefe da estação de correios de Alcobaça – transferido, como requereu, para a estação telegrapho-postal de Paredes, na qualidade de chefe” (29).

7.O Correio em Óbidos (30)

O emprego de correio assistente de Óbidos foi concedido por mercê a Teodoro Pereira de Castro, em 5 de agosto de 1842 tendo este sido *“obrigado a pagar aos quarteis ao Cofre do Correio a pensão de nove mil e seiscentos reis cada anno, prestando na referida Camara fiança edonea, não só a mencionada pensão; Como também á quantia, de cento e sesenta mil reis em que deve abonar-se pelo encargo dos Seguros, gozará de todos os próes, e precalços, que directamente lhe competirem, assim como dos privilégios, liberdades, e isenpções, que lhe são concedidas”* (31).

Anos mais tarde, é declarado que João Garcia da Silveira Botelho desempenhara as funções de diretor deste correio afirmando-se nesse processo que *“da comparação do débito com o crédito resulta achar-se saldada a conta de que se trata, julgam o referido João Garcia da Silveira Botelho quite e desembaraçado da responsabilidade que lhe provinha para com a fazenda publica, pela sua gerência de director do correio de Óbidos no anno económico de 1859-1860, por passarem a cargo do mesmo responsável no anno seguinte as referidas importâncias de 4\$016 réis em dinheiro e de 3\$045 réis em valores”* (32).

Em 5 de fevereiro de 1861 foi concedida carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Óbidos a João Garcia da Silveira Botelho *“com a percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem”* (33). Sabemos ainda, que este *“pagou a quantia de quarenta mil reis dos Direitos de Mercê correspondentes á percentagem // [fl. 197v] líquida de despesas, na importância de oitenta mil reis annuaes, como mostrou por um recibo de talão numero quatrocentos e vinte e seis, passado pela Direcção Geral da Thesouraria do Ministério da Fazenda em dezaseis de janeiro ultimo, e bem assim a de quatro mil reis, provenientes do imposto de viação relativo aos mesmos Direitos, como provou pelo Conhecimento em forma numero mil quatrocentos e trinta e quatro, passado pela Administração Geral da Casa da Moeda e Papel Sellado, em quatorze do mesmo mez”*. João Garcia da Silveira Botelho exercia ainda o cargo de diretor do correio de Óbidos no ano económico de 1877-1878, conforme podemos asseverar na aprovação das contas da sua gerência, onde se registou que *“João Garcia da Silveira Botelho, na qualidade de director do correio de Óbidos, sendo a importância do débito de 3:599\$430 réis e a do crédito de 3:599\$430 réis, compreendendo o saldo de 6\$350 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em valores réis 1\$765 e em dinheiro 4\$585 réis”* (34).

Anos mais tarde, o Diário de Governo de 17 de janeiro de 1887 registava que *“Jeronymo Paulino Craveiro de Freitas, na qualidade de chefe da estação postal de Obidos, desde 1 de julho de 1883 até 30 de junho de 1885, foi julgado por quite por acórdão de 16 de novembro de 1886, sendo a importância do débito de 16:303\$935 réis e a do crédito 16:303\$935 réis, compreendendo o saldo de 10\$000 réis, que passou a débito da conta immediata em sellos e mais fórmulas de franquia”* (35). Entre 1 de julho de 1886 e 30 de junho de 1888, Jerónimo Paulino Craveiro de Freitas figura como chefe da estação telégrafo-postal de Óbidos, tendo sido *“julgado quite por accordão de 17 de agosto de 1888, sendo a importância do débito 5:338\$390 réis e a do crédito igual quantia, compreendendo o saldo de 16\$000 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: sellos e mais fórmulas de franquia 10\$000 réis, dinheiro de depósitos e adiantamentos 6\$000 réis”* (36).

8.O Correio nas Caldas da Rainha

As funções de diretor do correio das Caldas da Rainha, entre 1 de julho de 1859 e 30 de junho de 1860, foram exercidas por José Manuel de Oliveira Proença de acordo com o seu processo de julgamento de contas do ano económico da sua gerência (37). Sabemos que *“da comparação*

do débito com o crédito resulta achar-se esta conta devidamente desenvolvida e ajustada, julgam a José Manuel de Oliveira Proença livre e quite para com a fazenda publica, pela sua gerência como director do correio das Caldas da Rainha, no período que decorre desde 1 de julho de 1859 e 30 de junho de 1860, devendo responder na conta do anno seguinte pelo saldo indicado de 28\$258 réis em dinheiro, e 20\$080 réis em valores”.

Em 20 de junho de 1861 foi concedida carta de serventia vitalícia de diretor do correio das Caldas da Rainha a José Manuel de Oliveira Proença, *“com a percentagem annual de duzentos e cincoenta mil réis, e mais // [fl. 87v] proventos que diretamente lhe competirem”* (38).

Em 6 de março de 1872 esse lugar de diretor achava-se vago pelo que foi passada carta de serventia vitalícia a José Galvão Peixoto Lobato para este *“exercer as funções do referido emprego com os vencimentos, prerogativas e obrigações que legalmente se acharem estabelecidas”*. José Galvão Peixoto Lobato, *“não pagou direitos de mercê pelos não dever, em consequência de os ter pago em re- // [fl. 220v] relação a emprego de maior cotação que exerceu no Corpo Telegráfico”* (39).

Anos mais tarde esse cargo era exercido por Manuel da Silva Gomes, precisamente no ano económico de 1877-1878 (1 de julho de 1877 a 30 de junho de 1878), em que foram aprovadas as contas da sua gerência, ficando registado que *“Manuel da Silva Gomes, na qualidade de director do correio das Caldas da Rainha, sendo a importância do debito de 5:615\$145 réis e a do crédito de 5:615\$145 réis, compreendendo o saldo de 30\$055 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em valores réis 12\$885 e em dinheiro 17\$170 réis”* (40). Exerceu ainda na qualidade de diretor do correio das Caldas da Rainha, entre 1 de julho de 1879 até 30 de junho de 1880, conforme aprovação das suas contas correspondentes a esse período, onde se registou a importância do *“débito 6:163\$190 réis e a do crédito 6:163\$190 réis, compreendendo o saldo de 38\$960 réis em dinheiro, que passou a débito da conta immediata”* (41).

Entre 1 de julho de 1881 e 23 de março de 1885, é António Batista de Oliveira que exerce o cargo de chefe da estação telegráfica das Caldas da Rainha, tendo sido aprovadas as suas contas onde *“foi julgado quite por accordão de 10 de agosto de 1888, sendo a importância do débito 2:311\$536 réis e a do crédito igual quantia, compreendendo o saldo de 30\$593 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: dinheiro de depósito e adiantamentos 12\$000 réis, de rendimento telegráfico 18\$593 réis”* (42). António Batista de Oliveira continuava a desempenhar as funções de chefe da estação telégrafo-postal das Caldas da Rainha entre 1886-1887 (43). *Refere o relatório da aprovação das suas contas que “António Baptista de Oliveira, na qualidade de chefe da estação telegrapho-postal das Caldas da Rainha, desde 1 de julho de 1886 até 30 de junho de 1887, foi julgado por quite por accordão de 9 de junho de 1888, sendo a importância do débito 19:610\$330 réis e a do crédito igual quantia, compreendendo o saldo de 40\$150 réis, que passou a débito da conta immediata na seguinte espécie: sellos e mais fórmulas de franquia 25\$000 réis, valores de correspondência 170 réis, dinheiro de depósitos e adiantamentos 12\$000 réis, de rendimento postal 2\$980 réis”.*

9.O Correio em Atouguia da Baleia

Em 1859, Francisco Manuel Veloso de Horta desempenhava as funções de diretor do correio de Atouguia da Baleia, conforme constatamos na análise do seu processo de julgamento de contas da sua gerência do ano económico compreendido entre 1 de julho de 1859 e 30 de junho de 1860 (44). De acordo com esse processo, sabemos que *“da comparação do débito com o crédito resulta achar-se esta conta exactamente balanceada, julgam o sobredito Francisco Manuel*

Velloso de Horta quite para com a fazenda publica, na qualidade de director do correio de Athouguia da Baleia, no anno económico de 1859-1860; devendo responder, na sua conta da sua gerência que a ella passou de 685 réis, sendo em dinheiro 620 réis, e em valores de correspondência 65 réis”.

10.O Correio em Peniche

As funções de diretor do correio de Peniche entre 1 de julho de 1859 e 30 de junho de 1860 foram desempenhadas por João Pereira de acordo com a análise efetuada ao seu processo de julgamento de contas do ano económico da sua gerência (45). Das suas contas *“da comparação do débito com o crédito resulta achar-se saldada a conta de que se trata, julgam por isso o referido João Pereira quite e desembaraçado da responsabilidade que lhe provinha para com a fazenda publica, pela sua gerência de director do correio de Peniche, no anno económico de 1859-1860, por passarem a cargo do mesmo responsável no anno seguinte, as referidas importâncias de 11\$905 réis em dinheiro, e de 4\$005 réis em valores”.*

Constatamos que, em 30 de abril de 1861, foi concedida mercê de carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Peniche a João Pereira, *“com a percentagem annual de cento e trinta e cinco mil reis, e mais proventos que diretamente lhe competirem”* (46).

Algum tempo depois, e no período compreendido entre 1 de julho de 1871 e 30 de junho de 1872 João Pereira é referido novamente como diretor do correio de Peniche, tendo prestado contas da sua gerência ao Tribunal de Contas. Regista-se que desse período ficou quite das suas contas *“sendo a importância do débito 8:121\$835 réis e a do crédito 8:121\$835 réis, compreendendo o saldo de 17\$215 réis, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em dinheiro 14\$235 réis e em valores 2\$980 réis”* (47).

João Pereira exercia ainda esse cargo de diretor no ano económico de 1877-1878, conforme podemos assegurar na aprovação das contas da sua gerência, onde se registou que *“João Pereira, na qualidade de director do correio de Peniche, sendo a importância do débito de 8:071\$097,5 réis e a do crédito de 8:071\$097,5 réis, compreendendo o saldo de réis 12\$225, que passou a débito da conta immediata nas seguintes espécies: em valores 2\$865 réis e em dinheiro 9\$360 réis”* (48).

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO 1

Carta do emprego de correio assistente de Leiria passada a Adrião Camolino França – [Manuscrito]. 1847. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Maria II. Livro 27, fl. 271v-272.

Dom Manoel de Portugal e Castro, Par do Reino, do Conselho de Sua Magestade, Gentil-Homem de Sua Real Camara, Vedor da Caza Real, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros, e Inspector Geral dos Correios e Portos do Reino, etecetra, etecetra, etecetra. Pelo presente Alvará Nomeio a Adrião Camolino França para o Emprego de Correio Assistente de

Leiria, por confiar delle que em tudo o que pertence ao dito Emprego se haverá com cuidado, deligencia, e verdade devida ao serviço Nacional e Real, e bem com modo das Partes, ficando sujeito ás reformas que Sua Magestade Houver por bem Mandar fazer na Administração dos Correios, para o que prestará na respectiva Camara juramento de fidelidade, segredo, e de servir bem. Será obrigado a pagar aos quarteis ao Cofre do Correio Geral a pensão de duzentos mil reis em cada anno, prestando na referida Camara fiança idonea, não só á mencionada pensão, mas também á quantia de quatro contos de reis em que deve abonar-se pelos emcargos dos seguros gozará de todos os prós e pre // [fl. 272] calços, que directamente lhe competirem, assim como dos privilégios, liberdades, e isenções que lhe são concedidas. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente, que será registado nos Livros da dita Camara, e valerá indo por mim assignado e selado com o Sello do Correio Geral. E foi affiançado na Estação competente na quantia de cento e cincoenta mil reis de Direitos de Mercê, que deve pagar em prestações na forma do artigo doze, paragrafo segundo do Decreto de trinta e um de dezembro de mil oitocentos trinta e seis, por assim lhe haver sido concedido, como constou por Portaria do respectivo Ministério. Lisboa vinte e dous de fevereiro de mil oitocentos quarenta e sete. – Dom Manoel de Portugal e Castro. Alvará pelo qual Sua Excellencia há por bem nomear a Adrião Camolino França para o Emprego de Correio Assistente de Leiria = Para Vossa Excellencia vêr e assignar = Passado em virtude das Portarias de 19 de agosto de 1845 e 2 de dezembro de 1846. João Baptista da Silva Lopes a fez. Logar do Sello do Correio Geral = Fica lançado a f. 19v do Livro 2.º que serve para registar os Alvarás de Nomeação de Correios Assistentes. Secretaria d’Estado dos Negócios Estrangeiros em 6 de março de 1847. Bernardino de Sena.

Conferido em 9 de março de 1847.

(a) Basto

DOCUMENTO 2

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio da Batalha passada a António José de Freitas Sampaio – [Manuscrito]. 1861. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Pedro V. Livro 19, fl. 212-212v.

Dom Pedro, por Graça de Deus, Rei de Portugal, Algarves e seus Domínios, etecetra, Faço saber nos que esta Minha Carta de serventia vitalícia virem, que, tendo attenção ás circunstâncias que se concorrem na pessoa de António José de Freitas Sampaio, Sua Magestade ElRei o Senhor Dom Fernando Segundo, Meu Muito Amado e presado Pai, Houve por bem fazerlhe Mercê do emprêgo de Director do Correio da Batalha. Pelo que Me praz Conceder lhe a serventia vitalícia do mencionado emprêgo; Mandando-lhe Eu passar para seu titulo a presente Carta, em a qual será admittido ao juramento e posse do mesmo emprego, na conformidade das Leis e Ordens regulamentares com a percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem. E Ordeno igualmente ás Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, que, indo assignada por Mim, referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Commercio e Industria, e sellada com o sêllo pendente das Armas Reaes, e com o da Causa Publica, a cumpram e guardem como nella se contêm, fazendo-a registar nas Repartições competentes. Foi admittido por Despacho da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, datado de vinte e quatro de Dezembro do anno próximo findo, a satisfazer em prestações no praso de quatro annos a quantia de quarenta e quatro mil reis, importância dos Direitos de Mercê e do respectivo imposto de viação, relativos á percentagem, líquida de despesas, na importância de oitenta mil reis annuaes. Esta Carta, logo que estejam pagas aquellas prestações, deverá ser apresentada na referida Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para, á vista de documento que assim o prove, ser averbada pelo pagamento feito, e

ter inteira validade. Dada no Paço das Necessidades, aos dezenove de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e um = ElRei com Guarda = Thiago // [fl. 212v] Augusto Vellozo de Horta = Carta de serventia vitalícia, pela qual Vossa Magestade Há por bem Fazer Mercê a António José de Freitas Sampaio da serventia vitalícia do emprego de Director do Correio da Batalha; tudo como nella se declara = Para Vossa Magestade vêr = Passou-se em virtude do Decreto de dezoito de junho de mil oitocentos e cinquenta e quatro. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 19 de Fevereiro de 1861 = Luiz António Namorado a fez = Ernesto de Faria a fez escrever = Logar do sêllo pendente = Registada competentemente no Livro 2.º de Similhantes Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 4 de Março de 1861. Francisco Maria Rollim Caruço =

Confirmada em 7 de março de 1861.

(a) Basto

DOCUMENTO 3

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Alcobaça passada a José de Sousa Leão – [Manuscrito]. 1861. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Pedro V. Livro 19, fl. 262-262v.

Dom Pedro, por Graça de Deus, Rei de Portugal, Algarves e seus Domínios, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta de serventia vitalícia virem que, Tendo attenção ás circunstâncias que concorrem na pessoa de José de Sousa Leão, Sua Magestade ElRei o Senhor Dom Fernando Segundo, meu Muito Amado e presado Pai, Houve por bem Fazer-lhe mercê do emprêgo de Director do Correio da villa de Alcobaça. Pelo que Me praz Conceder-lhe a serventia vitalícia do mencionado emprêgo; Mandando-lhe Eu passar para seu titulo a presente Carta, com a qual será admittido ao juramento e posse do mesmo emprêgo, na conformidade das Leis e Ordens regulamentares, com a percentagem annual de cento e oitenta mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem. E Ordeno igualmente ás Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, que, indo assignada por Mim, referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e sellada com o Sêllo pendente das Armas Reaes e com o da Causa Publica, a cumpram e guardem como nella se contem, fazendo-a registar nas Repartições competentes. Pagou a quantia de vinte e seis mil quinhentos reis de Direitos de Mercê correspondentes á melhora de vencimento que obteve passando do emprêgo de Correio Assistente de Alcobaça ao de Director do Correio da mesma villa, / cuja percentagem liquida de despesas é de cento e tres mil reis annuaes / como mostrou por um recibo de talão numero seiscentos e oitenta e cinco, passado pela Direcção Geral da Thesouraria do Ministério da Fazenda, em treze de março último; e bem // [fl. 262v] assim a de dous mil seiscentos e cinquenta reis, proveniente do imposto de viação relativo aos mesmos Direitos, como provou pelo Conhecimento em forma numero mil setecentos e vinte e cinco passado na mesma data pela Administração Geral da Casa da Moeda e Papel Sellado. Dada no Paço das Necessidades aos vinte de abril de mil oitocentos e sessenta e um = El Rei com guarda = Thiago Augusto Vellozo de horta = Carta de serventia vitalícia, pela qual Vossa Magestade Há por bem Fazer Mercê a José de Sousa Leão da serventia vitalícia do emprêgo de Director do Correio da villa de Alcobaça; tudo como nella se declara. = Para Vossa Magestade vêr = Passou-se em virtude do Decreto de treze de julho de mil oitocentos e cinquenta e quatro. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 20 de abril de 1861. = Luiz António Namorado a fez = Ernesto de Faria a fez escrever = Logar do Sêllo pendente = Registada competentemente no Livro 3.º de similhante. Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria em 3 de maio de 1861. Francisco Maria Rollim Caruço.

Conferida em 10 de maio de 1861.

(a) Basto

DOCUMENTO 4

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Peniche passada a João Pereira – [Manuscrito]. 1861. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Pedro V. Livro 21, fl. 62-63v.

Dom Pedro, Graça de Deus, Rei de Portugal, Algarves e seus Domínios, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta de serventia vitalícia vi- // [fl. 63] rem, que Sua Magestade ElRei o Senhor Dom Fernando Segundo, Meu muito Amado e Presado Pae, Tendo attenção ás circumstâncias que concorrem na pessoa de João Pereira Houve por bem Fazer-lhe Mercê do Emprego de Director do Correio de Peniche: Pelo que Me praz Conceder-lhe a serventia vitalícia do mencionado Emprego; Mandando-lhe Eu passar para seu titulo a presente Carta, com a qual será admittido ao juramento e posse do mesmo Emprego na conformidade das Leis e Ordens regulamentares com a percentagem annual de cento e trinta e cinco mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem. E Ordeno egualmente ás Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer que indo Assignada por Mim, referendada pelo Ministro Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e sellada com o sêllo pendente das Armas Reaes, e com o da Causa Publica, a cumpram e guardem como nella se contém, fazendo-a registrar nas Repartições competentes. Pagou a quantia de cincoenta e seis mil e quinhentos reis dos Direitos de mercê, correspondentes a percentagem líquida de despesas, na importância de cento e treze mil reis annuaes, como mostrou por um recibo de talão numero // [fl. 63v] oitocentos e dezenove, passado pela Direcção Geral da Thesouraria do Ministério da Fazenda, em treze do corrente mez, e bem assim a de cinco mil seiscentos e cincoenta reis, proveniente do imposto de viação, relativo aos mesmos Direitos, como provou pelo conhecimento emfórma número mil oitocentos e sessenta e quatro, passado pela Administração Geral da Caza da Moeda e Papel selado, em doze tambem d'este mez. Dada no Paço das Necessidades aos trinta de abril de mil oitocentos e sessenta e um. // ElRei com Guarda. // Thiago Augusto Velloso de Horta. // Carta de serventia vitalícia pela qual Vossa Magestade Há por bem Fazer Mercê a João Pereira da serventia vitalícia do Emprego de Director do Correio de Peniche; tudo como nella se declara. // Para Vossa Magestade vêr. // Luiz António Namorado a fez. Passou-se em virtude do Decreto de tres de julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro. – Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em trinta de abril de mil oitocentos sessenta e um. // Luiz António Namorado a fez. // Ernesto de Faria a fez escrever. // Logar do sêllo pendente. // Registada competentemente no Livro 3.º de semelhantes. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 6 de maio de 1861. // Francisco Maria Rollim Caruço.

Conferida em 8 de maio de 1861.

(a) Basto

DOCUMENTO 5

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio das Caldas da Rainha passada a José Manuel de Oliveira Proença – [Manuscrito]. 1861. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Pedro V. Livro 24, fl. 87v-88v.

Dom Pedro por Graça de Deos, Rei de Portugal, Algarves e seus Domínios etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta de serventia vitalícia virem, que tendo atenção às circunstâncias, que concorrem na pessoa de José Manoel d'Oliveira Proença Houve por bem Fazer-lhe mercê do Emprego de Director do Correio das Caldas da Rainha, Pelo que Me praz Conceder-lhe a serventia vitalícia do mencionado Emprego, Mandando-lhe Eu passar para seu titulo a presente Carta com a qual será admitido ao juramento e posse do mesmo Emprego, na conformidade das Leis e Ordens regulamentares, com a percentagem annual de duzentos e cinquenta mil réis, e mais // [fl. 87v] proventos que diretamente lhe competirem e ordens igualmente às Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer que indo Assignada por Mim referendada pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e sellada com o sêllo pendente das Armas Reaes, e com o da Causa Publica a cumpram e guardem como nella se contem, fazendo-a registrar nas Repartições competentes. Foi admittido por Despacho da Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda datado de cinco do corrente mez a satisfazer em prestações no praso de quatro annos a quantia de noventa mil e duzentos réis, importância dos Direitos de Mercê e do respectivo imposto de viação relativos á percentagem líquida de despesas, na importância de cento e sessenta e quatro mil réis annuaes. Esta Carta logo que estejam pagas aquellas prestações deverá ser apresentada na referida Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para, á vista de documento que assim o prove ser averbada pelo pagamento feito ter inteira validade. Dada no Paço das Necessidades aos vinte de junho de mil oitocentos sessenta e um // ElRei com Guarda // Thiago Augusto Vellozo de Horta. // Carta de // [fl. 88v] serventia vitalícia pela qual Vossa Magestade Há por bem Fazer Mercê a José Manoel d'Oliveira Proença da serventia vitalícia do Emprego de Director do Correio das Caldas da Rainha, tudo como nella se declara // Para Vossa Magestade vêr// Passou-se em virtude do Decreto de quatorze de junho de mil oitocentos cinquenta e nove. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 20 de junho de mil oitocentos sessenta e um // Luiz António Namorado a fez // Ernesto de Faria a fez escrever. // Logar do Sêllo pendente. // Registada competentemente no Livro 4.º de Similhantes. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 10 de junho de 1862. // Francisco Maria Rolim Caruço.

Confirmada em 14 de junho de 1862.

(a) Basto

DOCUMENTO 6

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Porto de Mós passada a Joaquim Pedro da Cunha – [Manuscrito]. 1862. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Luís. Livro 4, fl. 34-35.

Dom Luiz, por Graça de Deus, Rei de Portugal, Algarves e seus Domínios, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta de serventia vitalícia virem, que Sua Magestade El Rei o Senhor Dom Pedro quinto, meu muito amado presado irmão, de saudosíssima memoria, Tendo atenção às circunstâncias que concorriam na pessoa de Joaquim Pedro da Cunha, Houve por bem Fazer-lhe mercê do Emprego de Director do Correio de Porto de Moz; Pelo que Me praz Conceder-lhe a serventia vitalícia do mencionado Emprego; Mandando-lhe Eu passar para // [fl. 34v] seu titulo

a presente Carta, com a qual será admittido ao juramento e posse do mesmo Emprego, na conformidade das Leis e Ordens regulamentares, com a percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem. E Ordeno egualmente ás Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta pertencer, que indo, assignada por Mim, referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e sellada com o sêllo pendente das Armas Reaes, e com o da Causa Publica, a cumpram e guardem como n'ella se contém, fazendo-a registar nas Repartições competentes. Foi admittido por Despacho da Secretaria d'Estado de vinte e quatro de março último, a satisfazer em prestações, no prazo de quatro annos, a quantia de quarenta e quatro mil reis, importância dos Direitos de mercê e respectivo imposto de viação, relativos á percentagem líquida de despesas, na importância de oitenta mil reis; sendo quarenta mil reis de Direitos e quatro mil reis de imposto, relativo aos mesmos Direitos. Esta Carta, logo que estejam pagas aquelas prestações, deverá ser apresentada na referida Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda para á vista do documento, que assim o prove, ser averbada pelo pagamento feito e ter inteira validade. – Dada no Paço aos tres de abril de mil oitocentos sessenta e dois. // ElRei com guarda // Marquez // [fl. 35] de Loulé. // Carta de serventia vitalícia pela qual Vossa Magestade, Há por bem Fazer Mercê a Joaquim Pedro da Cunha, da serventia vitalícia do Emprego de Director do Correio de Porto de Moz, tudo como nella se declara. // Para Vossa Magestade vêr. // Passou-se em virtude do Decreto de quatorze de janeiro de mil oitocentos cincoenta e sete. Ministério das Obras Publicas, Commercio Industria, em tres de abril de mil oitocentos sessenta e dois. // Luiz António Namorado a fez. // Ernesto de Faria a fez escrever. // Logar do sêllo pendentes. // Registada competentemente no Livro 4.º de similhante. Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria em 16 de abril de 1862.// Francisco Maria Rollim Caruço.

Conferida em 21 de abril de 1862.

(a) Basto

DOCUMENTO 7

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Porto de Mós passada a Francisco Marques Alves do Carmo – [Manuscrito]. 1864. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Luís. Livro 10, fl. 115v-116v.

Dom Luiz, por Graça de Deos, Rei de Portugal Algarves e seus Domínios, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta de serventia vitalícia vitalícia [sic] virem, que, Tendo attenção as circunstâncias que concorrem na pessoa de Francisco Marques Alves do Carmo, Houve por bem // [fl. 116] Fazer-lhe Mercê do Emprego de Director do Correio de Porto de Móz; // Pelo que Me praz Conceder-lhe a serventia vitalícia do mencionado Emprego; Mandando-lhe Eu passar para seu titulo a presente Carta, com a qual será admittido ao juramento e posse do mesmo Emprego, na conformidade das Leis e Ordens regulamentares, com a percentagem annual de cem mil reis, e mais proventos que directamente lhe competirem. E Ordeno igualmente ás Authoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, que indo assignada por Mim, referendada pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e sellada com o Sêllo pendente das Armas Reaes, e com o da Causa Publica, e cumpram e guardem como nella se contém, fazendo-a registar nas Repartições competentes. Pagou a quantia de quarenta mil réis de Direitos de mercê, relativos á percentagem liquida de despesas, na importância de outenta mil reis annuaes, como mostrou por um recibo de talão, numero duzentos noventa e quatro, passado pela Direcção Geral da Thezouraria do Ministério da Fazenda, em doze do corrente mez; e bem assim a de quatro mil réis, provenientes do imposto de viação, relativos aos mesmos Direitos, como provou por outro recibo de talão numero

quinhentos trinta e dous // [fl. 116v] passado pela Repartição do sello do Districto Administrativo de Lisboa, em dez do mesmo mez. Dada no Paço aos vinte e dous de outubro de mil oitocentos sessenta e quatro // ElRei com guarda // João Chrysostomo de Abreu e Souza. // Carta de serventia vitalícia pela qual Vossa Magestade, Há por bem Fazer Mercê a Francisco Marques Alves do Carmo, da serventia vitalícia do Emprego de Director do Correio de Porto de Móz, tudo como n'ella se declara // Para Vossa Magestade vêr // Passou-se em virtude do Decreto de vinte e quatro de agosto ultimo. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em vinte e dous de outubro de mil oitocentos sessenta e quatro // Luiz António Namorado a fez // Ernesto de Faria a fez escrever // Logar do Sêllo pendente // Registada a fl. 6 do Livro 5.º de Cartas de serventia. Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria, em 4 de novembro de 1864 // Luiz António Namorado.

Conferida em 29 de julho de 1865.

(a) Basto

DOCUMENTO 8

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio de Alcobaça passada a Francisco dos Santos – [Manuscrito]. 1868. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Luís. Livro 16, fl. 251-252.

Dom Luiz, por Graça de Deos, Rei de Portugal, Algarves e seus Domínios, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta de serventia vitalícia virem, que, Tendo attenção as circunstâncias que concorrem na pessoa de Francisco dos Santos, Houve por bem Fazer-lhe mercê do Emprego de Director do Correio de Alcobaça. // Pelo que Me praz Conceder-lhe a serventia vitalícia do Emprego de, digo, do mencionado Emprego, Mandando-lhe Eu passar para seu titulo a presente Carta, com a qual será admitido ao juramento e posse do mesmo Emprego, na conformidade das Leis e Ordens regulamentares com a percentagem annual // [fl. 251v] de cento e oitenta mil reis, e mais proventos que diretamente lhe competirem. E Ordeno igualmente as Auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, que indo assignada por Mim, referendada pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria, e sellada com o Sello pendente das Armas Reaes, e com o da Causa Publica, a cumpram e guardem como nella se contêm, fazendo-a registrar nas Repartições competentes. Pagou a quantia de cincoenta e seis mil seiscentos e cincoenta reis do Director de Mercê e respectivo imposto de viação, relativos á percentagem líquida de despezas, na importância de cento e três mil reis annuaes como mostrou por um recibo de talão, numero dous mil setecentos e cincoenta e três, passado pela Repartição do Sêllo do Districto Administrativo de Lisboa em dezanove do corrente mez. Dada no Paço aos vinte e oito de março de mil oitocentos sessenta e oito.// El Rei com guarda // Sebastião do Couto e Castro Mascarenhas // Carta de serventia vitalícia pela qual Vossa Magestade Há por bem Fazer Mercê a Francisco dos Santos da serventia vitalícia do Emprego de Director do Correio de Alcobaça tudo como nella se declara. // Para Vossa Magestade vêr. // Passou-se em virtude do Decreto de vinte e seis de feverei- // [fl. 252] ro ultimo. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, em vinte e oito de março de mil oitocentos sessenta e oito. // Luiz António Namorado a fez. // Pelo Secretario do Ministério Augusto de Faria a fez escrever. // Logar do Sêllo pendente.// Fica registada a f. 236 do Livro 5.º de semelhantes. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 6 d'abril de 1868. // Luiz António Namorado.

Conferida em 7 de abril de 1868.

(a) Basto

DOCUMENTO 9

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio das Caldas da Rainha passada a José Galvão Peixoto Lobato por se encontrar o lugar vago – [Manuscrito]. 1872. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Luís. Livro 20, fl. 220-220v.

Dom Luiz, por Graça de Deos, Rei de Portugal e dos Algarves, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que houve por bem Nomear José Galvão Peixoto Lobato para o lugar vago de Director do Correio das Caldas da Rainha. Pelo que, Mandando Eu passar ao agraciado a presente Carta para em virtude d'ella e na conformidade das Leis e Regulamentos, exercer as funções do referido emprego com os vencimentos, prerogativas e obrigações que legalmente se acharem estabelecidas Ordeno ás Aucthoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta Carta pertencer, que, indo assignada por Mim, e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas Commercio e Industria, a cumpram e guardem como n'ella se contém depois de autenticada com o sêllo das Armas Reais e da Causa Publica, e com a verba do registo nos livros das Repartições competentes. Não pagou direitos de mercê pelos não dever, em consequência de os ter pago em re- // [fl. 220v] relação a emprego de maior cotação que exerceu no Corpo Telegráfico. Dada no Paço aos seis de Março de mil oitocentos setenta e dois. = El Rei com Guarda. = António Cardozo Avelino = Carta pela qual Vossa Magestade Há por bem Nomear José Galvão Peixoto Lobato para o lugar de Director do Correio das Caldas da Rainha. = Para Vossa Magestade Vêr = Passou-se por Decreto de vinte e cinco de outubro de mil oitocentos setenta e um. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 6 de março de 1872 = Henrique Ribeiro Neves a fez = Pelo Chfe da Repartição Central, Viriato Luiz Nogueira. = Logar do Sêllo das Armas Reaes. = Logar do Sêllo da Causa Publica. = Pagou cento e vinte réis de Sêllo. Lisboa, 6 de março de 1872. = Numero 71 = Vinha = Rocha. = Registada a folhas 78 do Livro 6.º de Cartas de serventia e outras. Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 26 de março de 1872. = Henrique Ribeiro Neves.

Conferida em 27 de março de 1872.

(a) Basto

DOCUMENTO 10

Carta de serventia vitalícia de diretor do correio da Batalha passada a Manuel Joaquim Mendes da Costa por se encontrar vago o lugar por óbito de António José de Freitas Sampaio – [Manuscrito]. 1879. Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Registo Geral de Mercês - D. Luís. Livro 36, fl. 120-121.

Dom Luiz por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etecetra. Faço saber aos que esta Minha Carta vierem que Houve por bem nomear Manuel Joaquim Mendes da Costa para o lugar de Director do Correio da Batalha que estava vago por óbito // [fl. 120v] de António José de Freitas Sampaio, ficando o agraciado obrigado a prestar a competente caução nos termos e dentro do praso da lei. Pelo que Mandando Eu passar ao agraciado a presente Carta para em virtude d'ella e na conformidade das Leis e Regulamentos exercer as funções do referido emprego com os vencimentos, prerogativas e obrigações que legalmente se acharem estabelecidas: Ordeno ás Aucthoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta Carta

pertencer, que, indo assignada por Mim, e referendada pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios das Obras Publicas, Commercio e Industria a cumpram e guardem como nella se contem, depois de autenticada com o sêllo das Armas Reaes da Causa Publica, e com a verba do registo nos livros das Repartições competentes. Pagou a quantia de cincoenta e um mil, oitocentos sesenta e três reis, importâncias dos direitos de mercê e respectivo imposto de viação e sêllo pela dita nomeação, como constou pelo recibo de talão numero x trezentos cin x mil trezentos cincoenta coenta e oito, passado pela repartição da Receita Eventual, em seis de maio corrente. Dada no Paço, aos doze de maio de mil oitocentos setenta e nove. = El Rei com rubrica e Guarda = Lourenço Antonio de Carvalho = Carta pela qual Vossa Magestade Há por bem Nomear Manuel Joaquim Mendes da Costa para o logar de Director do Correio da Batalha = Para Vossa Magestade vêr = Passou.se por decreto de 12 de julho de 1878 = Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 12 de maio de 1879 = Julio Augusto Barradas Mergulhão a fez = Viriato Luiz Nogueira a fez a escrever = Logar do sello das Armas Reaes = Logar do sêllo de recibo = Pagou mil duzentos e oitenta e quatro reis de sêllo. Lisboa, 15 de maio de // [fl. 121] 1879 = Numero 115 = Santo = Rocha = Registada a folha 59 verso do Livro 7º de Cartas de serventia e outras. Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 3 de junho de 1879 = Manuel Joaquim Barradas Mergulhão.

Conferida em 21 de fevereiro de 1881.

(a) Basto

NOTAS

(1) **Apêndice documental – documento 1.**

(2) **Diário de Lisboa**, n.º 89, (22-04-1861), p. 1060.

(3) **Diário do Governo**, n.º 255, (10-11-1879), p. 2615.

(4) **Diário do Governo**, n.º 165, (26-07-1883), p. 1776.

(5) **Diário do Governo**, n.º 209, (13-09-1888), p. 2043.

(6) **Diário do Governo**, n.º 209, (13-09-1888), p. 2043.

(7) **Diário do Governo**, n.º 31, (10-02-1887), p. 340.

(8) **Diário do Governo**, n.º 177, (06-08-1888), p. 1717.

(9) PORTELA, Miguel - Os empregados municipais, administrativos e públicos do concelho da Batalha em 1853. **Jornal da Golpilheira**. Diretor: Luís Miguel Ferraz. Ano XXI. Edição 246. (dez. 2017), p. 17.

(10) **Apêndice documental – documento 2.**

(11) **Diário de Lisboa**, n.º 89, (22-04-1861), p. 1061.

(12) **Apêndice documental – documento 10.**

(13) **Diário do Governo**, n.º 183, (13-08-1888), p. 1778.

(14) **Escritura de fiança do alferes de ordenanças José Luís de Sousa dos Carvalhos.** [Manuscrito]. 1818. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Cartório Notarial de Porto de Mós, Livro Notarial de Porto de Mós, Dep. III-10-E-3, fl. 87v-88.

(15) Apêndice documental – documento 6.

(16) **Livro de Óbitos da Paróquia de S. Pedro de Porto de Mós - 1848-1876.** [Manuscrito], acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Dep. IV-44-D-54, assento n.º 5, fl. 96v-97.

(17) Apêndice documental – documento 7.

(18) **Diário do Governo**, n.º 255, (10-11-1879), p. 2615.

(19) **Diário do Governo**, n.º 186, (17-08-1888), p. 1810.

(20) **Diário do Governo**, n.º 181, (10-08-1888), p. 1755.

(21) **Diário do Governo**, n.º 183, (13-08-1888), p. 1778.

(22) **Diário do Governo**, n.º 206, (10-09-1888), p. 2020.

(23) **Diário do Governo**, n.º 18, (25-01-1887), p. 189.

(24) **Diário de Lisboa**, n.º 93, (26-04-1861), p. 1090-1091.

(25) Apêndice documental – documento 3.

(26) **Livro de Óbitos de Alcobaça - 1866-1868.** [Manuscrito], acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal. Dep. IV/24/B/13, assento n.º 2, fl. 11-11v.

(27) Apêndice documental – documento 8.

(28) **Diário do Governo**, n.º 255, (10-11-1879), p. 2614.

(29) **Diário do Governo**, n.º 189, (21-08-1888), p. 1839.

(30) Ampliamos o texto publicado em PORTELA, Miguel - O Correio de Óbidos no século XIX. Contributo para o seu estudo. **Jornal da Golpilheira**. Diretor: Luís Miguel Ferraz. Ano XXII. Edição 247. (jan.-fev. - 2018), p. 19.

(31) Documento publicado em PORTELA, Miguel - O Correio de Óbidos no século XIX. Contributo para o seu estudo. **Jornal da Golpilheira**. Diretor: Luís Miguel Ferraz. Ano XXII. Edição 247. (jan.-fev. - 2018), p. 19.

(32) **Diário de Lisboa**, n.º 114, (22-05-1861), p. 1263.

(33) Documento publicado em PORTELA, Miguel - O Correio de Óbidos no século XIX. Contributo para o seu estudo. **Jornal da Golpilheira**. Diretor: Luís Miguel Ferraz. Ano XXII. Edição 247. (jan.-fev. - 2018), p. 19.

(34) **Diário do Governo**, n.º 227, (07-10-1879), p. 2345.

(35) **Diário do Governo**, n.º 12, (17-01-1887), p. 136.

(36) **Diário do Governo**, n.º 206, (10-09-1888), p. 2020.

(37) **Diário de Lisboa**, n.º 110, (17-05-1861), p. 1228.

(38) Apêndice documental – documento 5.

(39) Apêndice documental – documento 9.

(40) **Diário do Governo**, n.º 227, (07-10-1879), p. 2344-2345. *“Tendo sido publicado com inexactidão o extracto do accordão relativo à conta do director do correio das Caldas no anno de 1877-1878, publica-se novamente”* tendo sido rectificado em 7 de outubro de 1879, pela Secretaria do Tribunal de Contas, **Diário do Governo**, n.º 228, (08-10-1879), p. 2362.

(41) **Diário do Governo**, n.º 95, (28-04-1883), p. 1013.

(42) **Diário do Governo**, n.º 201, (04-09-1888), p. 1953.

(43) **Diário do Governo**, n.º 175, (03-08-1888), p. 1698.

(44) **Diário de Lisboa**, n.º 90, (23-04-1861), p. 1067-1068.

(45) **Diário de Lisboa**, n.º 116, (24-05-1861), p. 1278.

(46) Apêndice documental – documento 4.

(47) **Diário de Lisboa**, n.º 146, (03-07-1873), p. 1034.

(48) **Diário do Governo**, n.º 227, (07-10-1879), p. 2344-2345.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Acessível no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Registo Geral de Mercês - D. Maria II. Livro 27.

Registo Geral de Mercês - D. Pedro V. Livro 19; Livro 21; Livro 24.

Registo Geral de Mercês - D. Luís. Livro 4; Livro 10; Livro 16; Livro 20; Livro 36.

Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal.

Cartório Notarial de Porto de Mós, Livro Notarial de Porto de Mós, Dep. III-10-E-3.

Livro de Óbitos de Alcobaça - 1866-1868. [Manuscrito]. Dep. IV/24/B/13.

Livro de Óbitos da Paróquia de S. Pedro de Porto de Mós - 1848-1876. [Manuscrito]. Dep. IV-44-D-54.

FONTES IMPRESSAS

Diário de Lisboa, n.º 89, (22-04-1861); n.º 90, (23-04-1861); n.º 110, (17-05-1861); n.º 114, (22-05-1861); n.º 116, (24-05-1861). n.º 146, (03-07-1873).

Diário do Governo, n.º 227, (07-10-1879); n.º 228, (08-10-1879); n.º 255, (10-11-1879); n.º 95, (28-04-1883); n.º 165, (26-07-1883); n.º 12, (17-01-1887); n.º 18, (25-01-1887); n.º 31, (10-02-1887); n.º 175, (03-08-1888); n.º 177, (06-08-1888); n.º 181, (10-08-1888); n.º 183, (13-08-1888); n.º 186, (17-08-1888); n.º 189, (21-08-1888); n.º 201, (04-09-1888); n.º 206, (10-09-1888); n.º 209, (13-09-1888).

BIBLIOGRAFIA GERAL

PORTELA, Miguel - Os empregados municipais, administrativos e públicos do concelho da Batalha em 1853. **Jornal da Golpilheira**. Diretor: Luís Miguel Ferraz. Ano XXI. Edição 246. (dez. 2017), p. 17.

PORTELA, Miguel - O Correio de Óbidos no século XIX. Contributo para o seu estudo. **Jornal da Golpilheira**. Diretor: Luís Miguel Ferraz. Ano XXII. Edição 247. (jan.-fev. – 2018), p. 19.

